

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUAN MORETE DA CUNHA VERANI

**O SOCIALISMO DA CLASSE TRABALHADORA EM UM REINO SEM ESSA
COISA DE SOCIEDADE: A CRISE DA POLÍTICA DE CLASSE, A GRANDE
GREVE DOS MINEIROS POR EMPREGOS E AS DISPUTAS DE HEGEMONIA
SOB O THATCHERISMO**

NITERÓI

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUAN MORETE DA CUNHA VERANI

O SOCIALISMO DA CLASSE TRABALHADORA EM UM REINO SEM ESSA COISA
DE SOCIEDADE: A CRISE DA POLÍTICA DE CLASSE, A GRANDE GREVE DOS
MINEIROS POR EMPREGOS E AS DISPUTAS DE HEGEMONIA SOB O
THATCHERISMO

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Federal Fluminense como
requisito final à obtenção do grau de Mestre em
História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos.

NITERÓI

2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

V473s Verani, Luan Morete da Cunha
O SOCIALISMO DA CLASSE TRABALHADORA EM UM REINO SEM ESSA
COISA DE SOCIEDADE : A CRISE DA POLÍTICA DE CLASSE, A GRANDE
GREVE DOS MINEIROS POR EMPREGOS E AS DISPUTAS DE HEGEMONIA SOB
O THATCHERISMO / Luan Morete da Cunha Verani. - 2025.
177 f.

Orientador: Marcelo Badaró Mattos.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Instituto de História, Niterói, 2025.

1. Socialismo. 2. Classe Trabalhadora. 3. Thatcherismo. 4.
Disputa de hegemonia. 5. Produção intelectual. I. Mattos,
Marcelo Badaró, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUAN MORETE DA CUNHA VERANI

O SOCIALISMO DA CLASSE TRABALHADORA EM UM REINO SEM ESSA COISA
DE SOCIEDADE: A CRISE DA POLÍTICA DE CLASSE, A GRANDE GREVE DOS
MINEIROS POR EMPREGOS E AS DISPUTAS DE HEGEMONIA SOB O
THATCHERISMO

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Federal Fluminense como
requisito final à obtenção do grau de Mestre
em História.

Aprovada em 27 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marco Marques Pestana (Arguidor)
Universidade Federal Fluminense – Departamento de Serviço Social

Prof. Dr. Thiago Romão de Alencar (Arguidor)
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Agradecimentos

Este trabalho só existe graças às pessoas que algum dia me apoiaram das mais diversas formas, todas igualmente indispensáveis. A elas o dedico:

Em primeiro lugar, àquelas que, dia após dia, sempre estiveram comigo, me permitindo superar desde os percalços do cotidiano até os abismos mais profundos: minha mãe, Carla; minha avó, Maura; minha tia Guca; minha gatinha, Dorothy; e minha terapeuta, Suzanne Montalvão. Dedico também aos que, mesmo distantes, também sempre se fizeram presentes de alguma forma: meu pai, Gabriel; meu avô, Fernando; e minha madrinha, Lena. Aos que se fazem presentes na memória: minha avó Cíbele Verani, meu avô Cleonio e minhas bisavós Luzia e Ondina.

Eu não seria a pessoa que realizou esta pesquisa se não fosse pelo trabalho de profissionais excepcionais que participaram da minha formação. Sendo assim, a dedico igualmente ao Centro Educacional de Niterói como o conheci, pelo compromisso de seus profissionais com uma educação crítica, experimental e humanista. Merecem um lugar especial entre eles os culpados por me colocar na trilha tortuosa que conduz ao conhecimento histórico: Nelson Silva, Marcelo Duarte e Luiz Fernando, o Copinho. Também não posso deixar de mencionar alguns daqueles que, a partir de outras áreas do conhecimento, contribuíram para me tornar alguém crítico, engajado com a realidade e esperançoso no que a humanidade tem de melhor: em especial, representando muitos outros, Lubélia Dantas, nosso oráculo, Luiz Carlos Peçanha, nosso maestro, e Sandro Ripoll, o mestre da coordenação. A dedico, ainda, a todo o Coro Ermano Soares de Sá e aos vários amigos extraordinários que fiz nessa jornada pelo CEN.

A dedico ainda a três pessoas que entraram na minha vida para nunca mais sair, precisamente quando cruzei o portal daquela trilha tortuosa ao ingressar na Universidade Federal Fluminense: Clarissa Pesente, a lanterna que me guiou pelas partes mais sombrias da floresta; Helena Jensen, que me fez amar mesmo as partes do meu ser que no passado eu só quisera esconder; e Marina Mainhard, que me encheu com o amor que ela transborda como poucas pessoas que eu já conheci.

Dedico este trabalho também àqueles do corpo docente da Universidade Federal Fluminense comprometidos com a ciência, a verdade, a liberdade e a justiça, em especial os professores do NIEP, com destaque para Marcelo Badaró, que acreditou no meu projeto mesmo quando eu talvez tivesse mais dúvidas do que confiança nele; sem a sua imensa paciência e dedicação esta dissertação não existiria. Não posso deixar de citar também as

extraordinárias Renata Vereza e Tatiana Poggi, que me fizeram enxergar cada dificuldade da teoria e da empiria como um desafio instigante.

Por fim, dedico esta dissertação aos colegas do Observatório da História da Classe Trabalhadora, que, às vezes mesmo sem saber, a enriqueceram com os seus trabalhos e leituras, em especial Thiago Romão de Alencar, colega e inspiração neste ato de rebeldia que é um brasileiro opinar sobre a história britânica, e Marco Pestana, por me fazer ver valor nesta pesquisa mesmo quando ela ainda estava longe de revelar resultados expressivos, bem como pelas contribuições excepcionais para seu avanço, graças às suas críticas àquele material rudimentar.

Quero encerrar esta seção de agradecimentos comentando uma citação d'*O Capital* de Marx que sempre tive em mente enquanto realizava este trabalho, talvez uma das poucas da obra do revolucionário com caráter de motivação individual, se bem que bastante provocativa, como era sua marca registrada: “Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas”. Ainda não creio que cheguei aos cimos da ciência, mas, depois de enfrentar uma canseira muito maior que a antecipada, e que mesmo assim valeu a pena, já os vejo mais luminosos.

Resumo

Esta pesquisa trata a greve dos mineiros de carvão britânicos de 1984-5, durante o governo de Margaret Thatcher, enquanto caso representativo da chamada “crise” vivida pelos movimentos de trabalhadores desde a segunda metade do século vinte, intimamente vinculada às transformações vividas pelo capitalismo naquilo que foi definido por autores diversos como “neoliberalismo”, “pós-fordismo”, “globalização”, e especialmente ao fenômeno da desindustrialização. A pesquisa enfatiza aquilo que o caso escolhido permite iluminar sobre os subjetivos do processo, nominalmente a questão da consciência de classe, buscando desenvolver a seguinte sugestão do historiador britânico Eric Hobsbawm: a de que a crise do movimento de trabalhadores deveria ser caracterizada como “uma crise não de classe, mas de sua consciência”. Buscamos avaliar em que medida essa proposição pode ser verificada no caso em questão, indagando como ela teria sido vivenciada e entendida pelos próprios trabalhadores, considerando que as classes sociais são fenômenos históricos, verificáveis quando os sujeitos se entendem e agem em termos classistas, sem perder de vista o fundamento material de tal experiência de classe.

Palavras-chave: Socialismo; Classe Trabalhadora; Thatcherismo; Disputa de Hegemonia.

Abstract

This research examines the 1984-5 British coal miners' strike, during Margaret Thatcher's government, as a representative case of the so-called “crisis” experienced by workers' movements since the second half of the twentieth century, closely linked to the transformations experienced by capitalism in what has been defined by various authors as “neoliberalism”, “post-Fordism”, “globalization”, and especially the phenomenon of deindustrialization. The research emphasizes what the chosen case allows us to illuminate about the subjective aspects of the process, namely the question of class consciousness, seeking to develop the following suggestion by British historian Eric Hobsbawm: that the crisis of the workers' movement should be characterized as “a crisis not of class, but of class consciousness”. We seek to evaluate to what extent this proposition can be verified in the case in question, asking how it would have been experienced and understood by the workers themselves, considering that social classes are historical phenomena, verifiable when subjects understand themselves and act in class terms, without losing sight of the material foundation of such class experience.

Palavras-chave: Socialism; Working Class; Thatcherism; Hegemony Struggle.

Sumário

Siglas, abreviações e termos especializados.....	11
Introdução.....	13
Capítulo 1 - Um breve histórico do movimento de mineiros na Grã-Bretanha e sua Grande Greve por Empregos.....	30
1. Os mineiros de carvão na Grã-Bretanha do século XX.....	31
2. A “Revolução de Outubro Scargillista”.....	36
3. Thatcher e os mineiros em rota de colisão.....	39
4. A Grande Greve dos Mineiros por Empregos.....	42
5. Desfecho e legado.....	46
Capítulo 2 - O que pensava a direção da greve?.....	49
1. Arthur Scargill: trabalhista socialista.....	53
2. Uma greve pelo trabalho.....	55
3. Uma greve que se sabia política.....	58
4. Precisava a Grã-Bretanha dos mineiros de carvão?.....	62
5. A diplomacia intraclasse.....	65
6. Scargill, Hobsbawm e o desfecho da greve.....	68
Capítulo 3 - O discurso conservador na oposição à agência dos subalternos.....	73
1. O Partido Conservador sob Thatcher como vanguarda reacionária da burguesia internacional.....	75
2. Um discurso dissimulado: a agenda conservadora, o carvão e o emprego.....	84
3. O indivíduo contra o sindicato.....	88
4. A lei e a “democracia” contra a agência dos subalternos.....	97
5. Síntese de um contraste.....	101
Capítulo 4 - O caso da cobertura da greve pelos periódicos The Guardian e The Observer: a disputa pela consciência de classe em jornais “de esquerda”.....	103
1. Uma greve justa?.....	106
2. Uma greve legítima?.....	110
3. O Guardian e o Observer diante da repressão thatcherista.....	117
4. Retratos da consciência de classe no Guardian.....	123
5. A deslegitimação da consciência de classe combativa pela imprensa “progressista”..	127
Considerações finais.....	136
Referências.....	174
Livros, capítulos de coletâneas e publicações em periódicos acadêmicos:.....	174
Publicações em sites oficiais ou de veículos jornalísticos:.....	176
Sítios oficiais de organizações e entidades públicas:.....	177

Siglas, abreviações e termos especializados

BSC (British Steel Corporation): “Companhia Britânica do Aço”, a estatal siderúrgica do Reino Unido, formada em 1967, durante o governo do trabalhista Harold Wilson.

Coque: substância produzida a partir do aquecimento de carvão mineral em fornos específicos para esse fim. Queima a uma alta temperatura, fornecendo o calor necessário à atividade siderúrgica.

Coqueria (em inglês *coking plant*): local onde o carvão é aquecido a fim de produzir o coque. A mais importante coqueria britânica no período estudado ficava localizada em Orgreave, no sul de Yorkshire.

Employment Act 1980: “Lei do Emprego”, legislação aprovada pelo Parlamento Britânico durante a gestão Thatcher que, entre outras provisões, restringia a atividade de piquetes.

GLSM (Gays and Lesbians Support the Miners): “Gays e Lésbicas Apoiam os Mineiros”, grupo de trabalhadores LGBT+ formado em apoio à greve de 1984-5

Green Paper: “Papel Verde” ou “Documento Verde”, um tipo de relatório governamental no Reino Unido, elaborado em preparação para deliberações propriamente ditas.

MFGB (Miners’ Federation of Great Britain): “Federação dos Mineiros da Grã-Bretanha”, uma federação de sindicatos de mineiros independentes, organizados na esfera regional, precursor do NUM.

NCB (National Coal Board): “Comitê Nacional do Carvão”, a estatal criada pelo governo do trabalhista Clement Attlee em 1946 quando da nacionalização da mineração do combustível.

NHS (National Health Service): “Serviço Nacional de Saúde”, o sistema público de saúde do Reino Unido, pilar da sua estrutura de bem-estar social.

NPLA (National Power Loading Agreement): “Contrato Nacional de Carregamento de Energia”, um acordo de produtividade assinado entre o NCB e o NUM em 1966 e que nacionalizou os pagamentos salariais no setor, até então negociados no âmbito local.

Notts (Nottinghamshire): condado carbonífero na região central da Inglaterra.

NUM (National Union of Mineworkers): “Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Minas”, o sindicato dos mineiros de carvão britânicos, fundado a partir da unificação, em 1945, dos sindicatos regionais até então filiados à MFGB.

CPGB (Communist Party of Great Britain): “Partido Comunista da Grã-Bretanha”, abreviado PCGB em português, o maior partido comunista do país durante o século XX, alinhado à União Soviética até os anos 1970.

SLP (Socialist Labour Party): “Partido Trabalhista Socialista”, dissidência do trabalhismo fundada em 1996 e liderada por Arthur Scargill, líder da greve dos mineiros de 1984-5.

TUC (Trades Union Congress): “Congresso dos Sindicatos”, maior central sindical britânica, fundada no século XIX, da qual o NUM era parte.

Introdução

A avaliação de que os movimentos organizados de trabalhadores têm vivido uma crise profunda desde, pelo menos, o último quartel do século passado já foi feita por autores de distintas perspectivas teóricas, desde aqueles que anunciam, de forma categórica, uma crise terminal dos movimentos com perspectiva de classe ou da própria classe trabalhadora, como os membros da “Comissão Trilateral” responsável pela publicação, em 1975, do relatório *The Crisis of Democracy*, que se opunham explicitamente à política classista, ou Manuel Castells, que entende que os movimentos de identidade sem perspectiva de classe são os únicos possíveis sujeitos sociais da contemporaneidade, até estudiosos marxistas que, em alguns casos, lamentam a perda do proletariado como ator social, enquanto em outros mantêm a convicção no potencial revolucionário desta classe, como é o caso do autor deste trabalho.¹ Essas leituras divergentes têm como fundamento comum a constatação do declínio, a nível global, de certas expressões tradicionalmente associadas à organização dos trabalhadores, demonstrada por alguns indicadores objetivos, como os índices de sindicalização nos países em que esta vinculação é livre, a incidência de greves e os resultados eleitorais de partidos políticos nominalmente comprometidos com a classe trabalhadora, sejam de orientação socialista, comunista, socialdemocrata ou outra — isso quando a queda em seu desempenho eleitoral não foi seguida da extinção ou redefinição da identidade desses partidos com o abandono ou esvaziamento da perspectiva classista. Uma síntese consistente dessas tendências, que busca dimensionar o problema sem extrair dele conclusões simplistas, é apresentada pelo historiador holandês Marcel van der Linden.²

As décadas de 1980 e 1990 são momento chave dessa trajetória por representarem um ponto de inflexão em muitos dos indicadores mencionados. Além disso, foram notoriamente marcadas pela consolidação do pensamento neoliberal na condução dos Estados capitalistas e pelo colapso do chamado “socialismo realmente existente”, especialmente no Leste Europeu, além da abertura da China ao capital, elementos que também contribuíram para alterar as condições da luta de classes em todo o mundo.

As divergências de avaliação sobre essa aparente crise são mais pronunciadas quando se procura pelas causas do declínio dos índices mencionados. Há autores que privilegiam explicações que estabelecem uma relação de causalidade direta entre esse cenário e as

¹ HUNTINGTON, S; CROZIER, M; WATANUKI, J. **The Crisis of Democracy**. New York: NewYork Univ Press, 1975., e CASTELLS, Manuel. 1997. **The Information Age, vol. 7: The Power of Identity**. Oxford: Blackwell. *Apud* SILVER, Beverly J. Op. cit., p. 2.

² VAN DER LINDEN, Marcel. **O trabalho em perspectiva global: um novo começo**. Tradução de Fernando Pureza. Publicado na Global Labour Journal, n. 7, v. 2, p. 201-210, 2016.

transformações experimentadas pela economia capitalista nas últimas décadas, como a globalização, que, devido à maior mobilidade alcançada pelo capital, forçaria os trabalhadores do mundo inteiro a competirem por empregos que se deslocam conforme se movimentam as grandes corporações; ou a substituição da organização produtiva fordista pelo chamado “pós-fordismo”, que seria menos favorável à organização da classe a partir do local de trabalho.

Outros, como Beverly Silver, socióloga britânica que publicou em 2003 um ambicioso estudo de abrangência global sobre a dinâmica dos movimentos de trabalhadores, criticam explicações monocausais e generalizantes deste tipo para o problema, preferindo observar fatores que em contextos espaciais e temporais bem definidos favoreceram ou desfavoreceram a atuação desses movimentos.³ Essa autora igualmente privilegia fatores objetivos, deliberadamente deixando problemáticas como a da consciência de classe fora de seu recorte — o que, para ela, não contradiz as contribuições de autores preocupados com a questão, como E. P. Thompson, visto que, para este, a consciência de classe tende a se desenvolver a partir de lutas pré-estabelecidas, o que permitiria estudos que enfatizem essas lutas enquanto deixam a questão da consciência de lado.

Visto que, assim como para Silver, a posição de Thompson sobre a temática é cara a esta pesquisa, cabe aqui, portanto, uma breve ponderação sobre a categoria “classe” na obra do historiador britânico. Thompson, expondo uma posição até certo ponto compartilhada por outros expoentes da “Nova Esquerda” britânica, entende que o termo “classe” remete antes de tudo a um fenômeno histórico empiricamente verificável quando determinados coletivos se definem em termos classistas e adotam comportamentos classistas, ainda que abra a porta para que o termo possa eventualmente ser empregado como categoria heurística para descrever situações em que a autoidentificação social se dava em outros termos.⁴ Dessa forma, a classe trabalhadora, da qual o autor se ocupou com particular dedicação em sua carreira, deveria ser estudada como um processo, como algo em constante construção e reconstrução pelos próprios atores sociais — sem perder de vista a relação desse processo com as relações de produção, haja vista a força do materialismo histórico de Marx no pensamento thompsoniano, apesar das ressalvas do historiador a alguns aspectos da obra do pensador alemão. Assim, a fim de conciliar a valorização da agência dos atores sociais,

³ SILVER, Beverly J. **Forces of Labor: workers’ movements and globalization since 1870**. Cambridge University Press, impresso nos Estados Unidos da América, 2008.

⁴ THOMPSON, Edward P. **Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”**, in “As peculiaridades dos ingleses e outros artigos”, p. 269-281. Negro, Antonio Luigi, e Silva, Sergio (orgs). Editora da Unicamp, Campinas, 2001.

especialmente os subalternos, e a existência de determinantes objetivas, alheias à sua vontade, Thompson lançou mão da categoria mediadora da “experiência”, que, de forma resumida, abarca as múltiplas variantes que interferem na forma como a consciência é constituída frente àquelas determinantes — que, para Thompson, são sempre indiretas. Nessa pesquisa, não obstante reconhecermos a importância de trabalhos com ênfase em aspectos objetivos como o de Silver, nos propomos a escrutinar a noção de “crise da classe trabalhadora” destacando a questão da consciência de classe como problema fundamental, abordando-a à luz da perspectiva sugerida por Thompson.

Eric Hobsbawm, assim como Thompson um historiador britânico significativamente influenciado pelo materialismo histórico, trata da aparente crise enfatizando seus aspectos subjetivos, entendidos precisamente a partir da noção de consciência de classe. As abordagens dos dois colegas (e, segundo Hobsbawm, amigos) sobre a categoria “classe”, cara a ambos enquanto expoentes da história social do trabalho influenciados pelo marxismo, são marcadas tanto por divergências quanto por aproximações, que a história da historiografia relaciona às suas posições políticas e teóricas distintas.

Thompson deixou o Partido Comunista da Grã-Bretanha (CPGB) em 1956, diante da continuidade do alinhamento do partido com o governo soviético mesmo no contexto da intervenção militar da URSS na Hungria. Desde então, Thompson se tornou uma das vozes mais destacadas na crítica às leituras ortodoxas do marxismo, tanto por seus equívocos teóricos como pelas implicações políticas desses equívocos. Nesse sentido, as posições de Thompson foram centrais na formação da “Nova Esquerda”, tendo o historiador contribuído ativamente para a *New Left Review*, principal publicação associada ao movimento no contexto da academia britânica.

Já Hobsbawm pode ser considerado um expoente da “Velha Esquerda”: ele jamais deixou o CPGB, sendo sua trajetória intelectual vinculada (embora de forma alguma reduzida) à história do partido. Isso não quer dizer que Hobsbawm fosse uma figura acrítica dentro do marxismo ou um antagonista da “Nova Esquerda”: ele contribuiu esporadicamente para a *New Left Review* e sua obra incorpora posições críticas elaboradas em diálogo com o movimento. O historiador Bryan Palmer, em uma crítica da biografia de Hobsbawm elaborada por Richard J. Evans sob o título *Eric Hobsbawm: A Life in History* (Editora da Universidade de Oxford, 2019), afirma que o autor do livro “apresenta Eric como um intermediário entre os rebeldes e os lealistas de Moscou, elevando isso a uma primazia dentro

da oposição”.⁵ Palmer, no entanto, discorda dessa leitura, argumentando que “a relação de Hobsbawm com a Nova Esquerda emergente foi de envolvimento distanciado”. Não obstante, sua inclinação crítica contribuiu para que Hobsbawm, nunca um marxista tipicamente ortodoxo, se alinhasse a partir da década de 1970 ao “eurocomunismo”, exposto, entre outros, pelo Partido Comunista Italiano, do qual Eric se tornou um colaborador próximo. Esta linha, se nos for permitida uma simplificação grosseira, criticava o autoritarismo de tipo soviético, fundamentando-se parcialmente em uma leitura polêmica da obra de Antonio Gramsci, entre outras referências, para colocar uma maior ênfase na participação do movimento comunista nas instituições do Estado liberal-burguês, tidas como espaço ideal para promoção da transformação social orientada para o socialismo — posição bastante diferente daquela de Thompson, que se vinculava à ala esquerda do Partido Trabalhista e criticava a linha hegemônica deste partido, entre outros aspectos, pela sua preocupação excessiva com a disputa institucional.

Do ponto de vista teórico, as aproximações de Hobsbawm com a “Nova Esquerda” no campo da história social do trabalho se verificam na valorização da agência dos subalternos, de modo que o historiador, assim como Thompson, trata os trabalhadores como protagonistas no processo de constituição da classe, entendido por ambos como um fenômeno que passava tanto pela materialidade como pela subjetividade. Em nossa avaliação de sua obra, Hobsbawm, assim como Thompson, lança mão da mediação da experiência para relacionar esses dois aspectos, ainda que de forma menos sistemática que o colega e demonstrando uma inclinação a dar mais peso ao material que ao subjetivo, ou mesmo a subordinar este àquele. Segundo Palmer, “o método de Hobsbawm estava destinado a recair para um lado particular da dualidade agência/determinação”.⁶

Além disso (ou talvez em decorrência disso), a definição de classe trabalhadora por Hobsbawm é mais estreita que aquela elaborada por Thompson. Não obstante o reconhecimento do caráter “genial” da obra do amigo por Eric, este discorda da colocação de Thompson em seu *magnum opus* na qual o fazer-se da classe trabalhadora inglesa é situado no final do século XVIII, concomitantemente à Revolução Industrial. Já Hobsbawm atrela a definição de um tal fazer-se à formação de um movimento de trabalhadores institucionalizado e ideologicamente coeso, organizado por meio de sindicatos e partidos políticos de massa

⁵ PALMER, Bryan. **Eric Hobsbawm’s Century**. Publicado originalmente em *Catalyst: A Journal of Theory and Strategy*. Disponível em <<https://jacobin.com/2020/07/eric-hobsbawm-life-history-richard-evans>>, último acesso em 25/04/2025. Tradução nossa.

⁶ PALMER, *op. cit.* Tradução nossa.

como o Trabalhista, desenvolvimentos que só ocorreram no mínimo um século mais tarde que o período estudado por Thompson.⁷

Passemos, então, à exposição da tese de Hobsbawm sobre a noção de crise da classe trabalhadora.

Naquele que é provavelmente o seu trabalho mais célebre, *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*, cuja repercussão extrapolou em muito o campo da historiografia acadêmica, Eric, mais uma vez segundo Palmer, “torna mais sombria a sua narrativa de determinação”, avaliação com a qual concordamos: o autor opta, por exemplo, por dar ao terceiro e último bloco da obra, referente às décadas finais do século, o título de “o desmoronamento”.⁸ Ao tratar, no livro, da aparente crise da classe trabalhadora, caracterizada, sobretudo nos países capitalistas de industrialização mais antiga, a partir de uma crise das *instituições* da classe, Hobsbawm afirma que ela deveria ser entendida como “uma crise não de classe, mas de sua consciência”.⁹ Aqui já percebemos uma divergência em relação à abordagem de Thompson, para quem a consciência de classe é indissociável do fenômeno histórico “classe”. Hobsbawm, por sua vez, aparenta um maior apego à dualidade presente em leituras da obra de Marx entre “classe em si” e “classe para si”, rejeitada por Thompson.¹⁰

Hobsbawm reforça a sua afirmação com o argumento de que as instituições em questão, sobretudo partidos e sindicatos, passaram a enfrentar crescentes dificuldades no engajamento da sua base *antes* que se pudesse observar um declínio demográfico do proletariado industrial, o que, à única exceção dos EUA, só viria a ocorrer em escala significativa a partir da década de 1980.¹¹ Essa afirmação merece ser atentamente discutida, pois suas implicações para a tese de Hobsbawm são cruciais.

Na coletânea de escritos políticos *Estratégias para uma esquerda racional*, que reúne artigos publicados entre 1977 e 1988, Eric apresenta, ainda que de forma mais fragmentária, análises históricas que relacionam precisamente a discussão sobre a “crise da classe” aos debates contemporâneos na esquerda britânica.¹² No prefácio, em que o autor busca dar um

⁷ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Companhia das Letras, São Paulo, 1995, p. 299.

⁸ PALMER, *op. cit.*, tradução nossa, e HOBBSAWM, *op. cit.*, sumário.

⁹ HOBBSAWM, *op. cit.* A tese do autor sobre a crise da classe trabalhadora é apresentada de forma resumida no décimo capítulo da obra, intitulado “A Revolução Social: 1945-90”, na sua seção III (pp. 296-304). O trecho citado encontra-se na página 299.

¹⁰ THOMPSON, *op. cit.*, p. 278.

¹¹ Idem, pp. 299-301.

¹² HOBBSAWM, Eric. **Estratégias para uma esquerda racional**: escritos políticos (1977-1988). Paz & Terra, 2020.

sentido geral aos argumentos apresentados em suas múltiplas intervenções ao longo daqueles anos, ele reconhece que parte de uma perspectiva estreitamente britânica. Já no primeiro texto da coletânea, *O avanço do trabalhismo estancado? (1978)*, que deu início ao acalorado debate que permeia todo o livro, Hobsbawm reafirma a sua vinculação teórica com o método do materialismo histórico-dialético de Marx, chegando a defender que “o próprio Marx também teria visto a situação dessa forma.” A forma como ele vê a situação passa por questões como a seguinte: para Hobsbawm, não só a crise das instituições da classe trabalhadora precede a crise demográfica do proletariado industrial, que ele reafirma e qualifica como referente aos trabalhadores *braçais* da indústria, mas a crise dos partidos políticos de massa, equalizada à crise em seu apoio eleitoral, precede a crise da organização sindical. Nas palavras do autor:

“Pela primeira vez, desde 1923, o eleitorado trabalhista nacional é hoje menor do que o número de sindicalistas afiliados ao TUC [...] O trabalhismo atual não consegue mobilizar nem mesmo os membros do movimento sindical para sua causa.”¹³

A proposição de Hobsbawm é bastante prejudicada por sua perspectiva claramente centrada em sua realidade nacional, quando muito ampliada com um olhar sobre a Europa Continental, não obstante a consciência do autor sobre esse problema, cujos desdobramentos discutiremos a fundo na conclusão deste trabalho. Aqui cabe fazer notar que, embora a crise dos movimentos de trabalhadores como tradicionalmente entendidos tenha posteriormente adquirido uma dimensão global, como apontado por Van der Linden, entendemos que a afirmação de que a crise de suas instituições precede sua crise demográfica, bem como de que a crise dos partidos da classe precede a crise do sindicalismo, compõe uma generalização injustificada do caso europeu ocidental e que peca, ainda, por estabelecer uma relação causal entre um processo particular à Europa do pós-guerra e tendências globais posteriores.

Ressalva feita, retornemos à tese de Hobsbawm. Segundo o historiador, os trabalhadores assalariados dos países de industrialização mais antiga haviam aprendido a ver-se como uma única classe trabalhadora no final do século XIX, quando, unidos por condições de vida precárias e que lhes impunham a necessidade do apoio mútuo, desenvolveram a convicção de que a melhoria naquelas condições só poderia ser conquistada por meio da ação coletiva¹⁴ — Thompson, que provavelmente concordaria em associar a emergência da solidariedade de classe à experiência da precariedade, veria esse processo de

¹³ HOBSBAWM, *op. cit.* (2020), p. 48.

¹⁴ HOBSBAWM, *op. cit.* (1995), p. 299.

tomada de consciência da classe ocorrer muito antes, ao menos na Inglaterra. Para Hobsbawm, o “fazer-se” da classe trabalhadora no caso britânico deveria ser situado ao fim do século XIX, porque só então, em decorrência das transformações da “Segunda Revolução Industrial”, ocorreu uma aproximação entre a “aristocracia do trabalho” e os estratos médios dos trabalhadores do país, que até então não se viam nem agiam como uma mesma classe.¹⁵ A expressão paradigmática da consciência dos trabalhadores em diversos países naquele período, para Hobsbawm, foram os partidos trabalhistas de massa — “trabalhistas” aqui sendo empregado em seu sentido mais amplo, de movimento de trabalhadores organizado em partidos políticos, independentemente da sua vinculação nominal, embora, no caso inglês, que é sempre a referência de Hobsbawm, seja precisamente essa a sua nomenclatura. O peso que ele atribui à organização partidária como elemento preponderante na caracterização de uma classe trabalhadora autoconsciente é tal que ele chega a afirmar que “a expressão política da consciência de classe [...] significa, na prática, apoio para o Partido Trabalhista.”¹⁶ É isso, fundamentalmente, que pauta a sua constatação de uma “crise da consciência de classe.”

No seu artigo *Adeus ao movimento trabalhista clássico?*, também publicado naquela coletânea, Hobsbawm elabora em cinco pontos aquilo que, para ele, caracterizava esses partidos que, como o Trabalhista, emergiram no tempo em que a classe trabalhadora “se via como única”: 1) a sua base era a consciência de classe dos trabalhadores braçais, cujas semelhanças possibilitavam, salvo algumas exceções, a superação das diferenças; essa unidade de consciência seria evidenciada pelo apelo simples e generalizado de partidos políticos que se apresentavam como “dos trabalhadores”; 2) esses partidos “não foram meramente partidos dos trabalhadores”, mas partidos populares dos quais os trabalhadores braçais constituíam o núcleo; 3) tais partidos estavam vinculados à “ideologia específica do socialismo”, já influenciada pela obra de Marx; 4) sua emergência veio acompanhada do fortalecimento da visão, entre os marxistas, de que o proletariado industrial, que se encaminhava para ser a maioria da população naqueles países precisamente em um contexto de ampliação da democracia, seria o agente da revolução; 5) eram todos na origem partidos de oposição, situação que só mudou após a Primeira Guerra Mundial.¹⁷ Para Hobsbawm, esses cinco pontos foram historicamente determinados pelo contexto do final do século XIX e início do século XX: “Todos os partidos socialistas e comunistas significativos, sem exceção, emergiram antes da Segunda Guerra Mundial” (partidos de massa formados mais tarde, como

¹⁵ HOBBSAWM, *op. cit.* (2020), pp. 20-21.

¹⁶ *Idem*, p. 30.

¹⁷ *Idem*, pp. 222-227.

o PT brasileiro e o Solidariedade polonês, não entrariam nessa classificação e seriam marcados por outras características).

Com respeito ao caso britânico, Hobsbawm afirma que “[desde] 1918 o partido [Trabalhista] comprometera-se com um objetivo socialista”, referindo-se à incorporação à constituição partidária da “Cláusula IV” em 1918. O seu texto fora redigido por Sidney Webb, membro da Sociedade Fabiana, organização que advogava pela construção gradual do socialismo por meio de reformas dentro da institucionalidade burguesa (o próprio nome da sociedade alude à estratégia militar gradualista de um general romano), e dizia ser objetivo do partido:

“Assegurar aos trabalhadores, que o sejam pelas mãos ou pelo cérebro, os frutos da sua indústria e a distribuição destes o mais equitativa possível na base da propriedade comum dos meios de produção, distribuição e intercâmbio, e o melhor sistema viável de administração popular e controle de cada indústria e serviço.”¹⁸

Embora não fizesse referência explícita a “socialismo”, a cláusula defendia um projeto societário inquestionavelmente socialista, mesmo que pudesse ser criticada pela sua vagueza, e adotada ainda em meio ao furor causado pela onda revolucionária desencadeada pela Revolução de Outubro, sendo Sidney Webb e sua esposa Beatrice notórios defensores do regime soviético (mesmo nos anos de Stalin). Hobsbawm extrapola esse compromisso do partido com o socialismo para a maioria dos que o apoiavam: Eric chega a afirmar que a classe trabalhadora britânica “tornou-se socialista” após 1918.¹⁹ Embora não discordemos da observação da relevância que ideais explicitamente socialistas ou indiretamente vinculados ao socialismo possuíam naquele contexto, ou do apelo generalizado que a noção de “socialismo” possivelmente possuía em certos momentos, como nos anos imediatamente subsequentes às duas guerras mundiais, julgamos que falta à caracterização de Hobsbawm um mínimo de nuance; a afirmação categórica de que o conjunto daqueles trabalhadores simplesmente era socialista exige comprovação substancial, que Eric não oferece.

Segundo o historiador argumenta em *Era dos Extremos*, o auge daquela coesão de classe, representada pelos partidos de massa e seus projetos socialistas, teria sido atingido ao fim da Segunda Guerra Mundial, após a qual os elementos que fundamentavam a unidade dos trabalhadores teriam sido minados pelo acelerado ritmo de crescimento econômico, atrelado

¹⁸ GANI, Aisha. **Clause IV: a brief history**. The Guardian, 9 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2015/aug/09/clause-iv-of-labour-party-constitution-what-is-all-the-fuss-about-reinstating-it->>, último acesso em 29/04/2025. Tradução nossa. As informações sobre os Webb também estão baseadas neste artigo.

¹⁹ HOBBSAWM, *op. cit.* (2020), p. 48.

ao pleno emprego e à criação de uma sociedade de consumo de massas. Nas suas palavras, “a prosperidade e a privatização destruíram o que a pobreza e a coletividade na vida pública haviam construído”.²⁰

Em *O avanço do trabalhismo estancado?* (1978), publicado bem antes, o historiador apontava ainda para outras mudanças no capitalismo, especialmente o britânico, ocorridas nesse período e associadas àquela erosão: 1) um “crescimento da proletarização combinado com o relativo declínio, dentro da população assalariada, dos trabalhadores braçais no sentido literal da palavra”; 2) uma melhoria generalizada nas condições de vida da maioria dos trabalhadores, caracterizada como “uma revolução para melhor”; 3) um crescimento do setorialismo dos mais variados tipos: entre trabalhadores de setores industriais concorrentes ou que impunham interesses conflitantes, entre extratos mais ou menos remunerados, contexto em greves “corporativas”, que levavam em conta apenas os interesses particulares de um grupo, teriam ampliado essas divisões (cabe lembrar que Hobsbawm escreve esse texto em 1978, anos antes da greve de mineiros de carvão que discutiremos nesse trabalho, mas claramente tendo as greves anteriores da categoria em mente); 4) e uma tendência à sindicalização dos trabalhadores de “colarinho-branco”, em outro artigo da coletânea tratados como uma “nova” classe trabalhadora cuja consciência seria de uma qualidade diferente daquela dos trabalhadores braçais, sendo menor sua “atração espontânea” por um partido da classe.²¹

Devido ao caráter de obra sintética de *Era dos Extremos*, ao fato de que foi escrita depois da conclusão daquele debate e também à própria tendência de Hobsbawm de procurar um sentido geral em processos históricos complexos, consideramos que essas múltiplas tendências são vistas pelo historiador como consequência ou como complemento da combinação entre “prosperidade e privatização” associada àquele momento do desenvolvimento histórico do capital, de modo que a trataremos como o fator causal preponderante em sua tese para explicar a “crise não de classe, mas de sua consciência”.

O principal desdobramento político-ideológico dessa desagregação da classe trabalhadora seria o abandono do socialismo enquanto sua ideologia própria. Nas palavras de Hobsbawm, na segunda metade do século, “[foi] rompido o cordão umbilical que antes ligava o movimento trabalhista e a revolução social com a ideologia do socialismo”.²² Em meio a esse rompimento, teria se dado a supostamente inédita inclinação dos trabalhadores

²⁰ HOBSBAWM, *op. cit.* (1995), p. 301.

²¹ HOBSBAWM, *op. cit.* (2020), pp. 15-32 e p. 54.

²² *Idem*, p. 224.

“qualificados e respeitáveis”, cujo número fora multiplicado nas décadas do pós-guerra (nos países tomados por Hobsbawm como referência), para a direita política, inclusive os sindicalizados, como ressaltado em *Estratégias*.²³

A tese de Hobsbawm tem implicações políticas profundas; ela foi, na verdade, elaborada para resolver problemas fundamentalmente políticos por um historiador politicamente engajado. Se tomamos a síntese exposta em *Era dos Extremos* como referência para compreensão de sua tese, as propostas políticas dela derivadas só estão explícitas nas *Estratégias*. Partindo das observações de que “[das] cinco características originais dos movimentos, ressaltadas acima, apenas duas ainda se aplicam de modo cabal: o partido clássico ainda permanece um partido do povo, e ainda é um potencial partido governista”, e de que “[hoje], não é a consciência de classe que mantém nossos partidos unidos, mas a existência nacional desses partidos, que une grupos e classes, os quais, de qualquer maneira, provavelmente estariam dispersos”, Hobsbawm, no prefácio em que busca dar sentido geral às suas intervenções ao longo daqueles anos de debate, insinua uma posição bastante polêmica: a possibilidade de um “socialismo sem classe trabalhadora”.²⁴

Tanto a tese de Hobsbawm como essas derivações políticas são muito questionáveis e foram muito criticadas, especialmente por quem adotasse uma perspectiva mais à esquerda que a exposta pelo historiador, a exemplo de Palmer, em cujas palavras:

“A política da esquerda indubitavelmente estancou ao fim do século XX. Mas a ideia de que a classe parou subitamente no meio do século, como Hobsbawm sugeriu e como a intervenção política mais significativa do crepúsculo dos seus dias enfatizou, era pouco convincente analiticamente e uma retirada conservadora politicamente. [...] Indicar que a marcha adiante [da classe trabalhadora] havia sido interrompida não era necessariamente um erro enquanto descrição da situação política, por mais simplista e historicamente prematuro que o argumento pudesse ser. Mas inferir que essa realidade desapontadora estava gravada irreversivelmente na pedra de uma política inflexível, exigindo uma orientação inteiramente nova substituindo a política da luta de classes, foi encerrar o projeto correlato de conceitualização e política precisamente no ponto em que um escrutínio mais profundo se fazia necessário.”²⁵

Mesmo assim, a influência da tese de Hobsbawm não pode ser minimizada e sua solidez no tratamento do tema sob uma perspectiva materialista histórica, não obstante seus muitos problemas, impõe a necessidade de a levarmos a sério se pretendemos encarar essa

²³ HOBSBAWM, *op. cit.* (1995), p. 299-304, e HOBSBAWM, *op. cit.* (2020).

²⁴ HOBSBAWM, *op. cit.* (2020), pp. 225-227 e p. 12.

²⁵ PALMER, *op. cit.* tradução nossa.

influência de forma crítica. Segundo Huw Beynon, um sociólogo também britânico especializado em estudos do trabalho (e que se ocupou extensamente da história dos mineiros de carvão em seu país, razão pela qual reaparecerá várias vezes ao longo deste trabalho) a percepção de uma fragilização dos laços que uniam os trabalhadores de países como a Grã-Bretanha, feita por Hobsbawm, é parcialmente compartilhada por seu contemporâneo e conterrâneo Raymond Williams, expoente, como Thompson, da Nova Esquerda, e para quem, no período tratado, a solidariedade de classe deixou de ser algo que se poderia considerar como garantido.²⁶ Fazemos essa observação para indicar que a leitura de Hobsbawm não era aberrante dentro do contexto da historiografia marxista britânica da época, embora desconhecamos qualquer colocação de Williams no sentido de respaldar o conjunto da tese do colega, muito menos as conclusões políticas que Eric extrai dela.

Assim, julgamos essa tese, que buscamos aqui sintetizar de forma detalhada, merecedora de uma meticulosa avaliação, à qual pretendemos contribuir com este trabalho. Por um lado, consideramos que Hobsbawm aponta para uma leitura que busca compreender a articulação entre as transformações concretas nas relações capitalistas de produção (como a expansão da economia capitalista no pós-guerra e a crise do “keynesianismo/fordismo”), as experiências de vida dos trabalhadores, a sua consciência de classe e a agência social e política por eles imprimida, ponderando tanto as diferenças geracionais, ligadas à perpetuação ou transformação das relações sociais que definem a própria classe, como aquelas entre diferentes segmentos da classe trabalhadora. Assim, acreditamos que Hobsbawm percebe corretamente um problema e propõe um caminho frutífero para resolvê-lo, embora discordemos de sua resolução.

Julgamos pertinente a este ponto do debate resgatar algumas das contribuições de Gramsci, cuja obra influenciou o trabalho tanto de Hobsbawm como de Thompson, embora sendo lido de formas bastante distintas por cada um deles — no caso do primeiro, sob a forte influência da leitura “eurocomunista”, que enxergava nos escritos do intelectual sardo uma justificação da ênfase nas reformas pela via institucional, leitura com a qual discordamos totalmente: entendemos Gramsci como um comunista revolucionário claramente comprometido com a “quebra da máquina do Estado burguês” enquanto prioridade do movimento, tal como formulada por Vladimir Lênin a partir dos escritos políticos de Marx (Hobsbawm também busca fundamentar sua posição política nos escritos de Lênin, embora

²⁶ BEYNON, Huw. **A destruição da classe operária inglesa?** Conferência apresentada no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, novembro de 1994. Tradução de Vera Pereira.

seleccione deles aquilo que lhe convém, sobretudo a crítica do sectarismo, deixando de lado a crítica ferrenha de Lênin ao institucionalismo reformista do “austromarxismo”, que, a seu tempo, cumpriu papel similar ao desempenhado pelo eurocomunismo mais tarde).

Em seus conhecidos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci elaborou sobre a relação entre o que entendemos como “classe em si” e “classe para si”, ainda que não use esses termos — como na verdade raramente usa o termo “classe”, o que interpretamos como uma das formas de autocensura elaboradas pelo pensador durante seu encarceramento pelo fascismo. Acreditamos que essa escolha de palavras, infelizmente, tenha contribuído para leituras equivocadas de sua obra, que buscam diminuir nela o papel da luta de classes. Gramsci tratou do tema sobretudo em seus escritos sobre as “relações de forças” verificáveis em contextos históricos determinados, formulações concentradas no caderno de número 13. Aqui, o revolucionário sardo discrimina três diferentes “momentos” ou “graus” das relações de força, sendo o primeiro (1) o das relações de forças estritamente materiais, independentes da vontade humana, que entendemos como atrelado à definição das classes sociais “em si”, a partir das relações sociais de produção; o segundo (2), o das relações de forças políticas, vinculado à complexa e gradativa construção da classe “para si”, isto é, entre outras qualidades, da sua autoconsciência; e o terceiro (3) o das relações de forças “militares”, relacionada às confrontações diretas entre classes sociais antagônicas em diferentes graus de “constituição para si”. As greves são explicitamente situadas por Gramsci nesse momento, sendo a sua caracterização como “militar” uma analogia. Para o pensador, “o desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo” — isto é, se pudermos ousar uma simplificação, oscila continuamente entre as determinações materiais e a agência política humana imediata, sempre conflituosa nas sociedades de classe, com a mediação das diferentes formas de consciência e organização dos grupos e classes sociais. Entendemos que essa leitura constitui uma antecipação da abordagem thompsoniana do tema. Thompson, amparando-se por vezes na obra de Gramsci, apresenta como sua maior inovação pessoal a discriminação do papel da “experiência”, historicamente variável, naquela mediação.²⁷

Esse segundo momento mediador ocupa, assim, papel de destaque na concepção de história de Gramsci, que afirma ser aqui que deve ocorrer a avaliação “do grau de homogeneidade, de **autoconsciência** e de organização alcançada pelos vários grupos sociais”

²⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3: Maquiavel; Notas sobre o Estado e a Política. Edição e tradução de Coutinho, Carlos Nelson. 10ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2020, pp. 36-46, trecho citado na página 43.

(destaque nosso), do qual o nível mais básico seria o da corporação.²⁸ Cabe ter cuidado em não confundir os “três momentos” das relações de força com os graus de constituição dessas forças, tratados por Gramsci como “subdivisões” do segundo momento. Para o pensador, o grau mais elevado a que um grupo poderia chegar seria:

“aquele em que se adquire a consciência de que **os próprios interesses corporativos**, em seu desenvolvimento atual e futuro, **superam o círculo corporativo**, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.”²⁹

Essa superação do círculo corporativo está estreitamente relacionada à concepção gramsciana de hegemonia, questão que retomaremos já no primeiro capítulo deste trabalho. Por hora, cabe apontar algumas implicações do esquema de Gramsci para a avaliação da tese de Hobsbawm. Embora os escritos do revolucionário respaldem a distinção, preservada por Hobsbawm, entre “classe em si” e “classe para si”, a forma meticulosa como Gramsci propõe tratar o tema não é replicada pelo historiador inglês, por mais ciente que ele fosse da obra daquele.

Entendemos que a definição de uma gradação na homogeneidade, na autoconsciência e na organização dos grupos sociais não implica em um processo linear de incremento dessas qualidades: tanto um grupo pode tornar-se mais autoconsciente como pode sofrer uma perda nesse aspecto, que é precisamente o que Hobsbawm sugere ter ocorrido com a classe trabalhadora na segunda metade do século XX. Enquanto Gramsci recomenda explicitamente um olhar atento às nuances (ou gradações) daquelas três qualidades ou facetas, Hobsbawm não lhes dá a devida atenção, estabelecendo uma rígida definição de quando e como a consciência da classe trabalhadora se constitui e se esvai (c. 1880-1980).

Além disso, embora as diferentes facetas da análise dessas gradações (homogeneidade, autoconsciência, organização) estejam vinculadas, e embora haja uma preocupação por Gramsci em definir a passagem entre os diferentes graus por incrementos simultâneos em todas as três facetas, acreditamos que elas não só podem como *devem* ser consideradas individualmente: a avaliação do grau de autoconsciência não pode ser equalizada à do grau de homogeneidade ou de organização, embora todos esses aspectos tenham que ser levados em conta e relacionados. Hobsbawm, por sua vez, não se preocupa tanto em distingui-los, enxergando na desagregação política e organizativa da classe trabalhadora a própria crise de sua consciência.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

Feitas essas considerações, consideramos que só há uma forma adequada de por à prova a tese de Hobsbawm: dar ouvidos aos trabalhadores sobre os quais tanto falamos. São eles que, como Thompson de forma tão apropriada insiste, tomam parte no fazer-se, no refazer-se (e no eventual desfazer-se) do processo-classe. Nesse sentido, nos propusemos a examinar, no plano do debate político consciente, manifestações da persistência, entre trabalhadores de países de industrialização mais antiga ao fim do século passado, de uma consciência autodefinida em termos classistas, bem como das contestações a essa forma de consciência. O caso que escolhemos para esse estudo empírico foi o da greve dos mineiros de carvão britânicos de 1984-5, também rememorada como Grande Greve dos Mineiros por Empregos.

Ao passo que na maior parte do mundo o declínio dos índices de sindicalização, de incidência de greves e de apoio a partidos nominalmente comprometidos com a classe trabalhadora foi relativamente silencioso, no Reino Unido uma dramática confrontação expôs em termos claros a disputa pelas consciências da classe trabalhadora e pela persistência da sua organização autônoma. Tornada célebre mesmo fora do Reino por filmes como *Billy Elliot* (2000) e *Pride* (2014), a greve dos mineiros de 1984-5 foi uma das maiores da história do país, tendo parado cerca de cem mil trabalhadores por mais de um ano em oposição ao plano do governo de Margaret Thatcher de fechar dezenas de minas de carvão de forma súbita. A greve mobilizou ainda o apoio de outros segmentos do movimento sindical, notadamente os ferroviários e os tipógrafos, para além de grupos não necessariamente ligados ao sindicalismo, concentrados sobretudo no meio urbano, como o coletivo “Gays e Lésbicas Apoiam os Mineiros” (GLSM). Mesmo assim, não foi suficiente para deter os fechamentos de minas. O governo manteve-se intransigente até o esgotamento das forças dos grevistas, que não conquistaram nenhuma concessão. A indústria britânica de carvão foi efetivamente extinta em poucos anos depois disso, levando consigo a “espinha dorsal” do movimento sindical do país. Esse caso nos parece extremamente pertinente para o debate aqui resgatado.

Primeiro, porque a ocorrência da greve evidencia às transformações ocorridas em finais do século XX na organização do trabalho industrial, dado o processo de desindustrialização e de transferência de postos de trabalho menos qualificados para a periferia do mundo capitalista, com implicações diretas para a capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores, expondo assim as determinantes materiais por trás da aparente crise dos seus movimentos.

Segundo, porque, como constatamos durante a análise da historiografia especializada e das fontes (embora já tivéssemos essa suspeita previamente), o desenrolar da greve exemplifica a complexidade das articulações entre diferentes segmentos da classe trabalhadora e suas instituições, notadamente em sua dimensão subjetiva, aquela que mais nos interessa.

Terceiro, porque a greve ocorreu em resposta às políticas de um dos primeiros governos de viés neoliberal, sendo um momento marcante para a consolidação dessa tendência política que hegemonizou as sociedades capitalistas precisamente no período em que a crise da classe trabalhadora é situada.

Quarto, porque o episódio foi um dos mais significativos para o desenvolvimento histórico do movimento de trabalhadores do Reino Unido, país que fora a pátria do capitalismo industrial e que possui uma das mais antigas tradições de organização dessa classe social, tendo, especialmente em função de seu desfecho desfavorável aos mineiros, se tornado paradigmático de um trabalhismo em crise. Consideramos que qualquer abordagem sobre a crise dos movimentos de trabalhadores enquanto fenômeno mundial deve reconhecer esse lugar de destaque ocupado pelo caso britânico, e, dentro deste, pela greve dos mineiros de carvão.

Por fim, porque o episódio foi vivenciado pelas próprias figuras de referência do debate que aqui levantamos, em especial Hobsbawm, cuja tese é nosso ponto de partida, e Thompson. A influência das obras de ambos para além do Reino Unido é bastante conhecida, notadamente para a academia brasileira. Desse modo, o escrutínio desse caso, pouco presente na produção historiográfica em nosso país, lança nova luz sobre o debate teórico, histórico e político no qual aqueles autores se engajaram.

Diante de todos esses motivos para nos debruçarmos sobre a greve dos mineiros, nosso objetivo específico ao fazê-lo foi escutinar a tese de Hobsbawm. Nesse intuito, partimos do pressuposto de que, se ela possuir validade para o caso britânico na década de 1980, precisamente aquele do qual o autor partia, a análise das fontes primárias nos permitirá atribuir o desfecho desfavorável da greve dos mineiros, ao menos parcialmente, à dissolução dos laços de solidariedade entre os trabalhadores do país, em função da afluência experimentada por setores significativos daquela classe nas décadas anteriores.

É essa, fundamentalmente, a leitura apresentada por Hobsbawm a respeito da greve em *Retirada para o extremismo*, artigo de 1985 publicado em *Estratégias*:

“a greve dos mineiros de 1984 a 1985 seria inconcebível hoje, em qualquer país do mundo. A classe trabalhadora britânica e seu movimento constituem a rocha que servirá de alicerce a qualquer movimento ou aliança mais amplo. Mas é um insulto à inteligência, assim como à devoção, à lealdade e ao heroísmo dos militantes sindicais britânicos fingir que eles não levaram umas boas pauladas nos últimos seis anos [de governo Thatcher].”³⁰

A caracterização da classe trabalhadora britânica e de seu movimento como “a rocha que servirá de alicerce a qualquer movimento ou aliança mais amplo” destoa do tom geral da coletânea e inclusive contradiz o argumento que é aos poucos construído nela no sentido de negar a pertinência da política de classes. Uma mobilização como aquela greve, que Hobsbawm sequer cogitava nos escritos mais antigos de *Estratégias*, parece ter até estremecido o seu pessimismo e lhe feito retornar, ainda que por um breve momento, às suas raízes de militância socialista e classista. Mas apenas por um breve momento. Logo a ênfase nas “pauladas” sofridas pelos militantes sindicais britânicos, apresentadas praticamente como consequência de sua insistência na política de classes, prevaleceria. Em *Adeus ao movimento trabalhista clássico?*, Hobsbawm já minimizava o papel de movimentos como o dos mineiros e afirmava que “a grande e heroica greve dos mineiros britânicos evocou um pouco de romantismo sincero, porém há uma diferença entre os 200 mil escavadores e um país de 55 milhões de pessoas.”³¹

Confirmando-se ou não a tese de Hobsbawm para o caso da greve dos mineiros, reforçamos que, da mesma forma que a classe trabalhadora estivera presente no seu próprio fazer-se, ela estaria no seu suposto desfazer-se. Assim, aquela confirmação só poderia vir por meio de expressões inquestionáveis de rejeição à consciência de classe por setores expressivos dos próprios trabalhadores. Não concordamos com a leitura de Hobsbawm que equaliza consciência de classe e adesão eleitoral ao principal partido de massas vagamente socialista, no caso britânico o Trabalhista. Buscamos expressões mais sólidas. O levantamento que nos propusemos a fazer dessas expressões é, portanto, fundamentalmente qualitativo. Por mais difícil que seja realizar esse levantamento, consideramos que o caminho percorrido por esta pesquisa oferece ao menos uma contribuição inicial para esse esforço. Diante das dificuldades óbvias em realizar, especialmente do Brasil, um levantamento realmente completo das ideias em circulação entre os trabalhadores britânicos naquele período, da relação entre essas ideias e da força relativa delas, buscamos focar na qualificação de ideias expostas por organizações e lideranças políticas que se destacaram naquele debate,

³⁰ HOBBSAWM, *op. cit.* (2020), p. 124.

³¹ *Idem*, p. 226.

simplesmente por serem fontes mais acessíveis, mas sem jamais perder de vista a resposta dos trabalhadores em geral as essas ideias e a sua participação no debate.

Assim sendo, construímos a nossa investigação em três etapas, cuja exposição se segue a um primeiro capítulo de síntese sobre o desenrolar da greve e de detalhamento da sua relevância para o debate aqui levantado.

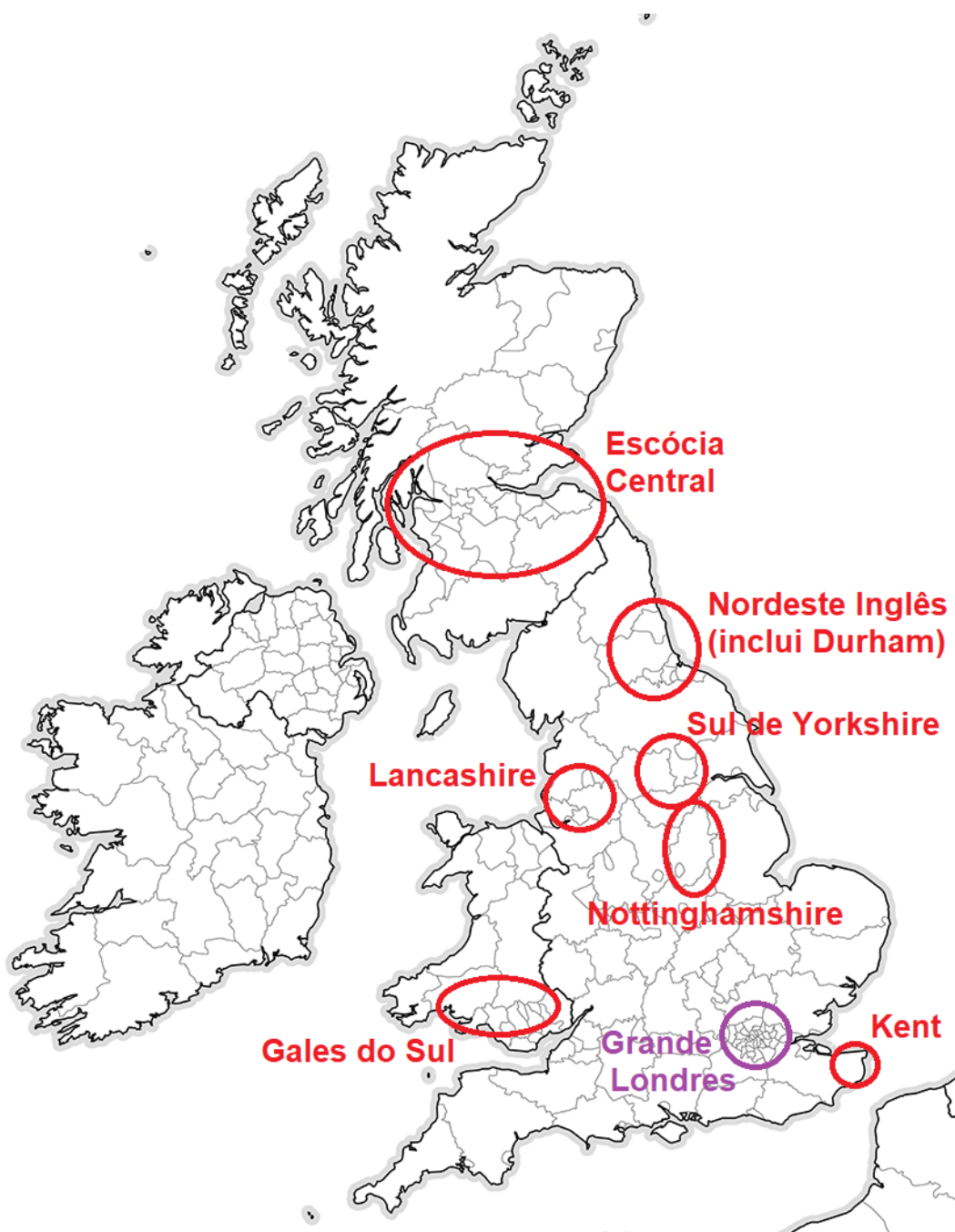
Na primeira etapa, buscamos mapear os elementos do discurso das lideranças dos mineiros de carvão grevistas e do governo conservador ao qual eles se opunham, sendo a análise desses discursos o assunto, respectivamente, do segundo e do terceiro capítulos. Para isso, não nos restringimos ao período de realização da greve, mas analisamos um conjunto de fontes produzidas entre 1979 e 1987: os discursos do presidente do sindicato dos mineiros, Arthur Scargill, realizados nas conferências anuais da organização ocorridas entre 1982 e 1985, e os manifestos eleitorais do Partido Conservador produzidos para os pleitos de 1979, 1983 e 1987, todos vencidos pelo partido enquanto Thatcher esteve a cargo da sua liderança. A escolha por cobrir um período maior do que a duração da greve se justifica pela nossa preocupação em compreendê-la não enquanto episódio isolado, mas enquanto ponto de transformação, de modo que nos interessa avaliar como essas duas visões tão diferentes sobre a questão da classe foram construídas nos anos anteriores à greve, quando enfim se chocaram, e nos anos seguintes, já impactadas pela confrontação.

Na segunda etapa, objeto do quarto e último capítulo, analisamos fontes selecionadas da imprensa britânica com o objetivo de situar a cobertura da greve em relação àqueles elementos discursivos: qual dos dois discursos os jornais escolhidos ecoam? Ou será que eles produzem uma síntese própria? Em qualquer das hipóteses, como esses jornais abordam a noção de consciência de classe? Talvez mais importante de tudo: o que esses jornais registram a respeito da resposta dos trabalhadores àquelas ideias e seu engajamento ativo no debate?

As conclusões que pudemos extrair dessas duas etapas de análise, especialmente no que diz respeito à tese de Hobsbawm, é o assunto das nossas considerações finais, em que o debate é retomado e aprofundado com novas referências.

Capítulo 1 - Um breve histórico do movimento de mineiros na Grã-Bretanha e sua Grande Greve por Empregos

No mapa abaixo, os principais centros de mineração de carvão britânicos no século XX estão circulados em vermelho, com a Grande Londres em roxo para referência geográfica.³²



³² Mapa elaborado para esta dissertação a partir da bibliografia de referência, tomando como base o mapa em branco dos condados das Ilhas Britânicas de reprodução livre disponibilizado em <<https://bencrowder.net/outline-maps/>>, último acesso em 23/04/2025.

Note no mapa da página anterior que no período em questão não havia atividade mineradora significativa na Irlanda, quer na do Norte, continuamente vinculada ao Reino Unido, quer no restante do país, independente desde 1919. Não obstante, há depósitos de carvão na Irlanda do Norte, que foram explorados até 1970, embora o peso demográfico dos mineiros atuantes na região fosse pequeno. Por essa razão, quando falamos da mineração de carvão no Reino Unido na década de 1980 e, conseqüentemente, do movimento de trabalhadores do setor, nos referimos à ilha da Grã-Bretanha e a um movimento que se havia tornado essencialmente britânico — embora de forma alguma possamos desprezar o papel dos mineiros irlandeses na sua constituição, especialmente tendo em vista a significativa migração daquele povo para trabalhar nas minas da ilha vizinha e o protagonismo desses imigrantes no sindicalismo e no ativismo partidário. Trataremos agora sobre o histórico geral do movimento de cuja constituição eles participaram, enfatizando a sua posição em meio à luta de classes naquele país.

1. Os mineiros de carvão na Grã-Bretanha do século XX

Ao caracterizar as comunidades de mineiros da Grã-Bretanha do século XX, o escritor escocês Harry Paterson afirma que elas eram marcadas pela existência de um certo senso de “coesão social”, resultante das peculiares condições de vida que seus representantes enfrentavam. Esses trabalhadores viviam em sua maioria em vilas e povoados construídos nas proximidades das minas de carvão, com o propósito específico de abrigá-los. Neles, o ofício mineiro era frequentemente transmitido de geração em geração, sendo a atividade econômica em que se apoiava por inteiro a economia local. Além disso, os riscos de um trabalho como o da mineração no subsolo impunham a necessidade de confiança mútua entre os trabalhadores das minas — que eram, por determinação legal desde o século anterior, exclusivamente homens, sendo a masculinidade outro traço distintivo de sua identidade coletiva.³³ Em consequência desses fatores, no entendimento de Paterson, tais comunidades eram largamente fechadas em si, possuindo uma cultura própria que os distinguia de outros grupos de trabalhadores do país.

Devido ao alto volume de mão de obra empregado na mineração de carvão e ao papel estratégico deste setor na economia britânica, que lhes conferia aquilo que o sociólogo estadunidense Eric O. Wright classificava como “poder de barganha do local de trabalho”, os

³³ PATERSON, Harry. **Look Back in Anger: the Miners' Strike in Nottinghamshire — 30 years on.** Five Leaves Publications, Nottingham, 2014 e 2015, p. 15.

mineiros estavam no centro da luta de classes do país, especialmente no século XX. Eles mantinham até pelo menos a década de 1980 a imagem de coluna dorsal do movimento operário britânico, o que se devia, igualmente, à sua consistente organização sindical, fonte do que o autor citado denomina de “poder de barganha associacional”. A união dessas duas formas complementares de poder de barganha descritas por Wright colocava o segmento numa posição privilegiada para a militância operária.

Um dado que demonstra a coesão dos mineiros de carvão é o fato de que eles constituíam a mais sólida base eleitoral do Partido Trabalhista, no qual votavam em bloco de forma consistente, relação que pode ser percebida ao se comparar os mapa eleitorais do Reino Unido ao longo do século XX com o das regiões mineradoras, embora devamos levar em conta que nem todos os distritos eleitorais dessas regiões eram de *maioria* mineira, mas contavam com a presença de trabalhadores de várias outras indústrias, que historicamente fizeram uso da energia gerada pelo carvão e cujos operários também compunham a base eleitoral dos trabalhistas. Ainda assim, o peso demográfico e a coesão política dos mineiros eram tamanhos que, nos distritos parlamentares em que a presença da categoria era mais expressiva, “deputados mineiros” eram regularmente eleitos para o Parlamento, chegando a formar uma bancada com dezenas de representantes durante o entreguerras.³⁴

Além disso, e para a nossa pesquisa um dado mais importante, a categoria dos mineiros protagonizou as confrontações de classe ocorridas naquele país ao longo do século XX, tendo estado, de acordo com Alex Callinicos e Mike Simons, no centro de todas as principais delas. São destacadas por estes autores as agitações de 1910–14, a Greve Geral de 1926 e a onda de greves de 1970–4, para além, é claro, da greve de 1984-5.³⁵

A propósito, a Greve Geral de 1926 teve semelhanças marcantes com a dos mineiros de 1984-5. Para começar, a mobilização fora convocada em apoio a este segmento específico, ameaçado por cortes salariais e enfrentando condições de trabalho insalubres. Ambas as greves falharam em atingir os seus objetivos. Em 1926, o próprio bloco mineiro enfrentou defecções, notadamente dos associados do condado de Nottinghamshire — que mais tarde seria também o epicentro do boicote à greve de 1984-5. Após a mobilização geral de 1926, que durou nove dias, os mineiros mantiveram-se em greve por pelo menos mais seis meses.

³⁴ BEYNON, Huw. *Op. cit.*, p. 3.

³⁵ CALLINICOS, Alex; SIMONS, Mike. **The Great Strike: The Miners Strike of 1984–5 and its lessons.** International Socialism, Series 2, No. 27/28, 1985. Parte 2. *Towards Confrontation*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/etol/writers/callinicos/1985/miners/index.html>>, último acesso em 10/07/2022.

De forma comparável, a confrontação 1984-5 seria sustentada pelos mineiros por um ano inteiro, enquanto quase toda a força de trabalho do país permaneceu em atividade.

Não obstante tais semelhanças, o movimento de mineiros seguiu relevante após a Greve Geral e teria ainda momentos de protagonismo político; a greve de 1984-5, por outro lado, foi seu último grande ato em meio à luta de classes britânica, como veremos adiante.

Cabe observar que o fracasso em mobilizar toda a força potencial dos sindicatos do país em qualquer dos dois casos revela os limites do papel de liderança da classe trabalhadora atribuído pelos autores citados ao segmento mineiro. Para explicar esse cenário com respeito à Greve Geral, os já citados Paterson, Simons e Callinicos identificaram nas posturas das lideranças sindicais e partidárias dos trabalhadores britânicos a causa primordial da derrota da derrota do movimento de 1926.³⁶ Simons e Callinicos apontam para uma mudança de postura das lideranças sindicais dos mineiros após aquele episódio, quando elas teriam concluído que apenas “a eleição de um governo trabalhista (...) poderia resolver o problema dos mineiros por meio da nacionalização da indústria”.³⁷

Para o bem ou para o mal, foi o que aconteceu após o líder trabalhista Clement Attlee ser alçado ao posto de primeiro-ministro, em sequência à vitória de seu partido nas eleições gerais de julho de 1945. Os trabalhistas já haviam participado do governo britânico antes, mas pela primeira vez conquistavam uma maioria absoluta na Câmara dos Comuns, o que lhes permitiu formar o primeiro governo trabalhista “puro-sangue” e implementar uma série de reformas econômicas e sociais de peso. Além de lançarem as bases para um Estado de bem-estar social, com a criação, notoriamente, do National Health Service (NHS), o “SUS” britânico, a estatização da indústria carbonífera foi outra de suas medidas mais significativas, implementada no primeiro dia do ano de 1947.

Vale ressaltar que essa não foi uma medida tomada à revelia da classe capitalista britânica. A demanda por carvão da indústria do país, recém-saído da guerra, era muito alta, de modo que a nacionalização, ao permitir uma produção subsidiada, atendia, na verdade, a uma demanda do conjunto daquela classe.³⁸ Além disso, os antigos proprietários de minas de carvão, para além de serem compensados financeiramente, continuaram a ocupar boa parte dos cargos de gerência como quadros da nova estatal, administrada desde então pelo Comitê

³⁶ PATERSON, Harry, *op. cit.*, pp. 16-18, e CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.* Parte 2. *Towards Confrontation*. Subtítulo: *The miners and Labour*. Tradução nossa.

³⁷ Idem.

³⁸ CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.* Parte 2. *Towards Confrontation*. Subtítulo: *The miners and Labour*.

Nacional do Carvão (NCB), de modo que nem o segmento da burguesia supostamente prejudicado pela nacionalização lhe opôs séria resistência.³⁹

Pouco tempo antes da nacionalização, em 1944, a MFGB (Federação dos Mineiros da Grã-Bretanha, uma insólita aliança de sindicatos regionais independentes) fora transformada em Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Minas (NUM, na sigla em inglês). Segundo Paterson, essa mudança pouco fez para modificar a sua natureza fundamentalmente descentralizada, ainda que tenha introduzido uma nova disputa entre a instância nacional e alguns sindicatos locais pelas lealdades dos mineiros e pela supremacia na direção política do movimento.⁴⁰ Callinicos e Simons concordam com o apontamento de Paterson, destacando a falta de centralização como uma das maiores dificuldades mais tarde enfrentadas pelos líderes da greve de 1984-5.⁴¹ Já Ray Hudson e Huw Beynon destacam um outro aspecto da formação do NUM: a sua colaboração para com o NCB, no qual muitas das até então lideranças do sindicato foram empregadas, em geral no setor de relações trabalhistas. A imbricação entre NUM e NCB no pós guerra era tamanha, segundo os autores, que as duas instituições poderiam ser consideradas “gêmeas siamesas”.⁴² Nesse sentido, a organização dos mineiros transformava-se em um dos principais sustentáculos do arranjo político-social construído na Grã-Bretanha a partir do governo Attlee.

Se a medida da nacionalização representou uma esperança para os mineiros, que viveram décadas particularmente difíceis após a derrota de 1926, marcadas pela Grande Depressão e pela guerra mundial, Paterson argumenta que o sentimento que logo se firmaria entre eles seria o de decepção com a pouca melhoria que a criação do NCB trouxe para as condições reais de vida e trabalho dos mineiros.⁴³ Além disso, a demanda pelo carvão não se manteria para sempre em alta. Com a facilidade de acesso a novas fontes de energia, sobretudo o petróleo importado de regiões como o Oriente Médio, a participação do carvão no total de energia gerado no Reino Unido declinou progressivamente ao longo das décadas seguintes. Mais da metade das minas do país foi fechada nos anos de 1950 e 1960, fenômeno que, somado à mecanização crescente da indústria, causou uma perda de empregos proporcional.⁴⁴ Mesmo assim, a despeito da notória tradição de agitação política dos mineiros

³⁹ PATERSON, Harry, *op. cit.*, p. 26.

⁴⁰ PATERSON, Harry, *op. cit.*, p. 25-26.

⁴¹ CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.* parte 2. *Towards Confrontation*. Subtítulo: *The rise of the NUM left*.

⁴² BEYNON, Huw; HUDSON, Ray. **The Shadow of The Mine: Coal and The End of Industrial Britain**. Verso, Londres, 2021, p. 43.

⁴³ Idem, pp. 22-24.

⁴⁴ Idem, p. 26.

britânicos, não houve nenhuma greve nacional da categoria nesse período, nem nenhuma outra forma de resistência mais incisiva ao declínio da sua indústria.

Callinicos e Simons atribuem essa pouca resistência, mais uma vez, à postura das lideranças mineiras. Segundo os autores, elas estavam em sua maioria ligadas às frações à direita (e dominantes) no Partido Trabalhista, mantendo uma estratégia voltada para a esfera eleitoral. Já a esquerda do movimento mineiro, marcada pela influência do Partido Comunista (o mesmo PCGB de Hobsbawm e, outrora, de Thompson), privilegiava a disputa das estruturas oficiais do sindicato com o grupo rival, em detrimento da mobilização independente.⁴⁵ A insistência desses autores em enfatizar o papel das lideranças nos reveses sofridos pelo movimento de mineiros é um aspecto central de sua interpretação sobre o tema, vinculada ao seu próprio engajamento político: Callinicos e Simons eram ligados ao Partido Socialista dos Trabalhadores, de orientação trotskista, e naturalmente críticos da linha política dominante entre as lideranças sindicais dos mineiros. Da nossa parte, sem desmerecer a posição dos autores, nos parece que a atribuição de responsabilidade às lideranças não esgota o problema, sendo notável que, por cerca de três décadas, entre a nacionalização da indústria do carvão e as greves dos anos 70, tais lideranças tenham permanecido à frente do movimento, com apenas contestações localizadas e mais ou menos esporádicas, o que em nossa leitura sugere uma adesão generalizada da categoria dos mineiros ao programa dessas lideranças, ao menos em um primeiro momento.

De toda forma, cabe observar que, nas primeiras décadas do pós-guerra, as diferentes seções regionais do movimento mineiro tiveram comportamentos muito variáveis. A militância mais ativa e a atividade grevista concentravam-se sobretudo nas regiões de Gales do Sul, Escócia e Yorkshire. Essa dificuldade em atuar de forma unificada no nível nacional contrasta com o alto nível de coesão imputado às comunidades mineiras por autores como Paterson. Se em outros momentos da história britânica do século XX o segmento esteve à frente da mobilização da classe trabalhadora, entre as décadas de 1930 e 1960 não estavam mobilizados sequer a nível de corporação. Assim, não surpreende que nesse período o movimento de mineiros, quando tomado em seu conjunto, não tenha sido uma frente de contestação das forças hegemônicas da sociedade; ao contrário, as lideranças sindicais do setor mantinham uma estreita associação com o Estado através do Partido Trabalhista — que, consolidado como um dos dois maiores do país, alternava-se no poder com os conservadores.⁴⁶

⁴⁵ CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.*, parte 2. *Towards Confrontation*. Subtítulo: *The rise of the NUM left*.

⁴⁶ Idem.

Vale notar, de toda forma, que a baixa mobilização sindical nas primeiras décadas do pós-guerra não foi exclusividade do setor mineiro, que permite a Hobsbawm sugerir uma causalidade direta entre a conjuntura de prosperidade do pós-guerra, que explicaria a baixa mobilização dos trabalhadores europeus no período, entre eles os mineiros britânicos, e a “crise da consciência de classe” que ele sugere ter se instaurado a partir de então.

2. A “Revolução de Outubro Scargillista”

A atividade grevista viveu um novo aumento na Grã-Bretanha durante a década de 1960, que Callinicos e Simons interpretam como uma reação às políticas adotadas pelo governo do trabalhista Harold Wilson. Naquele momento, segundo os autores, a taxa média de lucro na indústria britânica era muito inferior à de outros países capitalistas ocidentais.⁴⁷ Parte da resposta do governo trabalhista veio por meio do NPLA (“Contrato Nacional de Carregamento de Energia”), um acordo de produtividade assinado entre o NCB e o NUM em 1966 e que nacionalizou os pagamentos salariais no setor, até então negociados no âmbito local. O resultado foi a centralização das negociações, aumentando a importância da direção nacional do sindicato dos mineiros e unificando as suas demandas, com a equalização dos salários em todo o país.⁴⁸

Foi nesse contexto que ocorreu a chamada “Revolução de Outubro Scargillista”.⁴⁹ Na segunda metade da década de 1960, uma “nova esquerda” do movimento mineiro, ligada a setores mais militantes do partido trabalhista, conquistou renovado protagonismo, sobretudo em Yorkshire, maior distrito carbonífero do país. A figura de Arthur Scargill, futuro líder da greve de 1984-5, despontou como uma nova liderança de um movimento que teve sua primeira demonstração de força na greve não-oficial de 1969, um prelúdio das agitações que dominariam a década seguinte.⁵⁰ A disputa começou exatamente em Yorkshire, onde, à revelia dos líderes oficiais do sindicato, a maioria dos mineiros seguiu a esquerda e entrou em greve em contestação à jornada de trabalho imposta àqueles que atuavam na superfície das minas, que os grevistas lograram reverter.

O ano de 1970 veria o governo britânico retornar às mãos dos conservadores, agora liderados por Edward Heath, o que renovou as confrontações entre o sindicalismo e o governo britânico, que fez aprovar um pacote de legislação anti-sindical, impondo limites à

⁴⁷ CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.*, parte 2. *Towards Confrontation*. Subtítulo: *The Strikes of 1972 e 1974*.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ PATERSON, *op. cit.*, p. 27.

⁵⁰ CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.*, parte 2. *Towards Confrontation*. Subtítulo: *The Rise of the NUM Left*.

atividade grevista e estabelecendo um tribunal especial para lidar com conflitos trabalhistas. Os mineiros, em particular, chegaram ao ano de 1972 com salários entre os piores na indústria britânica. Nesse ano, teve início a primeira greve nacional oficialmente convocada pelo sindicato do setor desde a derrota de 1926. Diferentemente desta e daquela que ocorreria em 1984-5, a mobilização pode ser considerada um grande sucesso, logrando a conquista de um aumento salarial de 27% graças ao emprego da nova tática de piquetes móveis e ao apoio que angariou de outros setores da classe trabalhadora.⁵¹

A importância que a tática teria na mobilização de 1984-5, sendo central para as discussões que levantamos nos próximos capítulos, especialmente o terceiro e o quarto, torna necessária uma breve consideração sobre ela. O site oficial do governo britânico define os piquetes móveis (em inglês *flying pickets*, literalmente “piquetes voadores”) como “grupos de trabalhadores em greve que se movem de um local de trabalho para outro a fim de realizarem piquetes. Geralmente piquetes móveis são ilegais - você só pode se juntar a uma linha de piquete no seu local de trabalho”. O mesmo texto faz a ressalva de que apenas representantes sindicais “podem estar em linhas de piquete em diferentes locais de trabalho se eles forem responsáveis por organizar os trabalhadores nesses locais”.⁵² Essa restrição só foi estabelecida depois do sucesso das greves de mineiros da década de 1970 — mais precisamente em 1980, já no governo Thatcher, por meio do Employment Act. Entendemos essa proibição como parte da preparação dos conservadores para uma confrontação em larga escala com o movimento sindical, e especialmente com os mineiros, confrontação que, como veremos, os líderes do partido já tinham em mente mesmo no período em que estiveram na oposição, entre 1974 e 1979.

Não por acaso: esse intervalo entre governos conservadores fora provocado diretamente pelas greves de mineiros. A despeito da vitória de 1972, as tensões entre os mineiros e a administração Heath arrastaram-se pelo ano seguinte. O segmento continuou a receber significativamente menos que a média da indústria pesada do país, suscitando uma nova mobilização em 1974, que seria celebrizada como a greve que derrubou um governo.⁵³ Heath respondeu à greve com a convocação de eleições gerais antecipadas (uma possibilidade no sistema parlamentarista britânico), em que buscava respaldo eleitoral para reforçar sua posição no confronto. Os eleitores foram então confrontados com a seguinte questão: “quem

⁵¹ PATERSON, *op. cit.*, p. 27.

⁵² Trechos disponíveis em <<https://www.gov.uk/industrial-action-strikes/going-on-strike-and-picketing>> último acesso em 22/04/2025. Tradução nossa.

⁵³ *Idem*, p. 28.

comanda o país, o governo ou os sindicatos?”. O governo perdeu e os trabalhistas voltaram ao poder com Wilson, que encerrou a greve atendendo às demandas dos mineiros.⁵⁴

Essas vitórias sinalizam que, a despeito das décadas de pouca mobilização, o movimento mineiro ainda gozava de grande capacidade de agência política, o que podemos atribuir ao seu duplo “poder de barganha” no esquema de Wright: do local de trabalho, já que o Reino Unido ainda dependia fortemente da energia gerada pelo carvão, e associacional, haja vista a capacidade de organização e atuação coletiva reiteradamente demonstrada pelos mineiros.⁵⁵ O sucesso que eles tiveram em transpor essa força para o plano da disputa política imediata, por meio daquelas duas greves, indica que as transformações apontadas por Hobsbawm nas relações de produção ainda não haviam, até aquele momento, comprometido de forma decisiva a consciência coletiva daquele segmento específico de trabalhadores. A insistência dos militantes mineiros na defesa de uma consciência não apenas corporativa, mas de classe, renovada pelo crescimento da esquerda, fazia deles atores extremamente relevantes nas disputas de hegemonia da sociedade britânica, como discutiremos com mais atenção a partir do próximo capítulo. A escolha dos mineiros como alvo preferencial da ofensiva de Thatcher contra o sindicalismo continha, ainda que em outros termos, essa percepção.

Como em outros momentos da história britânica recente, os trabalhistas de Wilson, agora reconduzido à chefia do governo, não tinham compromissos apenas com os trabalhadores, que constituíam sua principal base eleitoral. A burguesia também esperava do novo governo um esforço no sentido da recomposição das taxas de lucro. Foi firmado então o “Contrato Social” (“Social Contract”) entre o governo e a maior central sindical britânica, a TUC, integrada pelo NUM. Pelo acordo, “Ao invés de o Estado impor restrições salariais aos trabalhadores, os líderes dos sindicatos os fariam cumprir pelos seus filiados em troca de medidas legislativas favoráveis ao sindicalismo”.⁵⁶ Segundo Callinicos e Simons, o objetivo do governo Wilson era atingir, por outros meios, os mesmos fins que os conservadores: essencialmente, reduzir o padrão de vida dos trabalhadores britânicos — e portanto a participação dos salários no produto global, liberando uma maior fração deste na forma de mais-valia — bem como a sua capacidade de organização.⁵⁷

⁵⁴ CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.*, parte 2. *Towards Confrontation*. Subtítulo: *The strikes of 1972 and 1974*.

⁵⁵ WRIGHT, Erik O. 2000. "Working-Class Power, Capitalist-Class Interests, and Class Compromise." *American Journal of Sociology*, 105 (4), January, 957-1002, *apud* SILVER, *op. cit.*, p. 13-25.

⁵⁶ CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.*, parte 2. *Towards Confrontation*. Subtítulo: *The strikes of 1972 and 1974*.. Tradução nossa.

⁵⁷ *Idem*.

Se o objetivo era esse, o resultado foi um sucesso: entre 1974 e 1977, a média do salário real no país caiu mais de 10%, a maior redução em um século.⁵⁸ A fim de contornar a insatisfação dos mineiros de carvão, agora crescentemente militantes outra vez, o governo trabalhista operou a introdução de um plano de incentivos de produtividade para o setor, que reverteria a equalização de salários estabelecida em 1966. O plano foi rejeitado pela maioria dos mineiros em votação nacional, mas, mesmo assim, o governo, com a colaboração do presidente do NUM, Joe Gormley, logrou implementá-lo em certas regiões, como Nottinghamshire, onde a maior produtividade natural da mineração de carvão tornava o plano interessante para os trabalhadores locais da indústria. Com a quebra da unidade de interesses imediatos entre os membros da categoria, a unidade de ação vista nas greves dos anos 1970 não se repetiria na década seguinte.⁵⁹

Não obstante os esforços do governo trabalhista em recompor as taxas de lucro, ao final dos anos 70 as suas políticas mostravam-se insuficientes para satisfazer as pressões da classe capitalista. Ao mesmo tempo, o reavivamento da militância de trabalhadores impunha novas dificuldades à manutenção da versão britânica da forma de relacionamento estabelecida no pós-guerra entre as organizações da classe trabalhadora e o Estado, sobretudo nos países da Europa Ocidental, relacionamento esse mediado, via de regra, por aparelhos privados de hegemonia originados a partir do movimento de trabalhadores, que em algum momento de sua trajetória aderiram ao reformismo, como o próprio Partido Trabalhista britânico, pioneiro nessa posição, bem como seus homólogos na Austrália, na Nova Zelândia, na Noruega e na Holanda, os partidos socialistas francês, italiano e japonês, os social-democratas na Alemanha, na Áustria, na Suécia e na Dinamarca, entre outros, todos eles (exceto o italiano) considerados por Hobsbawm como expressão da mais elevada consciência de classe. Foi no contexto da crise da hegemonia integrada por essas organizações, indissociável do esgotamento da fase expansiva do capitalismo no pós-guerra, que emergiu o fenômeno político-ideológico que veio a dominar a política mundial ao fim do século: o neoliberalismo, do qual o Reino Unido foi mais uma vez pioneiro.

3. Thatcher e os mineiros em rota de colisão

A pluralidade de diagnósticos sobre a “crise dos movimentos de trabalhadores” está intimamente atrelada às diferentes leituras sobre a simultânea emergência do neoliberalismo.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ PATERSON, *op. cit.*, p. 31-2.

Estudiosos como Noam Chomsky e Perry Anderson caracterizam esse paradigma pelo seu caráter antidemocrático, sendo a exclusão da participação popular na tomada de decisões que mais afetam a valorização do capital um dos pontos centrais da agenda neoliberal.⁶⁰ Consequentemente, nessa perspectiva, governos com essa orientação também visam à quebra da resistência que é oposta à sua agenda por movimentos organizados de trabalhadores, como os sindicatos.

Maria Lúcia Duriguetto aponta para o aparecimento de sinais de esgotamento do Estado de bem-estar social e do ciclo de expansão econômica que o havia sustentado no início da década de 1970. A autora identifica nesse esgotamento a constituição de uma crise estrutural do capital, que ensejou como resposta deste e do Estado uma ofensiva contra os direitos sócio-políticos conquistados na fase expansiva anterior — aquilo que viria a ser conhecido como projeto neoliberal. A sustentação material desse projeto encontra-se na reestruturação produtiva, por meios como a precarização do trabalho e a redução do poder sindical, constituindo-se em um novo “regime de acumulação.”⁶¹

A confrontação entre o governo Thatcher e os mineiros de carvão são um exemplo notório dos processos que dão materialidade a esse argumento. A greve foi antecedida pela ascensão política de duas proeminentes figuras que expunham uma oposição de cosmovisões: Margaret Thatcher, alçada à liderança do Partido Conservador após a queda de Edward Heath e nomeada para a chefia do executivo britânico após a vitória de seu partido nas eleições parlamentares de 1979; e Arthur Scargill, já mencionado na seção anterior deste capítulo como um dos líderes da ressurgência das greves de mineiros na década de 1970, que primeiro assumira posições de direção sindical na região de Yorkshire naquele período, sendo eleito para a presidência do NUM em julho de 1981, com 70,3% dos votos. Analisaremos em detalhes as posições políticas personificadas por esses dois personagens nos dois capítulos seguintes; basta antecipar que, enquanto o neoliberalismo de Thatcher alçava a liberdade individual à condição de valor político máximo, Scargill era expoente de uma visão de ação coletiva radical para transformação da realidade. Quando o governo e o sindicato de um setor nacionalizado estratégico tomaram rumos diretivos opostos, as condições foram criadas para que rapidamente entrassem em rota de colisão.

⁶⁰ CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Bertrand Brasil, 2002, e ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

⁶¹ DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007, pp. 80-82.

O setor da mineração de carvão foi escolhido pelo governo Thatcher para um programa de desmonte que começou a ser implementado durante o segundo mandato da conservadora, reeleita em 1983, na esteira da vitória britânica contra a Argentina na Guerra das Malvinas e em meio à fragmentação da oposição.⁶² Já então se estimava que os fechamentos de minas de carvão planejados pelo governo resultariam na perda de aproximadamente cem mil postos diretos de trabalho, para além de danos às comunidades de mineiros espalhadas pelo país, cujas economias locais dependiam da renda proveniente da atividade mineradora. O plano era justificada pelo argumento de que a mineração de carvão não trazia retorno para a economia britânica, ainda que o país permanecesse fortemente dependente dessa fonte de energia. Os danos ambientais decorrentes da queima de carvão não eram uma preocupação para o governo, que planejava substituir o minério extraído nacionalmente por energia nuclear e por combustíveis fósseis importados — inclusive carvão, especialmente o minerado em países com mão de obra mais precarizada, como a Colômbia e a África do Sul.⁶³

Sendo a recomposição da taxa de lucro o objetivo fundamental perseguido pelo governo Thatcher, a experiência recente da queda do governo Heath, atribuída à mobilização dos mineiros, impunha a necessidade de uma mudança de estratégia na perseguição daquele objetivo. De um lado, ao invés de tentar impor controles salariais altamente impopulares, o governo procuraria pressionar a força de trabalho recompondo o exército industrial de reserva do país — ou seja, elevando os índices de desemprego, como preconizavam os seus formuladores de política econômica.

Na perseguição desse objetivo, quebrar a resistência organizada dos trabalhadores apresentava-se como principal objetivo estratégico do governo. Dados a experiência conservadora com greves de mineiros na década anterior e o fato de que o movimento seguia como uma das parcelas mais numerosas e militantes do sindicalismo britânico, é compreensível que, segundo documentos que circularam entre os integrantes do Partido Conservador antes mesmo da eleição de Thatcher, uma confrontação com os mineiros já era prevista como um dos principais desafios no horizonte do governo. Nesse sentido, preparações foram feitas para o confronto desde que a futura baronesa assumiu o cargo de primeira-ministra, com estocagem de carvão e planos para a sua importação em caso de necessidade.

⁶² CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.*

⁶³ JENKINSON, Martin; METCALF, Mark; HARVEY, Mark. **Images of the past: the miner's strike.** Pen & Sword History, Reino Unido, 2014, p. 27.

Segundo Callinicos e Simons, o governo Thatcher havia falhado em reduzir os salários e aumentar as taxas de lucro durante o primeiro mandato da primeira-ministra (1979-1983). Assim, sua ofensiva contra o movimento sindical tornou-se mais agressiva após a sua reeleição. Como mencionamos na primeira seção deste capítulo, a trajetória da indústria de carvão britânica nas décadas anteriores à greve fora marcada pelo declínio no volume de mão de obra empregada. Em sequência ao pleito de 1983, o industrial Ian MacGregor foi nomeado por Thatcher para o comando do NCB, a fim de implementar um amplo plano de fechamentos de minas de carvão.

As reais motivações do governo Thatcher para visar especificamente o setor da mineração são contestadas pela historiografia. Callinicos e Simons argumentam que a motivação não era imediatamente econômica, por mais que os fechamentos de minas indubitavelmente tenham contribuído para a elevação da taxa de desemprego, mas seria sobretudo política:

“A americanização do movimento sindical britânico [isto é, para os autores, uma tentativa de torná-lo impotente e subserviente, à imagem da avaliação que tinham do sindicalismo estadunidense] poderia ser atingida apenas por meio do enfrentamento e derrota decisiva de um grupo particularmente poderoso de trabalhadores. Os candidatos óbvios eram os mineiros. Eles foram o único segmento considerável da classe trabalhadora a ter resistido com sucesso ao desmonte da sua indústria durante o primeiro mandato de Thatcher.”

A direção do NUM respondeu às medidas anunciadas por MacGregor com chamados a uma greve de toda a categoria. Contudo, entre 1982 e 1983, três votações nacionais realizadas entre os mineiros rejeitaram a proposta de greve. Enquanto isso, entre março de 1983 e abril de 1984, 23 minas de carvão foram fechadas, e com elas 21 mil postos de trabalho foram perdidos.

4. A Grande Greve dos Mineiros por Empregos

A Grande Greve dos Mineiros por Empregos não começou com um chamado da liderança. Apesar da rejeição majoritária a uma greve expressa em votações, as disparidades salariais decorrentes do programa de incentivos introduzido durante o governo Wilson fomentaram uma situação de agitação na base do setor de mineração, com recorrentes paralisações localizadas. A fim de reduzir a produção, conter os fechamentos de minas e limitar aquelas disparidades salariais, o executivo do NUM proibiu em novembro de 1983 o cumprimento de horas-extras, no que recebeu apoio da base.

Em março de 1984, essa proibição evoluiu para uma greve na importante região mineradora de Yorkshire, bastante visada pelo programa de fechamentos. Logo se espalharia para outras regiões, em um movimento que partiu da própria militância. Enquanto esta última favorecia a estratégia de empregar piquetes móveis para ampliar o esforço grevista, as lideranças mais à direita do NUM pressionavam o seu executivo a convocar uma nova votação nacional a fim de legitimar a greve. Mas o órgão, presidido por Scargill, optou por uma manobra, prevista no regimento do sindicato, que lhe dava o direito de autorizar como válida para todo o país uma greve já iniciada no nível local, prescindindo de votação nacional. Assim, a greve já sofreria questionamentos quanto à sua legitimidade desde o nascimento, que levariam, mais tarde, à sua judicialização. Os seus participantes apontariam para a legalidade da decisão à luz do estatuto do sindicato, enquanto os opositores insistiriam que só uma maioria de mineiros poderia decidir pela greve.

A tática de piquetes móveis em que a greve se apoiou, alvo de ataques da mídia e do governo, que a retratavam como uma coação dos mineiros grevistas contra os não-grevistas, sofreu um primeiro revés após a morte do grevista David Jones, morto na região de Nottinghamshire, para a qual os militantes de Yorkshire haviam direcionado seus piquetes, em um esforço para incorporar a primeira à greve. O governo logo implementou barreiras policiais para conter os piquetes móveis.

O caso mais notório de não-adesão à greve seria precisamente o de Nottinghamshire, ou Notts, uma das mais produtivas na extração de carvão, beneficiada pelos programas de incentivo de Wilson e que já possuía um histórico de boicote a greves, como no caso da mobilização geral de 1926. Em 1984, Notts não estava imediatamente ameaçada com os fechamentos de minas, de modo que a maioria dos mineiros dali continuou trabalhando durante toda a duração da greve, fornecendo um crucial suprimento de carvão para que a indústria britânica lograsse resistir à longa disputa. Vale mencionar, contudo, que uma significativa minoria de mineiros de Notts (cerca de um terço deles) aderiu à greve, a despeito da efetiva ocupação da região pelas forças de segurança do Estado, para lá enviadas com o propósito de reprimir a atividade de piquetes e garantir a continuidade da extração de carvão.⁶⁴

Apesar desse notável revés, 80% dos mineiros britânicos haviam aderido à greve em meados de abril, mesmo a despeito da ausência de uma consulta prévia, indicando o sucesso no emprego da tática de piquetes móveis. Com a manutenção das operações em Notts,

⁶⁴ CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.*

contudo, a continuidade da mobilização dependia agora de ampliá-la para outros setores da economia. A intenção da liderança grevista era, como em 1972, utilizar piquetes para paralisar esses outros setores, a começar por um particularmente estratégico: o da produção de aço, que dependia do fornecimento contínuo de carvão. Esse objetivo mostrava-se tão mais importante devido à época do ano: sendo primavera no hemisfério norte, e dispondo o país de estoques significativos de carvão, não seria fácil provocar cortes de energia, que haviam garantido o sucesso de greves anteriores. Dessa forma, um impacto realmente significativo na economia deveria mirar a indústria pesada.

Enquanto a própria unidade dos mineiros mostrava-se abalada, os grevistas tiveram também grande dificuldade em conquistar o apoio de parcelas mais amplas da sociedade britânica para além dos segmentos que mencionamos. Pesquisas de opinião realizadas na época indicavam que cerca de um terço do público do país era simpático à mobilização dos mineiros, enquanto quarenta por cento lhe eram hostis.⁶⁵ Mesmo setores do movimento sindical apresentaram resistências aos apelos por uma ação mais incisiva em favor da causa dos mineiros, a exemplo do sindicato dos siderúrgicos.⁶⁶ Os apoios formais da principal confederação sindical do país e da liderança do Partido Trabalhista mostraram-se vacilantes e por essa razão foram alvo de muitas críticas pelos grevistas e seus partidários.

A greve foi enfrentada com amplo emprego de táticas repressivas, coordenadas diretamente pela primeira-ministra.⁶⁷ Foram feitas mais de dez mil prisões arbitrárias, piquetes foram dispersados com uso desproporcional de violência pela polícia, resultando em pelo menos seis mortes, e o sindicato dos mineiros foi alvo de sanções judiciais, incluindo o bloqueio de seus bens, atingindo diretamente o sustento das famílias grevistas.⁶⁸

Consideramos notável, por outro lado, que a repressão tenha sido direcionada a um único segmento do movimento de trabalhadores, enquanto o governo conservador mantinha-se no poder observando os protocolos constitucionais formais, sustentado pelo processo eleitoral, o que distingue o thatcherismo de outras experiências pioneiras do neoliberalismo, como a ditadura de Augusto Pinochet no Chile,⁶⁹ a despeito do comum antagonismo desses regimes, especialmente, à possibilidade de uma democracia que permitisse a agência e o engajamento político populares, tal como apontado por Chomsky e

⁶⁵ KELLIHER, Diarmaid. **Making Cultures of Solidarity: London and the 1984–5 Miners' Strike**. Routledge, Oxford e Nova Iorque, 2021, p. 160.

⁶⁶ CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.*

⁶⁷ PATERSON, *op. cit.*

⁶⁸ CALLINICOS, SIMONS, *op. cit.*

⁶⁹ BEYNON, Huw. **'When All Hell Breaks Loose': Striking on the British Coalfields 1984–85**. In: DAWSON, Matt; FOWLER, Bridget; MILLER, David; SMITH, Andrew (orgs.) *Stretching the Sociological Imagination: Essays in Honour of John Eldridge*. PALGRAVE MACMILLAN, Reino Unido, 2015.

Anderson. Por mais brutal que tenha sido a repressão, a derrota dos mineiros chama a atenção não apenas pela obstinação do governo em atingir tal objetivo, ou pela conflagração que a greve representou para a luta de classes do país, mas também por expor as fragilidades da resistência ao thatcherismo.

A chamada “Batalha de Orgreave” seria rememorada como o ponto alto da greve dos mineiros — e também como seu ponto de inflexão. Segundo Callinicos e Simons, tratou-se do episódio mais violento “já visto em uma disputa industrial britânica desde antes da Primeira Guerra Mundial”. Orgreave, localizada no sul de Yorkshire, epicentro da greve, era lar de uma importante coqueria (ver p. 5), fundamental para a preparação de carvão para o abastecimento da indústria siderúrgica. Parar as suas operações era, portanto, fundamental para a estratégia grevista, e mantê-la em funcionamento o era igualmente para o governo, que, através de outra estatal, a BSC, operava a estação. A repressão pela polícia resultou em mais de cem feridos do lado mineiro e em dezenas de prisões, incluindo a do próprio Scargill, solto alguns dias depois, tendo o governo logrado a essas custas manter as operações de Orgreave.⁷⁰

Daí em diante, o governo passou da defensiva para a ofensiva contra os mineiros. O NCB apostou em uma campanha para incentivar que mineiros boicotassem a greve e voltassem ao trabalho. Esse esforço ancorou-se, mais uma vez, no uso de forças policiais para reprimir a atividade de piquetes, que agora não poderiam contar com a participação de mineiros de outras localidades, pilar da estratégia de mobilidade daqueles. O esforço policial foi deslocado de Nottinghamshire para a região mais militante de Yorkshire, posta sob efetiva ocupação das forças de segurança. A repressão foi tal que, até o começo de setembro de 1984, quase 6,500 mineiros haviam sido presos.

Outra frente de ofensiva do governo contra a greve deu-se, como mencionamos, no judiciário, que decidiu em setembro que a greve nas regiões de Yorkshire e North Derbyshire, por não ter sido referendada em votação nacional pelos mineiros, era ilegal, a despeito do que dizia o estatuto do NUM. O sindicato foi multado, bem como seu presidente, e os seus depósitos, cruciais para manter a subsistência dos grevistas, foram sequestrados. Em novembro, a justiça impôs uma derrota ainda maior ao sindicato, colocando-o sob intervenção e exigindo o fim da greve para suspendê-la.

A despeito de situação tão desfavorável, a greve foi ainda sustentada até fevereiro de 1985 em regiões como Gales do Sul, Kent e partes de Yorkshire, Escócia e Durham. A

⁷⁰ CALLINICOS, SIMONS. *op. cit.*, parte 4. *Orgreave and the Battle for Steel*.

despeito das estimativas de mais de 4 bilhões de libras esterlinas em prejuízos causados pela greve, a intransigência do governo em fazer qualquer tipo de concessão prolongou a disputa, o que reforça o argumento de boa parte da historiografia analisada, a exemplo de Callinicos e Simons, de que o objetivo primordial com os fechamentos de minas não era a poupança imediata de gastos, mas a quebra da resistência de um dos setores mais militantes do movimento de trabalhadores britânico.

Ao fim, o retorno ao trabalho dos mineiros não foi sequer pactuado com o executivo do NUM. Após negociações do governo com a TUC e por articulação daquilo que Callinicos e Simons chamam de “esquerda branda”, a conferência do NUM, que reunia representantes de diferentes regiões, votou à revelia do executivo do sindicato pelo fim da greve, sem qualquer tipo de acordo ou garantia. A palavra “capitulação” nos parece apropriada.

5. *Desfecho e legado*

De forma bastante sugestiva sobre como a greve veio a ser entendida como um marco na história do sindicalismo britânico, os estudiosos do trabalho Ray Hudson e Huw Beynon afirmam que ela foi “o último momento em que o poder sindical foi exercido como uma força coerente na Grã-Bretanha”.⁷¹ O imediato pós-greve foi marcado por um definhamento de mais de uma década na atividade mineradora em que uma parte crescente dos mineiros deixava a indústria, frequentemente para entrar nas filas de espera por auxílio-desemprego ou auxílio-doença (nesse segundo caso, em decorrência das sequelas do trabalho nas minas), ao passo que uma outra parte, decrescente, permaneceu na indústria, convertendo-se em “nômades industriais”, transferidos de mina para mina à medida que elas eram fechadas.

Comparando a política de fechamentos de minas britânica com a da Europa Continental (França e Alemanha especialmente), Hudson e Beynon argumentam que nessas últimas houve uma preocupação em assegurar a inserção dos mineiros desempregados em outros setores do mercado de trabalho, como a engenharia civil. O desemprego em massa evidentemente não é uma consequência inevitável da obsolescência de uma indústria, mas uma particularidade do modo de produção capitalista, que os seus administradores conseguem em muitos casos manejar. A ausência de tal preocupação de reaproveitamento da capacidade de trabalho dos mineiros na abordagem thatcherista da questão do carvão é outro indicativo de que a confrontação talvez pudesse ter sido evitada, não fosse ela politicamente interessante para o governo.

⁷¹ BEYNON, Hudson. *Op. cit.*, p. 118.

Nas décadas que se seguiram à greve, o desenvolvimento econômico que tanto os governos conservadores (Thatcher, John Major) como trabalhistas (Tony Blair) buscaram promover nas regiões mais afetadas pelos fechamentos de minas baseava-se na abertura a investimentos estrangeiros, resultando em postos de trabalho insuficientes, mal pagos e concentrados fora dos distritos mineiros propriamente ditos. Contrariamente às promessas de modernos centros industriais, proliferaram-se como opções de emprego centros de telefonia e de empacotamento de carne. Diante da dificuldade em absorver a mão de obra local para essas atividades, intensificou-se a imigração para essas regiões, de modo que não se resolveu o problema do desemprego.

Numerosas sequelas foram deixadas nas regiões ex-mineiras pela forma como se deu o fim da mineração: para além do desemprego crônico, nota-se um aumento da criminalidade, do uso de drogas e da ocorrência de problemas de saúde física e mental, decorrentes tanto do trabalho debilitante outrora realizado nas minas como da nova situação de pobreza.

Hudson e Beynon apontam, notadamente, que a dificuldade de reinserção dos mineiros no mercado de trabalho foi marcada pela falta do sentido de camaradagem característico do trabalho nas minas antes das divisões provocadas pela greve de 1984-5 e que eles dificilmente conseguiam encontrar em outros tipos de trabalho, uma reclamação recorrente entre os antigos mineiros entrevistados pelos dois autores. Um outro aspecto desse modo de vida que se perdeu foi o da rigidez na divisão dos papéis de gênero, especialmente no que diz respeito ao provimento da família, que já não mais podia depender apenas do trabalho masculino; em alguns casos, segundo os autores, as mulheres de famílias mineiras tiveram mais facilidade para serem inseridas no mercado de trabalho do que os homens. Hudson e Beynon trazem o seguinte relato como representativo do impacto subjetivo dos fechamentos de minas para aqueles últimos:

“Não eram empregos, era nossa forma de vida. Aquele não era um emprego para mim, era a minha forma de vida, era todo o meu ser. O carvão está no meu sangue.”⁷²

Não obstante, os mesmos autores argumentam pela existência de uma continuidade positiva, ainda que limitada: apesar do sentimento de perda compartilhado pelos mineiros após o fim da indústria, e graças à marcante experiência da greve de 1984-85, persistiram entre eles manifestações de um senso de solidariedade compartilhado. Assim, os autores observam que, apesar da queda geral na taxa de sindicalização no Reino Unido, em regiões onde houve outrora a presença da mineração de carvão, como Durham e Gales do Sul, essa

⁷² BEYNON, Hudson. *Op. cit.*, p. 174.

taxa permaneceu mais alta que a média nacional. Ainda que não sejam mais legalmente considerados sindicatos desde o fim definitivo da mineração, as organizações de mineiros continuam a lutar pelos direitos dos trabalhadores que um dia atuaram no setor e para manter viva a memória de sua luta.

Capítulo 2 - O que pensava a direção da greve?

Não foram apenas piquetes que sustentaram uma das maiores greves da história britânica, mas também, e talvez sobretudo, ideias. A greve dos mineiros de 1984-5 esteve atrelada a uma campanha informativa levada a cabo pelo sindicato da categoria em defesa da preservação da indústria britânica de carvão, à qual foi dado o nome de “Campanha pelo Carvão” (*Campaign for Coal*): “uma série de panfletos de informação e discussão reunidos pelo escritório nacional do NUM como um auxílio a oficinas e reuniões locais, levando o argumento para além dos membros do sindicato”.⁷³ Infelizmente, não tivemos fácil acesso a esse material em tempo hábil para cumprir com os limites cronológicos desta pesquisa. Não obstante, visto que essa campanha refletia, ao menos em parte, a posição da direção do NUM sobre a necessidade de preservação da indústria de carvão, julgamos frutífera a análise de um outro tipo de fonte, objeto deste capítulo: os discursos do presidente do sindicato, Arthur Scargill, nas conferências periódicas do NUM.

Essas conferências, realizadas anualmente, em geral em junho ou julho, reuniam delegados dos diferentes ramos regionais do NUM, ao todo vinte ramos em 1979, dos quais os maiores, pelo número de afiliados, eram os de Durham, Derbyshire, Midlands, Nottinghamshire, Escócia, Gales do Sul, Yorkshire e a “área” especial dos oficiais de mina, cada um desses ramos com mais de dez mil afiliados.⁷⁴ Os locais de reunião dessas conferências eram espaços cedidos por instituições como a Universidade de Sheffield, em cujo auditório se deu a conferência de 1984, uma das que analisamos neste capítulo.

Consideramos que os discursos de Scargill podem ser interpretados como parcialmente representativos do pensamento dos mineiros grevistas não apenas em virtude do cargo que o sindicalista ocupava na organização de mineiros, mas pela sintonia que podemos observar entre a linha política por ele expressa ao longo do período em que esteve à frente do sindicato e o comportamento da militância durante a realização da greve. O executivo liderado por Scargill era favorável à realização de uma greve nacional antes mesmo que uma maioria de mineiros fosse formada em apoio a esse chamado. Ele sustentou a posição de enfrentamento contra o governo e a gestão do National Coal Board por toda a duração da mobilização e mais além, sendo o retorno ao trabalho, como informamos no capítulo anterior, negociado por autoridades do sindicato à revelia de Scargill e em desafio à sua autoridade. Consideramos que ele foi, portanto, não apenas a liderança institucional ou burocrática da

⁷³ BEYNON, Huw; Hudson, Ray. *Op cit*, p. 99.

⁷⁴

greve dos mineiros, mas sua maior liderança prático-política, estratégica e simbólica, sendo o seu pensamento não apenas representativo dos ideais que inspiravam os mineiros grevistas, mas fundamental para a compreensão destes.

O principal argumento dos grevistas na oposição aos fechamentos das minas era a preservação dos postos de trabalho que elas proporcionavam. A centralidade desse argumento se faz presente na rememoração da greve como a “Grande Greve dos Mineiros por Empregos” (*The Great Miners’ Strike for Jobs*).⁷⁵ Já aqui localizamos um ponto digno de problematização: que os mineiros defendessem a preservação de seus próprios postos de trabalho nos parece esperado de um grupo de trabalhadores altamente sindicalizado que se deparava com uma ameaça existencial à sua indústria; mas, diante da necessidade de defender a principal demanda da greve perante a sociedade britânica em geral, e perante os outros setores da classe trabalhadora em particular, consideramos que a faceta de disputa informativa da greve girava em torno de uma questão fundamental: a quem interessava a manutenção dos postos de trabalho nas minas, pauta principal da mobilização? Em outras palavras, o esforço para **apresentar uma demanda do segmento mineiro**, não como particular a ele, mas **como correspondente ao interesse geral da classe trabalhadora britânica** nos parece como o principal problema de ordem ideológica com o qual a mobilização grevista se deparou.

Se a greve dos mineiros de 1984-5 pode ser situada no “terceiro momento” das relações de força como estabelecidas por Gramsci, o momento das confrontações políticas imediatas ou “militares”, consideramos que ela também nos permite fazer importantes considerações sobre o “segundo momento”, aquele que associamos à constituição da “classe para si”, onde situamos nosso problema. No episódio em questão, a “superação do círculo corporativo” foi posta em xeque. A identidade entre os interesses corporativos dos mineiros e os da “classe trabalhadora como um todo” foi um ponto de contenda (não menos porque a própria noção de “classe trabalhadora” era igualmente disputada).

Gramsci também associa a “superação do círculo corporativo” à noção de hegemonia, categoria tão frequentemente resgatada de sua obra. Nas suas palavras,

“Esta [a última fase do ‘segundo momento’, de superação do círculo corporativo] é a fase mais estritamente política (...); é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área

⁷⁵ PATERSON, Harry. **Look Back in Anger: The Miners’ Strike in Nottinghamshire — 30 years on**. Five Leaves Publications, Nottingham, 2015 (ebook), p. 35.

social, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta **não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’**, criando assim **a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.**”⁷⁶

Na medida em que os mineiros buscavam dar um sentido universal às demandas que lhes eram particularmente caras, e na medida em que esse esforço encontrava amparo de outros setores da sociedade britânica, consideramos que a greve de 1984-5 continha uma pretensão hegemônica. Essa pretensão se expressava em três níveis: 1) no próprio segmento mineiro, ou seja, no nível corporativo, no qual o grupo de Scargill não havia constituído uma unidade efetiva, embora pretendesse fazê-lo e tratasse essa tarefa como prioritária, buscando reverter o boicote de uma expressiva minoria de mineiros à greve; 2) no conjunto do movimento organizado de trabalhadores, do qual os mineiros se propunham a ser a vanguarda ao deflagrar um acirramento da confrontação de classe, buscando reforçar a unidade de classe e contestando abertamente a liderança das duas principais instituições que então hegemonizaram o movimento: o TUC e o Partido Trabalhista; 3) e na sociedade britânica como um todo, diante da qual o movimento grevista buscava se apresentar como antítese ideológica do *thatcherismo*.

Esses três níveis de disputa são vinculantes: a progressão de um mais estreito a um mais abrangente só poderia se dar com a consolidação de uma força de sustentação no primeiro. Por mais que os grevistas tivessem a transformação de *toda* a sociedade em mente, o fato de não terem assegurado uma unidade eficaz nem no nível da corporação (embora tivessem assegurado maioria expressiva entre os mineiros nos meses iniciais da greve), muito menos no da classe (onde permaneceram minoritários) nos impede de dizer que de fato disputavam com o *thatcherismo* a hegemonia da sociedade britânica (na qual estavam claramente isolados, salvo algumas conexões pontuais que transpuseram os limites do trabalhismo).

Nosso argumento a respeito do projeto societário apresentado pelos mineiros grevistas sob a liderança de Scargill é que ele constituía em um “passo adiante” na consciência de classe e na ambição da transformação social. Rejeitamos a noção de que mineiros, apegados a uma indústria condenada, estavam simplesmente defendendo a preservação da hegemonia burguesa anterior. Isso não se confirma por uma série de motivos: desde o reavivamento da militância da categoria ao fim da década de 1960, antes que a burguesia britânica começasse a experimentar novas estratégias hegemônicas, e mais ainda desde a “Revolução de Outubro

⁷⁶ *Ibid*, pp. 41-42, destaques nossos.

Scargillista”, os mineiros se moviam no sentido da rejeição da conciliação de classes como sustentáculo da hegemonia do pós-guerra.

E iam ainda além: sua experiência negativa com a nacionalização da indústria do carvão não os havia tornado “privatistas”, mas, muito pelo contrário, deixara claro para eles que a construção do socialismo não acabava no momento em que a gestão burguesa era substituída pela gestão estatal centralizada da produção. Eles aspiravam a um socialismo mais democrático, ainda que isso não tenha sido formulado em programa político-econômico coerente, mesmo porque sua prioridade era preservar as minas de carvão antes que se pudesse pensar em mudar sua administração — embora essa aspiração tenha ganhado forma no caso notável de compra da mina de Tower em Gales do Sul, que sobrevivera até o período Blair, pelos seus próprios trabalhadores, que a geriram como uma cooperativa por catorze anos, até o encerramento das operações em 2008.⁷⁷ Diferentemente de Hudson e Beynon, que entendem a experiência cooperativa como um processo em que o egocentrismo das relações de mercado é gradualmente erodido, entendemos que as cooperativas de trabalhadores, quando inseridas na lógica da valorização do capital, não são exatamente um ponto de ruptura com ele, razão pela qual o próprio Scargill, que à época ainda presidia o NUM, considerava a ideia ingênua. Vamos um pouco além dele, pois entendemos que é preciso ter ressalvas em relação às cooperativas de trabalhadores mesmo como modelo para eventual socialização de produção, uma vez que elas perpetuam a separação entre produção e consumo (pressuposto da mercadoria) ao serem geridas apenas pelos trabalhadores nelas atuantes sem participação dos consumidores. Não obstante, acreditamos que a solução encontrada para o caso de Tower refletia as condições possíveis de resistência ao avanço do neoliberalismo e da desindustrialização por aqueles trabalhadores. Mais do que isso, é representativa da aspiração, entre os mineiros, de superar a equação entre meios de produção socializados e gerenciamento pelo Estado nacional, visando não uma reversão da socialização em direção à reprivatização, mas um gerenciamento democrático e descentralizado da produção socializada. Nesse sentido, longe de antiquada, sua tendência ao socialismo ia inclusive além daquilo que a ortodoxia marxista da época havia estabelecido como modelo de economia planificada, e que Hobsbawm ainda tinha como referência.

Assim, o fato de que os mineiros não lograram conquistar tudo aquilo que pretendiam não é razão para desconsiderar as suas pretensões, que se expressaram, naquele momento histórico, como a principal alternativa ao *thatcherismo*.

⁷⁷ BEYNON, Huw; Hudson, Ray. *Op. cit.*, p. 259-266.

1. Arthur Scargill: trabalhista socialista

O principal líder da Grande Greve dos Mineiros por Empregos nasceu no pequeno distrito de Worsbrough Dale, na região metropolitana de Barnsley, sul de Yorkshire, norte da Inglaterra, em 1938, e tem vivido ali desde então.⁷⁸ A região era fortemente marcada pelo peso da indústria de carvão, sendo que a atividade mineradora ali era notável por uma incidência particularmente alta de acidentes nas minas que custavam múltiplas vidas. Segundo relatado pelo próprio Scargill, seu pai, Harold, era um mineiro de carvão de origem irlandesa, comprometido com a causa republicana pela unificação daquele país e com o movimento comunista britânico. O avô paterno de Arthur também fora mineiro, tendo emigrado da Irlanda para o norte da Inglaterra provavelmente no começo do século ou no final do anterior. Já a mãe do sindicalista, Alice, era uma cozinheira profissional. Aos 15 anos de idade, Arthur Scargill encerrou a sua educação escolar e entrou para o ofício da família, passando a trabalhar na mina de Woolley, a cerca de 12 quilômetros de Worsbrough, mas ainda na região metropolitana de Barnsley.

Interessado em política e na mobilização dos trabalhadores desde jovem, em parte pela influência do pai, Scargill afirma ter liderado a sua primeira greve (não-oficial) aos 16 anos. Ingressou na Juventude Comunista, chegando a visitar Moscou como representante do movimento britânico, e por volta dos 21 anos elegeu-se delegado regional do NUM.⁷⁹ Scargill ingressou no Partido Trabalhista em 1962, mas essa mudança de filiação não representou um abandono da perspectiva de crítica societária radical e socialista ou da sua postura militante: integrando a “ala esquerda” do partido e do sindicato, ele exerceu um papel de liderança em múltiplas ocasiões nas disputas sindicais dos mineiros entre as décadas de 1960 e 1970, marcadas pelo ressurgimento da atividade grevista. Ele ganhou notoriedade pelo seu papel na greve não-oficial de 1969, que garantiu a jornada de trabalho de oito horas para os trabalhadores de superfície das minas, e na “Batalha of Saltley Gates” durante a greve de 1972, durante o governo Heath. Em 1973, assumiu a liderança da regional de Yorkshire do NUM, permanecendo à sua frente até tornar-se presidente nacional do sindicato pouco menos de uma década mais tarde, substituindo o “moderado” Joe Gormley.

A atuação de Scargill não se restringiu ao engajamento apenas com a causa do seu grupo profissional. Tendo frequentado um curso de três anos sobre economia, relações de trabalho e história social na Universidade de Leeds no começo da década de 1960, o

⁷⁸ **Arthur Scargill interviewed in Ireland.** Site do Partido Trabalhista Socialista, 14/11/2022. Disponível em: <<https://socialistlabourparty.org.uk/arthur-scargill-interviewed-in-ireland/>>, último acesso em 13/04/2025.

⁷⁹ As datas registradas na entrevista e na cronologia apresentada ao fim da página são conflitantes.

sindicalista foi também um líder do movimento antinuclear britânico (que se opunha inclusive ao uso não-militar dessa tecnologia) desde os anos 1970. Esses aspectos da trajetória de Scargill a aproximam da de E. P. Thompson, que ministrava aulas naquele programa universitário precisamente naquele período e era também uma liderança do movimento antinuclear. Embora não tenhamos conseguido verificar se Scargill chegou a ser aluno de Thompson em Leeds ou até que ponto os dois se envolveram no movimento antinuclear e no partido trabalhista, essa proximidade de experiências e visões no permite associá-los a um mesmo campo político dentro da esquerda do trabalhismo.

Após a Grande Greve dos Mineiros por Empregos, Scargill seguiu à frente do NUM até 2002, integrando também o Conselho Geral do TUC entre 1986 e 1988, por meio do qual continuou sua atuação contra a energia nuclear. Em 1992, quando o governo Major deu seguimento ao processo de desmonte da indústria do carvão, anunciando o fechamento de 31 das 50 minas que ainda restavam, Scargill esteve à frente de uma grande manifestação em Londres que reuniu cerca de 100.000 mineiros e apoiadores — aproximadamente o mesmo número de grevistas mobilizados no auge da confrontação de 1984-5. Agora, no entanto, o poder de barganha dos mineiros havia sido praticamente nulificado, de modo que a manifestação teve poucas consequências duradouras quando comparada à Grande Greve.⁸⁰

A convicção socialista de Scargill o levou a deixar o Partido Trabalhista em 1995, quando, sob a liderança de Tony Blair, a “Cláusula IV” da constituição partidária foi reescrita, removendo-se a defesa da “propriedade comum dos meios de produção”. Como consideramos na introdução, embora não fizesse uso da palavra “socialismo”, a cláusula aludia àquele que é provavelmente o princípio mais estruturante desse projeto societário, de modo que era lida por muitos dos próprios militantes trabalhistas, Scargill entre eles, como uma afirmação do caráter socialista do partido. Buscando aproveitar o capital político que havia reunido pelo seu papel de destaque à frente do NUM e seu enfrentamento do thatcherismo, Scargill fundou e serviu como secretário-geral do seu próprio partido, o Partido Trabalhista Socialista (SLP), cujo nome apontava precisamente para a continuidade com a trajetória prévia dos socialistas no partido com o qual estavam rompendo. O novo partido, contudo, não teve expressividade, e hoje conta com menos de 400 filiados oficialmente registrados em todo o país.⁸¹

⁸⁰ Partido Socialista. **October 1992 battle against pit closures**. Sítio do Partido Socialista, 07/11/2012. Disponível em:

<<https://www.socialistparty.org.uk/articles/15649/07-11-2012/october-1992-battle-against-pit-closures/>> Último acesso em 30/04/2025.

⁸¹ Comissão Eleitoral do Reino Unido:

<<https://search.electoralcommission.org.uk/English/Accounts/ST0026743>>, último acesso em 30/04/2025.

Scargill retirou-se da vida pública em 2002, quando deixou a presidência do NUM, mas continuou a ocupar o cargo de líder do SLP até 2024, quando, aos 85 anos, reapareceu em meio às comemorações do aniversário de quatro décadas da Grande Greve dos Mineiros por Empregos, celebrado em março.⁸²

2. *Uma greve pelo trabalho*

Segundo Ray Hudson e Huw Beynon, o entendimento dos mineiros grevistas sobre a questão do emprego implicava em uma visão distintiva do significado do posto de trabalho e dos deveres do trabalhador para com esse posto:

“Ao tentar construir uma plataforma de resistência aos fechamentos, o NUM e suas filiais locais haviam formulado a ideia de um emprego como uma **possessão coletiva**, insistindo que ‘ninguém tem o direito de vender o seu trabalho’ e enfatizando o impacto das perdas de postos de trabalho sobre as localidades mineiras altamente dependentes do emprego na indústria.”⁸³

Os autores afirmam que um entendimento parecido pautava a relação das comunidades mineiras com as próprias minas de carvão:

“a mina – e os empregos que ela provia – havia passado a ser entendida como parte da **propriedade coletiva** de muitas vilas mineiras: ela era ‘a nossa mina’. Esses locais, esses buracos no chão, haviam se tornado parte das vidas dos moradores de formas detalhadas, profundas e complexas que foram rompidas tanto durante a greve como na sua sequência.”⁸⁴

A complexidade dessa relação possuía assim uma relevante dimensão subjetiva, como consideramos no capítulo anterior sobre a relação entre os mineiros e as minas de carvão. Nesse sentido, os autores entendem que:

“Quando esses homens diziam ‘Maggie Thatcher roubou meu trabalho’, eles realmente queriam dizer isso e não estavam apenas (ou mesmo) se referindo ao salário: eles estavam dizendo que todo um modo de vida havia sido obliterado.”⁸⁵

⁸² National Portrait Gallery: Arthur Scargill. Disponível em: <<https://www.npg.org.uk/collections/search/person/mp05736/arthur-scargill>>, último acesso em 30/04/2025, e COYLE, Hayley. **Arthur Scargill joins miners' strike's 40th anniversary rally**. BBC News, 2 de março de 2024. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/news/uk-england-south-yorkshire-68457786>>, último acesso em 30/04/2025.

⁸³ BEYNON, Huw; Hudson, Ray. *Op. cit.*, pp. 98-99, tradução e destaque nossos.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 130, tradução nossa.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 175, tradução nossa.

Essa era a relação de parte dos mineiros de carvão com a sua indústria; entendemos, no entanto, que a relação de outros grupos de trabalhadores com os seus próprios empregos, e mais ainda com os empregos de um grupo alheio, era distinta em sua subjetividade. Isso não era ignorado pelos mineiros de carvão e por suas lideranças, e com a iminência de uma confrontação grevista isso implicou em um esforço para dar um sentido universal à sua relação subjetiva particular com seu ofício.

Ao olharmos com atenção para os discursos anuais de Scargill, percebemos que o sindicalista frequentemente se esforçava em estabelecer a identificação entre os interesses dos mineiros e os da “comunidade mais larga” (para empregar um termo presente nos seus discursos) ao apresentar a agenda da sua gestão. Consideramos a simples necessidade percebida por lideranças sindicais como Scargill em repetidamente afirmar tal identidade de interesses como um indicativo de que essa identificação não era óbvia, mas no mínimo questionada.

Se a proteção dos postos de trabalho era a principal bandeira da greve iniciada em 1984, dois anos antes ela já era apresentada como prioridade absoluta por Scargill na sua gestão do sindicato, como expresso no seguinte trecho do discurso de 1982:

“A proteção da indústria [de carvão] é minha prioridade número um, porque sem empregos todas as nossas outras reivindicações carecem de substância e se tornam meras sombras. Sem empregos nossos sindicalizados não são nada - eles não têm poder ou meios de subsistência, porque nós vivemos em uma sociedade que penaliza aqueles que não têm empregos. Eu espero, portanto, que esta Conferência endosse meu apelo para fazer da oposição aos fechamentos de minas sua Tarefa Central.”⁸⁶

Essa priorização da defesa dos postos de trabalho distingue a postura de Scargill daquela que Ray Hudson e Huw Beynon apontam como a predominante no NUM antes de sua eleição para a presidência, dada a resistência dos líderes sindicais mineiros nas décadas de 1960 e 1970 a enfrentar com ação grevista os acelerados fechamentos de minas então em curso.⁸⁷

⁸⁶ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 05/07/1982**, p. 341. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa. “*Protection of the industry is my first priority, because without jobs all our other claims lack substance and become mere shadows. Without jobs our members are nothing - they have no power or means of subsistence, because we live in a society which penalises people who have no jobs. I hope, therefore, that this Conference will endorse my call to make opposition to pit closures is Central Task.*”

⁸⁷ BEYNON, Huw; Hudson, Ray. *Op. cit.*, p. 63.

Ao buscar estabelecer a pretendida conexão entre a defesa dos postos de trabalho dos mineiros e o interesse geral da classe trabalhadora, Scargill emprega uma crítica vocal ao desemprego, cujos índices se elevavam sob o governo conservador de Thatcher:

“Nós não podemos, sozinhos, enfrentar o enorme problema do desemprego - para resolver esse problema nós temos que nos livrar do governo que está usando o desemprego como política salarial e como um meio de enfraquecer o movimento sindical. O desemprego é um mal e deveria ser condenado por qualquer sociedade que se diz ‘civilizada’. Se nós mapeássemos as consequências físicas e mentais do desemprego ao longo dos últimos três anos, se nós listássemos as mortes, os suicídios, os colapsos mentais, a debilitação causada pela pobreza, a infelicidade incessante causada pela incerteza, o desespero vivido por adolescentes que não vêem futuro - isso corresponderia a um crime tão enorme como qualquer um perpetrado pelas juntas militares da América do Sul. O uso do desemprego como um dispositivo do capitalismo - isso sugere aos trabalhadores que eles são de certo modo responsáveis pelo seu próprio destino. Isso viola o direito básico que todos os homens e mulheres devem ter, nomeadamente, o ‘**direito ao trabalho**’.”⁸⁸

Cabe observar que a escolha das juntas militares sul-americanas para comparação por Scargill não foi casual: tratava-se de associar o governo Thatcher precisamente ao seu inimigo de guerra, a ditadura argentina. O discurso foi proferido em julho de 1982, quando a Guerra das Malvinas estava ainda em curso. O conflito, pretendido pela primeira-ministra como fator de “união nacional”, era assim indiretamente atacado por Scargill como um enfrentamento entre parentes ideológicos no campo da direita de então. Com efeito, finda a guerra no Atlântico Sul, em que o “inimigo externo” se via derrotado, a primeira-ministra atacaria o movimento sindical como o “inimigo interno” a ser agora batido.

A defesa desse “direito ao trabalho” permearia toda a gestão de Scargill à frente do NUM. Em seu discurso de 1983, ano anterior ao estouro da greve, o sindicalista novamente denunciava o aumento dos índices de desemprego:

⁸⁸ SCARGILL, Arthur. *Op. cit.*, p. 345. Tradução e destaque nossos. “We cannot, by ourselves, tackle the enormous problem of unemployment - to solve that problem we need to get rid of the Government which is using unemployment as an Incomes Policy and as a means to weaken the Trade Union Movement. Unemployment is an evil and should be condemned by any society that calls itself “civilised”. If we charted the physical and mental consequences of unemployment over the last three years, if we listed the deaths, the suicides, mental breakdowns, the debilitation caused by poverty, the incessant unhappiness caused by uncertainty, the despair experienced by adolescents who see no future - it would amount to a crime as enormous as any perpetrated by the juntas of South America. The use of unemployment is a device of capitalism - it suggests to workers that they in some way are responsible for their own fate. It violates the basic right which all men and women must have, namely, the ‘right to work’.”

“A menos que algo seja feito rapidamente, nós estamos diante de um número de desempregados de 8 milhões até o fim desta década. Eu digo isso como alguém que projetou com bastante precisão que nós teríamos mais de 4 milhões de pessoas desempregadas em meados dos anos 1980. Esse desperdício terrível de recursos humanos se reflete na estagnação e decadência da economia.”⁸⁹

Assim, a estratégia das lideranças do NUM para apresentar a questão dos fechamentos de minas como um problema coletivo, como algo que afetasse não apenas o trabalhador da mina isolada ou o segmento dos mineiros de carvão, mas toda a sociedade britânica, apoiava-se na denúncia da política de fechamentos de minas do governo como demonstração de que o problema do desemprego — sentido na pele por milhões de britânicos que não necessariamente cultivavam qualquer tipo de identificação com mineiros de carvão — era em verdade uma política deliberada de Thatcher, como é consistentemente sustentado pela historiografia que resgatamos no capítulo anterior. Os mineiros não se limitavam a se queixarem do risco especial que corriam de serem vitimados por essa política; também se apresentavam como a força política mais bem posicionada na sociedade britânica para lutar contra ela.

3. *Uma greve que se sabia política*

Estabelecido o desemprego como o mal a ser combatido, Scargill tinha como preocupação tornar explícito o caráter **político** desse mal e da luta contra ele:

“É minha briga que nós precisamos colocar a *política* de volta no centro da atividade sindical. Isso não significa alterar as nossas prioridades. Ao contrário, nós devemos lutar com mais vigor por salários, empregos e boas condições. Mas nós devemos infundir essa luta com um entendimento de como nossas reivindicações e batalhas afetam outras seções da comunidade, e encontrar novos meios de trabalhar em conjunto onde quer que seja possível.”⁹⁰

⁸⁹ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 04/07/1983**, p. 356. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa. “*Unless something is done quickly, we face an unemployment figure of 8 million by the end of this decade. I say this as someone who projected very accurately that we would have over 4 million unemployed people by the mid-1980s. This appalling waste of human resources is reflected in the stagnation and decay of the economy.*”

⁹⁰ SCARGILL, Arthur. *Op. cit*, p. 358. Tradução nossa. “*It is my contention that we need to put politics back into the centre of trade union activity. That does not mean altering our priorities. On the contrary, we must fight even harder for wages, jobs and good conditions. But we must infuse that fight with an understanding of how our claims and battles affect other sections of the community, and find new ways of working together wherever possible.*”

Ao apresentar sua leitura do andamento da greve em seu discurso presidencial de 1984, Scargill entendia que, embora a greve já em curso fosse uma luta pela defesa de postos de trabalho, ela em particular possuía um componente político especial. Assim, o sindicalista denunciava que seus adversários não se portavam como uma parte com interesses contrários em uma disputa com conteúdo delimitado (no caso, os fechamentos de minas), mas como inimigos que buscavam a derrota estratégica do NUM. Margaret Thatcher é diretamente imputada:

“Ao longo desta disputa, no entanto, tem sido claro que os negociadores do Comitê [Nacional do Carvão - NCB] são manipulados a cada movimento pela Primeira Ministra, que parece obcecada em tentar **derrotar** o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Minas [o NUM].”⁹¹

Da mesma forma, Scargill acusava o presidente do NCB, Ian MacGregor, de encarar a greve como uma disputa a ser vencida ao invés de mediada:

“Foi relatado que MacGregor disse que, ao invés de resolver essa amarga e custosa disputa que já atacou a economia da nossa nação, ele preferiria ver a greve dos mineiros continuar a fim de tentar **derrotar** o nosso sindicato.”⁹²

Já em seu discurso de 1985, realizado após o fim da greve, Scargill diria que:

“O custo da greve dos mineiros para o thatcherismo tem sido verdadeiramente astronômico. Na sua **cruzada** contra o N.U.M. e contra o sindicalismo, o governo roubou do contribuinte britânico 8 bilhões de libras esterlinas (mais de oito vezes o custo da Guerra das Malvinas), enquanto eles desesperadamente buscaram **derrotar** os mineiros e **destruir** o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Minas.”⁹³

No mesmo discurso, Scargill novamente evocaria o direito ao trabalho para defender aqueles grevistas que foram penalizados por sua participação na greve, afirmando que sua defesa daquele direito fazia deles prisioneiros políticos:

⁹¹ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 11/07/1984**, p. 406. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução e destaque nossos. “Throughout this dispute, however, it has been clear that the Board’s negotiators are manipulated in every move by the Prime Minister, who seems obsessed with trying to defeat the National Union of Mineworkers.”

⁹² Idem.

⁹³ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 01/07/1985**, p. 491. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução e destaque nossos. “In their crusade against the N.U.M. and trade unionism, the Government robbed Britain’s taxpayers of £8 billion (more than eight times the cost of the Falklands War), as they desperately sought to defeat the miners and destroy the National Union of Mineworkers.”

“Mais de 50 de nossos membros foram presos enquanto executavam a política do sindicato, agindo para salvar minas e empregos. Eles são **prisioneiros políticos**, cujo crime é lutar pelo **direito ao trabalho**, e uma anistia para eles, bem como a reintegração de todos aqueles que foram demitidos, estão entre as nossas prioridades absolutas.”⁹⁴

A linguagem de Scargill seria ecoada por parte da historiografia em sua leitura da condução da indústria de carvão pelo governo de Thatcher, como os autores Alex Callinicos e Mike Simons, cuja acusação de que a confrontação com os mineiros foi deliberadamente provocada pela conservadora por razões políticas nós apresentamos no capítulo anterior. Essa postura do governo, cujo programa de fechamentos de minas correspondia a uma ofensiva simultânea contra a organização dos mineiros de carvão em termos objetivos e contra o direito ao trabalho em termos abstratos, implicava, na leitura daqueles que deflagraram a greve ou a ela aderiram, no *casus belli* indiscutível da mobilização. Segundo Ray Hudson e Huw Beynon, esse cenário resultou em um sentido de otimismo inicial com a greve:

“Foi essa ideia de uma **greve justa**, contrastando com o ponto de vista de Thatcher e MacGregor, que ajuda a explicar como pesquisas de opinião realizadas no verão encontraram otimismo consistente entre mineiros e suas famílias, e a crença de que Scargill entregaria a vitória.”⁹⁵

Na visão de Scargill, a luta pelo direito ao trabalho era mais do que uma disputa sindical a ser travada dentro dos limites da institucionalidade burguesa. o sindicalista entendia que o governo Thatcher não era democrático: em decorrência do sistema eleitoral britânico, os conservadores possuíam maioria absoluta na Câmara dos Comuns, e portanto controle completo do executivo pelo sistema parlamentarista, mas sem terem garantido uma maioria do voto popular, em que o seu apoio na eleição de 1983 fora de pouco mais de 40%. Como veremos no capítulo seguinte, um questionamento análogo sobre a legitimidade democrática da greve era feito pelo governo contra o sindicato de mineiros, de modo que a mobilização esteve inserida em meio a uma **disputa sobre o significado da democracia**. Nesse sentido, Scargill questionava a própria institucionalidade do Estado britânico, advogando por formas de ação política que a desafiassem:

⁹⁴ SCARGILL, Arthur. *Op. cit.*, p. 492. Tradução e destaque nossos. “*Over 50 of our members have been jailed while carrying out union policy, taking action to save pits and jobs. They are political prisoners, whose crime is fighting for the right to work, and an amnesty for them, as well as reinstatement for all who have been sacked, are among our first priorities.*”

⁹⁵ BEYNON, Huw; Hudson, Ray. *Op. cit.*, p. 114.

“Eu não estou preparado para aceitar políticas propostas por um governo eleito por uma minoria do eleitorado britânico. Eu não estou preparado para aceitar silenciosamente a destruição da indústria de mineração de carvão, nem estou disposto a ver nossos serviços sociais totalmente dizimados./Esse governo totalmente antidemocrático pode facilmente forçar a aprovação de qualquer lei que escolher. Diante da possível destruição parlamentar de tudo que é bom e provido de compaixão em nossa sociedade, a **ação extraparlamentar** será o único caminho aberto à classe trabalhadora e ao movimento trabalhista./Quanto a nós - mineiros, teremos que tomar medidas diretas para salvar nossa indústria, nossos empregos, nosso respeito próprio e nossa dignidade.”⁹⁶

À luz da sua leitura socialista da sociedade, Scargill entendia o cenário de enfrentamento à agenda do governo Thatcher pelos trabalhadores como uma expressão da luta de classes, ou, para usar o termo que ele mesmo emprega, uma **guerra de classes** (*class war*; em vez do mais usual *class struggle*, predominante na literatura marxista de língua inglesa e correspondente mais próximo ao nosso “luta de classes”):

“Nós estamos envolvidos em uma **guerra de classes**, e qualquer tentativa de negar isso sobrevoa a face da realidade. Confrontados pela mobilização do nosso inimigo, nós estamos intitutados, na verdade obrigados, a conclamar a nossa classe por suporte massivo. Em qualquer futura ação industrial por qualquer sindicato - incluindo o nosso - isso deve ser feito.”⁹⁷

Uma **luta pelo direito ao trabalho em meio a uma guerra de classes** — era assim que a principal liderança dos mineiros de carvão entendia a greve do segmento. Consideramos esse um elemento fundamental para que possamos compreender como a posição dos mineiros foi defendida diante dos outros segmentos da classe trabalhadora britânica. Como podemos observar no trecho do discurso de Scargill citado acima, a chamada por apoio desses outros segmentos estava assentada em uma noção de **lealdade de classe**.

⁹⁶ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 04/07/1983**, p. 359. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa. “*I am not prepared to accept policies proposed by a Government elected by a minority of the British electorate. I am not prepared to quietly accept the destruction of the coal-mining industry, nor am I willing to see our social services utterly decimated./This totally undemocratic Government can now easily push through whatever laws it chooses. Faced with possible Parliamentary destruction of all that is good and compassionate in our society, extra-Parliamentary action will be the only course open to the working class and the Labour movement./As for us - miners will have to take direct action if we are to save our industry, our jobs, our self-respect and dignity.*”

⁹⁷ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 01/07/1985**, p. 493. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução e destaque nossos. “*We are involved in a class war, and any attempt to deny that flies in the face of reality. Confronted by our enemy's mobilisation, we are entitled, indeed obliged, to call upon our class for massive support. In any future industrial action by any Union - including ours - this must be done.*”

Callinicos e Simons tratam igualmente a relação dos trabalhadores com o movimento sindical através de termos como “compromisso” e “lealdade”. Assim, quando mencionam a postura dos estivadores diante da greve dos mineiros, afirmam que “o **compromisso** dos estivadores com o sindicalismo é legendário, mas a **lealdade** a organizações de trabalhadores nunca é incondicional.”⁹⁸ Notadamente, os autores empregam essa linguagem com respeito não à classe trabalhadora ou ao movimento sindical enquanto construções abstratas, mas especificamente com respeito às instituições organizadas por esses coletivos, como os sindicatos. Ser leal à classe implicava, na leitura dos autores, em ser leal a essas instituições, de modo que a sua obra reflete uma concepção delimitada de consciência de classe, que entendemos ser representativa do período em face da afinidade expressa pelos autores para com a causa dos mineiros, mesmo que nem sempre com seus estratégias. Consideramos, nesse sentido, que a campanha ideológica em torno da greve era uma disputa sobre o **significado da consciência de classe** - que, ao menos para alguns dos que se autodefiniam como integrantes da classe trabalhadora, implicava em lealdade.

4. Precisava a Grã-Bretanha dos mineiros de carvão?

Nas palavras de Scargill proferidas já após o fim da Grande Greve, a luta dos mineiros, cuja causa ainda não havia de todo morrido, era:

“uma luta pelo futuro da Grã-Bretanha, e a extensão do nosso sucesso ou fracasso **afeta fundamentalmente outros trabalhadores e o destino da nação.**”⁹⁹

O sindicalista apresentava assim uma visão de que a mineração de carvão era fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Reino Unido, e os mineiros de carvão, por sua vez, eram trabalhadores essenciais que deviam ser devidamente valorizados ao invés de vitimados pelas políticas do governo.

Não obstante a priorização da defesa dos postos de trabalho, as demandas salariais e por condições de trabalho dos mineiros também aparecem com destaque nos discursos de Scargill, ocupando o segundo lugar na ordem de suas prioridades. Nesse sentido, o sindicalista afirmava que:

⁹⁸ CALLINICOS, Alex; Simons, Mike. *Op. cit.*, parte 5. *Solidarity and Bureaucracy*. Tradução nossa, destaques nossos.

⁹⁹ SCARGILL, Arthur. *Op. cit.*, p. 495. Tradução e destaque nossos. “*This is a fight for Britain's future, and the extent to which we succeed or fail fundamentally affects other workers and the nation's destiny.*”

“Não pode haver dúvida de que nosso trabalho é vital para toda a comunidade, que ele é difícil e perigoso e que os mineiros devem estar entre os mais bem pagos da sociedade. Aquilo que o sistema paga a médicos, políticos e ao pessoal administrativo sênior deveria também ser pago aos mineiros. Os benefícios adicionais pagos ao topo do funcionalismo público e a administradores do N.C.B. [Comitê Nacional do Carvão] devem também ser pagos àqueles que representamos.”¹⁰⁰

Essa posição contundente (como característico de Scargill) implicava em um conflito entre a autoimagem dos mineiros e o seu reconhecimento pela sociedade britânica. De um lado, como expresso pelo trecho citado, buscava-se apostar na imagem dos mineiros como trabalhadores heróicos que arriscavam sua vida para realizar um trabalho vital para a sociedade e que deviam ser recompensados de acordo, imagem essa que era em parte uma herança da representação dos mineiros como essenciais para o esforço de mobilização dos recursos do país durante a Segunda Guerra Mundial e para a reconstrução da economia britânica após o conflito.¹⁰¹ De outro lado, constatava-se a crescente representação dos mineiros como expoentes de uma indústria ultrapassada, cuja preservação atendia apenas a seus interesses particulares.

Esse era, portanto, um dos pontos em que se fazia necessária uma justificação de uma possível dissintonia entre os interesses dos mineiros e os da “comunidade mais larga”. Assim, em 1982, dois anos antes da greve, Scargill sentia a necessidade de afirmar em seu discurso anual que os mineiros britânicos “não são luditas, e nunca estiveram bloqueando o caminho do avanço técnico”, indicando a força de uma imagem negativa dos mineiros como representantes de uma atividade econômica ultrapassada e defensores do atraso técnico.¹⁰² No ano seguinte, Scargill novamente se veria na necessidade de afirmar que “Nós não somos luditas”.¹⁰³ Na tentativa de justificar as posições do sindicato que poderiam alimentar essa imagem negativa, Scargill afirmaria que:

¹⁰⁰ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 05/07/1982**, p. 341. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa. “*There can be no doubt that our work is vital to the whole community, it is hard and dangerous and miners must be amongst the highest paid in society. What the system pays doctors, politicians and senior managerial staff should also be paid to miners. The fringe benefits provided to senior civil servants and N.C.B. management must also be provided for those we represent.*”

¹⁰¹ BEYNON, Huw; Hudson, Ray. *Op. cit.*, p. 50.

¹⁰² SCARGILL, Arthur. *Op. cit.*, p. 340. Tradução nossa. “*British miners are not Luddites, and have never stood in the way of technological advance.*”

¹⁰³ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 04/07/1983**, p. 355. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa. “*We are not Luddites*”

“O erro deste sindicato tem sido o de aceitar a mudança tecnológica sem questionamento, e permitir por omissão que milhares de empregos fossem sacrificados no altar da grande inovação tecnológica. Se nós falamos a sério sobre proteger os empregos de nossos membros e as perspectivas de emprego de seus filhos e netos, nós não devemos aceitar cegamente novas técnicas que resultam em uma dramática redução de mão de obra.”¹⁰⁴

Dessa forma, o sindicalista mais uma vez recorria à associação entre a causa dos mineiros e o direito ao trabalho, que entendia como potencialmente ameaçado pela inovação tecnológica descriteriosa.

A posição do NUM de que a preservação da indústria de carvão atendia aos interesses do conjunto da sociedade britânica era sustentada por argumentos não apenas ideológicos: o sindicato também entrou em debates próprios às investigações econômicas. Segundo o discurso presidencial de Scargill de 1983, o NUM apresentou à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Comuns sobre Energia os seguintes dados para sustentar sua posição contra a possibilidade de fechamentos das minas de carvão:

“Nossa evidência indicou que para fechar as minas projetadas pela submissão do N.C.B. para a Comissão de Monopólios e Fusões custaria ao contribuinte britânico aproximadamente 4,300 milhões de libras ao longo de um período de dez anos. No entanto, para manter essas mesmas minas abertas, produzindo carvão valioso para a Grã-Bretanha, e para manter empregos seguros custaria ao contribuinte menos da metade daquele valor - aproximadamente 2,000 milhões de libras.”¹⁰⁵ (p. 350)

No mesmo sentido, o sindicalista afirmaria em 1985, após o fim da greve e citando um estudo econômico de autoria de Andrew Glyn, da Universidade de Oxford, que “o custo ao contribuinte britânico para fechar uma mina é quase o dobro do gasto para mantê-la aberta, empregando trabalhadores e produzindo carvão valioso.”¹⁰⁶ Já o dado de que a estatal de

¹⁰⁴ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 05/07/1982**, p. 340. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa. “*The mistake of this Union has been to accept technological change without question, and has allowed by default thousands of jobs to be sacrificed at the altar of major technological innovation. If we are serious about protecting the jobs of our members and job-prospects of their sons and grandsons, we should not accept blindly new techniques which result in a dramatic reduction in manpower.*”

¹⁰⁵ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 04/07/1983**, p. 350. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa. “*Our evidence showed that to close the pits projected in the N.C.B.'s submission to the Monopolies and Mergers Commission would cost the British taxpayer approximately £4,300 million over a ten-year period. However, to keep those same pits open, producing valuable coal for Britain, and to keep jobs secure would cost the taxpayer less than half that amount - approximately £2,000 million.*”

¹⁰⁶ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 01/07/1985**, p. 495. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa “*The brilliant economic case against pit closures produced by Andrew Glyn of Oxford University shows that the cost*

carvão não havia sido lucrativa no período anterior à greve não fora questionado por Scargill à época, mas atribuído por ele a uma somatória de “investimento insuficiente, planejamento muito ruim e contabilidade lunática.”¹⁰⁷

5. *A diplomacia intraclasses*

A espera por apoio de outros segmentos da classe trabalhadora britânica à greve apoiava-se, como consideramos, em uma noção de lealdade de classe. Essa lealdade era entendida como uma via de mão dupla: da mesma forma que os sindicalistas do NUM esperavam e mesmo cobravam apoio de seus colegas trabalhadores, também o prometiam a estes. Em 1982, em seu primeiro discurso como presidente do NUM, Scargill afirmava que:

“Nós apoiaremos outros segmentos da classe trabalhadora, e nenhum governo, nenhuma lei, nenhuma corte ou juiz irá compelir este sindicato a agir de outra forma.”¹⁰⁸

Era com base nessa relação de reciprocidade, de lealdade mútua que os mineiros de carvão esperavam ser apoiados. Consideramos, no entanto, que essa não era uma relação de barganha (“te apoio porque tu me apoias”), visto que o entendimento dessa relação era permeado por uma noção de **pertencimento compartilhado** a uma mesma fração da sociedade, por uma **identidade de classe** complexa. Os grevistas esperavam apoio por entenderem que os outros trabalhadores eram seus aliados “naturais” em função de compartilharem, em última instância, os mesmos interesses. Nesse sentido, as lutas alheias eram entendidas como expressões de uma mesma luta fundamental (a “guerra de classes” de que falava Scargill), e o apoio dos mineiros a essas diferentes lutas significava a manutenção da sua lealdade de classe, algo que eles esperavam que os outros segmentos da classe trabalhadora também mantivessem.

Não obstante, como não poderia deixar de ser em um mundo material, as relações dos mineiros de carvão com outros segmentos era marcada pelas especificidades da configuração industrial. Vemos nos discursos das suas lideranças uma priorização da chamada “Tríplice Aliança”, grupo que compreendia os sindicatos de três dos principais grupos de trabalhadores

to Britain's taxpayers of closing a pit is almost double that of keeping it open, employing workers and producing valuable coal.”

¹⁰⁷ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 04/07/1983**, p. 353. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa. “*We know the Board's unprofitability is the result of insufficient investment, very bad planning, and lunatic book-keeping.*”

¹⁰⁸ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 05/07/1982**, p. 346. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa. “*We shall support other sections of the working class, and no government, no law, no court or judges are going to compel this Union to do otherwise.*”

da indústria pesada: os mineiros de carvão, os ferroviários e os siderúrgicos, cuja atuação era marcada pela interdependência, tal como o era a relação entre as respectivas indústrias. Assim, Scargill afirmava naquele mesmo discurso de 1982 que:

“Nós também declaramos nosso total apoio aos ferroviários em sua luta para manter a jornada de oito horas, um salário decente e em sua ação contra a precarização das ferrovias britânicas. Nós também demos nosso apoio aos siderúrgicos, que estão lutando contra cortes perversos na sua indústria. Para este fim nós esperamos reunir novamente a Conferência Nacional da Tríplice Aliança tão rápido quanto possível, a fim de defender nossas três indústrias básicas.”¹⁰⁹

O efetivo desenrolar da greve, no entanto, longe da conflagração geral do conflito de classes esperado por Scargill, foi marcado por um isolamento relativo, mas decisivo, da causa dos mineiros de carvão. Esse isolamento seria lido, consequentemente, como uma falha na lealdade de classe. Nesse sentido, Scargill considerava em seu discurso de 1985, após o fim da greve, que:

“É um fato que o N.U.M. não recebeu o nível de apoio de que precisávamos **e que tínhamos o direito de esperar** dos nossos colegas nos movimentos mais largos.”¹¹⁰

Mesmo no interior do segmento mineiro o diagnóstico não era de unidade. Em função das muitas diferenças socioeconômicas, culturais e históricas entre as diferentes regiões mineradoras de carvão do Reino Unido, bem como das diferentes condições da extração do carvão em cada uma delas, do trabalho nas minas e da organização familiar nas respectivas comunidades, o NUM fora marcado desde a sua fundação por grandes diferenças entre as suas subdivisões locais, que na verdade precediam o sindicato nacional — que, como consideramos no capítulo anterior, consistia inicialmente em apenas uma federação dessas organizações locais, que mesmo depois da unificação continuaram a gozar de grande autonomia como seções regionais de um sindicato notadamente descentralizado. Nesse sentido, as discordâncias de atuação dos mineiros de carvão com frequência possuíam um componente de regionalismo, o que não foi diferente no caso da confrontação com o governo Thatcher. Segundo Ray Hudson e Huw Beynon:

¹⁰⁹ Idem, p. 346.

¹¹⁰ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 01/07/1985**, p. 493. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução e destaque nossos. “*It is a fact that the N.U.M. did not receive the level of support we needed and were entitled to expect from our colleagues in the wider Movements.*”

“Também existia a sensação de que, como o problema dos fechamentos de minas afetava algumas regiões mais do que outras, era correto vê-lo como uma questão para as áreas [em que se dividia o NUM].”¹¹¹

Assim, em seu discurso de 1984, já em plena greve, Scargill expunha sua preocupação com o boicote da mobilização por parte significativa, ainda que minoritária, dos mineiros de carvão, especialmente aqueles da região de Nottinghamshire, já que ali a maioria dos mineiros continuou trabalhando, garantindo assim a continuidade da mineração e provendo um suprimento crucial de carvão para o NCB. Enquanto presidente do NUM, o tom de Scargill ao abordar a matéria não era de confronto com os não-participantes da greve, mas de apelo a que aderissem a ela:

“Eu apelo àqueles que estão ainda trabalhando: ponham a mão na consciência. **Nenhum trabalhador sindicalizado pode justificar a ultrapassagem de uma linha oficial de piquete.** Nenhum sindicalista pode desculpar ou compactuar com uma ação do tipo. Olhem ao invés disso para as razões pelas quais os seus colegas estão em greve. **Eles estão lutando pelo futuro de vocês e das suas famílias tanto quanto pelos deles próprios.**”¹¹²

Por fim, cabe observar que o apelo de Scargill à solidariedade de classe possuía uma dimensão internacional. O sindicalista, defensor do controle de importações, afirmava que essa defesa era em si mesma um apelo à solidariedade internacional, porque:

“Nossa luta por controles de importações é um desafio aos colegas trabalhadores em outras partes do mundo sofrendo diretamente a repressão imperialista - as Filipinas, a Tailândia, Hong Kong [então ainda uma possessão britânica], e, é claro, a África do Sul. Enquanto o mercado britânico permanecer totalmente aberto às corporações multinacionais, o povo britânico continuará a financiar a exploração criminosa de trabalhadores nesses países - enquanto nossas próprias indústrias colapsam ao nosso redor.”¹¹³

¹¹¹ BEYNON, Huw; Hudson, Ray. *Op. cit.*, p. 106.

¹¹² SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 11/07/1984**, p. 406. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa. “*I appeal to those who are still at work: search your conscience. No trade unionist can justify crossing an official picket line. No trade union official can condone or collude in such an action. Look instead at the reasons why your colleagues are out on strike. They are fighting for your future and that of your families as well as for their own.*”

¹¹³ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 04/07/1983**, p. 355. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução nossa. “*Our fight for import controls is a challenge to fellow workers in other parts of the world suffering directly under imperialist repression - the Philippines, Thailand, Hong Kong, and of course South Africa. While the British market remains wide open to the multi-national corporations, the British people continue to finance the criminal exploitation of workers in those countries - as our own industries collapse around us.*”

Cabe observar a esse respeito que a África do Sul, então sob o regime do Apartheid, era fornecedora precisamente de carvão para o Reino Unido, de modo que os trabalhadores de minas sul-africanos eram competidores diretos dos britânicos — evidentemente em condições brutalmente desiguais, já que os trabalhadores de minas sul-africanos, majoritariamente negros vivendo sob um regime abertamente racista e discriminatório, não possuíam os direitos e benefícios adquiridos pelos mineiros britânicos ao longo da história desses últimos, consideravelmente mais longa em função do pioneirismo do seu país no uso do carvão mineral como fonte de energia e indissociável do pioneirismo do próprio movimento de trabalhadores britânico na conquista de concessões sob o capitalismo. Nesse sentido, a denúncia da “exploração criminoso” por Scargill deve ser entendida não apenas como uma defesa da preservação dos interesses dos mineiros britânicos que ele representava, mas como uma denúncia da competição em si. Além disso, cabe lembrar que o governo Thatcher recusou a imposição de sanções à África do Sul sob o Apartheid, tornando-se, conseqüentemente, dado o peso econômico nada desprezível do Reino Unido, o principal fiador daquele regime nos seus estertores.

6. Scargill, Hobsbawm e o desfecho da greve

O fim da greve de 1984-5 não significou o fim da causa dos mineiros de carvão britânicos, embora nenhuma outra mobilização da categoria em proporções comparáveis — nem de nenhuma outra categoria sindicalizada, segundo Hudson e Beynon — tenha sido realizada no país depois disso.

Em 1985, no imediato pós-greve, o discurso presidencial de Scargill foi marcado pela denúncia da postura do governo na condução da disputa com os grevistas. Na sua interpretação:

“O programa de fechamento de minas anunciado pelo Comitê [Nacional do Carvão - NCB] em 6 de março de 1984 foi uma ação deliberada concebida com o intuito de provocar nosso sindicato a entrar em greve ou se curvar diante da política do Comitê.”¹¹⁴

Scargill elenca no mesmo discurso aqueles que considerava terem sido os objetivos dos conservadores para o ataque ao segmento:

¹¹⁴ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 01/07/1985**, p. 491. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024. Tradução e destaques nossos. “*The pit closure programme announced by the Board on the 6th March, 1984, was a deliberate action, designed to provoke our Union into either taking strike action or backing down in the face of Coal Board policy.*”

“A História registrará que esse foi um ato colossal de vandalismo por um governo monetarista do Partido Conservador, que, a fim de sobreviver, requer um **alto nível de desemprego** - um **movimento sindical fraco, colaboracionista ou não-existente** - e leis que **removam os direitos democráticos** ganhos pelo nosso povo ao longo de mais de dois séculos de luta.”¹¹⁵

A historiografia produzida sobre esse momento é vasta, e parte dela seguiu as palavras de Scargill no registro desse “ato de vandalismo”, como consideramos no capítulo anterior. O governo Thatcher se distinguia dos de seus antecessores em ambos os partidos por ter se disposto a romper com um tabu então estabelecido na política britânica, parte da configuração hegemônica que marcara o após-guerra: a política de pleno emprego, que a primeira-ministra sacrificou a fim de conseguir um rebaixamento nos salários que os governos anteriores buscavam controlar diretamente, fixando limites salariais pela lei, para grande insatisfação popular. Os dados a seguir, trazidos por Thiago Romão de Alencar, indicam que o governo foi bem-sucedido em sua campanha contra o emprego:

“Sob Thatcher, o desemprego, que no início de seu mandato atingia 5,4% da força de trabalho (o equivalente a 1 milhão e 234 mil trabalhadores), chegou a 12% três anos depois, ultrapassando a marca dos dois milhões para, dali a mais dois anos, alcançar o patamar histórico de mais de três milhões de pessoas sem emprego em 1985.”¹¹⁶ [Observamos que esse patamar histórico foi atingido no ano do encerramento da greve dos mineiros de carvão.]

De volta à retrospectiva da greve segundo a leitura de Scargill, cabe apontar que não apenas o governo é responsabilizado pelo sindicalista pelo seu desfecho, mas também a imprensa, que, nas suas palavras, desempenhou no período “um papel que teria impressionado mesmo Goebbells [sic].”¹¹⁷ No quarto capítulo deste trabalho discutiremos melhor o papel de certos veículos de imprensa nesta empreitada.

Não obstante o sucesso do governo, apoiado pela imprensa, em atingir os seus objetivos gerais, Scargill buscou se distanciar do derrotismo ao apresentar sua leitura do desfecho da greve:

¹¹⁵ Idem. Tradução nossa. “*History will record that this was a colossal act of vandalism by a monetarist Tory Government, which in order to survive requires a high pool of unemployed - a weak, collaborationist, or non-existent trade union movement - and laws which remove the democratic rights won by our people in over two centuries of struggle.*”

¹¹⁶ ALENCAR, Thiago Romão de. **De joia da Coroa a inimigos públicos número um: Hayek, Thatcher e a legislação antissindical no Reino Unido dos anos 1980**. Revista História e Luta de Classes, v. 14, n. 26, setembro de 2018, p. 99.

¹¹⁷ SCARGILL, Arthur. *Op. cit.*, p. 494. Tradução nossa. “*Throughout the past year, and longer, the capitalist media has played a role which would have impressed even Goebbells [sic].*”

“Mas que ninguém fale de derrota ou revés. Aqueles que desde o fim da greve têm pregado de uma maneira negativa e destrutiva falham totalmente em entender a natureza do que efetivamente se deu. Esse sindicato não deve se voltar internamente para uma orgia de autocrítica. Nós devemos nos manter confiantes e orgulhosos daquilo que conquistamos, proclamando os aspectos positivos da disputa, e **a mais importante vitória de todas - a luta em si mesma.**”¹¹⁸

Longe de admitir uma derrota, portanto, Scargill apresentava em seu primeiro discurso anual após o fim da greve o prognóstico de continuidade da luta pela “causa do carvão”.¹¹⁹

Essa posição é indiretamente criticada por Hobsbawm, que, no prefácio de *Estratégias*, afirma que a noção de vitória moral é “eufemismo para derrota”.¹²⁰ Entendemos que, com essa afirmação, o historiador não enxerga entre as prioridades da luta o próprio fazer-se da classe trabalhadora, por meio do aprendizado que ela proporciona; para Hobsbawm, a luta só vale pelos seus resultados, cuja régua é o acesso ao executivo do Estado pelo movimento de trabalhadores organizado, ou ao menos a influência sobre aquele a fim de conter as frações mais reacionárias da burguesia.

Segundo Bryan Palmer, Hobsbawm, que desempenhava um papel análogo ao de um “conselheiro externo” para o Partido Trabalhista, se empenhou ativamente na oposição à “esquerda” dentro do partido, composta por figuras como Tony Benn, parlamentar que chegou a disputar a liderança dos trabalhistas em 1988, trotskistas adeptos da estratégia do “entrismo” e sindicalistas como o próprio Scargill, citado nominalmente por Palmer como um “militante industrial cuja experiência forneceu uma ponte entre os Partidos Comunista [sua filiação original] e Trabalhista”. Na avaliação de Palmer:

“Apelidado de ‘o marxista predileto de Neil Kinnock’ [líder “moderado” do trabalhismo após 1983, cujo posto foi contestado por Benn cinco anos depois], Hobsbawm se provou útil em vencer a esquerda do trabalhismo nos anos 1980, seus argumentos contrapostos ao que ele considerava um extremismo que ameaçava ceder terreno de políticas então em vigor à reação thatcherista. Central a esta escolha supostamente racional era a negação da primazia da classe, e, é claro, da luta de classes. A necessidade era orientar o Partido Trabalhista para um

¹¹⁸ Idem. Tradução nossa. “*However, let no-one talk to me about defeat or setbacks. Those who since the end of the strike have pontificated in a negative and destructive fashion fail utterly to understand the nature of what actually took place. This Union must not turn inwards in an orgy of self-criticism. We should stand confident and proud of what we have achieved, proclaiming the positive aspects of the dispute, and the most important victory of all - the struggle itself.*”

¹¹⁹ SCARGILL, Arthur. **PRESIDENTIAL ADDRESS, 01/07/1985**, p. 495. Disponível em: <<https://num.org.uk/archives/speeches-1981-1990/>>, último acesso em 06/04/2024.

¹²⁰ HOBBSAWM, *op. cit.* (2020), p. 11.

eleitorado mais amplo (que nunca havia sido tão marginalizado assim), em que intelectuais e “novas classes” teriam proeminência. Martin Jacques, editor da renovada *Marxismo Hoje* [publicação do CPGB], que frequentemente exibia Hobsbawm naqueles dias, o batizou como ‘um guru intelectual no Partido Trabalhista... De um intelectual comunista ele se tornou um intelectual da esquerda.’ A questão, é claro, era a qual esquerda Hobsbawm servia. Ao empurrar o Partido Trabalhista na direção de se revitalizar e reconstituir como um ‘partido amplo do povo’ dedicado a ‘uma sociedade equânime, livre e socialmente justa’, Hobsbawm certamente ajudou a frustrar qualquer avanço dentro do trabalhismo da esquerda alinhada a Benn.”

Embora sejamos da posição de que as categorias de “intelectual orgânico” e “intelectual tradicional”, tal como propostas por Gramsci, não são sempre mutuamente excludentes e não devem ser absolutizadas, por outro lado entendemos que Scargill e Hobsbawm são representantes quase arquetípicos, respectivamente, de cada uma daquelas categorias no interior do movimento de trabalhadores organizado no Reino Unido.¹²¹ Entendemos, ainda, que ressaltar as diferenças nos seus perfis enquanto intelectuais ajuda a elucidar as diferenças em suas posições teórico-políticas: Hobsbawm, possuindo um engajamento político restrito, em grande medida, à sua própria produção acadêmica, que realizava de forma profissional, via o socialismo, entendido de forma genérica como alguma forma de controle social dos meios de produção, como desejável por razões de princípios ético-morais e interpretação histórica do papel social da economia. Assim, quando aborda a relação entre esse projeto político e a sociedade, o faz buscando o grupo social que teria maior potencial de realizar o socialismo, para benefício de toda a humanidade. É nesse sentido que ele propõe um “socialismo sem classe trabalhadora”, ao constatar a fragilização tanto da agência política desta classe como de seu compromisso socialista.

Scargill, por sua vez, respirava diariamente a luta dos trabalhadores. Ele não via o socialismo como um objetivo que se auto-justificasse em termos abstratos, mas como o projeto mais adequado para a emancipação coletiva do grupo social com o qual se identificava, em razão da sua própria experiência de vida e luta. Seu socialismo era inerentemente classista, um socialismo dos trabalhadores, pelos trabalhadores e para os trabalhadores. É claro que o vínculo profundo do sindicalista com a categoria dos mineiros significava que seu socialismo era marcado pelas particularidades da experiência desta categoria e daquelas com a qual possuía mais experiências comuns, especialmente os

¹²¹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2: Os Intelectuais; O Princípio Educativo; Jornalismo. Edição e tradução de Coutinho, Carlos Nelson. 8ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

operários da grande indústria, além de possuir traços claramente condicionados pela realidade britânica. Neste sentido, consideramos o socialismo de Arthur Scargill representativo de uma forma de consciência própria à classe trabalhadora industrial e sindicalizada da Grã-Bretanha do século XX, com todas as suas limitações e potencialidades, mas que julgamos bastante elevada, devido à sua ambição de universalidade, como acreditamos ter demonstrado neste capítulo, e potencial hegemônico, como melhor argumentamos nas nossas considerações finais.

A leitura de Scargill de que o maior valor da greve residia “na luta em si mesma” é igualmente representativa da experiência dos seus participantes, encontrando eco nas suas declarações posteriores, como a que reproduzimos a seguir do mineiro David Temple, citado por Hudson e Beynon:

“Eu penso com frequência em como nossas vidas teriam sido mais pobres sem aquele ano. Se nós tivéssemos apenas desaparecido sem uma luta, eu estou certo de que não haveria uma Gala para revigorar nosso senso de bem-estar todo ano.”¹²²

A Gala a que se refere Temple é a Durham Miners’ Gala, uma reunião anual de mineiros de carvão (obviamente não mais atuantes no setor) com forte conotação política, tradicionalmente acompanhada de uma marcha e de um festival, que continua a ser realizada até hoje a despeito do fim da mineração no país. Esse último processo, arriscamos dizer, não representou a extinção da consciência política atrelada ao ativismo sindical entre os trabalhadores do setor, mas, pelo contrário, precisamente em virtude da Grande Greve dos Mineiros por Empregos, resultou em um incremento, uma evolução e uma ampliação desta consciência para muitos dos que se envolveram.

¹²² BEYNON, Huw; Hudson, Ray. *Op. cit.*, p. 275.

Capítulo 3 - O discurso conservador na oposição à agência dos subalternos

Como antecipamos, a visão de sociedade defendida por Scargill, em nossa interpretação com o respaldo de uma parcela significativa dos mineiros de carvão, mostrava-se diametralmente oposta à versão thatcherista de neoliberalismo. Disso não se pode extrair que a confrontação entre essas duas forças na greve de 1984-5 foi provocada por “motivos ideológicos”, como o governo conservador argumentaria a respeito do que havia levado parte dos mineiros a se mobilizar, caracterizando-os como radicais ideológicos a fim de deslegitimar sua posição. Em contrapartida, o governo apresentava a si mesmo como movido pela preocupação com o “interesse da sociedade”, não por ideologia. Esse argumento, além de incompatível com a perspectiva materialista que adotamos, que busca considerar ideias sempre em relação com necessidades, interesses e problemas concretos, tampouco encontra sustentação nos fatos.

Consideramos que tanto grevistas como conservadores expunham projetos societários conflitantes precisamente por estarem em sintonia com visões de mundo de classes sociais conscientemente antagônicas. Como expusemos no primeiro capítulo, a historiografia aponta para o caráter de classe especificamente da política energética do governo Thatcher, estabelecendo uma relação entre essa política e o intuito de elevar a taxa média de lucro por meio da ampliação do exército industrial de reserva e, conseqüentemente, o rebaixamento dos salários e o aumento da taxa de mais-valia. Enquanto essa estratégia era dissimulada pelas lideranças conservadoras, como demonstraremos neste capítulo, os mineiros de carvão grevistas, através de porta-vozes como Scargill, reforçavam o caráter de classe da sua própria mobilização, visto que, identificando-se como subalternos, era de seu interesse desvelar a dominação de classe e reforçar a consciência dos trabalhadores a fim de reivindicarem a solidariedade de seus colegas de classe. Já os conservadores negavam o caráter de classe de seu projeto, como a tradição marxista sempre denunciou ser o comportamento típico de um grupo que integra a classe dominante. Mas, sob Thatcher, eles foram um passo além: passaram a negar a própria existência de classes sociais na sociedade capitalista no intuito de apagar essa noção da discussão pública como uma postura válida.

A elaboração de uma cronologia detalhada da adoção dessa posição pelo discurso conservador escapa aos limites desta pesquisa. Cabe considerar, mesmo assim, que a noção de classe social não aparece na história do pensamento social britânico, e especialmente inglês, como uma leitura crítica ou de esquerda. A noção de classe no país tem relação com permanências da sua estrutura social pré-capitalista mesmo após a Revolução Industrial,

estrutura à qual a classe dominante original, a aristocracia, era decisivamente apegada, sendo de seu interesse existencial reforçar as distinções de classe. Ao longo do século XIX, era evidente a divisão da sociedade britânica, grosso modo, entre a aristocracia, as classes trabalhadoras e as “classes médias”, essas últimas englobando mesmo a alta burguesia.¹²³ O Partido Conservador foi fundado naquele século, quando se firmou como um dos principais aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes britânicas (aqui tratadas no plural em reconhecimento precisamente à persistência de divisões entre burguesia e aristocracia, ambas as quais estiveram presentes na constituição do partido). Sua ideologia apoiava-se no repúdio ao “perigo da democracia excessiva” representado pela Revolução Francesa, veementemente criticada por autores como o britânico Edmund Burke, considerado o pai do conservadorismo. Nos escritos de Burke, a existência de classes sociais é, mais do que reconhecida, defendida como natural e necessária ao bom funcionamento da sociedade.¹²⁴

Assim, ainda que neste trabalho não tenhamos buscado estabelecer em que ponto da trajetória do Partido Conservador a negação das classes sociais passou a ser incorporada em seu discurso, consideramos que a eleição de Thatcher para a sua liderança representa a clara instrumentalização desta postura para os objetivos do programa neoliberal. Ousamos dizer que a cosmovisão exposta pela primeira-ministra continha uma alternativa consciente e cuidadosamente elaborada à consciência de classe cultivada e ativamente promovida pelos setores mais militantes do movimento de trabalhadores britânico, a exemplo dos mineiros grevistas, provavelmente o mais proeminente desses setores.

Deste modo, a oposição entre a cosmovisão radicalmente classista e militante do grupo político de Scargill e a cosmovisão “anticlassista” adotada pelos conservadores sob Thatcher nos parece um elemento preponderante da construção da hegemonia neoliberal no Reino Unido e, por extensão, no mundo, contra a qual a greve dos mineiros de 1984-5 foi um dos principais episódios de resistência coletiva. Inicialmente, ao abordar esse embate, nos preocupamos em ponderar apenas os elementos do ideário neoliberal que mais claramente pautaram a ofensiva conservadora contra os mineiros, visto que nossa prioridade era entender as implicações desse fenômeno ideológico para a crise de subjetividade da classe trabalhadora. Após a análise dos documentos que aqui apresentamos, contudo, ficou claro que essa negação da luta de classes é um aspecto tão central e estruturante do ideário neoliberal que não pode ser destacado dele sem grande prejuízo analítico.

¹²³ HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Paz e Terra, 20ª edição, São Paulo, 2006, p. 260.

¹²⁴ BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. São Paulo: edipro, 2014.

Os documentos que analisamos e dos quais extraímos essas conclusões foram os manifestos eleitorais conservadores de 1979 (ano do pleito que primeiro conduziu Thatcher à cadeira de primeira-ministra), 1983 (elaborado apenas um ano antes da greve dos mineiros) e 1987 (ano do primeiro pleito nacional realizado após a mobilização). Como consideramos na introdução, a escolha de documentos espalhados por um período tão longo se justifica pelo nosso intuito de entender a greve de 1984-5 como estágio de um processo de transformação que nem começa nem se encerra com ela.

Pudemos constatar que, no mínimo desde a elaboração do primeiro desses manifestos, os conservadores já se preparavam para uma confrontação de peso com o movimento sindical, muito provavelmente contra os próprios mineiros, como indicado pela historiografia. Tal confrontação, que com a greve dos mineiros assumiria caráter “militar”, já era travada no campo ideológico anos antes.

No centro da negação das leituras classistas da sociedade pelo neoliberalismo thatcherista estava a valorização do **indivíduo** em detrimento de qualquer construção coletiva — como o movimento sindical, os partidos políticos a ele associados, como o Trabalhista, ou mesmo a faceta social do Estado, adquirida, em parte, por conquista desses movimentos. Essas instituições não eram apenas atacadas pelo repúdio ao seu papel na sociedade, mas diretamente deslegitimadas a partir de um argumento que buscava deslocar para o indivíduo e, também, para a **família** o centro da vida social. Era esse o núcleo da alternativa direta à consciência de classe construída e mantida pelos trabalhadores britânicos apresentada pelos conservadores. Consideramos que o seu objetivo era deliberadamente combater essa forma de consciência, a fim de rebaixar o nível atingido pela organização de trabalhadores no país. Nesse esforço, os mineiros de carvão estavam entre os primeiros obstáculos a serem batidos, não menos no plano ideológico que no material.

1. O Partido Conservador sob Thatcher como vanguarda reacionária da burguesia internacional

Margaret Thatcher, pupila de Oxford, química por formação, jurista por profissão e Membro do Parlamento pelo Partido Conservador desde 1959, representando um distrito no norte de Londres, foi eleita para liderar os *tories* em 1975, ao derrotar em uma disputa interna o ex-primeiro-ministro Edward Heath, que recentemente sofrera duas derrotas eleitorais para os trabalhistas por margens estreitas, mas se recusava a renunciar à liderança do partido. A sua substituição por Thatcher, que assim assumiu o posto de líder da oposição oficial,

representou uma guinada à direita do principal partido direitista do Reino Unido: ao longo de sua carreira parlamentar, ela havia estabelecido diálogo com o Instituto para Assuntos Econômicos (IEA), uma *think-tank* que disseminava ideias neoliberais, influenciadas principalmente pelos escritos do austríaco baseado no Reino Unido Friedrich von Hayek, em um período em que o keynesianismo era hegemônico na gestão econômica do Reino Unido, como de boa parte do mundo capitalista.

Perry Anderson, ao argumentar que o fenômeno neoliberal pouco tem de novo, traça as suas origens até o imediato pós-guerra, quando teria surgido na forma de uma reação intelectual em oposição ao Estado intervencionista e de bem-estar de orientação keynesiana.¹²⁵ Essa reação teria se tornado necessária porque, desde a Primeira Guerra Mundial, e, sobretudo, desde a crise de 1929, o pensamento liberal clássico havia perdido sua posição hegemônica nas sociedades capitalistas. É a partir da década de 1970, no entanto, que a sua versão neoliberal é adotada como projeto em detrimento das diferentes formas de intervencionismo então vigentes, particularmente da sua faceta social expressa no Estado de bem-estar.

Maria Lúcia Duriguetto vai um pouco mais longe na busca pelas origens intelectuais da postura antidemocrática subjacente ao neoliberalismo, identificando-a com a tradição liberal do “elitismo democrático” inaugurada pelo também austríaco Joseph Schumpeter, tradição que o neoliberalismo teria reatualizado.¹²⁶ Remetendo a Max Weber, que via nos processos eleitorais modernos uma forma de seleção, pelo consenso passivo das massas, de líderes que subordinam o aparelho burocrático, Schumpeter negava a possibilidade de existência de uma “vontade popular” — na sua visão, haveria apenas indivíduos agindo de acordo com seus interesses particulares, sendo qualquer expressão daquela “vontade” algo manufaturado por manipuladores. Por isso mesmo, para Schumpeter e outros elitistas, a participação política ativa das massas deveria ser combatida para o bem do próprio sistema democrático. Já seu conterrâneo von Hayek, como lembrado por Thiago Romão de Alencar, esteve desde os anos finais da Segunda Guerra Mundial argumentando sobre o perigo que o “coletivismo” representado pelo sindicalismo britânico significaria para a ordem política do país.¹²⁷ Assim, de acordo com Duriguetto, o neoliberalismo apresenta como meta “liberar o sistema político do excesso de democracia” para salvar a própria — reduzida a um entendimento estreito que a identifica com os “direitos civis”.¹²⁸

¹²⁵ ANDERSON, *op. cit.*, pp. 9-23.

¹²⁶ DURIGUETTO, *op. cit.*, pp. 74-78.

¹²⁷ ALENCAR, *op. cit.*, pp. 3-6.

¹²⁸ DURIGUETTO, *op. cit.*, p. 90.

Essas posições foram claramente expressas no relatório *The crisis of democracy*, publicado em 1975, ano em que Thatcher assumiu a liderança dos *tories*, pela Comissão Trilateral, um órgão composto por intelectuais dos Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental.¹²⁹ Citando Schumpeter nominalmente, bem como Alexis de Tocqueville, precursor do primeiro em mais de um século, os autores afirmam que a democracia, que eles formalmente defendem, não é autossustentável, possuindo “riscos intrínsecos” que são tão maiores quanto mais democrática for a sociedade: enquanto aumentam as demandas sobre o governo democrático, a capacidade deste de atendê-las entraria em estagnação. Esses “riscos intrínsecos” teriam personificação em diversos grupos sociais: a aristocracia, os militares, a classe média e a classe trabalhadora, essa última sobretudo por meio do socialismo revolucionário. Não é redundante fazer notar que a burguesia não é listada (na realidade, sequer é concebida como ator social no texto), o que reforça que o tipo de democracia que os autores vêem sob ameaça é precisamente aquela hegemonizada por esta classe.¹³⁰

Assim, os autores do relatório apresentam uma leitura do contexto dos anos 1970 em que apontam para um clima geral de pessimismo com a democracia (liberal-burguesa) nos países de capitalismo industrializado, associado a um outro pessimismo: com a economia. Ao buscarem explicar esse cenário, os autores concluem que a “feliz congruência de circunstâncias para a democracia” que teria marcado os 25 anos do pós-guerra nos “países trilaterais” (isto é, a congruência para uma hegemonia social em apoio ao Estado nominalmente democrático de tipo liberal-burguês) havia chegado ao fim.¹³¹ Em essência, argumentam, porque as expectativas das massas, que haviam aumentado naquele período com a instituição do Estado de bem-estar, não podiam mais ser atendidas, o que gerava o temido descontentamento popular. O quadro pintado pelos autores é o de tendências inflacionárias causadas pelo “inchaço do Estado”, resultante, por sua vez, da expansão democrática. Em suma, atribuem a crise econômica que ameaçaria a democracia ao excesso mesmo de democracia.

Não obstante, como antecipamos no primeiro parágrafo da introdução deste trabalho, os autores afirmam que a “ideologia baseada em classes” estaria em declínio, se não mesmo em vias de extinção.¹³² De forma contraditória com esse argumento, contudo, o relatório vê precisamente nos conflitos que a tradição marxista reconheceria como luta de classes o cerne

¹²⁹ HUNTINGTON, S; CROZIER, M; WATANUKI, J. **The Crisis of Democracy**. New York: NewYork Univ Press, 1975.

¹³⁰ Idem, pp. 6-8.

¹³¹ Idem, pp. 158-161.

¹³² Idem, pp. 160-163.

da “crise da democracia” do pós-guerra: a política democrática teria perdido seu propósito e se tornado mais uma arena para a afirmação de interesses conflitantes (aos nossos olhos, de classe) do que um esforço para a construção de propósitos em comum, na leitura dos autores a sua verdadeira finalidade, caracterizando-se por isso um cenário de “democracia anômica”.

Como sintoma dessa suposta anomia, os autores citam o enfraquecimento da autoridade de lideranças sindicais — enfraquecimento que, é importante ressaltar, eles entendem como algo negativo. Sendo a concepção de democracia dos autores orientada pela busca do consenso em detrimento do conflito atrelada à rejeição do engajamento popular, afirmam que o fortalecimento das lideranças sindicais em relação aos próprios sindicalizados seria positivo para o controle da atuação dos segundos e para a implementação de uma política salarial nacional, como exemplificado até então no caso britânico pelos esforços tanto dos conservadores de Heath como dos trabalhistas de Wilson, esse último em colaboração com parte dos líderes sindicais. A pretensão neoliberal de “romper com o poder dos sindicatos” apontada por Anderson não passava, ao menos na formulação da Comissão Trilateral, pela eliminação daqueles enquanto instituições (não de todos eles, pelo menos), mas, ao contrário, pela sua conversão em instituições de promoção do consenso ao invés do conflito.

Vocalizando ideias muito próximas daquelas contidas no documento, Thatcher liderou três governos majoritários conservadores sucessivos, estando à frente do partido em suas vitórias de 1979, 1983 e 1987. Em nenhum desses pleitos obteve maioria: o voto conservador jamais passou da marca dos 43%, correspondentes a algo entre 13 e 14 milhões de votos.¹³³ O fato de os conservadores terem obtido maioria parlamentar mesmo nessas condições se deve ao arcaísmo do sistema eleitoral britânico, que desde a expansão do voto popular entre o final do século XIX e o começo do XX não foi significativamente modificado: os parlamentares são eleitos em distritos em que vence o candidato mais votado; não há segundo turno, ranqueamento preferencial dos candidatos pelo eleitor ou muito menos representação proporcional. Esse sistema, também utilizado nos regimes parlamentaristas da Índia e do Canadá e no ramo legislativo dos Estados Unidos, é um forte incentivo ao bipartidarismo, já que a distorção que provoca premia os partidos maiores, penaliza a pluralidade e estimula o “voto útil”. Cada um dos três governos de Thatcher só foi possibilitado única e exclusivamente pela fratura do voto de oposição, dividido entre os trabalhistas, os liberal-democratas e a dissidência direitista do trabalhismo autodesignada

¹³³ Biblioteca da Câmara dos Comuns. <<https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-7529/>>, último acesso em 19/05/2025.

“social-democrata”. Apesar de desunidas e competindo entre si, todas essas forças se apresentavam como à esquerda ou “menos à direita” que Thatcher, de modo que entender o período em que ela esteve no poder como de hegemonia reacionária na sociedade britânica, como talvez pudesse ser dito sobre os EUA sob o presidente Reagan, é, no mínimo, impreciso. Se o Reino Unido adotasse um sistema eleitoral nos moldes encontrados em qualquer regime parlamentarista da Europa Continental já naquela época, Thatcher teria precisado formar uma coalizão para governar, para a qual mais provavelmente seriam abordados os liberal-democratas. Não era o caso, e o fato de que a primeira-ministra, mesmo apoiada apenas em uma minoria (expressiva) da sociedade, não precisou fazer concessões políticas significativas para governar, possibilitou o estilo de governança, digamos, enérgico da Dama de Ferro, epíteto que ela abraçou e converteu em sua marca pessoal.

A liderança de Thatcher foi uma das mais contestadas da história do Partido Conservador. Durante seu governo, ela recebeu críticas de figuras como o ex-primeiro-ministro Harold MacMillan (no cargo entre 1957-63), que, a respeito da postura de confrontação de Thatcher com os mineiros de carvão, afirmou o seguinte dentro do próprio Parlamento:

“Parte o meu coração ver — e não poder interferir — o que está acontecendo em nosso país hoje. Essa terrível greve, pelos melhores homens do mundo, que derrotaram os exércitos do Kaiser e de Hitler [ao sustentarem o esforço de guerra britânico com o seu trabalho] e nunca cederam. É desprovida de sentido e nós não podemos arcar com o custo desse tipo de coisa. Há ainda a crescente divisão de prosperidade comparativa no Sul e uma decadência no Norte e nas Midlands. Nós costumávamos ter batalhas e desentendimentos, mas elas eram apenas rugas. Agora há esse novo tipo de ódio repugnante que foi trazido de fora por diferentes tipos de pessoas.”¹³⁴

Ainda que de forma bastante sutil, MacMillan critica a política confrontacional de Thatcher, apelando à antiga preferência pela composição. Fica claro, portanto, que a ruptura que Thatcher buscava promover na forma de gerenciamento das relações de classe pelo conservadorismo britânico não eram nem de longe consensuais — embora tampouco tenham resultado em dissidência aberta entre os conservadores contra ela. Por mais céticos ou mesmo

¹³⁴ APPLE Jr, R. W. **MacMillan, at 90, Rouses the Lords**. The New York Times, 14 de novembro de 1984. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1984/11/14/world/macmillan-at-90-rouses-the-lords.html>>, último acesso em 29/04/2025, tradução nossa.

resistentes que a burguesia britânica e seus representantes políticos fossem em relação a Thatcher, não se movimentaram para construir alternativa a ela por dez longos anos.

Em uma breve nota no seu caderno de número 6, Gramsci comenta um artigo do historiador liberal britânico Ramsay Muir sobre a política do país, no qual Muir aparentemente argumenta que o sistema eleitoral britânico é responsável por impor uma ditadura partidária ao garantir maiorias artificiais a um dos partidos dominantes; Gramsci, por sua vez, acrescenta que a ditadura não é apenas partidária, mas tendente ao personalismo, com a presença no gabinete de “uma personalidade que exerce uma função bonapartista”.¹³⁵ Em favor do argumento de Gramsci, observamos que, em nome da Coroa, o primeiro-ministro britânico governa com supervisão bastante limitada pelo Parlamento, controlando a distribuição de cargos governamentais entre os seus membros e historicamente tendo até mesmo a faculdade de se sobrepor ao órgão ao “recomendar” ao monarca a data de sua dissolução (só após 2010 o primeiro-ministro perdeu esse poder, e o procedimento para a convocação de eleições antes do prazo estatutário de cinco anos passou a ser controlado pela própria Câmara dos Comuns). Uma concentração formal de poderes como essa não é atípica: em verdade, todas as constituições burguesas duradouras, sejam presidencialistas, parlamentaristas, híbridas ou de tipos mais exóticos, estabelecem mecanismos legais para que o executivo consiga conduzir “os interesses coletivos da burguesia” com considerável autonomia quando for necessário, sempre justificando essa autonomia em nome da “estabilidade” e da “governabilidade” e frequentemente investindo amplos poderes em uma única figura como o chefe de Estado e/ou de governo.

Mas consideramos que a autonomia relativa da qual gozava Thatcher em relação às classes sociais fundamentais, inclusive em relação à dominante, por ela representada, era excepcional mesmo para os padrões do executivo britânico, por uma série de razões: em virtude da incapacidade dos próprios parlamentares conservadores, por falta de projeto próprio, claro e coeso, de limitarem as iniciativas pessoais de Thatcher, ou da burguesia britânica de apresentar uma alternativa aos *tories*; em virtude da própria disposição da primeira-ministra para quebrar pactuações prévias, investir no confronto (inclusive com uso da força) e sustentar suas posições até forçá-las a seus opositores; e em virtude da ideologia sutil e dissimuladamente autoritária que orientava sua linha política. Nesse sentido, consideramos que Thatcher não apenas cumpria uma “função bonapartista” inerente a seu cargo, mas uma que era exacerbada pela conjuntura histórica, colocando-a ao lado de figuras

¹³⁵ GRAMSCI, *op. cit.*, p. 230.

históricas como os Napoleões que deram nome ao paradigma ao assumirem posições de liderança nacional “heroica” em tempos de crise, exercendo função “arbitral” diante de um acirramento do conflito de classes — no caso de Thatcher, como indicado pela ressurgência das greves na Grã-Bretanha na década de 1970, com a qual os governos de então não conseguiram lidar de forma adequada.¹³⁶ Fazemos essas considerações levando em conta o alerta de Gramsci de que “o cesarismo (a conceitualização gramsciana de cesarismo é intercambiável com a marxiana de bonapartismo, sendo uma tentativa de ampliar essa última para além da sociedade burguesa) é uma forma polêmico-ideológica e não um cânone de interpretação histórica.” Nesse sentido, a própria consagração (“polêmico-ideológica”) da designação de “Dama de Ferro”, por detratores e apoiadores, evidentemente contextualizada, como buscamos fazer aqui, acusa as semelhanças entre o papel histórico desempenhado por Thatcher e o que coube àqueles *strongmen*.

A abordagem de Gramsci sobre o tema nos permite ainda, a partir da análise histórica concreta, classificar o regime de Thatcher como exemplar de um “cesarismo regressivo”, assim como o de Napoleão III, em que, com “compromissos e limitações”, o papel do líder ajuda a força regressiva no confronto de classes a triunfar — em contraste com cesarismos “progressistas”, como os de Júlio César na antiga Roma e de Napoleão Bonaparte durante a Revolução Francesa, em que triunfaria, em termos relativos, a força progressista. Levando em conta que todo bonapartismo/cesarismo seria marcado pela dialética revolução-restauração, apenas com a preponderância de um desses elementos, sem jamais excluir o outro, cabe apontar aquilo que eles têm de comum: a preservação, ao menos existencial, da estrutura de classes, mesmo que a classe dominante seja forçada, no caso do cesarismo progressivo, a experimentar transformações que ela não aceitaria livremente, mas que se mostram necessárias, ao menos em algum nível, para preservar a sua própria existência no longo prazo, como percebido pelo líder que desempenha esse papel de força arbitrária, razão pela qual é aceito por aquela classe. Mas esse não é o caso de regimes claramente regressivos como o de Thatcher: aqui, a função de “arbítrio” não implica em forçar a força regressiva a realizar concessões, mas muito mais em virtude da incapacidade de essa força regressiva atuar de forma coesa sem uma liderança “forte” (como teria sido demonstrado pela queda de Heath em 1974); por sua vez, a igual incapacidade dos governos trabalhistas de Wilson e, especialmente, James Callaghan em lidar com o acirramento no conflito de classes inviabilizou uma arbitragem “progressiva” ou mais pactuada. Gramsci adverte ainda que, na

¹³⁶ GRAMSCI, *op. cit.*, nota 27, pp. 77-80.

sociedade moderna (burguesa), os cesarismos seriam marcados por uma peculiaridade: diferentemente do que teria sido exemplificado pela liderança de César ao fim da República Romana, modernamente não seria possível uma eventual “fusão” entre a força regressiva (burguesia) e a progressista (proletariado), em virtude da impossibilidade de conciliação permanente entre capital e trabalho. Essa colocação, que evidencia o caráter revolucionário do pensamento gramsciano, deve ser vista com cuidado: embora concordemos com ela no essencial, cabe fazer notar que Gramsci só conseguia prever a possibilidade de destruição da força regressiva pela progressista, mas não a situação inversa (mesmo porque lhe faltava o exemplo histórico). Acreditamos ter sido nisso que consistiu o papel histórico do regime de Thatcher: ele evidentemente não destruiu a classe trabalhadora da Grã-Bretanha “em si”, mas, quer concordemos ou não com o diagnóstico de “crise da consciência” feito por Hobsbawm, não podemos negar que o governo da primeira-ministra foi capaz de neutralizar a classe trabalhadora organizada do país enquanto força política, no mínimo pela próxima geração.

A respeito dos “compromissos e limitações” que equilibraram o caráter regressivo do governo de Thatcher, entendemos que eles eram pautados, de um lado, pela estratégia consciente da primeira-ministra e sua equipe de explorar as divisões no movimento de trabalhadores do país, de modo que os compromissos eram assumidos apenas com segmentos segregados da “força progressista”, contribuindo inclusive para potencializar as medidas regressivas impostas ao conjunto da classe, bem como aos segmentos que foram selecionados para o enfrentamento “sem compromisso”, notadamente os mineiros de carvão. Assim, evitando impor controles salariais universais altamente impopulares, como fizeram seus antecessores, Thatcher angariou, se não a adesão, ao menos o consenso passivo de setores importantes do sindicalismo enquanto rebaixava o nível geral dos salários. Da mesma forma, o NCB sob o indicado de Thatcher, MacGregor, priorizou o fechamento das minas de carvão de regiões menos remuneradas e mais militantes, em um compromisso provisório (rapidamente quebrado) com os mineiros de regiões mais produtivas, como Nottinghamshire, a fim de garantir sua não-adesão à greve.

Por outro lado, as medidas thatcheristas de austeridade e privatização e os incentivos à desindustrialização e ao desemprego foram limitados por alguns consensos que nem mesmo a primeira-ministra logrou romper: o NHS, maior conquista histórica do socialismo britânico, apesar de fragilizado, seguiu existindo.

Já com respeito aos limites políticos do thatcherismo, Hobsbawm o distingue do fascismo, afirmação com a qual concordamos, especialmente pela diferença em seu caráter de classe. Se por um lado este tipo de movimento explicitamente ultra-reacionário, ao assumir o

poder, também assumiu características bonapartistas/cesaristas, recebeu apoio burguês e tomou para si a tarefa de promover a acumulação do capital, por outro era fundado na política de *massas*, mesmo que profundamente antidemocrática e, segundo Hobsbawm, de base predominantemente da “classe média”, não do operariado braçal.¹³⁷ Já o thatcherismo jamais procurou incentivar engajamento de massas de qualquer tipo. Se tratava de um movimento fundamentalmente *burguês*: Thatcher foi eleita líder do Partido Conservador em uma época em que os eleitores não possuíam nenhuma influência direta no processo, que era decidido apenas pelos parlamentares do partido (notório, mesmo para um partido conservador, pela proeminência de figuras de extração social elevada, quando não mesmo aristocrática em casos como os de Churchill e Alec Douglas-Home). Além disso, o programa de Thatcher (inclusive em seus elementos políticos) foi elaborado a partir das formulações de economistas e *think-tanks*, que representavam uma visão fundamentalmente burguesa (embora de uma fração da burguesia que não necessariamente representava um consenso da classe à época), não uma formalização de demandas de sua base eleitoral — exceto nos elementos discursivos mais difusos, como ficará claro a partir da análise dos manifestos do partido que apresentamos nesse capítulo.

Quando Thatcher saiu do poder em 1990 não foi derrotada pelas urnas, mas por uma tardia rebelião dos parlamentares de seu próprio partido, em virtude de uma queda em sua popularidade — que nunca fora invejável mesmo para padrões britânicos — diante de sua política tributária e de sua resistência à integração europeia, essa última apoiada pela maioria dos políticos conservadores. Essa falta de consenso em torno da primeira-ministra não se devia apenas ao seu estilo de governança, mas talvez sobretudo ao fato de que sua postura confrontacional e intransigente foi utilizada para romper precisamente certos consensos cujo questionamento era tabu na política britânica do pós-guerra: o compromisso de manter o desemprego a níveis baixos, a estratégia de evitar confrontos abertos com o sindicalismo, o entendimento de que certas indústrias estratégicas deveriam ficar sob controle do Estado. Ideologicamente comprometida com o neoliberalismo, provavelmente mais do que qualquer estadista relevante do século XX, Thatcher insistiu em implementar as recomendações de seus formuladores de política econômica mesmo nos casos em que elas não convenciam nem à maioria dos operadores do capital. Mas sua própria permanência no poder e seu legado nas práticas de seus sucessores mostram que ela foi eventualmente bem-sucedida em convencê-los, ao menos em parte. Por essas razões, julgamos que Thatcher pode ser

¹³⁷ HOBBSAWM, *op. cit.* (1995), p. 125.

considerada uma personagem-chave na construção da hegemonia neoliberal, não apenas nos aparelhos privados de hegemonia que sustentam os regimes burgueses, a exemplo do seu Partido Conservador, mas no seio da própria burguesia.

2. Um discurso dissimulado: a agenda conservadora, o carvão e o emprego

Uma ode ao carvão. Os manifestos eleitorais dos conservadores elaborados enquanto Thatcher esteve à frente do partido, longe de anunciarem o desmonte da indústria de carvão que seria implementado pelos seus governos, apresentavam a indústria como um recurso nacional a ser preservado. Ainda em sua primeira página, o manifesto de 1979 saúda as reservas britânicas de carvão e os trabalhadores especializados do país (desse e de outros setores) como riquezas das quais o Reino Unido dispunha e só apesar das quais estava em declínio econômico:

“Essa eleição é sobre o futuro da Grã-Bretanha – um grande país que parece ter se desencaminhado. Esse é um país rico em recursos naturais, em **carvão**, petróleo, gás e terras férteis. É rico, também, em **recursos humanos, com habilidades profissionais** e de gestão do mais alto calibre, com grandes indústrias e firmas cujos trabalhadores estão no nível de quaisquer outros no mundo [...]”¹³⁸

No mesmo sentido, a existência das reservas de carvão é utilizada no manifesto como contra-argumento à justificativa do governo trabalhista para o cenário de crise econômica: a crise internacional do preço do petróleo, que para os conservadores poderia ser contornada com o recurso àquela fonte nacional de combustível fóssil.¹³⁹ Ao apresentar a posição conservadora diante da política energética do país, o manifesto dá novamente importância à mineração, afirmando que “Nós acreditamos que uma indústria de carvão competitiva e eficiente tem um papel importante no suprimento da demanda energética, juntamente com uma adequada contribuição da energia nuclear.”¹⁴⁰

Da mesma forma, ao tratarem da política energética em seu manifesto de reeleição de 1983, apesar de saudarem a exploração de petróleo no Mar do Norte e defenderem o

¹³⁸ DALE, Iain (editor). **Conservative Party general election manifestos 1900-1997**: with an introduction by Alistair B. Cooke. Routledge, Londres e Nova York, 2000, p. 265. Tradução e destaques nossos: “This election is about the future of Britain – a great country which seems to have lost its way. It is a country rich in natural resources, in coal, oil, gas and fertile farmlands. It is rich, too, in human resources, with professional and managerial skills of the highest calibre, with great industries and firms whose workers can be the equal of any in the world [...]”

¹³⁹ *Ibid.* p. 270.

¹⁴⁰ *Ibid.* p. 273. Tradução nossa: “We believe that a competitive and efficient coal industry has an important role in meeting energy demand, together with a proper contribution from nuclear power.”

desenvolvimento do programa de energia nuclear britânico, os conservadores afirmam que “Na próxima legislatura, os interesses de todo o país requerem que a massiva indústria de carvão britânica, da qual nós dependemos para o grosso da nossa geração de energia, retorne à viabilidade econômica.”¹⁴¹ Apesar de expor os planos do partido para a privatização de uma série de indústrias, o manifesto de 1983 nada diz a esse respeito sobre a do carvão, cuja privatização, uma década depois, quando apenas 16 minas continuavam em operação das 219 ativas no começo do governo Thatcher, seria a culminância do programa de desmonte implementado a partir dali.¹⁴²

Assim, em nenhuma parte dos dois manifestos eleitorais anteriores à greve de 1984-5 se insinua a devastação da indústria de carvão que seria concretizada a partir do segundo mandato de Thatcher. Em 1987, na primeira eleição geral realizada após a greve, os conservadores afirmavam que “O carvão vai continuar a suprir muito da demanda constantemente crescente por eletricidade”¹⁴³, e defendiam o legado da gestão Thatcher/MacGregor para o setor: “Desde 1983 a produtividade na indústria do carvão cresceu em mais de 50 por cento.”¹⁴⁴

Cabe apontar que, embora a historiografia indique que o programa de fechamentos de minas implementado pelo governo Thatcher não era orientado por nenhuma preocupação ambiental, o documento de 1983 dedica uma seção do texto ao controle da poluição, afirmando que “A pacífica aplicação de energia nuclear, se propriamente controlada (como sempre tem sido nesse país) será benéfica ao meio-ambiente tanto quanto à economia.”¹⁴⁵ Não há, contudo, como afirmamos, nenhuma insinuação no documento quanto à escala dos fechamentos de minas que se realizariam, de modo que, embora a plataforma eleitoral conservadora incorporasse ao menos textualmente alguns elementos do ambientalismo, os autores não se preocuparam, ao menos nestes textos, em empregar essa preocupação como justificativa para os fechamentos de minas.

Uma censura ao desemprego. No manifesto de 1979 encontramos uma resposta direta dos conservadores ao argumento grevista de que a preservação das minas implicava na preservação de postos de trabalho:

¹⁴¹ *Ibid.* p. 295. Tradução nossa: “In the next Parliament, the interests of the whole country require Britain’s massive coal industry, on which we depend for the overwhelming bulk of our electricity generation, to return to economic viability.”

¹⁴² BEYNON, Hudson, *op. cit.*, p. 138.

¹⁴³ DALE, *op. cit.*, p. 332. Tradução nossa: “Coal will continue to meet much of the steadily rising demand for electricity.”

¹⁴⁴ *Ibid.* p. 329. Tradução nossa: “Since 1983 productivity in the coal industry has risen by over 50 per cent.”

¹⁴⁵ *Ibid.* p. 306. Tradução nossa: “The peaceful application of nuclear energy, if properly controlled (as it always has been in this country), will be beneficial to the environment as well as to the economy.”

“Muita ênfase tem sido posta em tentativas de preservar postos de trabalho existentes. Nós temos que nos concentrar mais na criação de condições em que trabalhos novos, mais modernos, mais seguros e mais bem pagos venham a existir. Essa é a melhor forma de ajudar os desempregados e aqueles ameaçados pela perda de seus empregos no futuro. [...] É claro, o governo pode ajudar a facilitar a mudança industrial naquelas regiões que dependem de indústrias mais velhas e em declínio. Nós não propomos mudanças súbitas e agudas nas medidas agora em vigor. No entanto, há um argumento forte para relacionar a assistência governamental a projetos mais intimamente ao número de empregos que eles criam.”¹⁴⁶

De forma semelhante, o manifesto de 1983 afirma que “Nós continuaremos a manter uma política regional efetiva, o que é essencial para facilitar o processo de mudança e encorajar novos negócios em áreas que têm dependido de indústrias em declínio.”¹⁴⁷ Não obstante, o que a historiografia aponta é precisamente o caráter abrupto dos fechamentos de minas e os seus profundos impactos sociais e econômicos nas regiões diretamente afetadas.

Ainda com respeito ao desemprego, o que observamos é que ele foi reconhecido pelos conservadores, ao menos textualmente, como um dos principais problemas a serem combatidos no país. O manifesto de 1983 é aberto por um trecho de autoria da própria Thatcher com a afirmação de que o desemprego é uma das três prioridades do governo conservador: “Nós encaramos três desafios: a defesa do nosso país, o emprego do nosso povo e a prosperidade da nossa economia.”¹⁴⁸ Ainda no manifesto daquele ano a matéria é novamente abordada como central:

“O problema universal do nosso tempo, e o mais intratável, é o desemprego./A resposta não está em falsos contratos sociais e em gasto governamental excessivo. Ambos, no fim, destroem empregos. O único caminho para uma redução duradoura do desemprego é fazer os produtos certos pelos preços certos, apoiados por bons serviços. O papel do governo é manter

¹⁴⁶ *Ibid.* pp. 271-272. Tradução nossa: “Too much emphasis has been placed on attempts to preserve existing jobs. We need to concentrate more on the creation of conditions in which new, more modern, more secure, better paid jobs come into existence. This is the best way of helping the unemployed and those threatened with the loss of their jobs in the future. [...] Of course, government can help to ease industrial change in those regions dependent on older, declining industries. We do not propose sudden, sharp changes in the measures now in force. However, there is a strong case for relating government assistance to projects more closely to the number of jobs they create.”

¹⁴⁷ *Ibid.* p. 294. Tradução nossa: “We shall continue to maintain an effective regional policy which is essential to ease the process of change and encourage new businesses in areas which have been dependent on declining industries.”

¹⁴⁸ *Ibid.* p. 285. Tradução nossa: “We face three challenges: the defence of our country, the employment of our people, and the prosperity of our economy.”

a inflação baixa e oferecer incentivos reais ao empreendimento. Na medida em que recuperamos consumidores, recuperamos também empregos.”¹⁴⁹

Essa argumentação, no entanto, entra em contradição com um outro aspecto da argumentação conservadora sobre a economia: a de que as indústrias sofriam de um “excesso” de mão de obra. O manifesto de 1983 afirma que:

“Quando nós assumimos o governo em maio de 1979, nosso país estava sofrendo de uma crise tanto econômica como moral. A indústria britânica não era competitiva, era excessivamente taxada, excessivamente regulada e **excessivamente cheia de trabalhadores** [*over-manned*].”¹⁵⁰

O termo apareceria novamente no manifesto de 1987, como um mal superado pelo governo e que não se deveria permitir que retornasse: “Nada destruiria indústrias inteiras mais efetivamente do que um retorno ao **volume excessivo de trabalhadores** [*overmanning*] e às práticas restritivas dos anos 1970.”¹⁵¹

Na tentativa de contornar essa contradição, os conservadores apostam no argumento de que somente com a modernização tecnológica se poderia combater o problema do desemprego de forma consistente:

“Ao mesmo tempo, o mundo ocidental está passando por outra transformação da era da chaminé para a era do microchip. Indústrias tradicionais estão sendo transformadas por novas tecnologias. Essas mudanças levaram a um rápido aumento no desemprego em quase todo país ocidental./Nossos oponentes afirmam que eles poderiam abolir o desemprego imprimindo ou pegando emprestados milhões de libras. Esse é um engano cruel. Os planos deles conduziram a uma crise econômica muito mais selvagem que a última; uma crise que iria, rapidamente, trazer mais desemprego na sua esteira./A verdade é que o desemprego, na Grã-Bretanha como em outros países, só pode ser avaliado e então reduzido por meio de uma constante e paciente reconstrução da economia de modo que produza os bens e serviços que pessoas desejem comprar, a preços que possam pagar.”¹⁵²

¹⁴⁹ Idem. Tradução nossa: “The universal problem of our time, and the most intractable, is unemployment./The answer is not bogus social contracts and government overspending. Both, in the end, destroy jobs. The only way to a lasting reduction in unemployment is to make the right products at the right prices, supported by good services. The Government’s role is to keep inflation down and offer real incentives for enterprise. As we win back customers, so we win back jobs.”

¹⁵⁰ *Ibid.* p. 286. Tradução nossa: “When we came to office in May 1979, our country was suffering both from an economic crisis and a crisis of morale. British industry was uncompetitive, over-taxed, over-regulated and over-manned.”

¹⁵¹ *Ibid.* p. 329. Tradução e destaque nossos: “Nothing would destroy whole industries more effectively than a return to the overmanning and restrictive practices of the 1970s.”

¹⁵² *Ibid.* p. 286. Tradução nossa: “At the same time, the Western world is passing through another transformation from the age of the smokestack to the era of the microchip. Traditional industries are being transformed by the

Já em seu manifesto de 1987 os conservadores pintam um quadro colorido da questão do desemprego, afirmando que o país estava se recuperando do problema e criando mais empregos que a média europeia. Como vimos, a realidade foi a de uma piora deliberada nos indicadores de desemprego do país, para a qual contribuiu de forma significativa os fechamentos de postos de trabalho nas minas de carvão.

A argumentação conservadora, no intuito de ofuscar a associação óbvia entre desindustrialização e desemprego, desloca o problema, como de praxe, para a esfera do indivíduo, afirmando que “O trabalho de autônomos é a semente das novas empresas de amanhã.”¹⁵³

Já a respeito das negociações salariais, o manifesto de 1979 afirmava que “A Grã-Bretanha é um país com salários baixos porque nós temos constantemente nos tornado menos eficientes, menos produtivos, menos confiáveis e menos competitivos.”¹⁵⁴ Nesse sentido, o texto desloca a responsabilidade pelos baixos salários das relações entre capital e trabalho para o “estado geral” da economia britânica, buscando assim estabelecer uma identidade de interesses entre empregadores e empregados e apresentar as construções coletivas como inimigas de ambos. É no mesmo sentido que o plano econômico do manifesto é apresentado sob o título de “um país mais próspero”.

3. O indivíduo contra o sindicato

Já na introdução do manifesto conservador de 1979 (também um trecho de autoria da própria Thatcher) é estabelecida uma dicotomia entre o indivíduo e o Estado, típica do pensamento neoliberal que orientava a campanha. O Partido Conservador se proclamava claramente ao lado do primeiro elemento desta dicotomia e em oposição ao segundo:

“Ninguém que tenha vivido nesse país durante os últimos cinco anos deixará de perceber como o equilíbrio da nossa sociedade tem sido cada vez mais voltado para o Estado às custas

new technologies. These changes have led to a rapid rise in unemployment in almost every Western country./Our opponents claim that they could abolish unemployment by printing or borrowing thousands of millions of pounds. This is a cruel deceit. Their plans would immediately unleash a far more savage economic crisis than their last; a crisis which would, very soon, bring more unemployment in its wake./The truth is that unemployment, in Britain as in other countries, can be checked and then reduced only by steadily and patiently rebuilding the economy so that it produces the goods and services which people want to buy, at prices they can afford.”

¹⁵³ *Ibid.* p. 327. Tradução nossa: “Self-employment is the seedcorn of the new enterprises of tomorrow.”

¹⁵⁴ *Ibid.* p. 270. Tradução nossa: “Britain is a low-paid country because we have steadily become less efficient, less productive, less reliable and less competitive.”

da liberdade individual. Essa eleição pode ser a última chance que nós temos de reverter esse processo, de restaurar o equilíbrio de poder em favor das pessoas.”¹⁵⁵

Ainda que não fossem parte do Estado, os sindicatos eram entendidos nessa equação como igualmente em oposição ao indivíduo, e dessa forma atacados. Nas palavras empregadas no manifesto conservador de 1979, “Com frequência os sindicatos são dominados por um punhado de extremistas que não refletem as visões de senso comum da maioria dos sindicalizados.”¹⁵⁶

Na argumentação conservadora, o principal elo entre Estado e sindicato, tidos como sócios na oposição aos direitos e interesses individuais, era o Partido Trabalhista, seu principal rival eleitoral. Assim, ao apresentar sua esperada crítica do governo presidido por este partido, então na chefia do executivo através da figura de Callaghan, o mesmo manifesto conservador elenca como um dos três principais erros dos trabalhistas um suposto empoderamento do movimento sindical:

“[...] ao empilhar privilégios sem responsabilidade aos sindicatos, os trabalhistas deram a uma minoria de extremistas o poder de abusar das liberdades individuais e frustrar as chances de sucesso da Grã-Bretanha. Um resultado é que o movimento sindical, que brotou de um genuíno sentimento amigável pela irmandade entre os homens, é hoje menos confiado e mais temido do que nunca.”¹⁵⁷

Essa descrição integra o quadro cataclísmico da situação britânica pintado no documento, que afirma que “Em alguns momentos essa sociedade parecia estar à beira da desintegração.”¹⁵⁸ Certamente as greves de mineiros de 1972 e 1974 estão entre os momentos que o trecho espera despertar na memória do leitor como representativos desse quase colapso civilizacional. Como relatamos no primeiro capítulo, a última dessas greves teve como consequência a convocação, pelo então primeiro-ministro conservador Edward Heath, de eleições gerais, perdidas pelos conservadores e precipitando a ascensão de Thatcher. Nesse sentido, a imagem da “desintegração societária” associada ao período em que deixaram o

¹⁵⁵ *Ibid.* p. 265. Tradução nossa: “No one who has lived in this country during the last five years can fail to be aware of how the balance of our society has been increasingly tilted in favour of the State at the expense of individual freedom. This election may be the last chance we have to reverse that process, to restore the balance of power in favour of the people.”

¹⁵⁶ *Ibid.* p. 269. Tradução nossa: “Too often trade unions are dominated by a handful of extremists who do not reflect the common-sense views of most union members.”

¹⁵⁷ *Ibid.* p. 266. Tradução nossa: “[...] by heaping privilege without responsibility on the trade unions, Labour have given a minority of extremists the power to abuse individual liberties and to thwart Britain’s chances of success. One result is that the trade union movement, which sprang from a deep and genuine fellow-feeling for the brotherhood of man, is today more distrusted and feared than ever before.”

¹⁵⁸ *Ibid.* p. 266. Tradução nossa: “At times this society seemed on the brink of disintegration.”

poder consiste em um recurso dos conservadores para que apresentassem a si próprios como restauradores de um equilíbrio supostamente rompido em favor do movimento sindical.

Dessa forma, o mesmo manifesto de 1979 apresenta como a primeira das suas cinco tarefas fundamentais: “Restaurar a saúde da nossa vida econômica e social, controlando a inflação e atingindo um **equilíbrio justo** entre os direitos e deveres do movimento sindical.”¹⁵⁹

A mesma terminologia se repete no manifesto de 1983:

“o governo conservador tem superado os problemas fundamentais da Grã-Bretanha: restaurar a solidez do dinheiro, **estabelecer um melhor equilíbrio entre sindicatos e o resto da sociedade**, trazer eficiência às indústrias nacionais e desenvolver políticas eficazes para mitigar a maldição do desemprego.”¹⁶⁰

Observamos que o manifesto estabelece não apenas uma oposição entre indivíduo e sindicato, mas também entre os sindicatos e o “resto da sociedade”, de modo que o desequilíbrio descrito pelos documentos implicava não apenas em um (suposto) ganho de poder das instituições frente a indivíduos, mas também de um segmento da sociedade em relação a outros. Esse “resto da sociedade” é deliberadamente deixado vago, sugerindo uma identificação mais fácil do eleitorado (sindicalizado ou não) com esse campo amplo do qual o sindicalismo é apresentado como desviante.

A proposta conservadora de “reforma” da estrutura sindical britânica ocupa uma seção inteira do manifesto de 1979 (páginas 268 a 270), em que é apresentada uma visão de que o papel dos sindicatos deve ser de cooperação com o governo e os empregadores, já que, supostamente, toda a sociedade teria o mesmo interesse de fundo no crescimento econômico:

“Sindicatos livres podem florescer em uma sociedade livre. Um movimento sindical forte e responsável pode desempenhar um grande papel na nossa recuperação econômica. Nós não podemos continuar, ano após ano, a nos dividir em disputas trabalhistas amargas e calamitosas. Sobre concretizar a recuperação econômica nós devemos estar todos do mesmo lado. O governo e o público, gestão e sindicatos, empregadores e empregados, todos têm um interesse comum em elevar a produtividade e os lucros [!], assim incrementando o

¹⁵⁹ Idem. Tradução e destaque nossos: “To restore the health of our economic and social life, by controlling inflation and striking a fair balance between the rights and duties of the trade union movement.”

¹⁶⁰ *Ibid.* p. 287. Tradução e destaque nossos: “the Conservative Government has been overcoming Britain’s fundamental problems: restoring sound money, setting a better balance between trade unions and the rest of society, bringing efficiency to the nationalised industries, and developing effective policies to mitigate the curse of unemployment.”

investimento e o emprego e melhorando as condições de vida para todos em uma economia de alta produtividade, altos salários e baixos impostos.”¹⁶¹

Esta posição contrasta diretamente com a leitura de “guerra de classes” feita por Arthur Scargill. Enquanto o sindicalista via a oposição de interesses entre os sindicatos e seus adversários como uma inerência do sistema capitalista de produção, em linha com a sua visão de mundo socialista, os conservadores apresentavam os conflitos sindicais como uma disfuncionalidade da ordem social.

Com respeito, por exemplo, à prática de piquetes, que teria papel central na estratégia dos grevistas de 1984-5, o manifesto de 1979 afirma que:

“Os trabalhadores envolvidos em uma disputa devem ter o direito de tentar persuadir pacificamente outros a os apoiarem através de piquetes, mas nós acreditamos que esse direito deve ser limitado àqueles em disputa realizando piquetes em seu próprio local de trabalho.”¹⁶²

Ora, visto que a greve de 1984-5 foi marcada por divisões regionais, o sucesso da mobilização dependia da tática de piquetes móveis, em que um grupo de trabalhadores de uma região majoritariamente grevista, onde a realização de piquetes seria supérflua, se deslocavam para aquelas em que a adesão dos trabalhadores à greve estava em disputa, como Nottinghamshire, para onde se encaminhavam piquetes originados da vizinha Yorkshire. Com base no argumento de que piquetes deveriam ficar restritos ao local de trabalho dos grevistas, o governo justificaria a dura repressão da greve.

De volta à oposição entre indivíduo e instituições, cabe apontar que o discurso conservador estabelece uma oposição entre o movimento operário e o trabalhador individualmente considerado. No manifesto do partido de 1979, é criticada, por exemplo, a expansão, sob os governos trabalhistas, de arranjos de *closed shop*, em que a filiação sindical é requisito para a contratação em determinada indústria.¹⁶³ Contra a força que este tipo de arranjo confere aos sindicatos, os conservadores advogam pelo direito de recurso às instâncias judiciais do trabalhador “arbitrariamente” expulso do sindicato. Dessa forma,

¹⁶¹ *Ibid.* p. 268. Tradução nossa: “Free trade unions can only flourish in a free society. A strong and responsible trade union movement could play a big part in our economic recovery. We cannot go on, year after year, tearing ourselves apart in increasingly bitter and calamitous industrial disputes. In bringing about economic recovery, we should all be on the same side. Government and public, management and unions, employers and employees, all have a common interest in raising productivity and profits, thus increasing investment and employment, and improving real living standards for everyone in a high-productivity, high-wage, low-tax economy.”

¹⁶² *Ibid.* p. 268. Tradução nossa: “Workers involved in a dispute have a right to try peacefully to persuade others to support them by picketing, but we believe that right should be limited to those in dispute picketing at their own place of work.”

¹⁶³ *Ibid.* pp. 268-269.

buscavam reivindicar para o Estado a faculdade de intervir nas relações entre os trabalhadores individuais e as instituições do movimento de trabalhadores, como garantidor dos direitos dos primeiros frente às segundas. Seria seguindo essa lógica que o governo questionaria a própria legitimidade tanto da greve de 1984-5 como da tática de piquetes amplamente empregada no seu decurso.

Insistindo na individualização dos trabalhadores como mecanismo argumentativo para estabelecer uma oposição entre eles e seu movimento organizado, ainda no manifesto de 1979 os conservadores afirmavam que “Cada trabalhador sindicalizado deveria ser livre para registrar suas decisões como qualquer eleitor tem feito nos últimos cem anos em eleições parlamentares, sem outros olhando e tomando nota”,¹⁶⁴ questionando, assim, o caráter democrático do processo decisório interno dos sindicatos. Cinco anos depois, seria precisamente a falta de um voto nacional dos mineiros de carvão para decidir pela greve o principal argumento utilizado pelo governo conservador para questionar (inclusive judicialmente) sua legitimidade e legalidade.

Em 1983, o Partido Conservador igualmente se apresenta como defensor das liberdades dos trabalhadores individualmente considerados contra a pressão dos sindicatos:

“Consultas ao *Green Paper* confirmaram que há inquietação disseminada sobre como o direito de trabalhadores sindicalizados individuais de não pagar o imposto político opera na prática, através do sistema de terceirização. Nós pretendemos convidar o TUC a discutir medidas que os próprios sindicatos podem tomar para garantir que sindicalizados individuais são livre e efetivamente capazes de decidir por conta própria quanto a pagar ou não o imposto político. No caso de os sindicatos não se disporem a tomar tais medidas, o governo estará preparado para introduzir medidas para garantir o livre e efetivo direito de escolha.”¹⁶⁵

Nesse sentido, o documento de 1983 apresenta uma lista de medidas a serem implementadas para enquadrar os sindicatos, colocando-os no seu devido lugar da sociedade segundo a visão conservadora — que não chega a advogar pela sua extinção, iniciando o trecho de forma elogiosa ao sindicato enquanto abstração, descrevendo o papel que ele deveria idealmente desempenhar na sociedade:

¹⁶⁴ *Ibid.* p. 269. Tradução nossa: “Every trade unionist should be free to record his decisions as every voter has done for a hundred years in parliamentary elections, without others watching and taking note”

¹⁶⁵ *Ibid.* p. 289. Tradução nossa: “Consultations on the Green Paper have confirmed that there is widespread disquiet about how the right of individual trade union members not to pay the political levy operates in practice, through the system of contracting-out. We intend to invite the TUC to discuss the steps which the trade unions themselves can take to ensure that individual members are freely and effectively able to decide for themselves whether or not to pay the political levy. In the event that the trade unions are not willing to take such steps, the Government will be prepared to introduce measures to guarantee the free and effective right of choice.”

“No retorno a uma prática de negociação salarial mais sensível, os sindicatos tem um papel importante a desempenhar./Eles podem ser instrumentos poderosos para o bem ou para o mal, para promover o progresso ou impedir a mudança, para criar novos empregos ou para destruir os existentes. Todos nós temos como interesse vital assegurar que esse poder seja usado democrática e responsavelmente./Tanto os sindicalizados como o público geral celebrou os Atos Sobre Emprego de 1980 e 1982, que limita a realização secundária de piquetes, encoraja votações secretas, restringe o abuso da *closed shop* e restaura direitos de reparação contra sindicatos responsáveis pelo cometimento de atos ilícitos../Mas alguns líderes sindicais ainda cometem abusos de poder contra os desejos de seus sindicalizados e contra os interesses da sociedade. Nosso *Green Paper* de 1982, *Democracy in Trade Unions*, aponta o caminho para dar aos sindicalizados controle sobre seus sindicatos. Nós devemos dar aos sindicalizados o direito de: • realizar votações para a eleição do corpo diretivo dos sindicatos; • decidir periodicamente se seus sindicatos devem ter fundos políticos partidários./Nós também devemos refrear a imunidade legal dos sindicatos para realizar greves sem prévia aprovação daqueles interessados através de votações secretas e justas.”¹⁶⁶

No mesmo sentido, o manifesto conservador de 1987 afirma que “Na próxima legislatura nós protegeremos os direitos de sindicalizados individuais.”¹⁶⁷ Para o pleito daquele ano, os conservadores apresentam uma robusta lista de medidas a serem implementadas por meio de novas legislações exatamente no sentido de minar a força dos sindicatos em favor de seus membros individualmente considerados, que reproduzimos a seguir:

“empoderar sindicalizados individuais para impedir seus sindicatos de colocá-los em greve sem antes realizar uma votação secreta com os sindicalizados;/proteger sindicalizados individuais de ação disciplinar se eles se recusarem a participar de uma greve da qual eles discordam;/assegurar que todos os membros do corpo diretivo dos sindicatos sejam eleitos em votação secreta ao menos uma vez a cada cinco anos;/fazer de votações postais

¹⁶⁶ *Ibid.* pp 288-289. Tradução nossa: “In the return to more sensible pay bargaining, the trade unions have an important part to play./They can be powerful instruments for good or harm, to promote progress or hinder change, to create new jobs or to destroy existing ones. All of us have a vital interest in ensuring that this power is used democratically and responsibly./Both trade union members and the general public have welcomed the 1980 and 1982 Employment Acts, which restrain secondary picketing, encourage secret ballots, curtail abuse of the closed shop, and restore rights of redress against trade unions responsible for committing unlawful acts./But some trade union leaders still abuse their power against the wishes of their members and the interests of society. Our 1982 Green Paper, *Democracy in Trade Unions*, points the way to give union members control over their own unions. We shall give union members the right to: • hold ballots for the election of governing bodies of trade unions; • decide periodically whether their unions should have party political funds./We shall also curb the legal immunity of unions to call strikes without the prior approval of those concerned through a fair and secret ballot.”

¹⁶⁷ *Ibid.* p. 323. Tradução nossa: “In the next Parliament we will protect the rights of individual trade union members.”

supervisionadas de forma independente compulsórias para tais eleições;/limitar ainda mais o abuso da *closed shop* provendo proteção contra a demissão injusta de trabalhadores não sindicalizados, e remover qualquer imunidade legal da ação trabalhista para estabelecer ou fazer valer a *closed shop*;/prover novas salvaguardas para o uso de fundos sindicais;/estabelecer um novo comissário sindical com o poder de **ajudar sindicalizados individuais a fazer valer seus direitos fundamentais**.”¹⁶⁸

Apesar de centrar o argumento em defesa de procedimentos de votação formais para autorização de greves, o manifesto deixa transparecer que essa argumentação tem como objetivo constranger a sua realização a fim de torná-las menos frequentes: “A proposta de limitar a imunidade na ausência de votações antes da greve reduzirá o risco de greves nos serviços essenciais.”¹⁶⁹

Essa deslegitimação *tout court* das greves aparece de forma incidental nos textos dos manifestos do partido, como no trecho a seguir do manifesto de 1983: “Até a **greve fútil** do ano passado [dos profissionais de saúde], as listas de espera para tratamentos vinham caindo drasticamente.”¹⁷⁰ Assim, os conservadores apresentam uma crítica direta à greve enquanto ferramenta legítima à disposição do trabalhador, afirmando que havia um excesso delas nas disputas trabalhistas britânicas e, no documento de 1979, que “As greves são com demasiada frequência uma arma de primeiro ao invés de último recurso”.¹⁷¹

No mesmo sentido, na sua pregação contra as indústrias nacionalizadas, o manifesto de 1983 as associa diretamente a greves, algo que vê como um demérito:

“A nacionalização não melhora a satisfação do empregado, a segurança do emprego ou as relações trabalhistas – quase todas as greves sérias nos últimos anos têm ocorrido em

¹⁶⁸ *Ibid.* pp. 323-324. Tradução nossa: “empower individual members to stop their unions calling them out on strike without first holding a secret ballot of members;/protect individual members from disciplinary action if they refuse to join a strike they disagree with;/ensure that all members of trade union governing bodies are elected by secret ballot at least once every five years;/make independently supervised postal ballots compulsory for such elections;/limit further the abuse of the closed shop by providing protection against unfair dismissal for all non-union employees, and removing any legal immunity from industrial action to establish or enforce a closed shop;/provide new safeguards on the use of union funds;/establish a new trade union commissioner with the power to help individual trade unionists to enforce their fundamental rights.”

¹⁶⁹ *Ibid.* p. 289. Tradução nossa: “The proposal to curb immunity in the absence of pre-strike ballots will reduce the risk of strikes in essential services.”

¹⁷⁰ *Ibid.* p. 298. Tradução nossa: “Until last year’s futile strike [dos profissionais de saúde], waiting lists for treatment fell sharply.”

¹⁷¹ *Ibid.* p. 269. Tradução nossa: “Strikes are too often a weapon of first rather than last resort.”

indústrias e serviços estatais. Nós também vimos como o fardo de financiar indústrias estatais manteve os impostos e o endividamento público mais altos do que o necessário.”¹⁷²

Ainda que não sejam explicitamente mencionados, os mineiros de carvão, por representarem tanto uma das principais indústrias estatais como uma das principais forças do sindicalismo do país, são evidentemente implicados nessa avaliação.

O manifesto de 1987, aberto com uma celebração das conquistas do governo conservador ao longo dos dois mandatos anteriores, inclui explicitamente entre essas conquistas a redução da força dos sindicatos e da incidência de greves: “Na Grã-Bretanha de hoje, o número de greves caiu para os níveis mais baixos em 50 anos.”¹⁷³ As demonstrações de força sindical são incluídas no cenário de um passado superado do país, e que “Parece em retrospecto se tratar da história de outro país.”¹⁷⁴ Já a greve dos mineiros é listada como um dos desafios em cuja superação o governo foi bem-sucedido:

“A greve de um ano do setor de carvão, com sua violência e intimidação em escala massiva. Ela falhou e desde então a produtividade do carvão disparou”¹⁷⁵

O texto busca apresentar essa “conquista” como um elemento de distinção positiva do partido, apresentado assim como defensor dos direitos individuais contra a ameaça do sindicalismo, questionando qual seria a postura de seus opositores na mesma situação:

“Alguém supõe que o Partido Trabalhista teria resistido, ou quem dirá derrotado, a violência e a intimidação da greve do carvão?”¹⁷⁶

Essa celebração de uma vitória contra os mineiros contrasta com a leitura de Scargill, exposta no primeiro capítulo, de que, a despeito do desfecho, a greve em si mesma consistia em uma vitória para o movimento de trabalhadores. Aqui não se trata de debater quem “venceu” a greve; é evidente que o governo conseguiu atingir seu objetivo estratégico, ao passo que os grevistas não. No entanto, cabe apontar que a leitura de que a greve em si mesma consistiu em uma vitória só é possível a partir de uma perspectiva societária que

¹⁷² *Ibid.* p. 291. Tradução nossa: “Nationalisation does not improve job satisfaction, job security or labour relations – almost all the serious strikes in recent years have been in state industries and services. We have also seen how the burden of financing the state industries has kept taxes and government borrowing higher than they need have been.”

¹⁷³ *Ibid.* p. 314. Tradução nossa: “In Britain today, the number of strikes has dropped to the lowest levels for 50 years.”

¹⁷⁴ *Idem.* Tradução nossa: “It seems in retrospect to be the history of another country.”

¹⁷⁵ *Ibid.* p. 315. Tradução nossa: “The year-long coal strike, with its violence and intimidation on a massive scale. It failed and mining productivity has since soared.”

¹⁷⁶ *Ibid.* *Idem.* Tradução nossa: “Does anyone suppose that the Labour Party would have resisted, let alone defeated, the violence and intimidation in the coal strike?”

enxergue nas greves um mecanismo de agência popular, e não apenas legítimo como necessário sob um modo de produção assentado na exploração do trabalho pelo capital. A perspectiva conservadora, pelo contrário, é construída com vistas à deslegitimação desse tipo de mecanismo. Em sua leitura, portanto, a própria existência da greve, celebrada por Scargill, foi um infortúnio, de modo que, ao saudarem a “derrota” dos mineiros, o que os conservadores buscavam era, também, reforçar a noção de que a mobilização fora superada, e apagar a proposta de Scargill de continuidade da luta pelo carvão.

Percebemos que com o passar dos anos o discurso conservador a respeito dos sindicatos evoluiu, tornando-se menos tímido e mais virulento em sua oposição à organização de trabalhadores. Assim, diferentemente dos manifestos anteriores, que ainda consideram um papel positivo dos sindicatos na colaboração para com a gestão industrial, na seção dedicada ao tema do manifesto de 1987, embora não haja um chamado à sua extinção, eles são apresentados unicamente como antagônicos aos direitos individuais dos seus sindicalizados, sendo a política sindical defendida aquela que mais reduzir o poder dessas organizações:

“Não é só em relação ao governo, no entanto, que o direito do povo à escolha e à independência deve ser salvaguardado e estendido. Grandes instituições sociais podem algumas vezes se tornar demasiadamente poderosas e cessar de representar os seus membros, negando-lhes qualquer controle sobre as decisões tomadas em seu nome e até mesmo os forçando a agir contra seus próprios interesses. Esse era o caso com os sindicatos antes de 1979./Desde então, reformas levadas a cabo pelos conservadores repararam o equilíbrio entre o indivíduo e seu sindicato, prevenindo a coerção da maioria por ativistas e militantes. Essas medidas altamente bem-sucedidas e populares encorajaram a democracia nos sindicatos, contiveram os abusos de ações e realizações de piquetes secundários, reverteram o crescimento das *closed shops*, restauraram o direito de reparação contra sindicatos agindo ilegalmente e removeram a imunidade de sindicatos para convocar greve sem uma votação justa.”¹⁷⁷

Os manifestos do partido possuem uma linguagem que deslegitima as lutas de trabalhadores também sob outros pontos de vista. O texto de 1983 afirma, por exemplo, que

¹⁷⁷ *Ibid.* p. 323. Tradução nossa: “It is not only in relation to government, however, that people’s right to choice and independence must be safeguarded and extended. Great social institutions can sometimes become too powerful and cease to represent their members, denying them any control over the decisions taken in their name and even forcing them to act against their own interests. That was the case with trade unions before 1979./Since then, Conservative reforms have redressed the balance between the individual and his union, preventing coercion of the majority by activists and militants. These highly successful and popular measures have encouraged democracy within the unions, restrained the abuses of secondary action and picketing, reversed the growth of closed shops, restored the rights of redress against unions acting unlawfully and removed the immunity of unions that call a strike without a fair ballot.” (p. 323)

reivindicações salariais “absurdas” levaram à destruição de muitos postos de trabalho¹⁷⁸, em uma inversão no mínimo ousada do problema do desemprego. O manifesto daquele ano contrapõe ainda os sindicatos e a inovação tecnológica:

“Ao mesmo tempo, tem havido uma rápida migração dos empregos das velhas indústrias para as novas, concentradas nos serviços e em novas tecnologias. Com frequência isso tem atrasado e reduzido os empregos novos e mais bem pagos que poderiam substituir aqueles que foram perdidos.” (p. 290)¹⁷⁹

Em contrapartida, o manifesto de 1987 apresenta a introdução de nova tecnologia como resultado da cooperação da gestão com a força de trabalho para benefício mútuo, parte da argumentação dos documentos no sentido de borrar as fronteiras entre uma identidade dos trabalhadores construída em distinção daquela da classe dominante.¹⁸⁰ O seguinte trecho do manifesto de 1983 é explícito quanto a isso:

“Nós devemos resistir às tentativas atuais de impor rígidos sistemas de relação entre empregador e empregado na Grã-Bretanha. Nós continuaremos a encorajar os trabalhadores a se identificarem com o sucesso da firma em que eles trabalham, pela promoção da posse de ações e partilha dos lucros.”¹⁸¹

Como veremos em mais detalhes a seguir, o meio como o discurso conservador busca construir uma identificação entre os interesses dos trabalhadores e os da burguesia era promover uma identificação dos cidadãos britânicos não como trabalhadores, mas como detentores de “capital” — isto é, de propriedades como ações nas empresas em que trabalhavam ou a casa própria, que aparece como política recorrente nos três manifestos conservadores analisados.

4. A lei e a “democracia” contra a agência dos subalternos

O império da lei. Os manifestos eleitorais conservadores do período analisado dão grande destaque a uma tarefa que consideram necessária ao país, e à qual o documento de

¹⁷⁸ *Ibid.* p. 288.

¹⁷⁹ *Ibid.* p. 290. Tradução nossa: “At the same time, there has been a rapid shift of jobs from the old industries to the new, concentrated on services and the new technologies. Tragically, trade unions have often obstructed these changes. All too often this has delayed and reduced the new and better-paid jobs which could replace those that have been lost.”

¹⁸⁰ *Ibid.* p. 323.

¹⁸¹ *Ibid.* pp. 289-290. Tradução nossa: “We shall resist current attempts to impose rigid systems of employer/employee relations in Britain. We will continue to encourage workers to identify with the success of the firm for which they work, by the promotion of share-ownership and profit-sharing.” (pp. 289-290)

1979 em particular dedica uma seção inteira: a “restauração do império da lei”.¹⁸² O texto apresenta a imagem de um Reino Unido marcado pela insegurança sob os trabalhistas, afirmando que:

“A ameaça mais perturbadora à nossa liberdade e segurança é o crescente desrespeito para com o império da lei. No governo e na oposição, os trabalhistas o minaram. Mas o respeito pelo império da lei é a base de uma vida livre e civilizada. Nós vamos restaurá-lo, restabelecendo a supremacia do Parlamento e dando prioridade à luta contra o crime.”¹⁸³

Ora, um dos alvos desta “restauração do império da lei” seria precisamente o movimento sindical, que, durante a greve dos mineiros de 1984-5, passaria por um processo de efetiva criminalização.

Assim, ao apresentar sua interpretação do que esse “império da lei” representa, o manifesto de 1979 apresenta uma abordagem punitivista, afirmando que “Para criminosos violentos e delinquentes [*thugs*] sentenças realmente duras são essenciais.”¹⁸⁴ Os mineiros grevistas seriam chamados de *thugs*, e a prática de piquetes apresentada como uma coação contra os colegas de trabalho.

Já o manifesto de 1983 do partido associa diretamente a democracia e o combate à criminalidade, novamente sob o prisma do “império da lei”: “O império da lei importa profundamente para cada um de nós. Qualquer concessão ao ladrão, ao **delinquente** [*thug*] ou terrorista mina o princípio que é a fundação de todas as nossas liberdades”¹⁸⁵

A dura restrição legal à atividade de piquetes móveis é dificilmente justificável sob uma ótica liberal, haja vista que a mesma legislação restringe as atividades lícitas aos piquetes a informar os trabalhadores do lado de fora do seu local de trabalho sobre uma paralização e solicitar que se juntem a ela, sendo-lhes terminantemente proibido qualquer prática obstrutiva do trabalho ou da produção. Com a vedação à mobilidade dos piquetes, portanto, não é permitido a estes sequer informar outros trabalhadores por meios pacíficos sobre uma mobilização em curso, além daqueles com os quais já convivem diariamente no mesmo local de trabalho. Em outras palavras, não apenas o movimento sindical tem reduzida

¹⁸² *Ibid.* p. 274.

¹⁸³ Idem, Tradução nossa: “The most disturbing threat to our freedom and security is the growing disrespect for the rule of law. In government as in opposition, Labour have undermined it. Yet respect for the rule of law is the basis of a free and civilised life. We will restore it, reestablishing the supremacy of Parliament and giving the right priority to the fight against crime.”

¹⁸⁴ *Ibid.* p. 275. Tradução nossa: “For violent criminals and thugs really tough sentences are essential.”

¹⁸⁵ *Ibid.* p. 301. Tradução e destaque nossos: “The rule of law matters deeply to every one of us. Any concession to the thief, the thug or the terrorist undermines that principle which is the foundation of all our liberties.” (p. 301)

a sua liberdade de atuação: a condição de trabalhador, especialmente sindicalizado, implica em restrições à liberdade de expressão e ao direito de ir e vir em relação ao restante da população. Essa é a liberdade do indivíduo promovida pelo liberalismo thatcherista.

A supremacia do parlamento. O manifesto de 1979 previa também a restauração da supremacia do Parlamento, supostamente abalada sob o governo trabalhista. As greves foram diretamente citadas como fatores contrários a essa soberania:

“Nos últimos anos, o Parlamento tem sido enfraquecido de dois modos. Primeiro, grupos de fora têm sido autorizados a usurpar algumas das suas funções democráticas. No último inverno, o governo permitiu que comitês de greve e piquetes assumissem poderes e responsabilidades que deveriam ser desempenhadas pelo Parlamento e pela polícia.”¹⁸⁶

À luz do que expusemos no capítulo anterior sobre a concepção de democracia de lideranças dos mineiros grevistas como Scargill, que advogava pela “ação extraparlamentar” não apenas como um mecanismo legítimo, mas como um imperativo, constatamos que o discurso conservador sobre a democracia se posicionava de forma diametralmente oposta ao sindicalista. A fim de deslegitimar formas alternativas de expressão da vontade popular, os conservadores se colocavam na defesa da institucionalidade constituída, apresentando o Parlamento como manifestação máxima da democracia.

Cabe considerar que, no arranjo político britânico, o Parlamento, e mais precisamente a Câmara dos Comuns, sua casa eleita pelo voto direto, constituíram-se ao longo de uma disputa de séculos com a monarquia como elemento preponderante da institucionalidade do país, permitindo-se que se falasse em uma “soberania parlamentar”. Ora, essa visão é expressão de uma concepção de democracia que deposita nas instituições representativas de tipo liberal burguês a forma ideal de expressão da soberania popular. Formas alternativas, como a organização sindical, são continuamente deslegitimadas nos manifestos do partido, como buscamos demonstrar neste capítulo.

De forma similar, o manifesto de 1983, apesar de elaborado após quatro anos de governo conservador, elenca entre as cinco grandes tarefas para o futuro “defender a democracia parlamentar e fortalecer o império da lei”, apresentando-as, portanto, como tarefas ainda pendentes.¹⁸⁷

¹⁸⁶ *Ibid.* p. 276. Tradução nossa: “In recent years, Parliament has been weakened in two ways. First, outside groups have been allowed to usurp some of its democratic functions. Last winter, the Government permitted strike committees and pickets to take on powers and responsibilities which should have been discharged by Parliament and the police.”

¹⁸⁷ *Ibid.* p. 287. Tradução nossa: “to uphold Parliamentary democracy and strengthen the rule of law”, ver também p. 303.

A defesa conservadora da soberania parlamentar possuía, é evidente, uma outra faceta: a da coerção, que, como sugerido por Gramsci em sua célebre leitura do “Príncipe” de Maquiavel, deve ser sempre apresentada de tal forma que se apoie no consenso da maioria. Nesse sentido, os conservadores não têm receio em celebrar a repressão policial. No texto de 1987, por exemplo, afirmam que “Nós demos à polícia mais poderes para prevenir a desordem pública.”¹⁸⁸

Democracia de pequenos capitalistas. Tendo em vista a necessidade de apresentar a sua oposição a movimentos populares em termos “democráticos”, os conservadores constroem em seus manifestos uma argumentação sobre uma forma de democracia alternativa à defendida pelos mineiros grevistas, por sua vez ligada à tradição trabalhista e, em casos como o do presidente Scargill, socialista. Essa alternativa apresentada pelos conservadores, ainda que reafirmando o protagonismo do Parlamento e, portanto, da institucionalidade liberal-burguesa, tinha como centro a noção de “democracia da detenção de propriedade” (*property-owning democracy*) ou “democracia da detenção de capital” (*capital-owning democracy*).

Assim, em seu manifesto de 1983, os conservadores apresentavam a sua visão de sociedade ideal da seguinte forma:

“Uma sociedade livre e independente é uma em que a detenção de propriedade é tão largamente disseminada quanto possível. Um negócio que é parcial ou inteiramente de propriedade dos seus trabalhadores terá mais orgulho em sua performance. Já há firmas, como a National Freight Company, em que gestores e trabalhadores se juntaram para assumir o negócio, e que estão prosperando./Sob esse governo, a **democracia de detenção de propriedade** está crescendo rapidamente. E sua fundação básica é a casa de família.”¹⁸⁹

Quatro anos depois, o termo empregado seria o que associava democracia e detenção de capital, título de uma seção inteira do documento (“A capital-owning democracy”) em que encontramos a seguinte declaração:

“Nosso objetivo é uma **democracia de detenção de capital** composta de pessoas e famílias que exercem poder sobre suas próprias vidas do modo mais direto. Eles tomariam as decisões

¹⁸⁸ *Ibid.* p. 340. Tradução nossa: “We have given the police more powers to avert public disorder.”

¹⁸⁹ *Ibid.* p. 296. Tradução e destaque nossos: “A free and independent society is one in which the ownership of property is spread as widely as possible. A business which is partly or wholly owned by its workers will have more pride in performance. Already firms like the National Freight Company, where managers and workers joined together to take over the business, are thriving./Under this Government, the property-owning democracy is growing fast. And the basic foundation of it is the family home.”

importantes – como inquilinos, proprietários de casas, pais, empregados e sindicalistas ao invés de ter essas decisões tomadas por eles.”¹⁹⁰

A mudança de terminologia não deve ser desprezada. O direito à propriedade privada é promovido pelo pensamento liberal como um dos pilares da sociedade desde o surgimento dessa corrente de pensamento — mais especificamente, o direito à forma capitalista de propriedade, alienável e geradora de lucros. Seguindo essa tônica, o manifesto conservador de 1979 já afirmava que “Lucros são a fundação de uma economia de livre empresa.”¹⁹¹ No texto de 1987, no entanto, o emprego do termo “capital” busca estabelecer uma identificação ainda mais próxima entre os cidadãos comuns (considerados hora como indivíduos isolados ou integrantes de uma família nuclear, hora como uma massa genérica) e a burguesia, no espírito da promoção dos interesses gerais desta última como universais.

Cabe apontar que, para atingir este fim, o emprego da palavra “capital” feita pelos conservadores no documento de 1987 passa por um contorcionismo teórico considerável, em que “possuir capital” é equalizado com a detenção de ações, que a plataforma conservadora prometia tornar, se não universal, ao menos em grande medida acessível. Essa prometida extensão da detenção de ações é propagandeada como um suposto “capitalismo popular”.¹⁹²

5. Síntese de um contraste

Para concluir este capítulo, propomos uma síntese de como o projeto de sociedade apresentado pelos conservadores nos documentos analisados se contrapõem diretamente às noções sustentadas pelos mineiros grevistas e pautados na sensação de pertença à classe trabalhadora e ao antagonismo entre as classes de uma forma geral.

E. P. Thompson apresenta a sugestiva ideia de “luta de classes sem classes” ao afirmar que uma classe social em (auto)formação passa a se entender como tal *mediante o conflito com outra*, o que leva à percepção de um antagonismo contra ela compartilhado com seus colegas de classe. Não surpreende, portanto, que lideranças grevistas adeptas de uma visão classista da sociedade, como Scargill, baseassem a sua posição no antagonismo para com a classe adversária naquilo que o presidente do sindicato mineiro chama de “guerra de classes”.

¹⁹⁰ *Ibid.* p. 316. Tradução e destaque nossos: “Our goal is a capital-owning democracy of people and families who exercise power over their own lives in the most direct way. They would take the important decisions – as tenants, home-owners, parents, employees, and trade unionists rather than having them taken for them.”

¹⁹¹ *Ibid.* p. 271. Tradução nossa: “Profits are the foundation of a free enterprise economy.”

¹⁹² *Ibid.* p. 320.

Já a postura dos opositores do esforço grevista se revela não numa tomada de partido explícito da classe adversária, mas precisamente no sentido de negar a hostilidade entre classes, promovendo um apagamento, não apenas do conflito, mas da própria classe social enquanto construção coletiva. A aposta do discurso conservador no individualismo como contraponto às construções coletivas como o sindicato é também, ao nosso ver, a apresentação de uma alternativa explícita à consciência de classe dos mineiros grevistas. Podemos observar que essa alternativa encontrou respaldo, por exemplo, entre parte dos mineiros de Nottinghamshire, que, além de ficarem majoritariamente de fora da mobilização de 1984-5, formaram, após o fim da greve, um sindicato independente do NUM), explicitando sua discordância da linha política que pautara a greve. Orientando essa secessão estava precisamente a visão propagandeada pelos conservadores de uma sociedade estruturada a partir do indivíduo e não das construções coletivas.

Capítulo 4 - O caso da cobertura da greve pelos periódicos *The Guardian* e *The Observer*: a disputa pela consciência de classe em jornais “de esquerda”

Sabemos que discursos em conferências sindicais e manifestos eleitorais de partidos políticos não são consumidos com avidez pelo grosso do público hoje em dia, assim como não o eram na década de 1980. A fim de realizar uma avaliação da repercussão do embate ideológico apresentado nos capítulos anteriores, consideramos fundamental o recurso a um outro tipo de fonte primária no intuito de complementar essa pesquisa. A fonte que escolhemos foi a imprensa, por uma série de razões. Primeiramente porque os jornais impressos eram ainda naquele momento histórico uma das principais formas de comunicação de massa. Além disso, permitem uma avaliação qualitativa do debate em questão, como nos propusemos a realizar nesta pesquisa, ao passo que outros dados, como pesquisas de opinião, não obstante o seu valor, são mais restritos nesse potencial.

Diante do imenso volume de fontes jornalísticas disponíveis sobre aqueles quase doze meses de greve, os limites de nosso trabalho implicaram na necessidade de uma seleção minuciosa das fontes que levaremos em consideração. Optamos por restringir nossa análise a dois periódicos: o diário *The Guardian* e o dominical *The Observer*. Listado entre os dez jornais de maior circulação no Reino, o *Guardian* se destaca em relação aos demais por sua reputação como um jornal de tendência progressista, por seu compromisso formal com uma prática jornalística independente de influência comercial ou política e pela pluralidade de opiniões.¹⁹³ Sendo ao mesmo tempo um jornal convencional, mas crítico pela esquerda ao governo Thatcher, consideramos que a sua escolha para análise enriqueceria a compreensão do debate esmiuçado nos capítulos 2 e 3. O *Observer*, que em 1993 seria adquirido pelo *Guardian*, era pautado por uma reputação semelhante.

Além disso, foi necessária uma delimitação do material disponível para análise apenas destes periódicos: somente no período em que durou a greve, os acervos do *Guardian*, que contêm aqueles do *Observer* em virtude da aquisição, apresentam mais de 800 matérias que contêm os termos “greve dos mineiros”. A fim de realizar a devida análise qualitativa a que nos propusemos, decidimos restringi-la às matérias publicadas em um momento crítico da mobilização: os meses de janeiro e fevereiro de 1984, quando a greve estava sendo gestada, e março do mesmo ano, quando finalmente eclodiu.

¹⁹³ Autoapresentação do jornal *The Guardian*: <<https://www.theguardian.com/about>>, último acesso em 19/05/2025.

Essa análise do *Guardian* e do *Observer* foi realizada buscando atender a um duplo propósito. Por um lado, buscamos avaliar o papel desempenhado por estes veículos de imprensa na aguerrida disputa pelas consciências dos trabalhadores. Nesse sentido, por mais que entendêssemos o movimento de mineiros e o thatcherismo como as forças que encabeçaram aquele embate no momento da greve, consideramos que os jornais não apenas reproduziam as cosmovisões de cada um dos grupos, mas também continham posições alternativas, às quais nos atentamos, bem como à interação entre as diferentes posições. O que pudemos perceber de nossa análise foi que o *Guardian*, em particular, oscilava entre ecoar elementos dos discursos grevista e antigreve. Não obstante, ele produziu uma síntese própria a partir desses elementos, expressando uma leitura a respeito da greve que consideramos condizente com a sua linha editorial “progressista”, que oscilava entre o apoio aos trabalhistas e os liberal-democratas. Mesmo diante da pluralidade de posições que pautava a atuação do jornal, pudemos perceber no período analisado a prevalência de uma clara linha editorial, que talvez seja reflexo de um certo consenso relativo entre os grupos sociais que o compunham. Quanto ao *Observer*, é mais difícil fazer generalizações, já que, por ser dominical, o período que delimitamos para análise compreende um quantitativo pequeno de edições do periódico. Não obstante, pudemos perceber uma grande sintonia entre as duas coberturas, como ficará evidente ao longo desse capítulo.

O segundo propósito ao qual nossa análise buscou atender foi a ponderação de outra faceta daquele embate: os posicionamentos dos seus verdadeiros protagonistas, os próprios trabalhadores, em especial os mineiros de carvão, que pudemos vislumbrar através do registro, pelo *Guardian* e pelo *Observer*, das falas de mineiros, tanto grevistas como contrários à greve, algo que só seria possível em jornais de tendência minimamente progressista. Esse registro é de especial valor para nossa pesquisa dado nosso intuito de “dar voz” aos trabalhadores, no esforço de compreender como eles se entendiam em relação à noção de classe social, não reduzindo seu pensamento àquele manifestado pelos seus líderes, que avaliamos de forma mais minuciosa no segundo capítulo. É claro, a concretização desse propósito foi limitada: as citações a que tivemos acesso são extremamente fragmentárias, normalmente empregadas para reforçar o ponto de vista desse ou daquele jornalista sobre o acontecimento específico que ele buscava noticiar. Mesmo assim, pudemos visualizar uma riqueza e complexidade nas posições dos trabalhadores que o *Guardian*, em especial, buscou escutar, contribuindo para a avaliação qualitativa que constitui o eixo norteador deste capítulo.

Antes de nos apresentarmos as minúcias dessa avaliação, cabe um breve panorama de como a fase selecionada da mobilização foi coberta pelo *Guardian* e pelo *Observer*. Nos meses anteriores à greve, em janeiro e fevereiro, a disputa já em curso entre os mineiros e o Comitê Nacional do Carvão (na forma de proibição de horas-extras) aparece de forma tímida: pudemos encontrar apenas cinco matérias ao longo daqueles dois meses que se debruçam sobre o tema. Já no mês de março, quando a greve estoura, a sua cobertura torna-se onipresente no *Guardian*, frequentemente ocupando a sua primeira página. O assunto preponderante é a dificuldade enfrentada pelos líderes do NUM, aparente desde o estopim da greve, em incluir a totalidade dos mineiros no esforço grevista, bem como as implicações dessa dificuldade.

Consideramos que quatro elementos merecem ser destacados na forma como essa fase da disputa foi coberta pelo *Guardian* e pelo *Observer*, cada um deles sendo objeto de uma seção deste capítulo, exceto o quarto elemento, que dividimos nas duas últimas seções. O primeiro desses elementos é a questão de fundo pela qual a greve foi realizada: os fechamentos de minas de carvão, e se eles constituíam um motivo justo para a paralização. O segundo é a questão da legalidade ou legitimidade formal da greve, especialmente dada a ausência de uma votação nacional entre os membros do sindicato de mineiros. O terceiro é a repressão policial aos piquetes móveis, que constituíam a principal tática empregada pelos grevistas naquele princípio de mobilização para ampliá-la e consolidá-la. Por fim, nas duas últimas seções, destacamos as diferentes facetas da cobertura das relações entre segmentos da classe trabalhadora que pautaram a greve, especialmente o conflito interno dos mineiros quanto à sua realização, sintetizando as discussões anteriores para atingir nosso objeto norteador: o debate sobre a consciência de classe.

Propomos essa divisão devido ao fato de que, em cada um desses quatro pontos, o *Guardian* em particular, que compõe o grosso de nossa análise, se posiciona de formas divergentes, sobre alguns temas pendendo mais para a posição grevista, em outros referendando a do governo, em outros evitando tomar qualquer uma das duas posições, resultando em uma síntese em que o periódico, em vez de tomar um lado, busca **rejeitar a própria confrontação de classe**.

Quanto aos fechamentos de minas, o jornal dá espaço aos argumentos dos mineiros e se apresenta de forma crítica às políticas de Ian MacGregor à frente do NCB, embora tampouco referenda a decisão pela greve como resposta adequada a essa conjuntura. Já quanto à legitimidade da greve, o jornal tende a referendar os argumentos dos antagonistas da mobilização, caracterizando-a como antidemocrática, embora dê algum espaço às falas dos

grevistas no sentido de justificá-la. Já com relação à repressão policial, a posição do jornal é oposta, sendo veementemente crítico ao emprego do aparato policial pelo governo e denunciando aquilo que considera abusos perpetrados pelas forças do Estado. Ao apresentar argumentos críticos tanto à forma como a greve foi conduzida como ao modo como foi reprimida, a postura do jornal quanto às disputas entre os próprios trabalhadores é por consequência menos coerente. O *Guardian* apresenta uma leitura explicitamente condenatória da tática dos piquetes móveis, reconhecendo os supostos direitos individuais dos mineiros que desejavam continuar no trabalho, mas sem sancionar o argumento do governo de que a necessidade de defesa desses direitos justificava a intervenção policial contra os piquetes. Assim, o jornal não sustenta uma defesa inequívoca nem do direito coletivo à greve, nem do direito individual ao trabalho, predominando um esforço de distanciamento e isenção, em que pudemos perceber que o jornal se vê noticiando as dinâmicas internas da classe trabalhadora “de fora” desta classe. A demanda por uma votação nacional sobre a greve é intransigentemente defendida pelo jornal, que assim se isenta de tomar explicitamente o partido de qualquer dos lados que se confrontariam naquele procedimento. Como veremos, no entanto, são os grevistas, e por consequência a greve, que são condenados por negarem aquele voto.

Em suma, o *Guardian* evita se declarar ao lado dos dominantes naquilo que Scargill descrevia como “guerra de classes”. Tampouco se coloca de forma decidida ao lado daqueles entre os subalternos que tomavam a dianteira da confrontação: sua posição é de rechaçar a própria “guerra” nas condições em que ela se apresentava, deixando implícito um chamado à harmonia e à conciliação não apenas entre os diferentes setores do movimento de trabalhadores, mas também entre capital e trabalho, cuja oposição era o pano de fundo da divisão do movimento sindical.

Dentre as figuras-chave desses periódicos, cabe nomear Keith Harper, editor de assuntos trabalhistas do *Guardian*; Patrick Wintour, da equipe de assuntos trabalhistas do jornal; e Robert Taylor, editor de assuntos trabalhistas do *Observer*, todos eles homens brancos.

1. Uma greve justa?

Nos dois primeiros meses de 1984, pouco antes do estouro da greve dos mineiros, a situação da indústria de carvão é tratada apenas de forma esporádica nos jornais analisados.

Ela aparece em quatro edições do *Guardian* no período, e em uma do *Observer*, de 19 de fevereiro, que traz matéria assinada pelo seu editor de assuntos trabalhistas, Robert Taylor.

No texto, Taylor noticia as tensões entre os trabalhadores e a gestão da indústria de mineração, esta última já liderada pelo indicado de Thatcher, Ian MacGregor, que enfrentava naquele momento a proibição de horas-extras imposta pelo NUM e a possibilidade de uma greve regional dos mineiros escoceses. A matéria chama a atenção para a velocidade dos fechamentos de minas e para o volume das consequentes perdas de postos de trabalho, antecipando os argumentos que no mês seguinte seriam empregados pela direção do NUM como justificativa primordial para a greve nacional do setor.¹⁹⁴

Foi só após a deflagração da greve que os periódicos se voltam para a busca de uma explicação mais detalhada para os motivos que levaram os mineiros de carvão a recorrerem àquela medida. Recebe grande destaque o caso da mina de Cortonwood, o anúncio de cujo fechamento precipitou a greve nacional, iniciada por iniciativa dos mineiros de Yorkshire, onde se localizava a mina. Cortonwood é destacada em pelo menos três matérias publicadas pelo *Guardian* ou pelo *Observer* em março de 1984.

No dia 11 daquele mês, matéria assinada novamente por Robert Taylor no *Observer* analisa de forma minuciosa os impactos do fechamento daquela mina específica, especialmente para o mercado de trabalho local. O repórter pondera o argumento do governo, segundo o qual os mineiros do local não teriam de enfrentar demissão compulsória, já que seriam oferecidos empregos em outras minas aos menores de 50 anos e “generosos” (aspas nossas) termos de rescisão aos mais velhos. Taylor dá mais ênfase, no entanto, à posição dos mineiros afetados pelo fechamento, destacando as particularidades de como este se deu e afirmando que, ao contrário do procedimento normal, aquele fechamento havia sido uma medida “apressada, decidida do dia para a noite”.¹⁹⁵ O autor da matéria também faz a seguinte afirmação, que reforça a posição dos grevistas de que a medida os deixaria vulneráveis ao desemprego:

“Com o desemprego acima de 20 por cento na região de Yorkshire do Sul, os homens em Cortonwood não vêem nada à sua frente além de anos de desespero e incerteza a menos que resistam aos fechamentos de minas.”¹⁹⁶

¹⁹⁴ The Observer, 19/02/1984, p. 27

¹⁹⁵ The Observer, 11/03, p. 3.

¹⁹⁶ Idem. “With unemployment running at more than 20 per cent in the South Yorkshire area, the men at Cortonwood see nothing but years of despair and uncertainty unless they resist pit closures.”

A matéria também reproduz a fala de um mineiro, que apresenta a “radicalização” do movimento de trabalhadores do setor como uma tomada de posição defensiva diante do NCB, que estaria ultrapassando um limite implícito na sua relação com os trabalhadores:

“É **criminoso** o que aconteceu aqui. Eu nunca vi os homens serem tão militantes como eles têm sido aqui agora. Essa mina tem uma reputação de **moderação**, mas mesmo os homens de 53 anos estão vindo para a linha de piquete.”¹⁹⁷

Ao registrar essa citação, o *Observer* legitima nessa matéria a posição dos mineiros, apresentando uma causa justa (a luta pelo emprego) para o abandono de sua reputação de moderados, reputação essa reivindicada de modo a ressaltar que *aquela* mobilização seria excepcional. Essa posição, no entanto, não seria sustentada pelo *Guardian* em outras matérias, em que a moderação seria consistentemente associada aos mineiros que rejeitavam a greve.

O impacto dos fechamentos para o mercado de trabalho aparece também com destaque no *Guardian*, que ainda contesta o argumento de inviabilidade econômica das minas selecionadas para fechamento pelo NCB. Matéria assinada por Peter Hetherington na edição do dia 20 de março do *Guardian* apresenta estimativas sobre as consequências econômicas de longo prazo daquela política, sobretudo as perdas de empregos, além de informar o leitor sobre a oposição da British Association of Colliery Management a alguns fechamentos de minas específicos, que a organização considera ainda serem viáveis economicamente.¹⁹⁸

O assunto é retomado por outro membro da equipe do *Guardian*, Patrick Wintour, em matérias publicadas em 22 e 30 de março.¹⁹⁹ Wintour dá espaço tanto aos argumentos do NCB, que descreve o fechamento de Cortonwood como “humanitário”, já que seria uma antecipação à supostamente inevitável inviabilização econômica da mina e consequente perda sem garantias daqueles postos de trabalho, como àqueles dos grevistas, que defendem a viabilidade da mina e denunciam a forma do fechamento e seu impacto para os trabalhadores. Na matéria do dia 30, aliás, Wintour registra a acertada previsão feita pelos mineiros grevistas de que o fechamento de Cortonwood seria seguido por aqueles das minas às quais eles fossem realocados. Como consideramos em nosso primeiro capítulo, a derrota da greve levou precisamente a essa situação: à medida que a indústria era rápida mas paulatinamente destruída, o quantitativo cada vez menor de mineiros que escapavam da demissão

¹⁹⁷ Idem. “It is criminal what has happened here. I’ve never known men to be as militant as they are here now. This pit has a moderate reputation, but even the 53-year-olds are coming on the picket line..”

¹⁹⁸ The Guardian, 20/03/1984, p. 2.

¹⁹⁹ Idem, e The Guardian, 30/03/1984, p. 2.

convertia-se em “nômades industriais”. Na mesma matéria do dia 30, Wintour informa que o NCB comprou espaço em periódicos de Yorkshire para divulgar sua versão sobre o fechamento de Cortonwood, ressaltando a sensibilidade da medida às críticas dos grevistas e por consequência sugerindo a força do argumento daqueles sobre a defesa dos postos de trabalho.

A vinculação entre a greve e a questão do emprego também é tratada por Malcolm Pitters no dia 22 de março. Ao noticiar a continuidade do piquete de mineiros contra o desembarque de carvão importado, o jornalista traz a seguinte citação do sr. Les Moore, um dos grevistas participantes da ação, entrevistado por uma rádio local:

“Eu sinceramente acredito que eu preciso lutar por dever. Pelo futuro e pela minha filha também. Eu preciso saber que eu não vou passar os próximos 30 anos na fila do auxílio desemprego.”²⁰⁰

Nesse sentido, consideramos que o argumento central dos grevistas, que caracterizavam a mobilização como uma greve por empregos, foi ao menos parcialmente assimilado e transmitido tanto pelo *Guardian* como pelo *Observer*. Outros pontos levantados por eles também são ecoados pelas publicações. O mesmo Malcolm Pitters havia assinado na edição do dia anterior do *Guardian* (21/03) uma matéria centrada na posição de Scargill, em que deu espaço por vários parágrafos aos argumentos do sindicalista em defesa da greve, inclusive econômicos, centrados na viabilidade da mineração e na sua importância para o mercado de trabalho.²⁰¹

Além disso, a maior parte da cobertura do *Guardian* tende a referendar a imagem cultivada pelos grevistas de que eles seriam os defensores da indústria de carvão contra uma gestão que não lhe dava o devido reconhecimento. No entanto, em matéria assinada por Jean Stead no dia 31 de março, ao informar sobre o risco de colapso por falta de manutenção da mina mais produtiva da Escócia, Bilston Glen, que o diretor regional do NCB atribui à opção dos mineiros pela greve, o autor não apresenta contra-argumento, apenas referendando a caracterização dos mineiros grevistas como movidos pelo interesse particular e sem compromisso com a indústria ou o interesse econômico “geral” da sociedade britânica.²⁰² Consideramos que essa matéria, mesmo assim, não é representativa da leitura do *Guardian*

²⁰⁰ “I sincerely believe I have to fight for my duty. For the future and for my daughter as well. I need to know myself that I am not going to spend the next 30 years on the dole.” *The Guardian*, 22/03/1984, p. 2

²⁰¹ *The Guardian*, 21/03/1984, p. 2.

²⁰² *The Guardian*, 31/03/1984, p. 2.

sobre o impacto econômico da greve nesse seu primeiro mês, que no geral evitava o alarmismo anti-sindical.

Mas há outras matérias que são mais significativas em demonstrar as divergências entre as visões apresentadas pelos grevistas e pelo *Observer* em particular a respeito da questão do carvão. Não obstante o espaço concedido pelo periódico dominical à justificação da causa grevista, e ainda que o texto de 19/02 fosse cético em relação à gestão de MacGregor para o setor, o periódico ainda apresentava no dia 18/03, as intenções do dirigente como “planos de Ian MacGregor para salvar a indústria [de carvão]”, falhando em perceber o verdadeiro sentido de desmantelamento do setor ao qual as políticas de fechamentos do industrialista conduziam. Dessa forma, a mesma matéria prevê erroneamente que na década seguinte o carvão extraído nacionalmente continuaria a ser uma importante fonte de energia para o Reino.²⁰³ Assim, registrando mas não referendando por completo a justificativa dos grevistas liderados por Scargill, o *Observer* afirma nessa mesma matéria que a decisão destes pela greve fora uma “aposta”, motivada por uma situação em que o grupo político do sindicalista, que é denominado na matéria de “esquerda ampla”, estaria com “as costas na parede” diante dos fechamentos de minas anunciados por MacGregor.²⁰⁴

2. Uma greve legítima?

Os debates sobre se a Grande Greve dos Mineiros por Empregos foi “justa” e se foi “legítima” podem parecer equivalentes ou intercambiáveis. Não é o caso, no entanto, com a cobertura do *Guardian* e do *Observer*, em que a separação entre o que é “justo” e o que é “legítimo” é bastante marcada — e, no nosso entender, reveladora da posição política “progressista” que pauta ambos os jornais. Nessa perspectiva, aquilo que é “socialmente justo” nem sempre é “moralmente legítimo”, sendo essa última definição estreitamente vinculada à legalidade jurídica. Se por um lado os jornais apresentam uma certa abertura à causa dos mineiros grevistas em defesa do direito ao trabalho, dando espaço relativamente amplo para os argumentos deles e questionando as intenções do governo para a indústria de carvão, como demonstramos na seção anterior, por outro lado as críticas dos opositores da greve à forma como ela foi conduzida são repetidas pelo *Guardian* e pelo *Observer* sem maiores ressalvas. Tais críticas são centradas em aspectos formais, como a não realização de uma votação nacional entre os membros do sindicato, bem como o suposto direito individual de cada mineiro para decidir ou não sobre aderir à mobilização, direito ao qual a presença dos

²⁰³ The Observer, 18/03, p. 11.

²⁰⁴ Idem.

piquetes seria uma violação. Desse modo, a greve é, em diversas passagens, apresentada por ambos os jornais como sendo de legitimidade questionável, quando não inexistente. A sua pertinência social, alhures admitida pelos periódicos e que poderia fazer dela uma greve “justa”, é assim simplesmente desconsiderada em nome da defesa intransigente da ordem jurídica liberal-burguesa. A lei é apresentada como sacrossanta, o piquete, como intimidação. Em outras palavras, a ética burguesa é admitida como universal, ao passo que a ética própria dos trabalhadores é apresentada como um particularismo cultural de um segmento exótico da sociedade - quando não questionada como algo ultrapassado, como veremos com maior atenção na quinta seção deste capítulo.

A carência de uma votação nacional: o “pecado original” da greve dos mineiros. Os principais argumentos que seriam empregados para a invalidação da legitimidade da greve já se desenhavam no *Guardian* meses antes do estouro da mobilização, com respeito à estratégia que até então vinha sendo seguida pelo NUM: a proibição de horas-extras, que o executivo do sindicato declarara igualmente sem o recurso a uma consulta formal. O jornal cobre nesse período, em matérias publicadas nos dias 14 e 21 de janeiro, a eleição para o cargo de secretário-geral do NUM, prevendo a vitória do candidato da esquerda, Peter Heathfield, favorável à proibição de horas-extras. Contraditoriamente, o *Guardian* afirma que essa eleição cumprirá o papel da votação nacional “que o executivo do sindicato têm negado” aos mineiros a respeito da proibição. Na visão do próprio autor da matéria do dia 14, a provável vitória de Heathfield (que se confirmou) deveria legitimar a proibição, embora por uma margem menor do que se esperava meses antes, dada a insatisfação de parte dos mineiros com a medida. Na cobertura deste episódio, fica evidente que as ressalvas do periódico em relação às ações do NUM se concentram na formalidade de uma votação nacional, por mais que o *Guardian* reconheça a existência de outros mecanismos deliberativos pelos quais os sindicalizados podiam fazer valer sua vontade frente à liderança do movimento.²⁰⁵

O texto “Que jeito de realizar uma votação”, publicado pelo *Guardian* no dia 16 de março, noticia em tom crítico e irônico o acordo estabelecido entre os mineiros de Nottinghamshire e os piquetes móveis de outras regiões, em que a presença desses últimos foi suspensa em troca da realização de uma votação local para decidir pela adesão ou não à greve (essa última posição tendo sido a vencedora). A partir desse episódio, o autor da matéria critica a forma como a greve vinha sendo conduzida, argumentando que a presença dos piquetes móveis seria comprovação de que a greve era o esforço de um grupo minoritário de

²⁰⁵ The Guardian, 14/01/1984, p. 2, The Guardian, 21/01/1984, p. 2.

militantes ao qual estes últimos buscavam coagir seus colegas de trabalho a aderir. Assim, o texto afirma que a manobra do executivo do NUM para decretar uma greve nacional a partir da mobilização dos militantes de Yorkshire fora motivada pelo “medo” das lideranças do sindicato de perder um voto nacional.

Como remédio para a divisão do movimento de mineiros, o autor recomenda que “A única forma pela qual a unidade pode ser restaurada é o executivo nacional [do NUM] reverter sua decisão inicial evasiva e convocar uma votação nacional democrática sobre a greve.”²⁰⁶ A escolha cuidadosa de palavras tem o objetivo de apelar para a necessidade, defensável do ponto de vista de um adepto do movimento de trabalhadores, de manter a unidade durante um esforço de mobilização. Nesse sentido, o *Guardian* se distancia nominalmente do esforço thatcherista em deslegitimar toda e qualquer greve como ferramenta de luta, direcionando sua crítica àquela mobilização específica por não ser formalmente sancionada por uma maioria dos membros do sindicato. A preocupação do autor, no entanto, não é estratégica; não se trata de um militante sindical questionando a efetividade da decisão do executivo em atingir o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores. Trata-se, tal como as críticas dos governistas, de uma condenação daquela greve por princípios organizacionais absolutos e externos ao movimento, por considerá-la contrária às concepções de direito e democracia sustentadas pelo jornal. Tal concepção não é escondida pelo *Guardian*: é pautada em uma noção liberal de direito e de democracia. Segundo tal concepção, a eleição de um executivo pró-greve, que sancionou uma mobilização iniciada pela própria militância, angariando a adesão da maioria absoluta dos sindicalizados do setor na execução da medida — nada disso legitimava a greve. Só um processo que desse à minoria antigreve o tempo e os meios para minar a maioria então formada em favor da mobilização é que seria legítimo.

Na semana seguinte, em reportagem assinada por Keith Harper, editor de assuntos trabalhistas do *Guardian*, o periódico afirmava que a balança no executivo do NUM começava a pender em favor de uma votação nacional ou da convocação de uma conferência especial para decidir sobre a continuidade de greve, noticiando que, em virtude dos piquetes móveis, o país estava à beira de uma paralização total da produção de carvão.²⁰⁷ Em consonância com a posição defendida na matéria do dia 16, percebemos nesse texto um tom de esperança para que tal votação se realize — tom que deu lugar ao de desapontamento

²⁰⁶ “The only way unity can be restored is for the national executive to reverse its initial, evasive decision and call a democratic, nationwide strike ballot”. The Guardian, 16/03/1984, p. 14.

²⁰⁷ The Guardian, 22/03/1984, p. 29

quando essa previsão não se confirmou. Em 26 de março, o jornal se via na posição de reportar os argumentos de Mick McGahey, líder do NUM escocês e vice-presidente nacional do sindicato, contra a convocação de uma votação nacional:

“Essas pessoas que falam sobre democracia para os mineiros falam sobre uma votação nacional como se essa fosse ser uma votação livre - como poderia ser livre com a imprensa e a mídia interferindo a cada estágio?/Eles tentariam ditar as palavras das cédulas para nós. O NUM não nega o caráter democrático de uma votação, mas a nossa conferência anual ano passado deixou claro que o executivo nacional tem o poder de convocar uma votação quando apropriado e eu não acredito que é apropriado nesse estágio com greves já em curso nos campos de mineração.”²⁰⁸

A matéria, reproduz, ainda, o alerta de McGahey de que “aqueles exigindo uma votação nacional estão, na realidade, exigindo o fim da greve atual”.²⁰⁹ O *Guardian*, que exigia uma votação nacional sem se declarar abertamente pelo fim da greve, não comenta a afirmação de McGahey.

A polêmica sobre a não-realização de uma votação persiste nas páginas do *Guardian* até o fim do curto período que analisamos. No dia 31 de março, o jornal noticia que quatro homens fizeram um protesto em uma mina, exigindo precisamente a convocação de uma votação nacional sobre a greve.²¹⁰

A falta de uma votação nacional é igualmente condenada por Robert Taylor no *The Observer*, em uma longa matéria publicada no dia 18/03, na qual o editor de assuntos trabalhistas do dominical critica a recusa de Scargill em realizar uma votação como “questão que inflama os dois lados.”

Os piquetes móveis como antítese da democracia. Enquanto sua postura crítica ao processo decisório do NUM já vinha se manifestando desde a proibição de horas-extras, o *Guardian* só começa a condenar a tática de piquetes móveis em meio às confrontações ocorridas entre os executores da tática e os mineiros antigreve. Quando o jornal noticiou em sua primeira página a autorização nacional para a ação grevista pelo executivo do NUM, na

²⁰⁸ “Those people that talk about democracy to the miners speak about a national ballot as if it would be a free ballot - how could it be free with the press and the media interfering at every stage?/They would try to word the ballot papers for us. The NUM does not deny the democracy of a ballot, but our annual conference last year made clear that the national executive have the power to call a ballot when appropriate and I don’t believe it’s appropriate at this stage with strikes already happening in the coal fields” “He cautions that those demanding a national ballot are, in reality, calling for an end to the current strike”. *The Guardian*, 26/03/1984, p. 3.

²⁰⁹ “He cautions that those demanding a national ballot are, in reality, calling for an end to the current strike”. *Idem*.

²¹⁰ *The Guardian*, 31/03/1984, p. 2.

edição do dia 9 de março, já se previa a possibilidade de realização de piquetes móveis pelos grevistas para ampliarem a mobilização. Nesse momento, o jornal ainda se abstém de condenar a tática.²¹¹

Mas apenas uma semana depois o *Guardian* já se junta ao coro daqueles que condenavam os piquetes como maior expressão do caráter supostamente antidemocrático da greve. Assim, em 14 de março, ao noticiar a disputa judicial entre NCB e NUM sobre a legalidade dos piquetes móveis, o jornal reafirma que os mineiros de Harworth estavam sendo intimidados pelos piquetes, descrevendo a sua escalada.²¹²

O já mencionado texto “Que jeito de realizar uma votação”, do dia 16 de março, descreve os piquetes móveis de Yorkshire como “ilegais, obstrutivos e intimidatórios”, bem como violentos, narrando o contexto do voto local em Nottinghamshire como realizado sob a ameaça física do retorno dos piquetes. A realidade dos piquetes é diretamente contraposta à ausência de uma votação nacional, assunto principal do texto. Seu autor afirma que:²¹³

“O objetivo dos piquetes móveis têm sido negar aos mineiros em áreas moderadas o seu **direito constitucional** de liberdade de escolha.”²¹⁴

A própria matéria se contradiz a esse respeito, noticiando que os piquetes de Yorkshire haviam negociado a sua retirada de Nottinghamshire em troca, precisamente, da realização de uma votação local sobre a greve, que se deu sem a presença dos piquetes. Como seria demonstrado depois da publicação da reportagem, o resultado do voto foi a livre manifestação pelos mineiros da região da sua majoritária rejeição à greve.

Cabe comentar, além disso, que, ao vincular o funcionamento democrático do movimento de mineiros a um direito constitucional, a matéria atrela a democracia construída no seio do movimento de trabalhadores à institucionalidade burguesa — a mesma institucionalidade que, no caso do Reino Unido, jamais garantiu aos trabalhadores o direito formal à sindicalização ou à greve, como apontado por Thiago Romão de Alencar.²¹⁵ O chamado de Scargill por uma democracia mais radical, que transpusesse os limites do parlamentarismo britânico, como discutimos em nosso segundo capítulo, é assim indiretamente invalidado (se é que o *Guardian* estava devidamente informado dessas

²¹¹ The Guardian, 09/03/1984, pp. 1, 24

²¹² The Guardian, 14/03/1984, p. 30.

²¹³ The Guardian, 16/03/1984, p. 14.

²¹⁴ “The objective of the flying pickets has been to deny to miners in moderate areas their constitutional right to freedom of choice.” Idem, grifos nossos.

²¹⁵ ALENCAR, Thiago Romão de. **De joia da Coroa a inimigos públicos número um: Hayek, Thatcher e a legislação antissindical no Reino Unido dos anos 1980**. Revista História e Luta de Classes, v. 14, n. 26, setembro de 2018.

posições sustentadas pelo sindicalista), já que a democracia é vinculada pelo jornal ao *status quo* institucional do Reino. O lugar dos piquetes móveis na concepção radical de democracia de Scargill não era o de “mecanismos de coerção da maioria pela minoria”, mas de imposição de uma decisão majoritária que, para ser efetiva, necessitava da observância de todo o setor, mesmo da minoria que se opunha à paralização. Essa observância, por sua vez, precisava ser geral, uma vez que os estoques de carvão mantidos pelo governo e a baixa demanda pelo combustível naquela época do ano faziam com que somente uma paralização total da mineração pudesse ter um impacto significativo.

Também no dia 16 de março, a terceira página do *Guardian* estampa o título sensacionalista “A fúria dos piquetes irrompe”, cujo conteúdo, centrado na violência entre eles e a polícia, comentaremos na próxima seção deste capítulo. O título, contudo, merece ser mencionado aqui, sendo uma flagrante demonstração da linguagem utilizada pelo periódico no sentido de caracterizar os piquetes como “ilegais, obstrutivos e intimidatórios”. Mais do que isso, busca atribuir aos grevistas uma postura antidemocrática marcada pelo comportamento irracional de massa, como sugerido por expressões como “governo da multidão” (*mob rule*),²¹⁶ que seria distinto de uma postura antidemocrática calculista e quase conspiratória, atribuída a lideranças como Scargill, que, segundo os thatcheristas, estariam manipulando aquela massa a fim de derrubar o governo. A expressão empregada no título se repete na manchete do dia 20/03, que afirma: “40.000 no trabalho enquanto a fúria dos piquetes esfria.”²¹⁷

Na mesma edição em que dá espaço à posição de McGahey em defesa da continuidade da greve sem uma votação nacional (26/03), o jornal se coloca explicitamente na posição contrária à do sindicalista, em uma matéria intitulada “Ondas de choque da greve”, que critica de forma generalizada os seus impactos. O texto argumenta que a violência “da mobilização” (a repressão e a resistência a ela são equalizadas) e o seu caráter supostamente antidemocrático e intimidatório são danosos ao “tecido social” do país.²¹⁸ Central para essa crítica é a condenação da tática dos piquetes móveis:

“[...] é danoso para uma sociedade civilizada quando homens que desejam, **legal e apropriadamente**, cuidar de seus negócios e comparecer ao trabalho são sujeitos a **abuso e intimidação de exércitos concentrados de piquetes** importados de outras partes do país. Ainda mais quando os piquetes agem em explícito e franco desacato a uma ordem judicial. E

²¹⁶ The Guardian, 16/03/1984, p. 1.

²¹⁷ The Guardian, 20/03/1984, p. 1.

²¹⁸ The Guardian, 26/03/1984, p. 12.

mais ainda quando os piquetes fazem um despropósito deliberado e calculado com os procedimentos democráticos de seu próprio sindicato e o fazem com o apoio das principais autoridades desse sindicato.”²¹⁹

Esse trecho demonstra que, embora o *Guardian* faça uma associação direta entre a carência de um voto nacional e a presença dos piquetes, como se esses últimos fossem a antítese do processo democrático que tal voto representaria, essa associação é meramente circunstancial: a condenação do jornal à tática dos piquetes, sobretudo os móveis, era moral e absoluta. Para o *Guardian*, a falta de uma votação nacional e o fato de os piquetes serem majoritariamente provenientes de outras regiões são agravantes, não a essência do problema — embora, ao focar sua crítica em tais agravantes, o periódico adote uma tática evasiva, evitando explicitar o verdadeiro fundamento de sua oposição aos piquetes: o suposto direito individual de cada trabalhador de agir como lhe aprouver diante de uma disputa coletiva. A defesa do individualismo, como apontamos no capítulo 3, era a principal bandeira levantada pelo thatcherismo em sua cruzada contra a agência coletiva dos trabalhadores, sobretudo a manifestada pela via sindical. Em suma, ao condenar em termos absolutos o método de piquetes como mecanismo à disposição de um sindicato para fazer valer suas decisões, o jornal torna a sua própria defesa de uma votação nacional uma mera ferramenta retórica atrelada a uma futilidade formal: mesmo se essa votação fosse vencida pelos grevistas, estes não teriam o “direito” (tanto moral como legal — tais categorias são indissociáveis nessa argumentação) de “impor” sua decisão à minoria, cujos direitos individuais deveriam ser respeitados.

Assim como faz com a democracia, o jornal vincula tais direitos individuais à legalidade burguesa, o que é explicitado pela qualificação da postura dos mineiros antigreve como amparada pela lei (“[...] desejam, legal e apropriadamente, cuidar de seus negócios [...]”) e pela menção condenatória ao fato de os piquetes estarem agindo em desacato a uma ordem judicial. A maior ironia dessa posição pretensamente pacifista, democrática ou inclusiva é que a ordem burguesa aqui defendida contém previsões expressas para limitação dos direitos individuais, inclusive com o recurso à violência estatal, quando esses direitos desafiam essa ordem supostamente democrática. Mas para o *Guardian* quem os estaria

²¹⁹ Idem, grifos nossos. “[...] it is damaging to a civilised society when men who wish, lawfully and properly, to go about their business and report for work are subject to abuse and intimidation from massed armies of pickets imported from other parts of the country. More so when the pickets are acting in explicit and outspoken contempt for a court order. Yet more so when the pickets are making a deliberate and calculated nonsense of the democratic procedures of their own union and are doing so with the support of the leading officials of that union.”

ameaçando seria a tática de piquetes, amparada unicamente na força dos números e no peso moral que a tradição sindical britânica atribuiu às linhas de piquete.

Admiravelmente, embora sancione todos os argumentos do *thatcherismo* contra a agência da classe trabalhadora, a matéria busca fazê-lo de forma a ser lida como se estivesse se pronunciando a partir da esquerda política: o texto afirma que o principal dano da greve seria à credibilidade do movimento sindical e do Partido Trabalhista. Elogiando os estatutos do NUM como entre os mais democráticos do sindicalismo britânico, a matéria exige que eles sejam interpretados de forma compatível com as suas concepções liberal-burguesas de democracia e direito individual — do contrário, os militantes do movimento de mineiros estariam prejudicando a causa trabalhista e a agenda do partido que supostamente melhor a representaria (partido esse do qual o próprio Scargill era membro, ainda que fizesse oposição interna à linha hegemônica).

Cabe observar que a cobertura do *Guardian* sobre os piquetes não é uniformemente condenatória, nem difamatória. No dia 22 de março, ao tratar dos piquetes que então se reuniam no cais de Grove Wharf no rio Trent para impedir o desembarque de carvão importado, Malcolm Pitters afirma que o próprio diretor do cais avaliava o comportamento dos piquetes como “adequado”, acrescentando que eles não haviam causado problemas e que não havia reclamação a fazer contra eles.²²⁰ A presença de matérias como essa, no entanto, não altera a posição fundamental do jornal diante dos piquetes: condenação como um atentado à liberdade, à individualidade, à democracia e à coesão social. O fato de integrantes do jornal terem um compromisso com a veracidade dos fatos que reportam e buscarem fazê-lo de forma multifacetada apenas demonstra que o *Guardian* sustentava sua posição política com mecanismos mais sofisticados do que aqueles utilizados por tabloides sensacionalistas como o *The Sun* (que, precisamente por isso, julgamos que seriam pouco enriquecedores à análise que buscamos realizar nessa pesquisa).

Em matérias publicadas no dia 18/03, o *Observer* adota posição condenatória similar da tática de piquetes móveis.

3. O *Guardian* e o *Observer* diante da repressão *thatcherista*

A repressão à greve, conduzida pessoalmente pela primeira-ministra, foi coberta pelo *Guardian* com um sentido de gravidade. Como antecipamos, o jornal criticou o uso excessivo da força policial e os abusos cometidos por seus agentes. Como buscamos demonstrar na

²²⁰ The Guardian, 22/03/1984, p. 2

seção anterior, no entanto, a lógica por trás da repressão pouco foi contestada, e em diversos momentos o jornal apenas ecoou os argumentos empregados pelo governo para usar a força contra os grevistas, sobretudo os piquetes, argumentos esses centrados na “proteção dos direitos individuais” dos não-grevistas, cuja necessidade foi reiterada pelo jornal.

No dia 16 de março, a escalada das confrontações envolvendo os piquetes, na qual a polícia interveio, rendeu à cobertura do tema múltiplas páginas do *Guardian*, inclusive a primeira, que estampa as seguintes matérias: “Piquetes negociam enquanto as minas se aproximam da paralização”, “A Grã-Bretanha mobiliza 3.000 policiais”, “O NUM deposita suas esperanças no voto”. Em meio às matérias que esses títulos apresentam, a edição traz a foto de um mineiro grevista ferido pela polícia na linha de piquete, apresentando-a com a extremamente questionável legenda “vítima da greve” (*strike victim*).²²¹ Ao tratar uma vítima da **repressão** à mobilização de trabalhadores como uma vítima dessa própria mobilização, o jornal não apenas reforça sua caracterização da greve como violenta e disruptiva, deslegitimando-a, como sanciona a própria violência ali ilustrada, apresentada pela legenda como consequência da ação das próprias vítimas.

No mesmo sentido, a primeira daquelas três matérias afirma, após noticiar o acordo entre os piquetes de Yorkshire e os mineiros de Nottinghamshire (retirada dos piquetes em troca de greve provisória enquanto se realizava a votação), que os três mil policiais mobilizados no país seriam enviados para Nottinghamshire para “assegurar a paz”, expressão que aparece sem aspas, além de antecipar uma tendência de voto contra a greve tanto naquele condado como em outras localidades, associação que reforça o argumento de que aqueles policiais estavam garantindo a livre expressão dos mineiros antigreve.²²²

A segunda matéria detalha o debate parlamentar a respeito da mobilização dos três mil policiais, descrevendo a tensão na câmara dos comuns, dando grande espaço para os argumentos do governo supostamente em defesa dos direitos dos mineiros de Nottinghamshire, que seriam “vítimas do governo da multidão” (*mob rule*) e dando espaço, sem críticas, ao discurso governista que taxa a “intimidação” perpetrada pelos piquetes como ilegal. Ao final da matéria, um pequeno espaço é concedido às críticas do parlamentar trabalhista encarregado de se contrapor ao secretário do interior, que critica a nomeação de MacGregor, no seu entender motivada pelo intuito de destruir a indústria do carvão. Se o parlamentar fez qualquer defesa dos piquetes em si, isso não foi registrado na matéria.

²²¹ The Guardian, 16/03/1984, p. 1 e 26 (continuações).

²²² Idem.

A terceira matéria trata de dois temas: a morte de David Jones, primeiro mineiro vitimado pela repressão à greve, e as votações locais a serem realizadas sobre a adesão de seções do NUM à greve. Ao tratar da morte de Jones, o texto abre espaço para uma fala de Scargill em que ele a atribui diretamente a MacGregor. A matéria em seguida entra no detalhamento das votações locais, informando que elas representaram uma suspensão temporária da ameaça legal do NCB contra Yorkshire com base no *Employment Act* de 1980, base jurídica da repressão policial. O texto então retorna à palavra de Scargill sobre essa lei: o líder sindical reconhece que a ação dos piquetes era ilegal, mas que mesmo assim contava com o apoio do executivo da união, simplesmente porque este se opunha à lei, em uma reafirmação de sua posição de franco desafio à institucionalidade burguesa, afirmação que o autor da matéria não comenta. Consideramos a associação dos dois temas que compõem a matéria bastante problemática, especialmente sob o título “NUM deposita suas esperanças no voto”, que reforça, mais uma vez, a associação entre a repressão aos piquetes, tema preponderante na página, e uma garantia democrática. Objetivamente, o único elemento de unidade desse texto específico é que tanto a morte de Jones como a questão jurídico-legal foram abordados por Scargill em uma mesma fala, sendo a questão das votações, destacada no título, um desenvolvimento desse segundo ponto, sem relação direta com o primeiro.

Ainda na edição do dia 16 (mas não mais na primeira página), a já mencionada matéria “A fúria dos piquetes irrompe” discorre sobre um “dia inteiro de luta e abuso”, sem explicitar que esse último se trata de abuso policial, descrevendo um cenário violentíssimo ao afirmar ter sido “um milagre” que ninguém tenha sido ferido seriamente na confrontação entre piquetes e polícia até o momento em que David Jones foi morto (acontecimento detalhado em uma coluna ao lado da matéria).

Mais uma outra reportagem publicada na edição do dia 16 retoma os debates na Câmara dos Comuns sobre o estado da greve: aqui, contudo, trata-se da tradicional sessão de perguntas à primeira-ministra. A matéria tem um tom de “neutralidade”, em que falas de governistas e opositores são citadas sem comentários. A imagem que acompanha o texto é uma foto do secretário do interior, Leon Brittan, com a legenda “acusado de inflamar a disputa” — no caso, pela oposição.²²³

Enquanto isso, o *Observer*, na sua edição daquela semana (18/03), trata das confrontações entre grevistas e polícia responsabilizando os primeiros. Robert Taylor, na sua

²²³ The Guardian, 16/03/1984, p. 5.

extensa matéria daquela data, caracteriza os piquetes móveis como “ameaça” e iguala Scargill e MacGregor, que considera ser o militante equivalente do NCB.

A oposição do *Guardian* em especial à escalada da repressão por parte do governo, sobretudo àquilo que o jornal percebe como abusos da função policial, começa a se firmar a partir da edição do dia 19 de março. Noticiando em sua primeira página a ação policial destinada a conter o movimento de piquetes para as regiões Nottinghamshire e Midlands, o jornal levanta a preocupação de que a centralização de recursos policiais para combater a greve dos mineiros constitui a criação de uma força policial nacional, reiterando essa preocupação no texto “Ondas de choque da greve”, de 26 de março, em que vê naquele movimento a gestação de um “embrião de polícia nacional”.²²⁴

Aqui cabe apontar que, embora o Reino Unido seja oficialmente um Estado unitário,²²⁵ o policiamento ostensivo é tradicionalmente organizado no nível local, sendo a ideia de uma força policial nacional um tabu na política britânica. Tal conceito é considerado incompatível com a concepção britânica de governo constitucional pelo consentimento dos governados, conceito esse que se estendeu para a noção de “policiamento pelo consentimento”, proposta por Sir Robert Peel no começo do século XIX, quando o país começava a organizar uma força policial moderna, a começar pela Scotland Yard em Londres. Após reformas realizadas nas décadas de 1960 e 1970 (que já representaram um maior grau de centralização do policiamento em relação ao período anterior) a maior parte do território do Reino passou a estar sob a jurisdição de cerca de 50 “autoridades policiais” locais, cada uma delas um conselho composto por membros do legislativo local e magistrados, que indicavam o chefe da polícia em cada território. Oficialmente, portanto, o governo nacional do Reino Unido não possuía autoridade sobre o policiamento. Isso não significa, evidentemente, que ele não tivesse meios para usar a força diretamente contra seus próprios cidadãos: entre 1969 e 2007, por exemplo, a Irlanda do Norte esteve sob intervenção militar direta do exército britânico. Mesmo assim, na maior parte do tempo, era mais conveniente deixar a repressão a cargo das autoridades locais, a fim de lhe conferir uma aparência de legitimidade (na formulação de Gramsci, apresentando o exercício da força como apoiado no consentimento da maioria, de modo que tal exercício reforce e não prejudique a hegemonia do grupo dominante). Assim, para que o governo Thatcher pudesse

²²⁴ The Guardian, 19/03/1984, p. 1, e The Guardian, 26/03, p. 1.

²²⁵ Pela tradição constitucional britânica, o Parlamento do Reino, do qual a monarquia é considerada parte integral, é politicamente soberano e todas as outras instituições têm apenas as atribuições que lhe forem delegadas por ele. É o caso dos governos regionais da Escócia, de Gales e da Irlanda do Norte, que, de toda forma, só seriam estabelecidos no final da década de 1990, durante o primeiro governo de Tony Blair.

dirigir de forma centralizada o esforço de repressão à greve dos mineiros, precisou contar com a cooperação das autoridades policiais, políticas e judiciárias estabelecidas no nível local. Elas não hesitaram em cooperar.

Se por um lado essa centralização da repressão é apresentada como um risco pelo *Guardian*, ela é naturalizada em outras passagens do jornal. No dia 30 de março, em uma matéria assinada por Stephen Cook na primeira página da publicação, o leitor é informado, sem qualquer reiteração daquele alerta, da promessa do secretário do interior do Reino, Leon Brittan, de ajudar o governo local de Nottinghamshire a custear o policiamento adicional decorrente da repressão aos piquetes, evidenciando que o condado agia em consonância com os objetivos políticos do governo.²²⁶

A escalada da repressão é atualizada no dia 22, quando, em matéria assinada por Penny Chorlton, o *Guardian* informa que, para combater cerca de 1.500 piquetes móveis em todo o país, o governo havia mobilizado não menos que 8.000 policiais, embora o texto clarifique que esse número, destacado no título da matéria, se refere ao total de policiais disponíveis para o serviço ao longo de um período de 24 horas, não o contingente máximo em atividade simultaneamente.²²⁷ Chorlton também noticia sem muito sentido de gravidade que cerca de 50 pessoas haviam sido detidas na linha de piquete até o dia anterior (21/03), ao passo que 10 policiais haviam sido feridos. A despeito desses dados, a matéria reproduz a afirmação do chefe da coordenação da ação policial, David Hall, de que as interações entre polícia e piquetes até então estavam sendo “relativamente pacíficas” e minimizando os ferimentos de seus subordinados.

Provavelmente a mais incisiva crítica do *Guardian* à repressão policial nesse primeiro mês da greve foi a denúncia, publicada no dia 30 de março e assinada por Patrick Wintour e Colin Brown, de que mineiros de Yorkshire estavam sendo detidos pela polícia mesmo fora dos piquetes, interrogados sobre suas posições políticas e fichados.²²⁸ A detenção preventiva de (possíveis) piqueteiros já havia sido condenada na matéria “Ondas de choque da greve” (26/03). A partir desses textos, o jornal se posiciona veementemente contra o que entendia como violações, entre outros, dos direitos de ir e vir e do devido processo legal. Assim, a crítica do *Guardian* à repressão de um movimento de subalternos se dá sem qualquer consideração sobre o caráter de classe dessa repressão, enfatizando, pelo contrário, as violações do pacto político liberal da sociedade burguesa.

²²⁶ The Guardian, 30/03/1984, p. 1.

²²⁷ The Guardian, 22/03/1984, p. 2.

²²⁸ The Guardian, 30/03/1984, p. 2.

O *Guardian* passou a adotar, então, uma posição de condenação simultânea da ação policial e da tática dos piquetes móveis, equalizando-as e atribuindo à intransigência dos lados em confronto a escalada na violência. O *Observer* adota posição semelhante no texto assinado por Taylor em 18/03. Tal posição foi adotada explicitamente pelo minoritário Partido Liberal, como registrado em matéria publicada no próprio jornal.²²⁹ No dia 22, em matéria assinada por James Lewis, o jornal ecoa o apelo da regional das Midlands para que haja uma redução tanto do número de piquetes móveis como no de policiais, reforçando o chamado a uma votação nacional.²³⁰

Consideramos que o reiterado apelo por uma votação, associado à cobertura negativa da tática de piquetes, ainda que se apresente como o caminho para garantia da democracia, da paz e da conciliação, em verdade constituía nada menos do que uma reprodução dos argumentos empregados pelo governo e pela gestão do NCB em defesa da repressão. A falta de uma votação, na argumentação antigreve, fazia da mobilização ilegítima e, portanto, suscetível à intervenção policial.

A íntima associação entre o apelo por uma votação nacional e a justificação da repressão é reconhecida por Patrick Wintour, membro da equipe de assuntos trabalhistas do *Guardian*, em matéria publicada no dia 24 de março, em que é destacada a posição de MacGregor em defesa da ação policial e da realização de uma votação nacional entre os mineiros.²³¹ MacGregor evidentemente não defendia o direito dos trabalhadores à greve na hipótese de deliberação majoritária da categoria; o apego à tecnicidade da votação era meramente uma ferramenta retórica para atacar aquela greve em particular e justificar a sua repressão. Dessa forma, como noticiado na mesma matéria, o ministro do interior de Thatcher, Douglas Hurd, afirma que a polícia não estaria fazendo valer o *Employments Act* ao impedir a atividade dos piquetes, “mas um direito muito mais antigo, baseado na lei comum da Inglaterra de que homens livres não deveriam ser intimidados enquanto realizam suas atividades legais”.²³²

Se o *Guardian* se mostra crítico em relação ao emprego da força policial pelo governo na repressão à greve, a repressão financeira sancionada pelo sistema jurídico é apresentada pelo periódico como perfeitamente aceitável. Ao noticiar, no dia 20 de março, as multas impostas à regional de Yorkshire do NUM, o *Guardian* afirma que a seção sindical as

²²⁹ The Guardian, 24/03/1984, p. 1-28.

²³⁰ The Guardian, 22/03/1984, p. 2.

²³¹ The Guardian, 24/03/1984, p. 1-28.

²³² “but a much more ancient right, based on the common law of England that free men should not be intimidated as they go about their lawful occasions”

enfrentava “por ilegalmente permitir que seus afiliados realizem piquetes em outras áreas”.²³³ Não obstante, cabe notar que a matéria dá voz à posição do presidente regional de Yorkshire em um parágrafo, em que é exposto o argumento do sindicalista de que a luta dos grevistas é contra fechamentos de minas e empregos ruins. O jornal, contudo, não lhe dá a oportunidade de rebater diretamente os ataques à legalidade da ação dos piquetes.²³⁴

No mesmo sentido da defesa da limitação à mobilização sindical por vias jurídicas, o jornal deu espaço no dia 21 de março, sem nenhum contraponto, aos argumentos do Lorde Denning, ex-chefe da justiça civil do país, em favor das restrições impostas em 1980 e 1982 aos direitos dos sindicatos, com base na ideia de que eles abusavam desses direitos. Na contramão da posição do membro do parliamento, a mesma edição do jornal noticia que o conselho de Yorkshire Sul, controlado pelos trabalhistas, se articula para impedir a repressão policial aos piquetes. O *Guardian* atribui a um conselheiro a afirmação de que “Sindicatos deveriam estar acima da lei”. Essa citação recortada, sem contextualização ou comentário, longe de constituir uma abertura de espaço à argumentação em favor da posição grevistas cumpre o papel de reforçar os argumentos dos opositores da mobilização, que, como exemplificado naquela mesma publicação por Lorde Denning, consideravam que os sindicatos estavam reivindicando para si uma posição de dominância e coagindo o restante da sociedade a adotar as suas posições. As posições defendidas por Scargill em defesa de uma guerra de classes, contra a institucionalidade burguesa e em favor de uma forma alternativa de democracia não são sequer mencionadas, quanto mais elaboradas em uma crítica consistente à institucionalização da repressão à organização e mobilização de trabalhadores que pudesse servir de contraponto a posições como a do Lorde Denning.²³⁵

4. Retratos da consciência de classe no *Guardian*

Como indicamos no começo deste capítulo, o *Guardian* cobriu os conflitos entre trabalhadores, notadamente entre mineiros grevistas e aqueles contrários à greve, buscando se distanciar da própria confrontação. Ainda assim, devemos fazer notar que, em diversas passagens de sua cobertura da greve, o *Guardian* registrou manifestações inequívocas da persistência entre os mineiros de carvão de uma consciência de pertencimento a uma classe trabalhadora mais ampla, dotada de valores próprios e definida pela luta contra sua condição de subalternidade. O *Guardian* não se posiciona de forma explícita como adepto dessa

²³³ The Guardian, 20/03/1984, pp. 1-2. “huge fines for unlawfully allowing its members to picket other areas”.

²³⁴ The Guardian, 20/03/1984, pp. 1-2.

²³⁵ The Guardian, 21/03/1984, p. 2.

expressão de consciência, mas a trata como legítima. Tais registros indicam que essa consciência não estava restrita ao nível “corporativo”; as reivindicações particulares dos mineiros grevistas eram via de regra apresentadas de forma que buscavam expressar os interesses ampliados da classe trabalhadora com a qual eles se identificavam, sobretudo pela apresentação de sua oposição aos fechamentos das minas de carvão como meio para garantia do direito ao trabalho, como consideramos no segundo capítulo.

Diversas reportagens abordam o engajamento de setores do movimento com a mobilização noticiando-as como posições legítimas de um grupo da sociedade, ainda que em geral mantenham uma postura de distanciamento em relação a esse grupo, não sendo em nenhum momento apologéticas da luta dos mineiros. Mesmo o respeito que notamos pela consciência mineira é restrito a algumas matérias, nenhuma das quais, dentre as que avaliamos, foi assinada por autoridades na estrutura interna do jornal, de modo que parecem refletir uma atitude pessoal dos jornalistas responsáveis pela sua autoria.

Gostaríamos de destacar três matérias publicadas por repórteres do *Guardian* no dia 20 de março, que trazem visões ponderadas da postura dos grevistas.²³⁶ David Pallister noticia que, apesar do cerco policial, centenas de piquetes móveis de Gales do Sul, Yorkshire e Kent lograram chegar à região das Midlands e convencer parte dos seus mineiros a não trabalhar. Pallister não usa linguagem que insinue intimidação e ressalta a falta de confrontações com a polícia.

Já Malcolm Pithers noticia a decisão da regional de North Derbyshire de reverter o resultado da votação local contra a greve e declará-la mesmo assim. O autor contextualiza que essa decisão foi tomada diante de uma votação extremamente apertada (apenas 16 votos de diferença) em que mineiros do setor privado tiveram papel decisivo no resultado contrário à greve. Pithers traz falas de mineiros frustrados com a decisão, mas afirma que outros membros da categoria estavam decididos a lutar.

As particularidades da cultura sindical aparecem de forma mais explícita na matéria assinada por Michael Morris, por meio de uma menção ao “hábito de não cruzar uma linha de piquete”, que ele não classifica como “fora de moda”, diferentemente do que fazem outros textos publicados pelo jornal, como veremos na seção seguinte. Morris afirma que esse hábito, de acordo com um mineiro chamado John Donnelly, teria prevenido alguns homens de entrarem na mina de Littleton. Morris aponta para a ideia de intimidação, no entanto, ao afirmar que “um outro [mineiro] sugeriu que foi o medo” que impediu a ultrapassagem da

²³⁶ The Guardian, 20/03/1984, p. 2.

linha. A força da “santidade” da linha de piquetes é reforçada pelo depoimento de um segundo mineiro citado por Morris, John Crum, que relata que cruzar uma linha de piquete em outra localidade deixou “um gosto asqueroso na minha boca”. A reportagem dá destaque aos argumentos de Crum para se opor à greve, centrados na percepção de que o tempo seria inadequado, evitando assim reforçar o argumento de que uma maioria dos mineiros seria contrária à mobilização simplesmente por ser antigreve.

Na contramão dos esforços de opositores da greve em tentar caracterizar a mobilização como forçada sobre os mineiros pela liderança do seu sindicato, duas matérias publicadas pelo *Guardian* no dia 26 de março de 1984 ressaltam o comprometimento de alguns grupos de mineiros com a greve. Uma das reportagens diz respeito à Escócia, e a outra, à localidade de Mardy, em Gales do Sul. A primeira descreve a prevalência de um sentido de ressentimento entre os mineiros escoceses com a recente falta de apoio de Yorkshire à sua tentativa de mobilização. Não obstante, o texto afirma que os mineiros escoceses têm sido consistentes no apoio à greve, iniciada precisamente pelos trabalhadores de Yorkshire, ressaltando que o engajamento dos primeiros não se deveu a cálculos circunstanciais de interesses, mas da persistência de uma identificação com os valores do movimento de trabalhadores.²³⁷ A segunda reportagem, por sua vez, descreve o engajamento dos mineiros de Mardy com a greve, lembrando que a tradição militante da localidade havia lhe rendido o apelido de “Pequena Moscou” no Entreguerras. O destaque dado a esse engajamento em certo sentido legitima a causa mineira, embora haja também o reforço de uma noção de particularismo da região, expresso na citação de um jovem mineiro presente no texto: “Nós somos uma cepa [*breed*] diferente aqui”.

No mesmo sentido de registrar as expressões da consciência de classe pelos próprios mineiros, o *Guardian* também apresenta declarações das suas lideranças a respeito do tema. Assim, ao noticiar no dia 24 de março o funeral de David Jones, o jornal faz citação a uma fala de Scargill na cerimônia, em que o sindicalista comenta sua interação com o pai de David, Mark Jones, um mineiro aposentado:

“O sr. Jones me disse que sob nenhuma circunstância os mineiros devem desistir. Eles devem lutar para salvar minas e empregos porque foi por isso que seu filho sacrificou a própria vida.”²³⁸

²³⁷ The Guardian, 26/03/1984, p. 3.

²³⁸ The Guardian, 24/03/1984, p. 28 “Mr Jones told me under no circumstances must the miners give up. They must fight to save pits and jobs because that is what their son gave his life for.”

Como a citação é feita por meio de Scargill, não sabemos as palavras exatas que lhe foram ditas pelo sr. Jones, de modo que não consideramos esse um registro direto de expressão da consciência de classe por um mineiro “ordinário”, que na língua inglesa seria denominado membro do *rank and file*, como os mencionados anteriormente. Não obstante, o registro é significativo por indicar como, na mediação entre a liderança e os demais integrantes do movimento de mineiros, evoca-se explicitamente a valores de classe, pautados aqui por um compromisso explícito com a luta contra seus adversários de classe (ainda que não explicitados no texto, mas que se pode inferir pela alusão a uma luta) em defesa de seus interesses de classe (no caso, o direito ao emprego). A diferenciação entre uma classe e seus adversários e a identificação destes como tal, como argumentado por Thompson, são elementos constitutivos de uma consciência classista. Cabe notar que o *Guardian* registra essa fala de Scargill sem nenhum tipo de escárnio ou detração, revelando em vez disso uma mínima aceitação da legitimidade da postura por ele expressa.

Outra liderança do NUM citada a respeito do tema foi Jack Taylor, presidente da regional de Yorkshire, região que encabeçou a greve. Em matéria assinada por Patrick Wintour, o sindicalista afirma que o redirecionamento dos piquetes para as estações de geração de energia, no final de março de 1984, foi causado pela ação policial, que inviabilizou a presença dos piquetes nas regiões que boicotavam a greve. Ao comentar precisamente esse boicote, Taylor desabafa:

“Eu nunca acreditei que estaríamos na posição em que estamos hoje, e que tantas pessoas cruzaram linhas de piquete. Eu pensava que se havia algum sindicato em que as linhas de piquete seriam sacrossantas esse sindicato seria o NUM, especialmente depois de uma proibição de horas-extras de 20 semanas.”²³⁹

Enquanto as citações que fizemos anteriormente apontam para a persistência dos valores de classe entre parte dos mineiros, essa última é indicativa da sua fragilidade naquele momento histórico específico. Mais do que isso, a perplexidade de Taylor indica o quão significativa foi a greve de 1984-5 para o processo de erosão da coesão da classe trabalhadora britânica, ao menos ao explicitar mudanças que talvez já estivessem em curso na subjetividade mineira. O cálculo de Taylor, se representativo da leitura do restante da liderança do NUM a respeito da conjuntura que os levou a declarar a greve, indica que a própria “aposta” do movimento encabeçado por Scargill em seguir esse curso de ação

²³⁹ The Guardian, 31/03/1984, p. 2. “I never believed we would be in the position we are today, and that so many people would cross picket lines. I would have thought that if there is one union in which picket lines would be sacrosanct that union would be the NUM, specially after a 20-week overtime ban”.

baseava-se na leitura de que a coesão dos mineiros de carvão não apenas persistia, como se mostraria prevalente. Taylor, além disso, minimiza o argumento da intimidação, atribuindo a divisão dos mineiros ao esquema de incentivos instituído na década de 1970, que gerou agudas disparidades salariais entre localidades com diferentes condições de extração do carvão.

Já no *Observer*, as matérias que analisamos não nos permitem elaborar um quadro complexo sobre manifestações de consciência de classe e a forma que essas manifestações são tratadas pelo jornal. O periódico “dá voz” aos trabalhadores, a exemplo da matéria de fevereiro sobre Cortonwood, mas, nesse e nos outros textos que analisamos, a forma como esses trabalhadores se entendiam aparece de forma menos clara. O tratamento da questão pelo editor de assuntos trabalhistas do dominical, Robert Taylor, em 18/03, é aos nossos olhos bastante problemática: Taylor em diversas passagens fala “em nome” dos trabalhadores, afirmando sem nenhum embasamento em relatos ou entrevistas que eles não estariam apoiando Scargill. Sobre isso, veremos mais agora.

5. A deslegitimação da consciência de classe combativa pela imprensa “progressista”

Não obstante o registro de manifestações inequívocas da persistência da consciência de classe entre os mineiros de carvão, o *Guardian* frequentemente as contrapõe a afirmações que desafiam essa persistência - algumas vezes expressas pelos próprios trabalhadores, mas, ao menos no período que analisamos, esses desafios foram minoritários. Nossa análise da cobertura do jornal confirma aquilo que argumentamos no nosso segundo capítulo: que a contestação ideológica à mobilização, encabeçada pelo thatcherismo, se deu no sentido de minimizar ou negar a própria pertinência de formas de identificação coletivas como a classe, apresentando como alternativa o individualismo. Se por um lado o *Guardian* não adota expressamente essa posição, por outro reafirma de forma veemente diversos argumentos condizentes. Assim, embora o jornal não busque invalidar a ideia de classe social como um todo (ideia essa que, no nosso entender, implica necessariamente em conflito de interesses), sua posição no período que nossa pesquisa cobriu foi de rechaço a qualquer manifestação mais combativa do conflito de classes, especialmente quando ele extrapola os limites instituídos pela dinâmica da institucionalidade burguesa.

O mesmo se aplica em grande medida à cobertura do *Observer*, especialmente nas duas matérias sobre o tema publicadas no dia 18/03, após uma semana de confrontos intensos entre grevistas e polícia.

“*Moderados*” contra “*torcidas de futebol*”. Nas matérias que noticiam as disputas internas à categoria dos mineiros sobre a continuidade da greve, tanto no *Guardian* como no *Observer*, são frequentes as citações a argumentos de ambos os campos em disputa, de forma condizente à posição de distanciamento formal adotada pelos dois periódicos. Em certos momentos, especificamente no *Guardian*, essas duas frações do sindicato são apresentadas como a “esquerda” e a “direita” da organização. Embora essa denominação possa ser de acuidade discutível, ela é, no, nosso entender, honesta, uma vez que evita o tipo de linguagem empregada pelos opositores da greve, que buscava explicitamente retratar o grupo político de Scargill como extremista. Além disso, ela refletia a percepção interna ao movimento. Não obstante, contudo, o *Guardian* não sustentou essa denominação ao longo de sua cobertura da greve, fazendo frequente uso de outros termos mais problemáticos, sobretudo a expressão “moderados” para se referir aos opositores da greve em vez de “direita”, opção também feita pelo *Observer*. Essa escolha, evidentemente, implica que seus adversários à esquerda (termo esse que é mantido de forma mais consistente, especialmente pelo *Guardian*) seriam desprovidos da virtude da moderação. Assim, embora os jornais evitem usar de forma explícita o termo “extremista” para caracterizar o grupo de Scargill, o fazem mesmo assim de forma implícita. Ainda mais grave, os grevistas, sobretudo seus expoentes mais comprometidos, que se engajaram nos piquetes móveis, seriam alvo de linguagem absolutamente detratória, que beira à desumanização dos envolvidos. No caso do *Guardian*, essa mudança no emprego da terminologia se dá claramente na segunda metade do mês de março, quando uma rápida escalada ocorreu nas confrontações entre os mineiros grevistas e seus opositores tanto dentro como fora da categoria.

O tom da cobertura até então era bem diferente. No dia 9 de janeiro de 1984, exatos dois meses antes do estouro da greve, o *Guardian* noticiava que tensões já estavam em curso entre a fração mais militante dos mineiros, que naquele momento já lideravam o sindicato e buscavam enfrentar a política de fechamentos de minas, e a fração menos militante. Como já apontamos, naquele momento, essas tensões diziam respeito sobretudo à proibição de horas-extras imposta pelo executivo de Scargill, à qual, segundo a matéria, 43 mineiros do norte de Staffordshire, chamados no texto de “rebeldes”, decidiram se opor por meio de uma paralização na produção. A matéria tem o mérito de situar o subgrupo ocupacional ao qual

pertenciam esses opositores da proibição: tratava-se de “içadores”, grupo que, segundo o texto, se opunha em diversas regiões à proibição, exigindo já a respeito dela a realização de uma votação nacional. Para além de seu caráter informativo, esse dado contribui para evitar a generalização de que o conjunto dos mineiros se opunha à postura militante do executivo do sindicato, que, segundo a argumentação antigreve, buscava utilizar o segmento mineiro à sua revelia para atingir os objetivos políticos de Scargill e companhia. Em vez disso, o jornal contribui com a informação sobre a função exercida pelos “rebeldes” para a compreensão da complexidade dos conflitos de interesse entre elementos do movimento de mineiros. O mesmo texto também afirma que piquetes do NUM são os responsáveis por sustentar a proibição de horas-extras, dando o tom da disputa que com o estouro da greve se tornaria mais dramática, aqui ainda sem nenhuma intenção de condená-los. A matéria dá voz à posição da esquerda do NUM de minimizar a “rebelião”, reforçando o esforço de não generalizar a posição daqueles mineiros que se opunham à proibição de horas-extras, além de reproduzir, por dois parágrafos, a posição de Scargill em defesa da proibição de horas-extras. A título de contraponto, a matéria dá também voz à direita do sindicato, aqui identificando-a como tal.

A referência à fração resistente à greve como “direita” é destacada na histórica matéria do dia 9 que noticia o estouro da greve, na qual o leitor é informado que as chamadas por uma votação nacional sobre a ação grevista são feitas pelos inclinados àquele campo político.

A guinada linguística na cobertura da greve se dá no contexto da polêmica relativa à tática de piquetes móveis, que, como destacado anteriormente, foi veementemente condenada no *Guardian*. Retornando à matéria “A fúria dos piquetes irrompe”, do dia 16 de março, observamos que, ao descrever a tensão existente entre os piquetes de Yorkshire e os mineiros de Nottinghamshire, na qual a polícia interveio, o texto compara o comportamento dos piquetes ao de torcidas organizadas de futebol, que, no contexto britânico, são infames pelo sua frequente violência, no que se conhece como “hooliganismo”.²⁴⁰ Essa comparação, que busca caracterizar o comportamento dos grevistas como marcado, para além da violência, pelo irracionalismo, pelo fanatismo e pelo “espírito de manada”, se repetiria nas duas matérias publicadas pelo *Observer* no dia 18 de março.²⁴¹ A primeira delas noticia ainda que David Jones, o primeiro mineiro grevista vitimado pela greve, estava aguardando julgamento precisamente por ter participado de um tumulto praticado por uma torcida de futebol. Posta

²⁴⁰ The Guardian, 16/03/1984, p. 3.

²⁴¹ The Observer, 18/03/1984, pp. 4 e 11.

assim em perspectiva, a caracterização dos opositores da greve como “moderados” tem outro peso: trata-se da contraposição não entre moderação e combatividade, mas entre moderação e violência, irracionalismo, fanatismo e coação. A oposição é explícita na maior das duas matéria do dia 18, assinada por Robert Taylor. O texto intitulado “Agonia nos campos de mineração” traz simultaneamente o termo “moderados” e a comparação dos “não moderados” a torcidas de futebol.

Já no *Guardian*, David Pallister igualmente usa o termo “moderados” para se referir aos mineiros de Leicestershire ao anunciar que eles haviam votado contra a greve em um procedimento com alta participação, associando expressamente a “moderação” e o não-engajamento com a ação grevista.²⁴² O mesmo ocorre no já citado trecho da matéria “Que jeito de realizar uma votação”, em que o autor afirma que o objetivo dos piquetes móveis: “têm sido negar aos mineiros em áreas **moderadas** o seu direito constitucional de liberdade de escolha”²⁴³, bem como na matéria “Ondas de choque da greve”, em que se afirma que “áreas militantes [são] encorajadas [pelo executivo do NUM] a intimidar áreas **moderadas** a fazer greve contra a sua vontade”.²⁴⁴

Estando devidamente caracterizados os campos em disputa como os moderados opositores da greve e os fanáticos piquetes que se comportam como *hooligans*, ambos os jornais retratam a dinâmica de disputa entre eles como a coação dos primeiros pelos segundos, reforçando, sob mais um ponto de vista, o argumento governista utilizado para justificar o uso da força policial para reprimir a greve.

Cabe fazer notar que a despeito dessa posição o *Guardian* ainda dá espaço a falas dos adeptos da greve, como na matéria do dia 13 de março em que noticia os atritos entre os piquetes móveis originados de Yorkshire e os mineiros de Nottinghamshire. O texto reproduz os argumentos de representantes dos piquetes, que afirmam que não tiveram outra alternativa a não ser levar a luta para outras regiões. Também presente está a declaração de um opositor da greve, que afirma que “alguém tem que fazer frente a esses piquetes”.²⁴⁵

Por outro lado, no dia seguinte, relatando a situação de uma mina específica (Harworth), o jornal dá grande destaque à oposição dos mineiros de Nottinghamshire à greve e ao argumento de que eles vinham sendo intimidados pelos piquetes da vizinha Yorkshire, apenas em uma breve passagem dando voz aos argumentos dos grevistas, reduzindo-os a uma

²⁴² The Guardian, 21/03/1984, p. 2.

²⁴³ “The objective of the flying pickets has been to deny to miners in moderate areas their constitutional right to freedom of choice.” The Guardian, 16/03/1984, p. 14.

²⁴⁴ The Guardian, 26/03/1984, p. 12.

²⁴⁵ The Guardian, 13/03/1984, p. 2.

negativa da intimidação e à concessão de que “os mineiros de Notts só serão mantidos fora do trabalho por meio de piquete”, fala que, desprovida de qualquer contexto, na prática apenas valida a acusação de intimidação.²⁴⁶

A deslegitimação da militância combativa atinge o seu auge na matéria “Que jeito de realizar uma votação”, que contém talvez a declaração mais cheia de implicações para o objeto desta pesquisa entre as matérias analisadas. O texto descreve o respeito da classe trabalhadora pela linha de piquetes como “o medo antiquado ou desgosto antiquado por cruzar uma linha de piquete.”²⁴⁷ Esse trecho é a mais explícita sanção que encontramos no material analisado de qualquer dos dois jornais ao esforço thatcherista de simplesmente negar, desacreditar e suprimir a consciência da classe trabalhadora, esforço em que retratar seus ideais e práticas como ultrapassados, que deveriam ser superados, era elemento central.

Scargillismo: uma aberração política? Para além da deslegitimação da combatividade do movimento de mineiros, que, como buscamos argumentar, é bastante explícita na cobertura da greve tanto pelo *Guardian* como pelo *Observer*, percebemos também um outro movimento um tanto quanto mais sutil: um esforço em representar esses grupos mais militantes como aberrantes, dotados de concepções particulares não apenas extremistas, mas desconectadas dos consensos imperantes na sociedade, inclusive no interior do movimento de trabalhadores. Assim, na visão dos jornais, especialmente o *Observer*, Scargill, com suas posições abertamente socialistas e revolucionárias, seria o principal expoente desse grupo supostamente marginal, que estaria buscando compensar sua insignificância política com táticas violentas e intimidatórias. O fato de Scargill e seu grupo liderarem o setor mais proeminente do sindicalismo britânico não seria uma expressão da abertura das pessoas que o compunham às posições representadas pelo líder que haviam livremente escolhido, mas uma concessão circunstancial a tal minoria aberrante.

É nesse sentido que argumenta o editor de assuntos trabalhistas do *Observer*, Robert Taylor, em uma matéria publicada pelo periódico dominical no dia 18 de março, focada na crítica à figura de Scargill. O texto começa com uma citação de rejeição ao presidente por um mineiro da localidade de Thoresby que foi impedido de trabalhar pelos piquetes:

²⁴⁶ The Guardian, 14/03/1984, p. 8.

²⁴⁷ “old fashioned fear or old fashioned distaste for crossing a picket line”

“Scargill dividiu este sindicato [...] Scargill é um extremista. Ele quer nos usar como bucha de canhão para derrubar o governo. Eu vou te dizer, se ele aparecesse aqui, nós o amarraríamos no poste mais próximo.”²⁴⁸

Na visão do autor, o debate entre os defensores e os opositores de Scargill era “um diálogo de surdos”. Taylor caracteriza a recusa de Scargill em realizar uma votação nacional como “questão que inflama os dois lados”, atribuindo à personalidade de Scargill parte da dificuldade de se chegar a um entendimento. O autor compara ainda o papel do sindicalista na greve de 1972 ao de um “jovem Bonaparte”, caracteriza a participação de Scargill na derrubada do ex-primeiro ministro conservador Edward Heath como “agressão”, e afirma que o presidente do NUM é “um prisioneiro do passado”, assistindo mais uma vez o esforço thatcherista de apresentar como antiquado o tipo de mobilização de trabalhadores que Scargill personificava.

Notadamente, Taylor busca contrapor Scargill aos próprios mineiros de carvão que o haviam escolhido como liderança. Nas palavras do editor, que sem nenhuma evidência para sustentar sua posição decide falar em nome dos mineiros de carvão, “A maioria dos filiados ao seu sindicato o elegeram como um negociador agressivo para representá-los, não como um revolucionário”.²⁴⁹ Assim, na visão de Taylor, o NUM seria controlado pela “minoría militante” de Scargill, grupo cuja legitimação pelo voto da maioria dos mineiros, ao ver do autor, na verdade não o legitimava, pois eles teriam votado em Scargill (e reiterado seu apoio ao grupo do presidente ao eleger Peter Heathfield como secretário-geral em janeiro) sem apoiar suas posições. Trata-se de um caminho lógico bastante peculiar da parte de Taylor, que, nesse esforço de estabelecer um distanciamento entre a liderança e a base do movimento, afirma que jovens “mineiros afluentes” não estavam dispostos a participar “como figurantes de um melodrama no estilo de Eisenstein”, referindo-se ao cineasta revolucionário Serguei Eisenstein, de nacionalidade soviética.²⁵⁰ Na visão do editor de assuntos trabalhistas do *Observer*, a luta de classes (ou guerra, como prefere Scargill) parece pouco mais do que uma temática de um subgênero ficcional, que, além de tudo, estaria fora de moda.

Nos parece claro que as posições professadas por Scargill estavam longe de ser hegemônicas no movimento de trabalhadores ou muito menos na sociedade britânica. A tentativa de caracterizá-las como totalmente alienígenas, no entanto, se apresenta para nós

²⁴⁸ Scargill has split this union [...] Scargill is an extremist. He wants to use us as cannon fodder to bring down the Government. I tell you, if he were to turn up here, we'd string him up from the nearest lamp-post. The *Observer*, 18/03, p. 11.

²⁴⁹ Idem, ““Most of his members elected him as an aggressive bargainer on their behalf, not as a revolutionary””

²⁵⁰ Idem.

como um esforço consciente para diminuir sua real expressividade e assim desacreditá-las. Essa abordagem é representativa de uma guinada ocorrida no discurso anti-revolucionário característico da Guerra Fria, que passaria da pregação contra o “perigo vermelho” ou a “ameaça comunista” nas primeiras décadas após a Segunda Guerra para um esforço no sentido de negar a força, a pertinência e a viabilidade de qualquer posição de crítica mais radical à ordem burguesa, especialmente as explicitamente socialistas, culminando nas ideias de “fim da história” e de morte do marxismo após a queda do Muro de Berlim e o colapso da URSS, que ocorreriam ao fim daquela mesma década.

Sobre a alegação de Taylor de que Scargill conduzia o sindicato em sentido distinto ou mesmo contrário à vontade dos filiados, especialmente no que diz respeito à greve, consideramos necessário fazer algumas considerações. Sabemos que a deserção dos grevistas foi significativa desde o começo da greve. Cabe recordar o leitor, no entanto, que, no mês seguinte (abril de 1984), a despeito de todas aquelas deserções, a mobilização contava com a adesão de 80% dos trabalhadores do setor de mineração de carvão. Ao negar a maioria que Scargill claramente possuía em apoio àquela que era sua maior bandeira (a greve), o autor generaliza a não-adesão como sendo a posição predominante entre os mineiros de carvão, o que, naqueles primeiros momentos da mobilização, simplesmente não se confirma. A recusa em participar da greve era uma posição minoritária, mas que, em virtude das condições adversas em que a mobilização se deu, não podia ser tolerada pelo sindicato.

Além disso, a alegação de que o NUM era comandado por uma “minoridade militante”, frente à realidade de uma adesão generalizada dos mineiros à greve e, em muitos casos, aos piquetes (que o *Guardian* por exemplo ressalta como “piquetes em massa”) tem como conclusão lógica a noção de que esses últimos seriam manipulados em suas ações ou dirigidos contra sua real vontade pelo grupo de Scargill, o que é reforçado pela caracterização dos piquetes como movidos por um comportamento irracional de grupo.

Para encerrar a análise desse texto, cabe apontar que Taylor faz tais críticas a Scargill buscando se dissociar da posição do governo, a fim de não ser confundido com alguém que simplesmente tomava o lado dos adversários dos grevistas. Para tanto, ele iguala o sindicalista a Ian MacGregor, que o autor considera ser o militante equivalente do NCB, reafirmando que a preferência do *Observer* é pela harmonia e a conciliação de interesses conflitantes.

No mesmo sentido de estabelecer um distanciamento entre a liderança grevista e a base do sindicato, uma matéria publicada na edição do dia 13 de março do *Guardian* se mostra particularmente problemática por aludir a preconceitos de gênero. A matéria em

questão afirma que “Algumas mulheres de mineiros em Yorkshire são **obviamente** contrárias à ação grevista”. Tal afirmação é feita sem apresentar nenhum embasamento consistente; na verdade, o texto reconhece explicitamente que é “impossível” mensurar a força dessa posição. Dessa forma, o advérbio destacado se apoia unicamente numa visão sexista que atribui a homens a função de militantes “ideológicos” e a mulheres o papel de elemento encarregado da racionalidade doméstica, bem como supostamente marcado por uma maior sensibilidade às dificuldades materiais impostas por disputadas sindicais. A greve foi, em vez disso, marcada pelo protagonismo e pelo engajamento feminino. A matéria prossegue em sua posição equivocada afirmando, também sem sustentação, que “muitas” daquelas mulheres sentem que os benefícios oferecidos pelo NCB aos mineiros que deixassem suas minas seriam “muito generosos”. O texto descreve esses benefícios por três parágrafos, sem apresentar a crítica dos grevistas à oferta. O único material que a matéria oferece para justificar sua caracterização da posição feminina é uma fotografia de uma mulher de mineiro de Yorkshire com uma arma de brinquedo apresentada em protesto, aparentemente, a Scargill, como se tal imagem, sozinha, referendasse as generalizações feitas pela reportagem.²⁵¹

A “*tríplice aliança*”. Um outro aspecto das relações entre expoentes da classe trabalhadora, que se torna mais proeminente na cobertura do *Guardian* a partir do dia 21 de março (o *Observer* não chega a tratar dela no período que analisamos) foi o esforço dos mineiros grevistas em angariar o apoio de outros segmentos do movimento de trabalhadores, notadamente os integrantes da “tríplice aliança” de mineiros, ferroviários e siderúrgicos, em função da interdependência entre as indústrias e de sua importância estratégica para o esforço grevista. A centralidade dessa aliança lhe rende destaque a partir daquela data devido ao deslocamento do esforço estratégico das lideranças grevistas para os outros elos na cadeia produtiva, em virtude do fracasso da estratégia de piquetes móveis em trazer para a greve os mineiros de regiões como Nottinghamshire, devido sobretudo à agressiva intervenção policial.

O *Guardian* se preocupou em expor a posição da liderança do NUM a respeito dessa guinada estratégica. Em matéria assinada por Peter Heterington no dia 21 de março, o jornal informa que o vice-presidente do sindicato, Mick McGahey, defende a ação da “tríplice aliança” em prol da greve, recebendo destaque a garantia dada pelo sindicalista de que os grevistas não desejavam paralisar a totalidade da força de trabalho britânica, mas apenas

²⁵¹ The Guardian, 13/03/1984, p. 2.

impedir o suprimento regular de carvão.²⁵² Na mesma edição, matéria atribuída a “um correspondente” noticia o piquete organizado pelo NUM para impedir o fornecimento de carvão estrangeiro para a British Steel Corporation (BSC).²⁵³

No dia 30, o jornal dá destaque aos resultados desse esforço, informando sobre seu sucesso parcial: a adesão dos sindicatos do setor de transporte, que decidiram bloquear o transporte de carvão em apoio à causa dos mineiros, e a recusa dos siderúrgicos em aderir ao esforço. Keith Harper, editor de assuntos trabalhistas do jornal, ao mencionar uma reunião do TUC realizada para discutir a questão, caracteriza aquelas que declararam apoio aos mineiros como “de esquerda”, sem sugerir que estivessem pendendo para o radicalismo ou o extremismo atribuído a Scargill.²⁵⁴ Na mesma edição, Peter Hetherington noticia por sua vez as tensões entre mineiros e siderúrgicos, mencionando a chega de carvão da Polônia para atender à demanda da indústria desses últimos.²⁵⁵ Em suma, pudemos concluir que, diferentemente de sua cobertura da dinâmica interna do movimento de mineiros, em que a ojeriza do jornal à falta de uma votação nacional e à tática dos piquetes móveis o leva a condenar inequivocamente o grupo de Scargill, ao cobrir as relações entre o movimento de mineiros e outros setores da classe trabalhadora, ao menos neste estágio da disputa, o jornal redobra sua intenção de se distanciar e de noticiar tais relações “de fora”, como um observador casual interessado apenas nos impactos da atividade sindical na economia e no cotidiano do Reino.

²⁵² The Guardian, 21/03/1984, p. 2.

²⁵³ The Guardian, 21/03/1984, p. 2.

²⁵⁴ The Guardian, 30/03/1984, p. 1

By Keith Harper, Labour Editor: tensão entre os sindicatos à esquerda e o TUC; “All the unions [na reunião?] but one - the steelworkers - are leftwing and they are all unions who have suffered substantial job losses in recent years”

²⁵⁵ The Guardian, 30/03/1984, p. 2.

Considerações finais

Não obstante as críticas que já antecipamos à tese de Hobsbawm, consideramos que ela reflete uma percepção pertinente da relação entre as mudanças na experiência dos trabalhadores no contexto do crescimento econômico do pós-guerra, especialmente no caso britânico, e o problema da subjetividade da classe. No nosso entender, a percepção de enfraquecimento da solidariedade de classe em virtude do aumento do setorialismo e da estratificação ajuda a explicar o isolamento dos mineiros grevistas em 1984-5. Mas essa tese é incompleta, simplista, generalizante, fatalista e, em alguns aspectos, falaciosa.

O seu problema mais evidente é o seu caráter eurocêntrico — e bastante anglocêntrico mesmo dentro de uma perspectiva centrada na Europa — como aponta Palmer.²⁵⁶ A realidade descrita por Hobsbawm como global claramente não se aplica ao caso brasileiro, para trazer o debate para mais perto de nós. Enquanto, na década de 1980, os partidos e sindicatos tradicionais da classe trabalhadora viviam uma crise de apoio e adesão na Europa Ocidental e em algumas outras partes, no Brasil estava em franca ascensão eleitoral um Partido dos Trabalhadores que atendia a todos os requisitos listados por Hobsbawm para constituir um indicador preferencial da existência de uma classe trabalhadora consciente de si — atendia a esses requisitos inclusive em termos bastante tradicionais, da base sindical ao nome e ao simbolismo socialista, nesse último quesito de forma muito diferente do seu contemporâneo polonês, o Solidariedade, com o qual é frequentemente comparado, inclusive por Hobsbawm. Mas, ao levar em conta o fenômeno aparentemente contraditório da formação desses movimentos em meio ao “desmoronamento” do fim do século, Hobsbawm trata a ambos como nada mais do que a consequência da recepção, por regiões atrasadas, de indústrias já em processo de obsolescência:

“Onde as velhas estruturas industriais floresciam no fim do século XX, como no Terceiro Mundo recém-industrializado ou em economias industriais socialistas, colhidos em sua (deliberada) distorção de tempo fordista, eram evidentes as semelhanças com o entreguerras ou mesmo com o mundo industrial ocidental pré-1914 — até no surgimento de poderosas organizações trabalhistas em importantes centros industriais baseados em grandes indústrias automobilísticas (como em São Paulo), ou estaleiros navais (como em Gdansk). Assim também surgiram, nas grandes greves de 1937, as centrais sindicais de operários nas

²⁵⁶ PALMER, *op. cit.*

indústrias automobilística e siderúrgica no que é hoje o cinturão de ferrugem do Meio-Oeste [norte] americano.”²⁵⁷

Nessa passagem fica patente que o eurocentrismo de Hobsbawm [ocasionalmente ampliado para outros países centrais como os EUA] é ainda pautado por uma visão completamente linear e determinista do desenvolvimento histórico, visão que fundamenta sua tese de crise terminal da consciência de classe. Assim, o historiador simplesmente ignora que, enquanto Thatcher e Reagan depredavam a face social do Estado no centro do capitalismo mundial, enquanto a China se abria ao capital estrangeiro e enquanto o socialismo soviético colapsava lentamente sob o peso de suas contradições (levando consigo o polonês), no Brasil um parlamento burguês aprovava uma constituição que comprometia o Estado burguês a garantir saúde pública, universal e gratuita, garantia a gratuidade do ensino superior público e determinava a expropriação de propriedades rurais e urbanas que não atendessem à sua “função social”. Não obstante o caráter limitado dessas conquistas, no nosso entender elas tiveram clara inspiração socialista (embora não fossem nem pretendessem ser um salto em direção à rápida superação do capitalismo), ecoando o papel do pensamento socialista britânico em instituir o NHS (o serviço público de saúde do Reino) no imediato pós-guerra, e contrastam de forma evidente com aqueles processos contemporâneos, caracterizados, por Hobsbawm, como uma “ruptura do cordão umbilical” que unia movimentos trabalhistas e socialismo. O revés nessa realidade, com a inserção do Brasil nas tendências de enfraquecimento dos movimentos de trabalhadores apontadas por Van der Linden como efetivamente globais (no qual se insere o “transformismo” do PT, no qual o próprio Hobsbawm desempenhou um papel como interlocutor das lideranças e intelectuais do partido)²⁵⁸, se por um lado seria visto por Eric como a confirmação do seu diagnóstico de obsolescência desses movimentos, não pode ser explicado pela simples transposição da sua tese: não houve no Brasil um ciclo geracional de prosperidade, pleno emprego e acesso generalizado a um Estado de bem-estar social comparável à experiência oeste-europeia, ciclo esse que poderia ter “destruído o que a pobreza e a coletividade na vida pública construíram”. Embora a sequência “afluência relativa” > “guinada à direita” seja provavelmente verificável em alguns setores do eleitorado brasileiro nas últimas décadas, não devemos exagerar as semelhanças da experiência brasileira com a britânica, ou pior, desconsiderá-las de todo ao declarar de forma sumária uma suposta confirmação das tendências previstas por Hobsbawm.

²⁵⁷ HOBSBAWM, *op. cit.* (1995), p. 298.

²⁵⁸ PALMER, *op. cit.*

Além disso, há outros problemas na tese de Hobsbawm no mínimo tão graves como seu “eurocentrismo anglonuclear”. Em primeiro lugar, sua equalização da consciência de classe a lealdade ao partido trabalhista de massa dominante, que conduz à conclusão lógica de que, se esses partidos estavam em crise (cuja constatação com base apenas numa baixa limitada e circunstancial no apoio eleitoral é igualmente questionável), a classe trabalhadora vivia uma crise de consciência. Pensamos que, embora a organização partidária seja evidentemente uma expressão de autoconsciência da classe trabalhadora, e que possamos argumentar que essa expressão é preferencial ou a mais eficaz para a transformação social, somente uma visão extremamente estreita das conceituações marxistas sobre classe e luta de classes poderia reduzi-las ao desempenho de um partido na política institucional, redução essa insustentável diante de uma simples leitura superficial das primeiras páginas do *Manifesto Comunista*.

Outro problema grave da tese de Hobsbawm reside no fato de que, ao afirmar que a crise de consciência da classe trabalhadora, aos seus olhos terminal, *precede* a crise demográfica do proletariado industrial, que afetou significativamente o seu poder de barganha, o autor lê aquela crise do apoio eleitoral dos trabalhadores a seus partidos tradicionais nas décadas de 1970 e 80 como o ponto a partir do qual a classe trabalhadora consciente de si estava sentenciada à morte, sem possibilidade de indulto. Essa leitura é falaciosa: não é possível afirmar que uma recuperação eleitoral daqueles partidos (com um programa claramente classista, não como foi a eventual recuperação do trabalhismo britânico sob Blair) e um reavivamento da mobilização de trabalhadores era impossível antes que o poder de barganha dos operários industriais fosse significativamente minado. Foi exatamente isso que os mineiros de carvão tentaram fazer em 1984-5, enfrentando a postura vacilante da esquerda institucionalizada da qual Hobsbawm era um expoente. Afirmer que o esforço dos mineiros estava fadado ao fracasso desde o início, simplesmente porque a análise das condições prévias já antecipava a probabilidade de uma derrota, é pura teleologia. Igualmente falaciosa é a leitura, apresentada por Hobsbawm em *Estratégias*, de que a derrota dos trabalhistas em 1983 demonstrara não mais ser inaceitável para o povo britânico um projeto à esquerda.

Por último, falta a Hobsbawm explicitar como, no confronto dado no plano das ideias, a mudança na consciência dos trabalhadores, possibilitada pelas mudanças na experiência, se efetivou. Ao concluir que a divergência nas experiências de um movimento crescentemente estratificado e setorizado, que não negamos, se converte em uma erosão da consciência de classe, sem explicitar como experiência e consciência se relacionaram, Hobsbawm recorre a

um determinismo materialista mecânico que pouco condiz com os méritos da história social do trabalho britânica, reforçando a avaliação de Bryan Palmer de que ele sempre pendia para o lado da determinação em relação ao da agência.

Foi explicitando o debate consciente que buscamos contribuir para a superação da tese de Hobsbawm. Sem a menor pretensão de apresentar leituras fáceis para processos complexos, consideramos que o material analisado nos permite afirmar que a Grande Greve dos Mineiros por Empregos, do ponto de vista ideológico, foi uma confrontação explícita entre socialismo e neoliberalismo, embora não possa de forma alguma ser reduzida a isso.

“Socialismo”, aqui, é entendido como uma ideologia explicitamente classista e próprio do movimento de trabalhadores. Mas não o entendemos, como Hobsbawm, como condição *sine qua non* para a caracterização de uma classe trabalhadora autoconsciente. Em vez disso, enxergamos o socialismo, na forma expressa por parte dos mineiros grevistas, inclusive seu líder principal, Scargill, como a expressão de um grau elevado de autoconsciência dos trabalhadores - embora em meio a um problema sério de homogeneidade e fragilidades na organização, tendo em vista que propõe uma sociedade alternativa a partir da sua leitura de classe. Em termos mais explícitos, o socialismo dos mineiros grevistas consistia: 1) na defesa da propriedade coletiva dos meios de produção (mas não necessariamente nacional, dada a suspeição dos mineiros em relação ao NCB), meios esses identificados sobretudo com os recursos e componentes da indústria pesada, como as minas de carvão; 2) na centralidade para o seu projeto de desenvolvimento econômico dessa indústria pesada; 3) na centralidade política dos sindicatos de trabalhadores braçais tal como se constituíam naquele momento: formados predominantemente por homens brancos, com empregos formais, assalariados e provedores de família, sendo esses sindicatos entendidos como instituições mais democráticas que as do Estado burguês (que, justiça seja feita, eram no mínimo tão brancas e masculinas como o sindicalismo, e mais ainda sob Thatcher), que se aspirava, no mínimo, a democratizar, por exemplo através da ação extraparlamentar; 4) em uma ideia de solidariedade de classe centrada em grupos de trabalhadores de características similares, sobretudo os integrantes da “Tríplice Aliança” de mineiros, ferroviários e siderúrgicos; 5) e em um vago internacionalismo que buscava justificar medidas protecionistas pela denúncia da exploração mais elevada dos trabalhadores nas indústrias transferidas para a periferia do capital, mas que possuía um compromisso sincero com as lutas contra o Apartheid, contra o militarismo neocolonial britânico e contra a ameaça nuclear (no caso dos mineiros, reforçado pela competição da sua indústria com essa fonte de energia).

Se para Hudson e Beynon a greve de 1984-5 foi “o último momento em que o poder sindical foi exercido como uma força coerente na Grã-Bretanha”²⁵⁹, consideramos que foi também o último momento, mas também um dos mais significativos, em que o **socialismo dos trabalhadores** britânicos, com todas as contradições e limitações que então o marcavam, foi expresso como um projeto societário consistente por uma força política relevante naquele país.

Já a dimensão ideológica do neoliberalismo, para nós, vai muito além da defesa da exclusão política dos subalternos: trata-se de uma ideologia anticlassista. Os conservadores liderados por Thatcher buscavam não apenas contrapor as manifestações mais combativas da consciência de classe dos trabalhadores britânicos a uma variedade mais afeita à conciliação, como buscavam os governos anteriores, tanto conservadores como trabalhistas. Tampouco consideramos que esse movimento se deu no sentido de simplesmente propor uma “consciência de classe individualista”, que seria mais cooperativa com o capital. Afirmamos que o thatcherismo possuía como objetivo consciente **minar toda e qualquer expressão propriamente classista de organização e identificação coletiva dos subalternos e mascarar o caráter de classe do capitalismo**. O individualismo servia aos dois propósitos, muito mais do que o nacionalismo, que em outros contextos históricos buscava atender a fins semelhantes.

Não pretendemos, com essa observação, atribuir valor causal ao esforço consciente do thatcherismo de apagamento da consciência subalterna na produção de uma crise da subjetividade da classe trabalhadora. Haja vista nossa ênfase nos elementos subjetivos, seria muito simples e tentador reduzirmos o processo à dimensão que pesquisamos a fundo a fim de extrapolar as conclusões específicas desse trabalho. Como apontamos na introdução, entendemos a subjetividade sempre em relação com a materialidade, por meio da mediação da experiência, como proposto por Thompson, por mais que não nos tenha sido possível um levantamento detalhado de como as mudanças na experiência ocorridas no período em questão afetaram as mudanças na consciência que levantamos.

Assim sendo, ainda julgamos que a proposição de Hobsbawm de que a afluência (de alguns setores) nas décadas anteriores ajuda a explicar o isolamento dos mineiros grevistas, fator decisivo no desfecho da greve. Isso se expressa em todos os níveis discriminados no começo do capítulo 2: no nível da corporação, no boicote à greve, que tomou a forma de explícita contestação a valores consolidados do movimento de trabalhadores, como a

²⁵⁹ BEYNON, Hudson. *Op. cit.*, p. 118.

inviolabilidade da linha de piquete, e pode ser claramente associado às diferenças de remuneração entre os mineiros de diferentes regiões, reforçada pelo governo trabalhista; no nível do movimento mais amplo de trabalhadores, pela prioridade dada por outros segmentos, a exemplo dos siderúrgicos, à defesa de seus interesses corporativos em relação à solidariedade de classe — mesmo quando essa postura não se expressou politicamente na forma de uma inclinação à direita política propriamente dita, esteve atrelada ao apoio a posições “direitistas” no seio do movimento sindical (especialmente na liderança do TUC) e do Partido Trabalhista; por fim, no nível da sociedade britânica para além do sindicalismo organizado, pelo apoio de setores expressivos de trabalhadores aos conservadores liderados por Thatcher, implicando em algum nível de aceitação, ou ao menos de abertura, a suas ideias anticlassistas, tendo em vista o quão proeminentes eram no discurso de Thatcher. Mas aqui é preciso ponderar que, se a “guinada à direita” decorrente da afluência explica parcialmente o isolamento dos grevistas perante o conjunto da sociedade britânica, é preciso destacar que a simpatia à causa dos mineiros era forte entre aqueles no outro extremo da mudança na estrutura socioeconômica do Reino: os desempregados, que, ao se conectarem com uma greve que se declarava, antes de mais nada, por empregos, desafiavam a generalização da crise de solidariedade de classe feita por Hobsbawm.²⁶⁰

Falta, além disso, mais uma camada à observação de Eric. Ele não relaciona a “crise da consciência de classe” ao thatcherismo em si, mas apenas às transformações socioeconômicas, que Thatcher teria explorado para impor derrotas políticas ao sindicalismo e ao trabalhismo. Ocorre que a consciência, se é ancorada na experiência, tampouco dá lugar a um vazio subjetivo quando esse fundamento experiencial se modifica: pelo contrário, Thompson aponta para uma tendência de permanência de padrões culturais de classe mesmo para além dos limites concretos da realidade que os fundamentou. Essa tendência, em nosso caso de análise, se verifica claramente no caso dos mineiros de carvão: mesmo depois da verdadeira destruição da experiência que fundamentava sua ideologia, seu movimento segue ativo e militante, reunindo o maior evento anual da esquerda britânica até hoje (2025). Assim, entendemos que um prejuízo na consciência de classe só pode ser explicado com a promoção de uma subjetividade alternativa, que ativamente questiona a anterior até produzir uma síntese em que a forma anterior não é mais reconhecível. Se as mudanças na experiência durante o pós-guerra tornaram possível a difusão de uma crise de identidade coletiva da classe trabalhadora britânica, ferindo de morte a sua coesão política, consideramos razoável

²⁶⁰ KELLIHER, *op. cit.*, ver especialmente a introdução e o capítulo 3: 'We're all in Thatcher's sinking ship': class and deindustrialisation.

afirmar que isso só se efetivou **quando e porque** o bloco dirigente da classe dominante se apoiou nessas mudanças da experiência, bem como em novas mudanças intencionalmente fabricadas, por exemplo com os níveis únicos a que Thatcher levou a desindustrialização do Reino, muito além do exigido (ou mesmo do recomendado) pelas condições da produção capitalista em sua época, para promover uma **nova subjetividade**, rebaixada em seu grau de consciência. Essa nova subjetividade não é elaborada no covil de uma conspiração burguesa: ela parte dos próprios preconceitos da classe trabalhadora e ataca seus flancos mais vulneráveis à desagregação, como os trabalhadores mais bem remunerados ou os que se destacam em seu segmento por incentivos de produtividade, como os mineiros de Nottinghamshire.

Mas, mesmo que a parcial afluência verificada nos anos do pós-guerra esteja relacionada à crise eleitoral dos partidos de trabalhadores europeus nos anos 1970-80 (embora acreditemos que Hobsbawm exagera essa relação mesmo para o caso europeu), generalizá-la para explicar o declínio dos movimentos de trabalhadores nas décadas seguintes, quanto mais em sua expressão global, é difícil de sustentar.

Os desenvolvimentos posteriores à greve dos mineiros parecem referendar a leitura presente, de formas distintas, tanto em Hobsbawm como em Thatcher, de que movimentos de trabalhadores daquele tipo eram ultrapassados e fadados a desaparecer: o movimento de mineiros deixou de ser uma força política, o Partido Trabalhista descartou o socialismo, Scargill e o partido socialista por ele fundado foram ostracizados e seguiram se apegando à bandeira do carvão como fundamental para a reindustrialização mesmo depois que essa fonte de energia perdeu a conexão com a realidade britânica e global diante da crise climática. Assim, aquela ideia de caducidade dos movimentos de trabalhadores tornou-se lugar-comum, mesmo na esquerda. Na melhor das hipóteses, a greve dos mineiros entrou no imaginário progressista britânico como um gesto corajoso de desafio a Thatcher por um movimento de trabalhadores de aspirações nobres, mas claramente antiquado, cujo maior legado estaria na passagem do bastão da luta social para movimentos pautados por identidades mais atualizadas que a classista e alternativas a ela, como o movimento LGBTQ+, parcialmente engajado na greve.

Essa leitura, refletida, por exemplo, no filme *Pride* (2014), que enfatiza em demasia as diferenças culturais entre mineiros e militantes LGBTQ+, desconsidera que aqueles militantes em particular que aderiram à causa dos grevistas não o fizeram simplesmente por solidariedade a quem viam como vítimas de outras formas de opressão sob o reacionarismo de Thatcher, mas porque se entendiam como trabalhadores tanto quanto os mineiros de

carvão, compartilhando com eles precisamente a consciência de classe que Thatcher pretendia apagar e que Hobsbawm cria já estar condenada. Um dos co-fundadores do movimento, Mark Ashton, era membro do PCGB e secretário-geral da sua juventude, fato omitido daquele filme a despeito de a versão ficcionalizada de Ashton ser um dos seus protagonistas. Como afirmado por um participante do GLSM, “nosso apoio à greve não vem só do fato de que somos gays, mas porque somos membros da mesma classe”.²⁶¹ Entendemos, assim, que o movimento não pretendia substituir a política de classe por uma política “identitária”, mas, pelo contrário, fortalecer a política de classe em suas demandas já estabelecidas *tanto quanto* renová-la internamente a fim e abri-la a suas reivindicações próprias. Nisso foram mais do que bem-sucedidos, conquistando em parte dos mineiros grevistas aliados de peso. Consideramos notável, além disso, que o movimento classista LGBT+ tenha se associado precisamente àquela que consideramos ser a vanguarda socialista da classe trabalhadora britânica naquele momento histórico; assim, se por um lado os mineiros tiveram grande dificuldade de preservar a unidade da sua categoria (uma percepção exagerada pelo fato de que a minoria de boicotadores da greve estava concentrada em uma região específica altamente produtiva), por outro foram mais do que capazes de convencer outros setores da classe trabalhadora da “universalidade” dos interesses particulares dos mineiros, não apenas setores tradicionalmente associados a eles, como os da Tríplice Aliança, mas também setores tradicionalmente marginalizados na classe. Isso, para nós, é sinal do potencial hegemônico (não inteiramente realizado) da perspectiva scargillista: dificilmente se poderia argumentar que a continuidade da extração de carvão em si mesma seria do interesse dos trabalhadores LGBT+, concentrados em centros urbanos distantes das minas. Mas o argumento de que a greve era não apenas “contra os fechamentos de minas”, mas *por empregos* foi convincente porque encontrou respaldo claro na realidade tal qual experienciada por diversos setores da classe trabalhadora britânica, tanto organizados como desorganizados. E a recíproca é igualmente verdadeira, sendo notável a capacidade dos mineiros de incorporar demandas de outros grupos e redespertar solidariedade internacional como parte da sua construção hegemônica interrompida.

Aqui julgamos muito pertinente a proposição de E. P. Thompson de que é preciso levar a sério as posições uma vez defendidas pelos “derrotados da história” como remédio ao determinismo teleológico. Foi em parte nesse espírito que escolhemos a greve dos mineiros como objeto de estudo.

²⁶¹ KELLIHER, *op. cit.*, p. 140, tradução nossa.

Mas a teleologia em que Hobsbawm recai não é apenas equívoco teórico-metodológico: nesse caso, é postura política. Eric não tomou o lado dos dominantes na disputa contra os mineiros, mas tomou o daqueles que pretendiam colocar “panos quentes” na confrontação. Escrevendo em 1985, ano do encerramento da greve, o autor apresentava uma de suas leituras mais pessimistas quanto à perspectiva da política de classe, à qual já fizemos uma referência parcial:

“Não faz sentido simplesmente chorar essa consciência de classe **perdida** (embora, como antigo marxista, eu ainda chore), nem bater em retirada para as poucas reservas naturais que restam, onde o **bom e antigo** proletariado ainda pode ser reconhecido. A grande e heroica greve dos mineiros britânicos evocou um pouco de romantismo sincero, porém há uma diferença entre os 200 mil escavadores e um país de 55 milhões de pessoas. E mais: de qualquer maneira, metade dos escavadores **desapareceu** a partir de 1985. Quanto ao argumento da esquerda romântica, a greve **provou** que as suposições exatamente contrárias é que eram verdadeiras: mesmo entre os mineiros, hoje, deve-se esperar uma não adesão em massa à greve.”²⁶²

A pesquisa que realizamos sobre o episódio não só nos permite como nos obriga a apontar os erros de Hobsbawm. Em primeiro lugar, os escavadores não desapareceram com seus postos de trabalho. Continuam, em 2025, mais de uma década depois da morte de Eric, vivos, ativos e relevantes como atores do presente e como autores de um legado que os excederá. Segundo, a greve não “provou” nada a respeito das “suposições exatamente contrárias” às da “esquerda romântica”: seu resultado pode reforçar a percepção prévia das fragilidades do movimento de trabalhadores do país que se revelaram como dificuldades concretas diante do esforço da greve, mas não fornece nenhuma comprovação irrefutável de que ela estava condenada desde o princípio — não quando sua supressão demorou um ano para efetivar-se e custou 4 bilhões de libras ao governo britânico.

Cabe, portanto, explicitar quais eram essas “suposições exatamente contrárias” defendidas por Hobsbawm como validadas pelo desfecho da greve, não menos porque ele havia formulado boa parte delas. Em 1983, escrevendo sobre a derrota trabalhista na eleição geral daquele ano, Hobsbawm defendia o enfrentamento ao governo Thatcher como prioritário. Nisso ele seguramente teria a concordância geral da esquerda britânica. A sua definição do *porquê* dessa prioridade e consequentemente de *como* o governo devia ser enfrentado e *pelo que* devia ser substituído eram mais polêmicas. Naquele ano, Hobsbawm

²⁶² HOBBSAWM, *op. cit.* (2020), p. 226, grifos nossos.

lamentava o abandono do consenso bipartidário em torno da economia keynesiana, afirmando que:

“Os governos conservadores do passado baseavam-se no princípio de que se devia evitar a confrontação de classes, a fim de impedir a radicalização da classe trabalhadora, que representava a maioria substancial dos povos britânicos [...] Isso não acontece mais. O thatcherismo comprometeu-se com uma mudança radical e reacionária no capitalismo britânico e no próprio sistema político britânico. Está promovendo, de cima para baixo, essa nova política de luta de classes, militante e notável, e um dismantelamento do consenso reformista do passado, com a maior confiança, porque descobriu que o enfraquecimento e as divisões dentro da classe trabalhadora e a autodestruição do Partido Trabalhista fizeram com que tudo isso fosse muito menos arriscado do que o velho conservadorismo imaginara.”²⁶³

Em vez de encarar essa “nova política de luta de classes” de forma frontal, como defendiam os setores mais à esquerda do movimento de trabalhadores britânico, a exemplo do grupo de Scargill, Hobsbawm desmerece a combatividade como ineficaz:

“A pior opção é aquela proposta por certas áreas da esquerda trabalhista [...]: estabelecer a posição ‘correta’ e esperar que o povo britânico reconheça como estava errado em não concordar com ela.”²⁶⁴

Hobsbawm nem cogitava a possibilidade da ação extraparlamentar, já então advogada por Scargill. Sua estratégia e sua prioridade eram inteiramente voltadas para a derrota de Thatcher nas urnas, afirmando que as perspectivas de um partido que opta pela oposição em vez do compromisso de classe para compor o governo “nunca serão as mudanças da sociedade, mas apenas vão torná-la menos intolerável. Não terá outra opção a não ser tornar-se ‘reformista’, na prática, ou fazer barulho ou esperar por um milagre”. Essa posição é, no mínimo, curiosa para o membro de um Partido Comunista que era mais do que ciente de experiências históricas (algumas delas bastante recentes) de transformação social promovidas por forças que nem cederam ao compromisso de classe, nem ficaram à espera de um milagre; pelo contrário, agiram como podiam diante das condições em vez de ficar à espera das eleições. É ainda mais curiosa diante da sua própria caracterização dos movimentos trabalhistas, na origem, pelo oposicionismo, que teria sido um fator na sua transformação em movimentos de massa.

²⁶³ Idem, p. 93.

²⁶⁴ Idem, p. 102.

A estratégia que para ele apresentava “maior relevância imediata” seria a do Partido Comunista Italiano, “que *é e quer permanecer* [destaque do autor] um partido trabalhista de massa, clássico, tentando agregar a mais ampla gama de forças à volta de seu núcleo essencial, formado pela classe trabalhadora organizada”, atribuindo o sucesso do PCI à sua demonstração de capacidade de gerenciamento competente (no nível local) do Estado burguês, ao ponto de ter angariado a preferência de setores da burguesia italiana.

Além dessa composição de classes, Hobsbawm afirma que o partido de massas deveria fazer uma ampla gama de concessões e sacrifícios a fim de preservar seu caráter de massa em nível que lhe permitisse, juntamente com aquela reputação de “gestor competente”, compor o governo: “Se for para liderar [as pessoas], temos que fazê-las votar ou apoiar o partido por razões que *lhes* pareçam boas, mesmo que não apreciemos suas razões”.²⁶⁵ Já em 1981, Hobsbawm afirmava que o partido deveria mirar na “gente comum”.²⁶⁶ Em 1983, ele reforça o apelo:

“Milhões de pessoas, de quem se poderia esperar um voto trabalhista, abandonaram o partido em 1983, não porque de repente pararam de se considerar trabalhadores, mas porque sentiam que o partido não representava seus interesses e aspirações de maneira adequada e efetiva. A solução não é modificar os trabalhadores, mas o partido.”²⁶⁷

Em suma, em vez de politizar as massas, Eric defendia a despolitização da vanguarda dos trabalhadores, sacrificando a qualidade pela quantidade (seus textos são recheados de estatísticas eleitorais e demográficas), para que ela tivesse mais chances de, apoiada nas massas, se aproximar do centro do poder burguês. A razão de ser fundamental do partido não seria contribuir para elevar o nível “de homogeneidade, organização e autoconsciência” da classe trabalhadora (Gramsci) a fim de fortalecer seu potencial de protagonizar a transformação social. Seria simplesmente estar formalmente no poder, servindo de tampão da vanguarda burguesa.

Na defesa desse objetivo, Hobsbawm foi mais longe, afirmando que “o trabalhismo já está pedindo um apoio que ultrapassa os limites de classe”, defendendo-se de acusações de oportunismo com uma pregação apocalíptica sobre a ameaça do holocausto nuclear.²⁶⁸ Novamente, em 1985, o historiador defendia a urgência e a premência de tirar Thatcher do poder (pela via eleitoral), afirmando que, apesar de não ser fascista, as mudanças que seu

²⁶⁵ Idem, p. 107.

²⁶⁶ Idem, p. 59.

²⁶⁷ Idem, p. 97.

²⁶⁸ Idem, p. 96.

regime buscava implementar no capitalismo britânico precisavam ser impedidas.²⁶⁹ A fim de construir uma “aliança ampla” anti-Thatcher análoga à Frente Popular contra o nazifascismo, da qual ele participara e que servia como referência política de uma vida, Hobsbawm apresentava a intenção de dar “ao capitalismo ‘uma cara humanizada’” como aspiração socialista que uniria aquela aliança.²⁷⁰

Defendendo a amplitude dessa aliança, Eric afirmava que “Não é mais preciso concordar com nossos aliados potenciais em nada, a não ser na oposição a Thatcher”, comparando a aliança proposta entre discordantes àquela entre o Império Britânico e a URSS contra o nazismo.²⁷¹ Consideramos que a diferença fundamental entre a “aliança ampla” tal como advogada por Hobsbawm e a verificada na Frente Popular transparece naquela frase, não no “aliados”, mas no “nossos”: ele não falava da afirmação das diferenças no sentido da preservação da autonomia do movimento claramente socialista frente a potenciais aliados não-socialistas, como a direita que dominava o Partido Trabalhista há décadas (com possíveis exceções como Michael Foot) e que só se poderia considerar socialista com o esgarçamento da palavra ao ponto da mutilação. O “nossos” referia-se, sim, ao conjunto do trabalhismo, dentro do qual a disputa entre socialistas e não-socialistas, para Hobsbawm, deveria ser suspensa. Embora essa distinção lhe pareça nebulosa, talvez por ser ele mesmo um membro do PC, que buscava bem ou mal preservar alguma autonomia em relação ao Partido Trabalhista, ele não conseguia separar “a urgência de um apoio crítico à direita do partido contra Thatcher” do eventual avanço do socialismo, uma vez que via a organização trabalhista (e não o PC ao qual pertencia, mesmo porque este abdicara formalmente da ambição de cumprir esse papel) como o veículo necessário para esse avanço, afirmando ser “inconcebível” mesmo “a mais radical” das revoluções “até que exista um governo trabalhista”.²⁷² Ninguém que tenha o mínimo de humanidade e de conhecimento sobre a história contemporânea pode negar a necessidade histórica da aliança entre a URSS e o Império Britânico contra o nazismo, mas dificilmente algum socialista ou comunista contemporâneo teria visto no gabinete de guerra de Churchill a manjedoura em que uma Grã-Bretanha socialista viria ao mundo, como Hobsbawm insistia em ver no Partido Trabalhista liderado por figuras como Neil Kinnock.

Gostaríamos de reproduzir uma última afirmação de Hobsbawm, no sentido de apresentar mais um argumento a fim de questionar a pertinência da política classista:

²⁶⁹ Idem, pp. 126-137.

²⁷⁰ Idem, p. 118.

²⁷¹ Idem, p. 137.

²⁷² Idem, p. 135.

“o movimento das mulheres e o problema da mobilização de mulheres não podem ser tratados como meros subdepartamentos da luta da classe trabalhadora, mas que as mulheres e seus movimentos compõem forças com seus próprios direitos.”²⁷³

Não dispomos aqui do espaço para abordar o relevante e consequentemente extenso debate sobre a multiplicidade de opressões sob o capitalismo, ao menos não com a atenção que ele merece. Mesmo assim, não podemos deixar de considerar que, se evidentemente concordamos que as mulheres devem ser protagonistas de sua própria emancipação e que a sua luta não pode ser rebaixada a uma reivindicação acessória de algum outro movimento, nem por isso concordamos com a oposição que Hobsbawm estabelece entre movimento de mulheres e movimento de trabalhadores, em uma perspectiva afim à da interseccionalidade. Entendemos que essa perspectiva desconsidera que as demandas peculiares à emancipação dos trabalhadores são também demandas da maioria das mulheres, que são trabalhadoras, como representado pelo engajamento feminino na greve dos mineiros, ou, reciprocamente, que o necessário protagonismo feminino na emancipação das mulheres não impede que a sua luta venha a ser entendida como uma luta de *todo* o movimento de trabalhadores e tão prioritária como seus outros elementos. Ao não fazer essas considerações, entendemos que Hobsbawm parte de uma perspectiva limitada de feminismo para reforçar a sua advocacia pelo abandono precoce da política de classe.

Consideramos que o conjunto dessas colocações, especialmente o sentenciar da consciência de classe à morte, ao ponto de se propor um “socialismo sem classe trabalhadora”, e o desmerecimento do esforço de fortalecê-la, dado o peso da produção intelectual de Hobsbawm especialmente na esquerda, contribuiu substancialmente para o abandono da política classista pelas principais organizações de trabalhadores da época, não apenas no Reino Unido. Dessa política classista o socialismo era, como reconhecido pelo próprio Hobsbawm, um aspecto preponderante, sendo muito difícil dissociá-los. Se Eric manteve-se teoricamente um marxista e politicamente um socialista até o fim da sua vida, a guinada em sua leitura sobre a classe trabalhadora fragilizou significativamente o sentido de qualquer uma dessas posições.

Mas já demos atenção demasiada a Hobsbawm. Passemos a outras questões, embora tenhamos que voltar eventualmente a ele para discuti-las.

²⁷³ Idem, 115-118.

Sobre o papel histórico do thatcherismo no processo de crise da coesão de classe dos trabalhadores, acreditamos que o governo da primeira-ministra foi bastante bem-sucedido em seus objetivos. De forma alguma, contudo, eliminou a consciência de classe dos trabalhadores britânicos ou provocou a extinção do seu movimento: o thatcherismo rebaixou o nível da sua consciência, demovendo-a ao da corporação, com frequência fragilizando-a mesmo dentro de cada grupo corporativo, e eliminando, por meio de sua influência no trabalhismo, o principal veículo de manutenção e elaboração de uma consciência classista para os subalternos britânicos. Isso, em nossa interpretação, contribui para explicar o sucesso do modelo thatcherista de dominação de classe neoliberal, que, como argumentamos, é bem distinto do modelo de Pinochet: promovendo o desencajamento dos subalternos, em uma estratégia de “dividir para governar”, o thatcherismo foi capaz de implementar seu projeto de reorganização do capitalismo com custo político muito reduzido.

Se por um lado concordamos com a afirmação de Chomsky e Anderson de que o neoliberalismo é fundamentalmente antidemocrático, insistimos que a oposição do governo Thatcher à democracia não se deu pela supressão das instituições liberais verificada no regime de Pinochet, no qual, analogamente aos fascistas do entreguerras, justificativa autocrática passava pela defesa da “segurança”, da “liberdade” e da propriedade frente à “ameaça comunista”. Thatcher empregava os mesmíssimos argumentos, mas para justificar uma repressão muito mais focada em alguns grupos de trabalhadores.

Isso não quer dizer que Thatcher preservou aquelas instituições por respeito ao primado da vontade da maioria: entendemos que seu regime simplesmente encontrou uma forma de atingir seus objetivos econômicos impopulares preservando os instrumentos liberais, permitindo à primeira-ministra afirmar que, além de respeitar a liberdade de crítica e de oposição (o que é questionável), possuía o consentimento da maioria (o que não se confirma, já que em nenhuma das três eleições em que Thatcher liderou o partido os conservadores tiveram maioria de votos). Mesmo assim, a preservação da institucionalidade liberal por Thatcher foi acompanhada de um discurso que subordinava a soberania popular e a vontade coletiva à liberdade individual, atrelada sempre à propriedade privada como garantia da “liberdade econômica”. O recurso às “soluções de força”, sobretudo na repressão à greve dos mineiros, foi travestido de defesa da democracia interna do sindicato em meio à carência de uma votação nacional que respaldasse a mobilização; mas essa foi apenas uma oportunidade que o governo aproveitou: lembramos que os conservadores já se preparavam

para enfrentar os mineiros independentemente de a greve que eles previsivelmente desencadeariam ser ou não legitimada por uma maioria formal. A ênfase maior da argumentação conservadora durante a liderança de Thatcher sempre foi a defesa dos direitos do trabalhador individual, à qual mesmo jornais tidos como “de esquerda”, como o *Guardian* e o *Observer*, respaldaram de forma lamentável, embora o foco de ambos tenha sido na questão da democracia interna do sindicato. Mais grave ainda, a ênfase conservadora nos direitos do indivíduo deixava implícita a possibilidade do uso da força para defender esses supostos direitos mesmo contra a vontade da maioria, fosse uma maioria dos mineiros ou, quem sabe, mesmo uma maioria dos britânicos.

Diante de todo o histórico de Thatcher, incluindo sua sintonia ideológica com Hayek e suas ideias que atrelavam a liberdade à propriedade privada, não à democracia; sua proximidade com a própria ditadura de Pinochet e também com o regime do Apartheid sul-africano; sua intervenção nas Malvinas; seu papel na brutalidade policial de Orgreave; e a sua tendência a, se não necessariamente romper, esgarçar os limites da constitucionalidade britânica e se ancorar em seus aspectos mais antidemocráticos (dos quais ela é repleta, a começar pela ausência de uma constituição codificada e pela amplitude dos “poderes de reserva” da Coroa, exercidos por recomendação discricionária do primeiro-ministro), consideramos que aquele tipo de solução de força disruptiva só não foi utilizado por não ter se mostrado necessário.²⁷⁴ Por mais arriscado que seja recorrer a argumentos contrafactuais, não consideramos que deva ser descartada a hipótese de o thatcherismo ter se disposto a adquirir uma faceta mais claramente bonapartista na eventualidade de uma maior resistência dos trabalhadores. Um possível cenário de conflito seria o de uma vitória dos trabalhistas com seu programa mais à esquerda em 1983. Como o partido em vez disso sofreu uma de suas maiores derrotas, não é possível saber. Outro cenário seria o de uma mobilização mais bem-sucedida dos mineiros de carvão, por exemplo se os piquetes móveis tivessem logrado parar a mineração em Nottinghamshire antes da intervenção policial na região, ou se os siderúrgicos e/ou outros setores estratégicos tivessem entrado em greve simultaneamente aos mineiros de carvão, ou se Scargill tivesse conseguido apoio para deflagrar a greve antes da formação de estoques do combustível pelo governo, quer em uma época de maior demanda energética, como o inverno de 1983-4, ou até mesmo em meados de 1983, coincidindo com as eleições daquele ano e quem sabe até alterando o seu resultado a favor dos trabalhistas

²⁷⁴ A cooperação entre as repressões chilena e argentina no contexto da Operação Condor não impediu que disputas territoriais na região da Terra do Fogo quase levassem as duas ditaduras a uma guerra em 1978, ou que Pinochet apoiasse tacitamente o Reino Unido de Thatcher no episódio das Malvinas. Em 1998, a já então baronesa chegaria a defender a libertação do condenado por crimes contra a humanidade, preso em Londres.

radicalizados, como ocorrera menos de dez anos antes, hipótese que, no mínimo, teria desencadeado uma crise política. O fato de que o governo Thatcher nunca optou por uma solução de força atrelada à ruptura institucional não deve ser tomado como garantia do caráter legalista de seu governo, uma vez que uma situação que impusesse essa escolha à primeira-ministra e lhe desse a oportunidade de comprovar esse suposto caráter nunca se apresentou.

Há evidências de que a possibilidade de um golpe militar já havia sido aventada pela direita britânica para derrubar o governo trabalhista de Wilson e substituí-lo por um governo provisório chefiado pelo aristocrata, oficial militar e administrador colonial Louis Mountbatten, que atuara no Teatro do Sudeste Asiático durante a Segunda Guerra e servira como o último vice-rei da Índia e como chefe do Estado-maior do Reino,²⁷⁵ em um plano que encontra ecos no golpe gaulista realizado na França em 1958, quando um outro “herói” daquele conflito foi convocado para liderar um governo autoritário de “salvação nacional”, no caso francês em decorrência da incapacidade do país em suprimir o movimento de libertação da Argélia. Ainda que a extensão da suposta conspiração ou a adesão de Mountbatten nunca tenham sido confirmadas, uma das ocasiões em que essa possibilidade teria sido levantada pela direita foi justamente após a derrota eleitoral de Heath para Wilson em meio à greve dos mineiros de 1974. Tanto os rumores no Reino como o episódio concreto ao sul do Canal da Mancha põem em xeque o preconceito ou ilusão de que, após a Segunda Guerra, as soluções de força haviam sido definitivamente relegadas ao Terceiro Mundo, bem como à errônea conclusão, derivada desta, de que a manutenção da institucionalidade pelo governo Thatcher se devia a algum compromisso moral ou mesmo a um grau mais elevado de “civildade” da direita neoliberal nos países centrais, ou mesmo à suposta “resiliência” das instituições democráticas britânicas.

Para remeter a um episódio ocorrido em um país institucionalmente mais próximo do Reino Unido (ao ponto de compartilhar a mesma chefe de Estado), ainda que geograficamente muito distante, cabe mencionar o “golpe branco” ocorrido na Austrália em 1975, quando o primeiro-ministro trabalhista Gough Whitlam, notório por sua política externa não-alinhada (ele encerrou o envolvimento australiano na Guerra do Vietnã), foi destituído pelo governador-geral, que em tese deveria ser um representante apolítico da rainha, em uma ação na qual há indícios de envolvimento tanto da CIA (inclusive de um dos

²⁷⁵ FREEDLAND, Jonathan. **Enough of this cover-up: the Wilson plot was our Watergate.** The Guardian, 15 de março de 2006. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2006/mar/15/comment.labour1>>, último acesso em 19/05/2025.

responsáveis diretos pelo golpe contra Salvador Allende dois anos antes) como do MI6, a agência britânica de espionagem.²⁷⁶ Embora o governo britânico da época fosse precisamente o de Wilson, que não veio em socorro de Whitlam a despeito do parentesco ideológico, cabe notar que, assim como seu análogo estadunidense, o MI6 era conhecido por atuar para além da supervisão do governo, especialmente quando este era chefiado pelos trabalhistas, seguindo as inclinações reacionárias da instituição, pautadas pela dinâmica da Guerra Fria. Ainda que o caso australiano, diferentemente do francês, não tenha presenciado o uso generalizado da força, é demonstrativo de uma quebra da institucionalidade liberal pouco antes do período coberto por esta pesquisa, ocorrida no seio da Commonwealth britânica, não em um membro como o Zimbábue ou o Paquistão, mas em um dos antigos “domínios brancos” do Império, cujo pertencimento ao “Primeiro Mundo” era inconteste.

A possibilidade de um golpe militar no contexto britânico dos anos 1980 é inclusive discutida a sério por Hobsbawm, que a via como mais uma das razões pelas quais retirar Thatcher do governo deveria ser prioridade absoluta do trabalhismo.²⁷⁷

Julgamos também pertinente contextualizar a posição internacional de Thatcher comparando seu governo àquele que é considerado sua contraparte na história estadunidense, o de Reagan. De um lado, é um lugar-comum que os EUA nunca possuíram um movimento organizado de trabalhadores com uma abrangência e um peso político relativo comparáveis aos de outros países, não apenas europeus, mas também o Japão, a Austrália e grande parte do “Terceiro Mundo”. Diante disso, o governo Reagan não tinha como prioridade a quebra de um tal movimento (embora tenha enfrentado significativa resistência da classe trabalhadora organizada), sendo a construção de uma hegemonia neoliberal na sociedade estadunidense mais pactuada, o que ajuda a explicar o fato de que, ao contrário de Thatcher e de vários outros presidentes dos Estados Unidos, Reagan foi eleito por maioria dos votos — e uma ampla maioria, que só cresceu na sua reeleição e que foi em grande medida transferida ao seu sucessor. Hobsbawm aponta indiretamente para o fato de que, em decorrência da sua condição hegemônica, os EUA eram capazes de aliviar seus problemas econômicos internos transferindo-os para outros países. Mas há uma outra diferença à qual julgamos que se deve chamar atenção: ao contrário do Reino Unido, cuja política imperialista havia se tornado totalmente subsidiária da estadunidense, mesmo no âmbito da Commonwealth, nos EUA uma

²⁷⁶ PILGER, John. **The British-American coup that ended Australian independence**. The Guardian, 23 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/oct/23/gough-whitlam-1975-coup-ended-australian-independence>>, último acesso em 19/05/2025.

²⁷⁷ HOBBSAWM, *op. cit.* (2020), p. 71.

ruptura institucional poderia ter um elevado custo político para sua hegemonia global que o país, naquele momento, buscava reforçar e mesmo ampliar, o que era inclusive um elemento importante do projeto econômico de Reagan. Por outro lado, a condição de “periferia dentro do centro” da Grã-Bretanha ajuda a entender porque o thatcherismo pôde ser mais ousado em suas experimentações, ao passo que o reaganismo enfrentava mais constrangimentos (nos EUA de Trump, que mostra consistente desdém pelos compromissos firmados pelo país para garantir sua hegemonia global, a possibilidade de ruptura institucional e de soluções de força se tornam mais plausíveis e já chegam a ser testadas).

Thatcher não tinha nos ombros o peso da responsabilidade que viria com a pretensão de ser líder do “mundo livre”. Assim sendo, ousamos dizer que o caráter “experimental” do thatcherismo na construção do neoliberalismo não residiu na tentativa de verificar “o quanto seria possível avançar na agenda econômica neoliberal sem romper com a institucionalidade burguesa” (o que talvez tenha sido o mote de Reagan), mas, pelo contrário, testar “o quanto seria possível economizar no uso da força e até onde seria possível evitar a quebra de institucionalidade e mesmo assim implementar os objetivos fundamentais do projeto neoliberal de reorganização do capitalismo britânico”. A economia substancial que Thatcher logrou no recurso àquelas soluções foi possibilitada tanto pelas fragilidades da resistência dos trabalhadores como pela eficácia do esforço concentrado para quebrá-la de vez, reforçando conscientemente aquelas fragilidades, em vez de arriscar revertê-las ao recorrer a uma ofensiva indiscriminada e simultânea contra todo o movimento de trabalhadores do país, que poderia reverter a tendência de enfraquecimento da sua unidade. Depois que Thatcher se mostrou bem-sucedida em cumprir sua missão, sendo prontamente descartada pelo seu próprio partido quando deixou de lhe ser útil, o modelo de gestão do Estado e da economia burguesa por ela inaugurado e por seus sucessores refinado se tornou talvez um dos únicos produtos do qual o Reino Unido se tornou líder de exportações após o governo da eventual baronesa.

Assim, o comedimento no recurso à violência na supressão neoliberal da agência dos subalternos, bem como afastamento da possibilidade de quebra institucional, salvo como último recurso, consolidou-se como um traço marcante do neoliberalismo ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010, seja nos países centrais, seja nos periféricos, permitindo a estranha combinação de redemocratização formal e neoliberalismo (estranha para nós que entendemos esse último como fundamentalmente antidemocrático) em casos como os da América do Sul, incluindo o Brasil, e do Leste Europeu (embora soluções de força ainda tenham se verificado em alguns casos, como no Peru de Fujimori). O maior

garoto-propaganda desse neoliberalismo “comedido” e “responsável”, contudo, não foi Thatcher, mas seu principal herdeiro político, se bem que um herdeiro bastardo, pois concebido e gestado fora do torismo: o trabalhista Tony Blair, que deu nova cara àquele projeto político ao atrelá-lo discursivamente a um suposto compromisso com uma vaga noção de justiça social, que se somou ao compromisso já previamente assumido por Thatcher com o liberalismo político formal.

A modificação da “Cláusula IV” da constituição do Partido Trabalhista (ver o capítulo 2, seção 1), nesse sentido, representa uma adesão clara ao esforço thatcherista de apagamento das formas mais elevadas de consciência da classe trabalhadora, representadas no caso do movimento britânico pelo compromisso com o socialismo. A continuidade entre Thatcher e Blair é ressaltada por Hudson e Beynon, que propõem a noção de “blatcherismo”, à qual julgamos bastante apropriada, bem como por Hobsbawm, crítico de Blair. Que essa adesão ao “espírito geral” do projeto de sociedade thatcherista tenha vindo justamente do partido histórico da classe trabalhadora britânica talvez seja, muito mais do que a derrota dos mineiros, o maior “sucesso” histórico de Thatcher.

Por mais que vejamos uma clara contribuição de Hobsbawm nesse processo, temos que ser justos com ele: ao propor a defesa do “capitalismo de face humanizada”, *slogan* tipicamente associado a Blair, Hobsbawm tinha em mente não um abandono do socialismo, mas um ponto de convergência para a constituição da “aliança ampla” contra Thatcher. Queremos acreditar que essa postura foi motivada mais por ingenuidade do que por má-fé, já que consideramos Hobsbawm um dos maiores contribuidores da tradição de crítica ativa do materialismo histórico-dialético, especialmente na historiografia.

Consideramos, portanto, que a supressão de identidades coletivas abrangentes dos subalternos, especialmente o rebaixamento do nível da consciência de classe, consiste em um traço fundamental não apenas do neoliberalismo enquanto projeto político que, a partir da década de 1980, tornou-se hegemônico a nível global, mas também enquanto regime de acumulação do capital como definido por Duriguetto.

O economista marxista e dirigente revolucionário belga Ernest Mandel, tratando especificamente do crescimento vultoso e acelerado da economia capitalista nas décadas posteriores à Segunda Guerra, debruçou-se sobre qual seria o mecanismo por trás das tendências periódicas de aceleração do crescimento, sempre intercaladas por períodos de retração ou estagnação. Assim, lançou mão da categoria do “capitalismo tardio” para descrever o estágio específico do desenvolvimento capitalista por ele analisado (tido pelo

autor como uma subfase do imperialismo, que ele, a partir de Lênin, considera o estágio superior desse modo de produção). A categoria em si nos interessa menos do que a explicação que o autor buscou dar para o crescimento econômico do pós-guerra, conciliando as “leis abstratas” do desenvolvimento do capital à luz da teoria do valor de Karl Marx com a história concreta do modo de produção capitalista.²⁷⁸ Os seus periódicos ciclos de longo prazo de expansão e estagnação explicam-se, segundo Mandel, não por um mecanismo idêntico, repetido de tempos em tempos, mas por diferentes estratégias adotadas pelos agentes do capital em cada conjuntura histórica para tentar fazer frente à tendência de longo prazo mais fundamental do modo de produção capitalista: a de queda na taxa de lucro. Assim, a cada momento em que essa queda se mostra mais pronunciada, as estratégias adotadas por aqueles agentes promoveriam uma diferente combinação das variáveis que influem no desenvolvimento capitalista, com a momentânea elevação da taxa de lucro fomentando maiores investimentos de capital, que de outra forma ficaria ocioso.

Cabe fazer algumas ressalvas em relação à análise de Mandel. Como apontado por Paulo Singer, um dos seus maiores problemas reside na compreensão do conceito de trabalho produtivo, que para Mandel exclui o trabalho do setor de serviços, entendido pelo autor como remunerado pela mais-valia extraída do trabalho industrial. Hoje, na terceira década do século XXI, em que o setor de serviços já há muito consolidou-se como o mais importante da economia capitalista, essa posição mostra-se insustentável. Tampouco encontra respaldo explícito na obra de Marx, que Mandel toma como referência mor. Por mais que o fundador do materialismo histórico tenha dado pouco destaque ao trabalho realizado no setor de serviços, à sua época insípido para o conjunto da economia capitalista, sua conceituação de “mercadoria” não implica necessariamente, como quer Mandel, em um objeto fisicamente palpável; basta que seja fruto do trabalho humano e que possua valor-de-uso e valor-de-troca. Esse equívoco levou Mandel a ver no crescimento do setor de serviços um claro sinal da decadência do capitalismo, que, para ele, prolongava-se artificialmente para além do período de sua verdadeira necessidade histórica. Ainda que não compartilhem dessa posição, consideramos, como Singer, que ela não invalida os méritos da análise de Mandel sobre a dinâmica de desenvolvimento histórico do capital.²⁷⁹

Concluimos, com base nesses méritos, que o componente ativamente antagônico a identidades classistas do neoliberalismo é parte da resposta histórica particular encontrada

²⁷⁸ MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Introdução de Paulo Singer, tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

²⁷⁹ SINGER, Paulo. “Apresentação”, in MANDEL, *op. cit.*, pp. VIII a XXXIII.

pela burguesia para a crise cíclica do capital registrada na segunda metade do século XX. Essa análise lança nova luz à tese de Hobsbawm. Se entendermos o período de pleno emprego e expansão do Estado de bem-estar nos países centrais durante a fase de crescimento acelerado da economia capitalista situada entre as décadas de 1940 e 1970, bem como a fase de estagnação causada pela queda da taxa média de lucro a partir da década de 1970, como partes do caráter cíclico do desenvolvimento histórico do capital, que invariavelmente torna obsoletos todos os regimes de acumulação, podemos colocar em perspectiva o rebaixamento do nível de autoconsciência da classe trabalhadora, entendendo-o não como uma tendência inexorável da contemporaneidade, mas como um dado particular de um momento particular da história humana. Por ter sido o último vivido por Hobsbawm, que presenciara momentos muito mais favoráveis à política de classes, é talvez a grande tragédia desse pensador.

Recorrendo novamente à comparação com o caso brasileiro, consideramos que houve, certamente, mudanças nas experiências dos trabalhadores do nosso país, peculiares às nossas condições históricas. Também é evidente a presença na realidade brasileira de um esforço neoliberal afim ao blatcherista de promover entre os subalternos formas de autoidentificação e de consciência que rechacem a perspectiva de classe, e que tem produzido resultados. A relação entre aquelas mudanças na experiência e essas mudanças na consciência, no entanto, não podem ser equalizadas às que apontamos para o caso britânico, mesmo com as ressalvas que fizemos à leitura de Hobsbawm.

Acreditamos que, se há algo a ser generalizado a respeito da mudança de experiência dos trabalhadores em boa parte do mundo a partir da segunda metade do século passado, não é o papel desagregador da afluência, nem mesmo a setorialização, mas a perda do “poder de barganha do local de trabalho” diante do avanço da automação e da ampliação da mobilidade do capital, que torna difícil a existência de movimentos com a força daquele dos mineiros de carvão e também fragiliza o “poder de barganha associacional” — embora, como adverte Silver, tampouco devamos absolutizar essas tendências, cuja expressão só pode ser verificada caso a caso.²⁸⁰ Mesmo assim, uma observação superficial nos permite associar o declínio do poder de barganha dos trabalhadores à tendência global de diminuição da incidência e da abrangência de greves, que historicamente foram a principal expressão da luta de classes sob o capitalismo, como apontado por Van der Linden, o que tem relação direta com o declínio simultâneo da sindicalização.²⁸¹ Essa tendência não pode ser desvinculada do declínio eleitoral dos partidos da classe, como faz Hobsbawm, que extrapola um momento

²⁸⁰ SILVER, *op. cit.*, introdução.

²⁸¹ VAN DER LINDEN, *op. cit.*

excepcional vivido pela Grã-Bretanha durante a década de 1980 em que os votos do partido tradicional da classe caíram abaixo do percentual de sindicalizados. Mesmo nesse caso, Hudson e Beynon destacam o declínio demográfico do proletariado braçal britânico antes de 1980, e o próprio Hobsbawm o reconhece, embora o minimize diante do correspondente aumento da sindicalização de trabalhadores de “colarinho branco”, sem levar em conta a diferença no poder de barganha desses últimos.²⁸²

A proposição de Hobsbawm para explicar o declínio dos movimentos de trabalhadores tradicionais é limitada, ainda, pelo fato de que a afluência naquele período se concentrou nos países em que aqueles movimentos eram mais consolidados, mas que de forma alguma eram os únicos em que se faziam presentes. Mesmo assim, cabe notar que não necessariamente os setores afluentes fossem os mais sindicalizados, sendo o caso dos mineiros um exemplo do contrário, de modo que, mais uma vez, a afluência não pode ser exagerada como fator causal. Além disso, ela não explica os limites da guinada à direita dos qualificados, que levou parte deles a apoiar, no caso britânico, não os conservadores, mas os socialdemocratas, os liberais, os partidos nacionalistas de “progressistas” da Escócia e do País de Gales e o “Novo Trabalhismo” de Blair. A defesa apaixonada, por Hobsbawm, de que o trabalhismo deveria se moderar para responder à guinada à direita em vez de se contrapor a ela é não apenas leitura mas elemento ativo nesse próprio processo de guinada à direita da política britânica, inclusive, frequentemente, com uma atuação das lideranças uma vez no poder tendendo mais à direita que as supostas expectativas de parte do seu eleitorado. De outro lado, a afluência tampouco explica o abandono do trabalhismo pelos desempregados e excluídos, que Hobsbawm pouco leva em conta, e que seriam aqueles, a exemplo dos próprios integrantes de comunidades mineiras, a aderir mais recentemente a uma direita verdadeiramente reacionária, mas que se ancora precisamente no descontentamento classista, por vezes usando até mesmo uma terminologia que apela à ideia de classe.²⁸³ Concluímos que, ao sugerir um “socialismo sem classe trabalhadora” em conjunto com suas outras colocações, Hobsbawm contribuiu para um processo de reorientação das forças políticas organizadas da sociedade britânica (e além dela) que gerou, ao contrário, uma classe trabalhadora sem aspiração de socialismo.

Se entendemos o individualismo neoliberal como elemento constitutivo desse regime de acumulação, cabe comparar o seu papel ao daquele que, tradicionalmente, foi o principal

²⁸² BEYNON, Huw; Hudson, Ray. *Op. cit.*, capítulo 3, e HOBBSAWM, *op. cit.* (2020), p. 31.

²⁸³ BEYNON, Huw; Hudson, Ray. *Op. cit.*, p. 17.

contraponto burguês à consciência de classe dos trabalhadores: o nacionalismo. Evidentemente ele não foi descartado, já que o Estado nacional permaneceu como o *locus* fundamental de exercício da dominação burguesa, mas seu papel foi rebaixado com o neoliberalismo, além de envolto em contradições. Se Thatcher apelaria ao orgulho nacional britânico no episódio das Malvinas, ou contra o republicanismo irlandês, ou contra os próprios mineiros de carvão, por outro ela promovia uma variante de nacionalismo muito diferente daquele predominante até a Segunda Guerra, especialmente em sua instrumentalização para a defesa de políticas econômicas. Assim, no neoliberalismo, encontramos, em vez de fronteiras fechadas para proteger o mercado de trabalho, estímulo à imigração para ampliar o exército de reserva e rebaixar os salários;²⁸⁴ em vez de protecionismo tarifário (irrelevante no Reino Unido desde a revogação das principais delas em meados do século XIX), abertura comercial. No caso de Thatcher, vemos isso, por exemplo, no contexto da desvalorização da produção de carvão nacional em favor da importação do mesmíssimo produto de outras regiões. Até as resistências de Thatcher à integração europeia tinham mais a ver com uma rejeição do *proteccionismo* europeu por meio da Tarifa Externa Comum do que com a integração em si. Assim, o nacionalismo, na era do neoliberalismo, se vê acompanhado contraditoriamente daquilo que talvez apenas no Brasil tenha nome próprio: o “vira-latismo”, que, por meio da autodepreciação da indústria nacional, da cultura nacional, da educação nacional, da capacidade de trabalho nacional, entre outros elementos, justifica a abertura de mercados nacionais à concorrência externa ao ser atrelado à “liberdade econômica do indivíduo”, principal bandeira do liberalismo e que fez de Thatcher uma das campeãs dos raros neoliberais efetivamente ideológicos. Dentro desse paradigma, até mesmo o “interesse nacional”, uma ferramenta discursiva elaborada pela burguesia para justificar seu projeto de dominação, passa a estar subordinado à liberdade do indivíduo. O próprio nacionalismo britânico em sua variante thatcherista é marcado pela caracterização do país como uma nação de “homens livres” pela tradição. Em última instância, se “não existe essa coisa de sociedade, apenas indivíduos e suas famílias”, tampouco existe nação: existe apenas um consórcio de indivíduos e famílias unidos pela conveniência e a tradição. Dessa forma, o nacionalismo neoliberal, salvo a esporádica invocação de uma variante chauvinista mais clássica em crises políticas e militares, é um nacionalismo retórico com pouca concretude. O sentimento nacional aparece mais

²⁸⁴ Thatcher, assim como Hayek, eram refratários à imigração; na constituição do blatcherismo, no entanto, esse elemento enquanto mecanismo para renovação constante do exército industrial de reserva preponderou, não apenas sob Blair, mas já na política mais claramente favorável à integração europeia de John Major.

frequentemente durante as periódicas campanhas eleitorais nacionais, em que é invocado não para unir o país contra um inimigo externo, mas para mensurar qual das principais forças políticas em disputa estaria em maior sintonia com o “interesse geral da sociedade”, cujo recorte nacional é apenas uma contingência. Assim, também por esse aspecto Hobsbawm acerta ao diferenciar o thatcherismo do fascismo.

Mas, se a compreensão do thatcherismo nos ajuda a entender o mundo de hoje, não basta. O neoliberalismo clássico, enquanto ideologia, está em crise. Se por um lado os promotores do *Brexit* foram parcialmente motivados por uma rejeição ao europeísmo sob o pretexto de uma abertura comercial ao globo, por outro isso não pode ser dito de todos aqueles que votaram pelo divórcio com o continente. Xenofobia, racismo, nacionalismo em sua forma mais clássica, inclusive com uma pretensão protecionista, pautaram a campanha e vem pautando a crescente política de extrema-direita no Reino, que agora ameaça fagocitar até mesmo o bicentenário Partido Conservador.²⁸⁵ A ressurgência de um nacionalismo ou mesmo ultranacionalismo chauvinista, quando não explicitamente fascista, traz novamente à tona a questão das identidades coletivas mais amplas. Para o futuro cabe, portanto, diferenciá-lo do thatcherismo, cujo individualismo apologético do capital, ainda que resgatado e reforçado, não é mais suficiente.

Se nas décadas de 1970 e 1980 quem se voltou para a direita foram os “qualificados e respeitáveis”, nas de 2010 e 2020 quem se volta para essa direita ainda mais bárbara são os excluídos — esse, sim, um fenômeno global (mas não universal), verificado da Grã-Bretanha pós-industrial à Índia, do “cinturão da ferrugem” estadunidense ao Brasil. Hudson e Beynon observam como o *Brexit* foi em parte decidido pelas antigas regiões mineiras, que além disso abandonaram o trabalhismo e, pela primeira vez na história de forma expressiva, apoiaram os conservadores na eleição de 2019.²⁸⁶ Talvez não devesse surpreender que os trabalhadores que se sentem abandonados pelo individualismo neoliberal sejam precisamente aqueles que mais prontamente abraçam essa antiquíssima e reacionária identidade coletiva, agora renovada.

Os adversários liberais (ou blatcheristas...) desses projetos reacionários, apegados à velha ordem, não oferecem alternativa alguma a essa carência de uma subjetividade coletiva abrangente — exceto, talvez, no caso da inusitada renovação do patriotismo liberal canadense frente ao expansionismo trumpista e de uma emergente identidade pan-europeia igualmente

²⁸⁵

<<https://www.theguardian.com/commentisfree/2025/may/09/reform-farage-kill-off-tories-ridiculous-byelections>>, último acesso em 19/05/2025.

²⁸⁶ BEYNON, Huw; HUDSON, Ray. *Op. cit.*, introdução.

liberal. Mesmo essa identidade, no entanto, não pode ser confundida com o legítimo internacionalismo. Ela é, como um nacionalismo, fundada na alteridade, hoje sobretudo simbolizada pelo “iliberalismo” dos EUA de Trump e da Rússia de Putin, mas, de forma subjacente, também pelo africano, o asiático, o latino-americano, o descendente europeu de um desses povos e o muçulmano (mesmo o de origem europeia, já que, vale ressaltar, o islã tem estado presente de forma contínua no subcontinente europeu pelos últimos mil e trezentos anos). Se hoje as bandeiras do racismo, da xenofobia e da islamofobia são erguidas sobretudo pelos opositores nacionalistas e fascistas dessa identidade pan-europeia, tampouco os promotores desta as rechaçam de todo, já que sua ideia de “Europa” é indissociável de uma noção de branquitude atrelada a uma “identidade cultural judaico-cristã”. A ela se associam os nacionalismos escocês, galês, irlandês, catalão e ucraniano, cujo suposto “progressismo” está, em todos esses casos, atrelado à contingência de esses povos possuírem como adversário principal o nacionalismo tipicamente reacionário do Estado pelo qual são ou foram historicamente dominados.

A situação em porções da periferia como o Brasil, bem como em nossa vizinha Argentina, é bem diferente. O neofascismo sul-americano, se por um lado representado por figuras que chegam a causar constrangimento aos fascistas europeus pela incontinência do seu barbarismo, por outro segue mais “vira-lata” do que nunca, visto que o projeto de nossa burguesia é entreguista, não nacional.

Entendemos que o neofascismo, no Sul como no Norte, em sua oposição ao blatcherismo, assume um discurso nacionalista que apela à ideia de classe — ainda que, à primeira vista, com sinal invertido, em que a “esquerda liberal e globalista” é eleita como o inimigo de uma nação identificada intencionalmente com a maioria dos subalternos: o “americano comum”, o “inglês comum”, o brasileiro médio “patriota”. Esse apelo indica, no nosso entender, e ao contrário do afirmado por Hobsbawm, que a consciência de classe, mesmo rebaixada, permanece mais relevante do que nunca. Nada está dado.

O último ponto que consideramos pertinente levantar a partir do discutido nessa pesquisa diz respeito às implicações do que expusemos até aqui para o debate sobre o tratamento teórico e a definição de “classe social” e “consciência de classe”. Como dissemos na introdução, a afirmação de Hobsbawm de que havia “uma crise não de classe, mas de sua consciência” constitui um reconhecimento implícito da distinção entre “classe em si” (que existe independentemente de consciência) e “classe para si” (consciente de si) que o afasta de Thompson, que critica a distinção como remanescente da oposição entre base e superestrutura,

da qual ele é crítico, e rejeita explicitamente a noção de “classe” para referir-se a um grupo social que não seja consciente de si.²⁸⁷ Uma vez que consideramos que a “crise” no contexto da segunda metade do século XX consistiu em um rebaixamento, mas não em uma extinção da consciência de classe, consideramos que, teoricamente, seria possível falar de classe trabalhadora nos dias de hoje a partir de uma perspectiva alinhada à de Thompson, que, embora insista na autodefinição, apresenta uma leitura aberta do que é “classe”, ao passo que a de Hobsbawm é fechada quase hermeticamente, restrita à preferência partidária. Mesmo assim, há algumas razões pelas quais consideramos que a noção de uma “classe em si” que não é “para si” é não obstante válida e pertinente, o que nos leva a discordar em parte de Thompson, mas partindo das suas próprias contribuições e sem buscar retornar a noções abstratas ou estáticas de “classe social”, apropriadamente criticadas por ele.

No entanto, ao fazê-lo, de forma sintética, em seu breve porém impactante artigo *Sobre classe e falsa consciência*, Thompson ao nosso ver descarta de forma precipitada a uma avaliação das classes que parta das relações sociais de produção, afirmando, como exemplar de uma situação em que a teoria estaria se sobrepondo à realidade concreta, que “modelos ou estruturas são teorizados pressupondo-se que neles se verifiquem definições objetivas de classe, como, por exemplo, a da expressão de relações diversas de produção.”²⁸⁸ Ocorre que as relações de produção não precisam ser lidas como meramente objetivas: em *O Capital*, Marx aponta um caminho para fazê-lo levando em conta diversos aspectos subjetivos das relações de produção que analisa (tanto teórica como historicamente), como a abertura da noção de valor-de-uso à satisfação de “necessidades do espírito”, o reconhecimento do papel da cultura na determinação do valor da força de trabalho e a fetichização como condição inerente às relações mercantis. Se a tradição marxista nem sempre enfatizou esses aspectos na mesma medida que o seu fundador, nem por isso a subsunção da realidade à teoria é inerente a um trabalho que defina as relações de classe partindo das relações de produção.

É no mesmo sentido de criticar aquilo que entende como um materialismo abstrato e a-histórico que Thompson afirma naquele texto que “Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau no processo histórico real.”²⁸⁹ Dessa afirmação temos discordâncias substanciais: entendemos que alguma forma de consciência, mesmo que seja contraditória, fragmentária ou individualizada, é inerente ao envolvimento dos seres humanos em relações sociais de produção; sem ela faria pouco sentido diferenciar, por

²⁸⁷ THOMPSON, Edward P. *Op. cit.*, p. 278.

²⁸⁸ *Idem*, p. 270.

²⁸⁹ *Idem*, p. 274.

exemplo, uma relação de trabalho forçado de uma relação de trabalho “livre”. E essa consciência não é apenas “das relações de produção”, mas uma consciência social coletiva, na medida em que pressupomos que todo ser humano é capaz de perceber ao menos a existência de diferenças sociais em uma sociedade hierarquizada, que é capaz de relacionar as relações de produção nas quais está envolvido àquela percepção e que possui alguma opinião sobre o seu lugar em tal sociedade, e que todas essas ideias são, em maior ou menor medida, constituídas coletivamente. Essa consciência pode estar mais próxima ou mais distante daquilo que podemos afirmar sobre a concretude daquelas relações de produção a partir da investigação científica “objetiva”, e pode estar mais ou menos afinada com a consciência de seus pares, inclusive ao ponto de possibilitar o reconhecimento de quem seriam esses pares. Em todos os casos, entendemos que a consciência social está presente e, se tratamos de uma sociedade marcada por contradições de classe, ela sempre terá algum componente classista, embora nunca um que possa ser pré-fixado de acordo com algum modelo teórico para cada modo de produção, contra o qual Thompson alerta.

Em nossa leitura, ao afirmar que as pessoas “primeiro” “identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós” e só depois descobrem a si mesmas como classe (muito embora ele reconheça que esse ordenamento não se dê de forma mecânica no processo histórico real), Thompson exagera o caráter de novidade no fazer-se de uma classe, especialmente ao enfatizar mudanças na sua autodesignação, desconsiderando nessa formulação que, a formação de uma nova classe subalterna é, via de regra (com as exceções notáveis das sociedades em que os antagonismos de classe se originaram pela primeira vez de forma autóctone e das populações que desconheciam antagonismos desse tipo até o advento da colonização por uma sociedade de classes), marcada pela continuidade da condição subalterna dos grupos que a precederam, mesmo que a subalternidade tenha sido totalmente modificada em suas especificidades. Entendemos que esses casos são, necessariamente, casos de refazer-se de uma (ou mais) classes antigas tanto quanto de fazer-se de uma nova classe, haja ou não mudança na terminologia preferencial de autodesignação. Ao acatarmos a proposição de Thompson de que a plebe setecentista da Inglaterra pode ser entendida como uma classe em termos heurísticos, mas diferente de uma classe trabalhadora por não se definir nesses termos, consideramos necessário levar em conta que, ao (re)fazer-se em classe trabalhadora, aquela plebe não apenas descobriu novos antagonismos de classes, mas interpretou esses novos antagonismos de modo a ressignificar a sua condição de subalternidade, da qual ela já era plenamente consciente. Ousamos dizer, assim, que refizeram a sua consciência de classe, mas não a criaram do zero, como o próprio

Thompson demonstra de forma brilhante em *A formação da classe operária inglesa*, embora prefira enfatizar o caráter de novidade no fazer-se de uma classe em *Sobre classe e falsa consciência*.²⁹⁰

Aqui julgamos necessário pôr em contexto a posição de Thompson: sua crítica teórica ao marxismo vulgarizado e ortodoxo não era motivada por uma atração por debates bizantinos, mas pelo seu engajamento político, que, embora frequentemente deixado de lado, é indissociável de sua obra. Seu alvo era especificamente o marxismo ortodoxo enquanto fundamento teórico do comunismo burocratizado, pró soviético e estalinista. O mal que Thompson enxergava na prática de se definir a existência de uma classe por meio da análise puramente “objetiva” das relações materiais e atribuir a essa classe interesses ideais reside no fato de que foi exatamente essa prática que justificou atos de barbárie como as coletivizações forçadas na União Soviética sob Stalin, a pretexto de construir um socialismo que supostamente era também “do interesse” do campesinato, ou a intervenção militar soviética na Hungria, que precipitou a saída de Thompson do Partido Comunista, igualmente justificada pela necessidade de proteger o regime socialista supostamente de interesse dos trabalhadores húngaros. Para Thompson, certa forma de pensamento estático das classes, por ele caracterizado como “geralmente leninista” ou “leninista-platônico”, seria utilizada para que uma “vanguarda” (aspas dele) substitua a classe.²⁹¹ Aqui julgamos necessário considerar que, na obra de Lênin, a vanguarda não é entendida como substitutivo, mas como parte integrante da classe cujo papel seria o de fazê-la avançar — embora os supostos continuadores de Lênin, especialmente nas burocracias que ocuparam uma função análoga à de classe dominante nos Estados do “socialismo realmente existente”, tenham decididamente utilizado as teorizações do revolucionário para justificar uma tal substituição, referendada no Ocidente pelos partidos alinhados àquelas burocracias. Pode-se discutir o papel histórico de Lênin nesse processo, mas conceder o termo “leninista” àqueles supostos continuadores é estabelecer uma linha de continuidade entre a obra do revolucionário e a justificativa teórica das práticas da burocracia que não se confirma ao analisarmos aquela obra, razão pela qual preferimos associar a ideologia da burocracia ao estalinismo. Feita a ressalva terminológica, julgamos que a crítica de Thompson ao pensamento ortodoxo é absolutamente fundamental, embora os termos exatos em que ele a formule gere alguns problemas: na sua célebre

²⁹⁰ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 1: a árvore da liberdade. Paz e Terra, Rio de Janeiro/São Paulo, 2020.

²⁹¹ THOMPSON, *Op. cit.* (2001), p. 271.

“analogia da motocicleta”, com a qual encerra o texto aqui discutido, o historiador afirma que:

“[...] os **intelectuais** sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo acento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois têm a verdadeira teoria. Essa é uma ilusão característica, é a ‘falsa consciência’ da **burguesia intelectual**. [...]”²⁹²

Consideramos o estabelecimento de uma barreira rígida entre esses supostos expoentes da “burguesia intelectual” e a “classe” que eles idealizariam muito problemática. Em primeiro lugar, ao vincular a intelectualidade à burguesia, Thompson desconsidera o papel daqueles que são entendidos por Gramsci como intelectuais orgânicos, restringindo a categoria do intelectual ao de tipo tradicional. Segundo, parte de uma associação que é difícil de justificar quer em termos subjetivos historicamente verificáveis (quem e quantos seriam esses intelectuais que ao mesmo tempo se pretendem revolucionários e se autoidentificam com a burguesia?), quer em termos “objetivos” das relações de produção (está a realidade material da massa dos intelectuais, mesmo os tradicionais, tão próxima assim daquela da burguesia?). Voltaremos a essa questão daqui a alguns parágrafos.

A formulação de Thompson nesse texto traz outro problema. Entendemos, a partir dela, que a noção de “falsa consciência” tal como foi vulgarizada por certos teóricos deriva da conclusão falaciosa de que à “classe em si” corresponderia uma consciência verdadeira, que aquela classe deveria alcançar a fim de torna-se “para si”. Na crítica a essa distorção da história em benefício de determinada estratégia política concordamos completamente com Thompson; mas não concordamos com a sua afirmação de que a consciência de um grande coletivo de sujeitos, não podendo ser falsa, é “simplesmente o que é”, da qual é natural concluir que só nos cabe descrevê-la.²⁹³ Consideramos que há diferentes graus de coesão cultural de um grupo social; que há diferentes graus de correspondência entre a forma específica de sua consciência e a realidade objetiva, especialmente aqueles aspectos da realidade que extrapolam os limites da experiência pessoal, mas influem neles, razão pela qual só podem ser adequadamente compreendidos por intermédio da ciência; que há diferentes graus de efetividade de um grupo social em imprimir uma transformação e fazer valer os seus interesses, quaisquer que estes sejam; e que há diferentes graus de coerência entre esses interesses mesmos, ao ponto de constituírem ou não um projeto político consistente ou mesmo autônomo em relação a outras classes, sendo essa coerência entre

²⁹² Idem, p. 281.

²⁹³ Idem, p. 280.

interesses relacionada ao grau de compreensão da realidade objetiva pelos atores sociais e influenciando na efetividade da sua agência política. Acreditamos que eram questões como essas que preocupavam Gramsci, um líder político da classe trabalhadora organizada mais do que mero pensador, quando ele propôs que se atentasse a esse tipo de gradação na análise histórica das relações de força, não para julgar se eram verdadeiras ou falsas as formas históricas de consciência, mas para compreender o seu papel histórico e político efetivo e instrumentalizar essa compreensão para a luta presente.

Hobsbawm, após o “discurso secreto” de 1956 em que Nikita Khrushchev denunciou os crimes de Stalin, se afastaria, por outro caminho e de forma mais lenta, do comunismo ortodoxo, culminando em sua afinidade com o “eurocomunismo” e em sua sugestão de abandono da política de classes após entender que os próprios trabalhadores estavam virando as costas a ela, percepção que, na nossa avaliação, deriva da estreiteza da sua compreensão de classe. Mas essa estreiteza é, em parte, um desenvolvimento de Thompson: ao limitar a consciência de classe à autoidentificação desta, afirmando, por exemplo, que “se o proletariado é verdadeiramente privado da consciência de si mesmo como proletariado, então não pode se definir assim”, entendemos que ele restringe a consciência de classe a uma de suas formas mais elevadas no esquema de Gramsci tal como o interpretamos. Hobsbawm apenas situa a consciência de classe um degrau acima da autoidentificação coletiva, no nível da coesão político-ideológico-organizativa, que por sua vez pressupõe aquela autoidentificação. A definição de classe trabalhadora por Hobsbawm igualmente parte do pressuposto, esse sim pertinente em nossa avaliação, de que somente os atores da mudança social podem definir o que eles desejam dessa mudança, mas desse pressuposto o autor extrai uma conclusão política questionável: a defesa do rebaixamento, pelo partido que se propõe a promover tal mudança, ao suposto nível das aspirações políticas majoritárias da base, a fim de garantir que a agremiação preserve o seu apoio numérico e se mantenha eleitoralmente viável no curto prazo.

Consideramos que essa extrapolação do alerta de Thompson contra a atribuição de interesses “externos” a uma classe impõe a necessidade de circunscrever os limites de tal alerta. Ele nos parece particularmente pertinente para contextos históricos em que relações capitalistas (ou um tipo específico de relações capitalistas) tenham se generalizado, mas essa generalização não foi completa ou não foi acompanhada da constituição de uma classe trabalhadora que define suas aspirações políticas primariamente a partir de sua experiência com essas relações. É sempre possível que predominem formas de subjetividade (e portanto interesses, anseios, valores, temores) marcadas por outras relações de produção, quer

preexistentes, quer coexistentes. Tampouco se pode dar como inevitável nesses contextos que eventualmente a classe trabalhadora se constituirá segundo algum modelo ideal, pré-definido, ou pior, que essa constituição é tão certa que nem é preciso esperá-la para já entregar o socialismo àquelas pessoas. Entendemos que foi sobretudo contra esse tipo de equívoco, com consequências gravíssimas tanto em vidas e sofrimento humano desnecessários, como em retrocessos na luta política, que Thompson mais do que adequadamente alertou. Sua proposta de uma “história vista de baixo” não pode ser dissociada da sua crítica a um “socialismo vindo de cima”.

Mas hoje nos deparamos com uma situação muito diferente: o comunismo ortodoxo foi politicamente marginalizado na maior parte do mundo, e em todo o Ocidente, ao passo que é cada vez mais raro o uso do termo “trabalhador” como autoidentificação primária pelas pessoas que vivem do próprio trabalho — tendência notável, por exemplo, no Brasil — e mais rara ainda a noção compartilhada de pertencimento a uma “classe trabalhadora” que seja mais do que um recorte para estatísticas socioeconômicas. No caso do nosso país, é evidente o papel ativo de atores da burguesia na promoção de identidades anticlassistas, como a substituição generalizada pelas empresas dos termos “empregado” ou “funcionário” por “parceiro” ou “colaborador”, ou a promoção da ideia de que o trabalhador pode ser “patrão de si mesmo”, associada à noção mais vaga, porém muito difundida, de “empreendedorismo”. Embora entendamos que essas ideias, por mais difundidas que sejam, não são suficientes para mascarar a brutal desigualdade social sob o capitalismo, que sempre se manifestam na experiência concreta, percebemos que elas cumprem o papel de direcionar o horizonte de expectativas do trabalhador (que pode inclusive associar essa identificação à de empreendedor) para o desempenho individual (ou familiar) em vez da ação coletiva, pautada na identificação com uma *classe* e pressuposto do socialismo.

Assim, consideramos que a ênfase de Thompson na terminologia exata que é favorecida pelos atores sociais que constituiriam uma classe para denominá-la é muito limitante: primeiro, porque é difícil constatar um consenso social sobre uma única designação; segundo, porque designações diferentes podem ser favorecidas pelas mesmas pessoas em contextos diferentes, já que existe uma multiplicidade de identidades coletivas que se sobrepõem e que são relevantes em diferentes situações de vida e luta (arriscamos dizer que a nacional com frequência se sobrepõe à de classe mesmo em casos em que essa era consistente); terceiro, porque tratar todas as designações como igualmente legítimas, simplesmente porque historicamente expressas, constrange a tarefa de identificar os grupos, frações ou setores que, se em determinada circunstância foram minoritários, ainda assim

apresentavam uma autodesignação cujo potencial unificador talvez fosse maior, tenha ou não se efetivado. Nossa divergência com Thompson não se trata, portanto, de avaliar se os atores sociais se identificavam ou não de forma correta perante as relações de produção, mas de reforçar o entendimento da sua identificação como contraditória e mutável, seguindo o exemplo do próprio Thompson em sua prática historiográfica.

Consideramos que, tão proeminente para o regime de acumulação neoliberal quanto (ou talvez até mais que) o individualismo pautado no discurso do empreendedorismo, é a identificação (própria ou por outrem) dos trabalhadores mais qualificados e bem-remunerados, cuja atividade é frequentemente “intelectual”, com uma pequena burguesia ou uma “classe média”, na qual Thompson infelizmente incorre ao falar de “burguesia intelectual”. Recorrendo novamente aos casos britânico e brasileiro, nos parece evidente a influência nessa identificação do thatcherismo, que buscava fomentar o máximo distanciamento entre os grupos dessa classe média mais politicamente ativos à esquerda e a maioria dos trabalhadores. Assim, no neoliberalismo, o trabalhador intelectual remunerado pelo Estado é eleito como inimigo comum dos “grandes e pequenos capitalistas” e culpabilizado pela subalternidade desses últimos, que são obviamente conscientes dessa condição. Essa noção é arraigada ao ponto de ser tomada como realidade pelos próprios trabalhadores qualificados de esquerda: a afirmativa em tom de autocrítica de que “a esquerda não se conecta com os trabalhadores”, que ressalta essa distinção exagerada, é um lugar-comum bem difundido.

Se a noção de “falsa consciência” para referir-se à identificação coletiva predominante em um grupo social é inconsistente para a teoria histórica e social e perigosa quando apropriada por aparelhos burocráticos capazes de exercer a dominação política, negar que ela se faça presente no fazer-se e refazer-se de uma classe seria ignorar um elemento do processo histórico real. Ao interpretarem a realidade e as suas relações uns com os outros, os trabalhadores não necessariamente se deixam limitar pela teoria e a metodologia dos estudos históricos e sociais; felizmente. Se ao denunciarem noções como “classe média” e “empreendedor” como “falsa consciência”, como têm ocorrido, os trabalhadores lograrem promover uma mudança na consciência de classe em prol de uma identificação coletiva dos trabalhadores, qual seria o uso de rejeitar aquela noção para quem se propuser a interpretar historicamente aquele processo?

O distanciamento que Thompson promove entre o estudioso da história e os seus atores é utilizado para justificar posturas de isenção e até mesmo de julgamento distanciado que dificilmente seriam referendadas por aquele historiador politicamente engajado. O

pesquisador britânico Diarmaid Kelliher, que elaborou um pertinente trabalho sobre as culturas de solidariedade estabelecidas entre as comunidades de mineiros de carvão e grupos urbanos LGBT+, feministas e negros durante a Grande Greve, rechaça, por exemplo, o termo *scab* (fura-greve) por invalidar a experiência daqueles trabalhadores.²⁹⁴ Essa postura de aparente isenção respeitosa é em verdade uma tomada de posição, que deslegitima a forma predominante entre grevistas de censurar seus colegas que transgrediam a moral trabalhadora.

Como, então, conciliar uma abordagem engajada dos estudos da subalternidade com uma prática que valorize a agência e a autonomia dos subalternos e que não recaia nos riscos tão pertinentemente criticados por Thompson? A título de sugestão para contribuir com esse debate, julgamos que a ampliação da noção de classe apresentada pelo historiador se faz necessária. Diferentemente dele, acreditamos que a classe social é uma realidade mesmo quando coletivamente inconsciente de si — ou seja, quando um dado quantitativo de seres humanos *não* se identifica em termos classistas, e inclusive em alguns casos em que rejeitam explicitamente tal identificação — mas que ainda assim só se pode constatar levando em conta a subjetividade, a consciência (seja individualizada ou coletiva) e a cultura dos seres humanos. Propomos, nesse sentido, a separação entre “consciência de classe” e “identidade de classe”, entendendo esta como uma expressão elevada daquela e pressuposto de formas ainda mais elevadas, como a unidade política. Concordamos com Thompson que não basta que haja uma relação de assalariamento para se afirmar que determinado conjunto de assalariados constitui uma classe trabalhadora. É preciso levar em conta, sobretudo, o comportamento classista, a postura classista, os valores classistas — mesmo quando esses comportamentos, posturas e valores *não se autodefinem como classistas*, mas *objetivamente o são* quando os colocamos em perspectiva com as relações sociais de produção, que também devem ser entendidas levando-se a subjetividade em conta.

A despeito do rebaixamento verificado nas últimas décadas da autoconsciência das classes trabalhadoras por todo o mundo e do declínio na autoidentificação como “trabalhador”, ressaltamos que, por outro lado, valores, posturas e comportamentos classistas seguem predominantes na cultura brasileira, e acreditamos que o mesmo se aplica ao Reino Unido e provavelmente à maior parte do mundo. Os trabalhadores seguem fazendo greve, enganando seus empregadores, reduzindo seu desempenho no trabalho alienado ao mínimo necessário, se auxiliando mutuamente no local de trabalho, protestando, denunciando as negligências e as violências do Estado, sonegando, votando, anulando o voto, dando calote

²⁹⁴ KELLIHER, *op. cit.*, p. 100.

em bancos, sendo solidários com os vizinhos, ridicularizando atitudes que consideram elitistas... os trabalhadores seguem lutando, em suma, porque não conseguem viver em uma sociedade fundada na exploração dos muitos pelos poucos sem lutar. Consideramos Thompson muito feliz em sua afirmação de que cultura é, ao mesmo tempo, “todo um modo de vida” e “todo um modo de luta”. Essas formas de luta que enumeramos com frequência são atos perfeitamente conscientes, mas a sua inserção em um contexto mundial e secular de oposição entre o capital e o trabalho nem sempre o é; talvez raramente o seja, salvo para uma minoria dos trabalhadores. Todas as formas de luta supracitadas e as muitas outras que não mencionamos são comportamentos classistas, constitutivos da subjetividade daquelas pessoas. Poderiam ser reflexo de relações sociais totalmente diferentes das de exploração do trabalho livre pelo capital, como era aparentemente o caso do campesinato nas primeiras décadas do Estado soviético, mas nos casos que listamos não o são.

Se o critério fundamental da existência da classe enquanto fenômeno histórico empiricamente verificável for o comportamento classista por parte dos seres humanos concretos, e se for válido que o comportamento classista por excelência é a luta de classes, e se for também válido que há luta de classes sem identificação de uma classe como tal, consideramos que, mais proveitoso do que falar em “luta de classes sem classes”, seria falar de luta de classes inconsciente ou parcialmente consciente do seu caráter de classe. Entender a consciência de classe dessa forma ampliada implica em fazer perguntas como: independentemente de os seres humanos se entenderem ou não como integrantes de uma determinada classe, a sua subjetividade é marcada pela preponderância de quais elementos da sua experiência concreta de vida? A quais relações sociais involuntárias essas experiências estão relacionadas? E quais elementos da sua subjetividade não podem ser relacionados às atuais relações sociais de produção? Por quê? Esses elementos subjetivos levam esses seres humanos a terem comportamentos classistas, ou seja, pautados pela percepção dos antagonismos derivados das relações de produção? Tivemos perguntas como essas em mente ao realizar a análise do caso dos mineiros de carvão, mantendo-nos sempre abertos à possibilidade de que parte dos trabalhadores da Grã-Bretanha a partir de algum momento não mais se identificassem como tal, mas sem extrair disso a conclusão de que não poderíamos mais falar de classe trabalhadora. Apenas a depender das respostas àquelas perguntas, consideramos válido classificar um determinado grupo social como parte de uma classe mesmo quando ele não se define explicitamente nos termos exatos desta classe.

Nesse sentido, a classificação dos graus de “homogeneidade, autoconsciência e organização” proposto por Gramsci nos parece extremamente pertinente, inclusive e

sobretudo por propor uma mensuração “quantitativa” (ponderável, mas evidentemente não mensurável de forma numérica) daqueles aspectos. Contemporaneamente, entendemos que o neoliberalismo não apaga a consciência de classe ou muito menos a subjetividade classista, simplesmente porque é impossível apagá-las sem eliminar o modo capitalista de produção, salvo na hipótese improvável de uma humanidade inteiramente lobotomizada, digna de uma ficção distópica. Fora isso, o máximo que o neoliberalismo pode fazer é rebaixar o nível de consciência da classe trabalhadora, algumas vezes a um “mínimo possível”, mas que sempre conterà, em virtude da inevitabilidade do conhecimento pela via da experiência, a semente para sua eventual elevação.

Creemos, assim, que a classe trabalhadora contemporânea é parcialmente consciente de si. Nesse sentido, acreditamos que a intervenção de trabalhadores que tenham maior nível de consciência (sua vanguarda, ousamos dizer, embora o grau de consciência, isoladamente, não seja no nosso entender o único elemento característico da vanguarda), inclusive com recurso à ciência social, é a principal forma de elevação da consciência do conjunto da classe, demonstrada pela experiência histórica. Mas esse papel só é efetivamente exercido quando a posição de vanguarda se eleva à de grupo hegemônico no seio da classe, como os mineiros de carvão tentaram fazer na sua Grande Greve por Empregos. Ao buscarem dar aos *seus interesses particulares um aspecto universal*, pautando-se em uma leitura própria e embasada sobre os interesses subjacentes ou potenciais em comum com outros segmentos da classe, eles se empenharam ativamente no refazer-se da classe trabalhadora britânica. Se não conquistaram tudo que pretendiam, seu legado é tamanho que, quatro décadas mais tarde, do outro lado do Atlântico, continuamos falando sobre eles. Essa pesquisa é um fruto da vitória moral afirmada por Scargill, e agora que está concluída, entende-se também uma homenagem a ela.

Se, assim como Thompson, não consideramos pertinente, do ponto de vista da investigação histórica, uma avaliação da estrutura de classes de uma sociedade que desconsidere os elementos subjetivos — por exemplo, uma avaliação que afirmasse, com base apenas no fato de que a Grã-Bretanha no princípio do século XIX constituía uma unidade político-econômica na qual predominavam relações de trabalho assalariado, que o conjunto dos assalariados desse território constituía uma “classe trabalhadora britânica”, definida como mero somatório daquelas pessoas — entendemos que a percepção de interesses comuns potenciais ou subjacentes entre as diferentes classes trabalhadoras daquele Reino multinacional e a eventual construção de um movimento de trabalhadores *britânico* se deu não apenas pela experiência daqueles trabalhadores, mas também pelas contribuições da

ciência engajada, representada, entre outros, pelos próprios Marx e Engels, em especial por meio, respectivamente, d'*O Capital* e d'*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Esse último, em particular, foi tanto um trabalho analítico sobre as classes trabalhadoras daquele país “em si” como um documento que contribuiu para a formação da classe trabalhadora britânica “para si”. Investigações científicas do social dessa qualidade expõem tanto interesses comuns potenciais entre diferentes grupos como interesses concretos que, por serem contraditórios e indefinidos, não pautam uma ação política coerente. A pessoa engajada na investigação científica só pode perceber isso porque, além de realizar uma análise da realidade objetiva, leva também em conta, mesmo que apenas de forma inconsciente, a subjetividade daquelas pessoas — e porque percebe, ela mesma, uma identidade subjetiva com elas. Quando pretende concretizar essa identidade em unidade de ação, as consequências podem ser inflamáveis.

E a recíproca também é verdadeira. Ao advogar de forma enfática para que se reconhecesse um “desfazer-se” das classes trabalhadoras e para que se abandonasse a confiança nelas como atores da transformação social, Hobsbawm contribuiu ativamente para constituir, não um “desfazer-se”, mas um “refazer-se” da classe trabalhadora caracterizada por um rebaixamento da consciência, e consequentemente também da organização, e, quem sabe, talvez até mesmo tenha contribuído para a fragilização da sua “homogeneidade”. Se o papel da produção intelectual na transformação da realidade não pode ser exagerado, tampouco pode ser ignorado.

Nesse sentido, consideramos necessário afirmar como absolutamente legítimo o recurso, pelos trabalhadores que se propõem a exercer o papel de vanguarda, de mecanismos de censura e ridicularização da “retaguarda”, por meio de termos como “*scab*”, “fura-greve” ou “pelego”. Trata-se de um mecanismo (muitas vezes o único disponível) para a afirmação de uma moral própria da classe trabalhadora, capaz de fazer frente à moral burguesa — e, como alerta Gramsci, a hegemonia de um grupo social precisa ser intelectual e moral. É claro que esse tipo de censura ácida só é legítimo porque legitimado pela própria dinâmica histórica da constituição do movimento de trabalhadores e pela percepção de igualdade entre o acusador e o acusado, razão pela qual, evidentemente, não seria apropriado que nós, por exemplo, utilizássemos aqueles termos em nosso trabalho. De forma alguma, no entanto, censuramos os mineiros grevistas por fazê-lo, como faz Kelliher. Apenas entendemos que o esperado de estudiosos externos a um grupo de trabalhadores, bem como de lideranças políticas, é outro tipo de abordagem, como o apelo de Scargill a que os boicotadores da greve

de Nottinghamshire pusessem “a mão na consciência” e pensassem em seus colegas mais imediatamente ameaçados pelos fechamentos de minas.

Se não cabe à ciência social julgar ou corrigir a percepção subjetiva dos trabalhadores sobre sua realidade concreta (nem para usurpar a sua agência, nem para deslegitimar suas lideranças), e se não cabe ao trabalhador com maiores condições de se engajar na investigação científica ensinar ao trabalhador com menos condições de fazê-lo os interesses “verdadeiros” ou “corretos” desse último, tampouco a ciência social precisa ficar isenta diante do fazer-se e refazer-se da classe trabalhadora. Seu papel não pode ser fornecer a subjetividade para nós trabalhadores, mas ela é capaz de potencializar o entendimento da realidade que já possuímos a partir da nossa experiência própria e dos mecanismos pelos quais podemos transformá-la.

A realidade das relações de trabalho capitalistas independe do entendimento sobre elas possuído pelos seres humanos envolvidos em tais relações, como Thompson reconhecia e reafirmava. Mas a transformação dessa realidade é impossível sem um entendimento consistente daquelas relações. Se a categoria da experiência é útil para entender a mediação entre realidade (objetiva) e consciência (subjetiva, mas também passível de entendimento objetivo) do ponto de vista da maioria dos trabalhadores, a ciência, quando engajada, permite estabelecer uma outra mediação entre a realidade e a construção coletiva da consciência, conectando-a às experiências de gerações passadas, de terras distantes... e até da própria classe dominante, de quem muitas vezes parte a “ciência”, da qual precisamos nos apropriar se quisermos mudar o mundo do qual ela é constitutiva. A apropriação da ciência burguesa pelo movimento internacional de trabalhadores gerou (entre outros) o materialismo histórico e o socialismo científico, que, ao enxergarem na classe trabalhadora o protagonista da revolução social que derrubará o capital, contribuíram para criar classes trabalhadoras que mais de uma vez se dispuseram a fazê-lo. Não há razões para acreditar que isso não possa acontecer outra vez, evidentemente de outra forma, adequada às transformações na sociedade. Se formos esperar uma reedição ou restauração de modelos prefixados, sofreremos da mesma decepção que acometeu Hobsbawm ao perceber o fim da classe trabalhadora que ele conhecia e falhar em ver sua sobrevivência sob nova forma.

As greves, por exemplo, provavelmente deverão ceder espaço a outras formas de luta, uma vez que são sempre possibilitadas por algum poder de barganha do local de trabalho, elemento que hoje é indubitavelmente menos acessível à maioria dos trabalhadores, mas de forma alguma se tornaram obsoletas. O peso que o trabalhador braçal sindicalizado da grande indústria teve no século XX tampouco deve ser o mesmo em uma potencial recomposição da

política classista, e é provável que o papel de vanguarda da classe seja exercido por outros grupos, embora tampouco devamos descartar aquele tipo de trabalhador como se fosse irrelevante enquanto força favorável à transformação social.

Além de precisar corresponder às mudanças ocorridas na produção capitalista, um possível renascer da política classista certamente deverá superar os padrões de branquitude, masculinidade, cis-heteronormatividade, eurocentrismo e aspirações de consumo e produção alheios ao seu custo ambiental que caracterizaram, parcialmente, os movimentos com perspectiva de classe surgidos no passado e que ainda caracterizam os seus herdeiros e continuadores, não apenas porque a crítica àqueles padrões é moralmente justa, mas também porque o seu caráter limitante lhes restringia precisamente em seu potencial transformador. Mas esse novo movimento precisa ser, como os que o precederam, classista, ao menos se aspirar a ser mais do que uma nota de rodapé na história de como a humanidade se emancipou do capital.

Referências

Livros, capítulos de coletâneas e publicações em periódicos acadêmicos:

ALENCAR, Thiago Romão de. **De joia da Coroa a inimigos públicos número um: Hayek, Thatcher e a legislação antissindical no Reino Unido dos anos 1980.** Revista História e Luta de Classes, v. 14, n. 26, setembro de 2018.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo.** In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BEYNON, Huw. **A destruição da classe operária inglesa?** Conferência apresentada no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, novembro de 1994. Tradução de Vera Pereira.

BEYNON, Huw. **‘When All Hell Breaks Loose’: Striking on the British Coalfields 1984–85.** In: DAWSON, Matt; FOWLER, Bridget; MILLER, David; SMITH, Andrew (orgs.) Stretching the Sociological Imagination: Essays in Honour of John Eldridge. PALGRAVE MACMILLAN, Reino Unido, 2015.

BEYNON, Huw; Hudson, Ray. **The Shadow of The Mine: Coal and The End of Industrial Britain.** Verso, Londres, 2021.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França.** São Paulo: edipro, 2014.

CALLINICOS, Alex; SIMONS, Mike. **The Great Strike: The Miners Strike of 1984–5 and its lessons.** International Socialism, Series 2, No. 27/28, 1985. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/etol/writers/callinicos/1985/miners/index.html>>, último acesso em 10/07/2022.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas.** Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Bertrand Brasil, 2002.

DALE, Iain (editor). **Conservative Party general election manifestos 1900-1997: with an introduction by Alistair B. Cooke.** Routledge, Londres e Nova York, 2000.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2: Os Intelectuais; O Princípio Educativo; Jornalismo. Edição e tradução de Coutinho, Carlos Nelson. 8ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3: Maquiavel; Notas sobre o Estado e a Política. Edição e tradução de Coutinho, Carlos Nelson. 10ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2020.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Paz e Terra, 20ª edição, São Paulo, 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. **Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos (1977-1988)**. Paz & Terra, 2020.

HUNTINGTON, S; CROZIER, M; WATANUKI, J. **The Crisis of Democracy**. New York: NewYork Univ Press, 1975.

JENKINSON, Martin; METCALF, Mark; HARVEY, Mark. **Images of the past: the miner's strike**. Pen & Sword History, Reino Unido, 2014.

KELLIHER, Diarmaid. **Making Cultures of Solidarity: London and the 1984–5 Miners' Strike**. Routledge, Oxford e Nova Iorque, 2021.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Introdução de Paulo Singer, tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

PALMER, Bryan. **Eric Hobsbawm's Century**. Publicado originalmente em Catalyst: A Journal of Theory and Strategy. Disponível em:

<<https://jacobin.com/2020/07/eric-hobsbawn-life-history-richard-evans>>, último acesso em 25/04/2025.

PATERSON, Harry. **Look Back in Anger: the Miners' Strike in Nottinghamshire — 30 years on**. Five Leaves Publications, Nottingham, 2014 e 2015.

SILVER, Beverly J. **Forces of Labor: workers' movements and globalization since 1870**. Cambridge University Press, impresso nos Estados Unidos da América, 2008.

THOMPSON, Edward P. **Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”**, in “As peculiaridades dos ingleses e outros artigos”, pp. 269-281. Negro, Antonio Luigi, e Silva, Sergio (orgs). Editora da Unicamp, Campinas, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**, vol. 1: a árvore da liberdade. Paz e Terra, Rio de Janeiro/São Paulo, 2020.

VAN DER LINDEN, Marcel. **O trabalho em perspectiva global: um novo começo**. Tradução de Fernando Pureza. Publicado na Global Labour Journal, n. 7, v. 2, p. 201-210, 2016.

Publicações em sites oficiais ou de veículos jornalísticos:

APPLE Jr, R. W. **MacMillan, at 90, Rouses the Lords**. The New York Times, 14 de novembro de 1984. Disponível em:

<<https://www.nytimes.com/1984/11/14/world/macmillan-at-90-rouses-the-lords.html>>, último acesso em 29/04/2025.

Arthur Scargill interviewed in Ireland. Site do Partido Trabalhista Socialista, 14/11/2022. Disponível em: <<https://socialistlabourparty.org.uk/arthur-scargill-interviewed-in-ireland/>>, último acesso em 13/04/2025.

COYLE, Hayley. **Arthur Scargill joins miners' strike's 40th anniversary rally**. BBC News, 2 de março de 2024. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/news/uk-england-south-yorkshire-68457786>>, último acesso em 30/04/2025.

FORSTER, Mike. **October 1992 battle against pit closures**. Site do Partido Socialista, 07/11/2012. Disponível em:

<<https://www.socialistparty.org.uk/articles/15649/07-11-2012/october-1992-battle-against-pit-closures/>>, último acesso em 30/04/2025.

FREEDLAND, Jonathan. **Enough of this cover-up: the Wilson plot was our Watergate**. The Guardian, 15 de março de 2006. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/commentisfree/2006/mar/15/comment.labour1>>, último acesso em 19/05/2025.

GANI, Aisha. **Clause IV: a brief history.** The Guardian, 9 de agosto de 2015. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/politics/2015/aug/09/clause-iv-of-labour-party-constitution-what-is-all-the-fuss-about-reinstating-it>>, último acesso em 29/04/2025.

PILGER, John. **The British-American coup that ended Australian independence.** The Guardian, 23 de outubro de 2014. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/oct/23/gough-whitlam-1975-coup-ended-australian-independence>>, último acesso em 19/05/2025.

Sítios oficiais de organizações e entidades públicas:

Arquivos do *Guardian* e do *Observer*:

<<https://theguardian.newspapers.com/>>, último acesso em 19/05/2025.

Autoapresentação do jornal *The Guardian*:

<<https://www.theguardian.com/about>>, , último acesso em 19/05/2025.

Biblioteca da Câmara dos Comuns:

<<https://commonslibrary.parliament.uk>>, último acesso em 19/05/2025.

Comissão Eleitoral do Reino Unido:

<<https://search.electoralcommission.org.uk>>, último acesso em 30/04/2025.

Galeria Nacional de Retratos:

<https://www.npg.org.uk>>, último acesso em 30/04/2025.